

ANA KARINA CALMON DE OLIVEIRA ROCHA

**CONSTRUÇÃO E DISPUTAS DO CAMPO
MUSEOLOGIA NO BRASIL: OS FÓRUNS
NORDESTINOS (1988 – 1996)**

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria das Graças de Souza Teixeira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

Lisboa

2020

ANA KARINA CALMON DE OLIVEIRA ROCHA

**CONSTRUÇÃO E DISPUTAS DO CAMPO
MUSEOLOGIA NO BRASIL: OS FÓRUNS
NORDESTINOS (1988 – 1996)**

Tese defendida em provas públicas para obtenção do grau de Doutora em Museologia no Curso de Doutorado em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Ciências e Tecnologias, no dia 30 de julho de 2020, com o Despacho Reitoral nº 166/2020 de 9 de junho de 2020, com a seguinte composição de júri:

Presidente: Profº Doutor Mário C. Moutinho, Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Arguentes: Profª Doutora Maria Cristina Bruno (ULHT)

Profº Doutor Jean Tiago Baptista, Universidade Federal de Goiás (UFG)

Vogais: Profº Doutor Clovis Carvalho Britto, Universidade de Brasília (UNB)

Profª Doutora Filipa Alexandra Gomes de S. Oliveira Antunes (ULHT)

Profº Doutor Manuel de Azevedo Antunes (ULHT)

Orientadora: Profª Doutora Maria das Graças de Souza Teixeira (ULHT)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Museologia

Lisboa

2020

*...nunca escrevi uma vírgula
que não fosse uma confissão
Mario Quintana*

DEDICATÓRIA

Para as mães solo que labutam diariamente na criação das crianças, sobrevivem a violência física e a violência psicológica, enfrentam a morosidade na justiça em processos de guarda, pensão e violência doméstica e, ainda assim, fazem pesquisa científica. Com apoio, acreditem, é possível. Peçam ajuda!

Para Vovó Itina, avó da minha avó, empregada da família Martins Catharino que me guiou na pesquisa da dissertação das “roupas brancas” do Museu do Traje e do Têxtil e de quem herdei: uma roupa branca, uma porcelana, uma penca de balangandã de crioula, uma figa de madeira e a Oxum que assentou na minha cabeça de Yemanjá. Obrigada Vovó, pela ancestralidade. Para Tia Olga que do Orun orientou Tia Aninha a me presentear com seus panos brancos de axé.

Para minha avó Helena, a pessoa que mais nutriu minha vida de amor e de afeto e que, reconhecendo a importância do legado e da herança me deu chão, colo e a penteadeira do seu casamento. No seu espelho-abebé, miro as próximas providências da vida e projeto o futuro. Obrigada por tudo, vó.

Para minha mãe, por sê-la.

Para Lara, primogênita por escolha, para Elena, primeiro amor, para Maria Alice, minha sobremesa em formato de menina e para Maroca, filha emprestada e jamais devolvida. Especialmente para Carol, minha Fofinha, que como mulher negra e mãe de Arthur precisa de exemplos para a luta que tem pela frente. O meu clã é todo feminino porque o Aiyê precisa de mulheres fortes.

Para Beto, que corajosamente me ama como eu sou e que eu amo como amarei apenas ele.

Para Girlene Chagas Bulhões, a museóloga nordestina da nova geração que melhor soube manter acesa a coragem do trabalho museológico e necessário de respeito à diferença. Gil, que bom que você existe!

AGRADECIMENTOS

Eu me fiz profissional na Política Nacional de Museus, me formei atuando no Eixo 3 – Programa de Formação e Capacitação/Projeto Piloto Bahia e sendo coordenada pelas museólogas Maria Célia Teixeira Moura Santos e Joana Flores. A elas devo grande parte do meu comprometimento com a Museologia e com o patrimônio humano. Com as professoras do Departamento de Museologia da UFBA aprendi muito das práticas e teorias museológicas, mas aprendi, sobretudo, valores como a conduta moral e ética. Com as professoras Marilda Lara, Maria de Fátima Tálamo e Johanna Smit, da Escola de Comunicações da USP, aprendi fazer pesquisa científica séria mantendo o sorriso. Obrigada pelas delicadezas.

Antes delas, aprendi com meus amigos da graduação da UFBA o compartilhamento de conteúdos acadêmicos e profissionais e agradeço a eles a amizade e o respeito que cultivamos até hoje. Archimedes Amazonas, Ilma Vilabôas, Clarissa Rohenkohl, Isabela Leite, Valéria Abdalla, Paulo Lima, Dirlene Oliveira e Andréa Amazonas, a museologia é muito, muito, muito mais divertida com vocês!

Desse espírito de coletividade da graduação contei com a sorte de fazer parte do grupo do III CEAM e, por isso, agradeço demais aos amigos e companheiros dessa batalha solitária que é a escrita da tese. Agradeço, assim, a Álisson Castro, Carla Cassel, Clóvis Britto, Cynthia Taboada, Deborah Santos, Denise Xavier, Idemar Guizzo, Janaína Couvo, Jaqueline Gallina, João Paulo Vieira, Leandro Mageste, Lucas Sgorla, Maria Amélia Mamede, Mariana Várzea, Neide Gomes, Patrícia Muniz, Ricardo Rodrigues, Silmara Kuster, Vânia Gondim e Walmir Pereira toda a partilha. Amplio minha gratidão a Simone Flores Monteiro, Lucas Sgorla de Almeida e toda equipe do Museu de Ciência da PUC/RS pelos pequenos e tão significativos gestos diários que aqueceram a alma da gente no inverno do Rio Grande do Sul.

Dessa turma, preciso agradecer com mais paixão a Clóvis por ter me pego no laço e me levado para Porto Alegre com a convicção de amigo que sabe contribuir e fazer a diferença na vida de uma mulher. A Neidoca, que moveu outros amigos para me ajudar nas normatizações dos documentos inéditos e que me deu de presente Débora Oliveira. Neide e Débora, muito obrigada por auxiliarem essa museóloga documentalista no ordenamento dos documentos aqui apresentados. Agradeço também a Cynthia a leveza e intimidade no

carnaval de Aracaju e a Mari por dividir comigo o show de calouros e o melhor cafofo do Rio! Mari, agradeça a Roberto também, viu? Obrigada, gente!

A UFG é minha primeira casa como professora universitária, mas eu não sei viver longe do mar. Contudo, as doses de Cerrado na minha passagem pela docência universitária chegaram para provar o quanto eu ainda preciso do Centro Oeste. Dessa forma, agradeço a professora Andrea Vettorassi, meu Exu de toda segunda-feira, a acolhida na disciplina Teoria Sociológica II que fez toda diferença na escrita da tese. Agradeço também aos meus colegas nessa disciplina por serem absolutamente necessários e provocativos durante todo o curso. Adam Henrique Sousa, Felipe Andrade, Fernanda Miranda, Flávia Alchuffi, Hugo de Oliveira, Joab Silva, Luiz Antônio Ferro, Marcia Sardinha, Saulo Neto e Vitor Gomes saibam: eu sou outra pessoa depois de Goffman. Acabou ingenuidade, agora só faço estudos sociológicos!!! Agradeço especialmente a Adam pela partilha nos estudos de Bourdieu e Marcinha pelas revisões e muito ensinamentos na escrita desta tese.

Ainda do Cerrado, agradeço aos professores Francisco Tavares (o melhor organizador de problema de tese e colega de sala); Jordão Nunes (o melhor em metodologia, mas para gente, o melhor de tudo entre os melhores); Luis Cherem (o mais charmoso geógrafo e melhor construtor de mapas! Meu amigo, estou tão feliz com seus/meus mapas que colocaria aqui, se fosse possível, vários corações vermelhos); e Flávio Sofiati (o sociólogo que estuda a religião católica, mas me presenteou com o Orixá da comunicação. Flavinho, estudar sociologia mudou tudo!). Aos amigos de Goiás: Andressa, Carol, Cristiano, Marina, Rodolfo, Adelaide, Arthur e Fafi, agradeço a partilha dos filhotes, os afetos trocados e os apoios em diversos momentos.

Agradeço aos professores e as professoras que compuseram as bancas de qualificação e/ou defesa e contribuíram para o aprimoramento desta pesquisa. Cristina Bruno, Clóvis Britto, Jean Baptista, Maristela Simão, Manuel Antunes, Manuel Serafim, Judite Primo e Mario Moutinho, muito obrigada. Agradecimento especial para as minhas orientadoras: a professora Rosana Nascimento que iniciou esse percurso e a professora Maria das Graças Teixeira que com a sabedoria de Nanã chegou comigo na reta final. Prós, sou muito grata por iniciar esse percurso museológico com vocês na UFBA e trazê-las para encerrar esse outro ciclo na Lusófona.

Essa pesquisa contou com outros amigos em diferentes momentos e a eles registro meu agradecimento. Agradeço a Archimedes Filho e Alastair Richard Threlfall as

traduções e a Rodrigo Teixeira, filho do coração, os registros audiovisuais. Às demais pessoas do meu núcleo íntimo e, assim, familiares por afinidades e não apenas por laços consanguíneos: obrigada. Agradeço a vocês, sem precisar nomeá-los, a fé depositada no meu percurso e ao longo da vida.

Tia Aninha, Memi, Dinho e Kel, amo vocês mais que brigadeiro. Cau, Beta e Lulu, amo um amor roxo. Pai, Cacilda e João Vítor, a alma e a fé são indefiníveis, não é? Há entre nós um respeito que eu pretendo manter para o infinito e além. Sabrina, Gabriel, João Pedro, Tia Hilda, Tia Dete, Tia Iara e Tia Valmira, não haverá nada, nunca, que desvencilhe esse laço porque família é construção e eu não conheço nada mais doido e gostoso que essa mistura da gente.

Tia Géu, que me cobre com o manto de Nossa Senhora. Tia Aline, que carrega comigo muitos feitiços. Tia Suta, que cuida de mim desde a infância e é a única pessoa que eu conheço que manda cartas e cartões pelo correio. Tia Dudu, pelo auxílio em muitos momentos da vida para que eu fosse a profissional que sou e a quem serei grata sempre. Obrigada. Agradeço também a Ricardo, meu primo, por ser o irmão que eu mereço ter.

Quando a gente faz pesquisa de campo, contamos com o auxílio direto dos profissionais que nos atendem. Aos profissionais dos onze arquivos institucionais pesquisados de cinco estados brasileiros, muito obrigada. Da Bahia: o Arquivo Geral da Universidade Federal da Bahia, o Departamento de Museologia da UFBA, o Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH e os Museu de Arte Sacra/MAS e Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE, ambos também da UFBA. Do Distrito Federal: o Arquivo da Câmara dos Deputados. Da Paraíba, a Fundação Casa de José Américo/FCJA. De Pernambuco o Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ. Do Rio de Janeiro: Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, o Arquivo Institucional da Escola de Museologia/EM, o Arquivo da Associação Brasileira de Museologia/ABM e o Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional/MHN. Além desses, mais dois arquivos pessoais foram consultados: o da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos e o da museóloga Cristina Negrão.

A todos vocês que me atenderam eu agradeço e dedico a escrita desta pesquisa. Alguns profissionais eu falei por telefone, outros por e-mail, outros pessoalmente e agradeço a todos vocês carinhosamente. Entretanto, destaco um agradecimento especial ao museólogo Henrique Dias da FUNDAJ pela parceria, empenho e afeto; ao professor Ivan Sá da UNIRIO o pronto atendimento na disponibilização de todo material organizado pelo

grupo de pesquisa que coordena, a professora Maria Célia por abrir sua casa e sua memória para dividir e somar muito nesta tese, a Cristina Negrão pela doação espontânea de todo material inédito e disponibilizado aqui para acesso pleno dos demais pesquisadores. Agradeço também a Adriana Bandeira, a primeira funcionária pública que eu mirei, ainda nos tempos do DEMU/IPHAN/MinC, e pensei: - quero ser como ela! Adriana, seu modelo profissional marcou minha formação em Museologia e estar com você no levantamento documental no Museu Histórico Nacional foi um ânimo para o percurso que eu pretendia fazer. Muito obrigada por ontem e por hoje! Agradeço também a Valéria Abdalla a disponibilidade em me ajudar na pesquisa no Arquivo Institucional do MHN e a Bianca Mendes, pela presteza.

Agradeço a Piu, a Flor e ao bebê que eu ouvia o choro nas madrugadas a manutenção da minha sanidade e esperança na construção de um país melhor. Agradeço a Elena Rocha, filha amada, o trabalho em todos os anexos e a Maria Alice o sacrifício de ouvir quase sempre que a mamãe não podia porque estava trabalhando na tese... Obrigada filhotes, mamãe ama. Agradeço a Vanessa a amizade partilhada e a presença diária e irrestrita na minha vida e na vida das meninas. Van, algumas amizades são para sempre! Assim é a nossa relação. Por fim, agradeço a Beto todas as leituras, revisões no texto, indicação bibliográfica e infinitas conversas que tanto contribuíram no amadurecimento da pesquisa.

Para a energia que me move: Agô!

RESUMO

Entre os anos de 1988 e 1996 ocorreram os Fóruns Nordestinos de Museologia. Esse movimento de irrupção, que denuncia o rompimento com a museologia praticada por parte do Sudeste do país produziu Manifestos e uma gama de documentos que registram a memória de oito encontros nordestinos de Museologia. Através deles, foi possível investigar de que modo aconteceram/acontecem as relações de asserção e reconhecimento entre o Nordeste e o Sudeste na construção sociológica do campo Museologia no Brasil. Por meio do uso da análise do discurso como recurso metodológico, problematizei o campo museológico brasileiro, suas narrativas, bem como investiguei a produção e participação dos agentes nordestinos na construção do campo científico e cultural do Brasil. A hipótese, que se confirmou, foi que, na luta pelo capital científico houve ações que invisibilizaram a importância das realizações do Nordeste que culminaram no apagamento dos trabalhos da UFBA, da FUNDAJ e demais instituições museais do Nordeste na consolidação do campo.

Palavras-chave: campo, museologia no Brasil, colonialismo interno, nordeste, fórum nordestino de museologia.

ABSTRACT

Between the years 1988 and 1996 the Northeastern Museology Forums were held. This irruption movement, which denounces a rupture with the museology practiced by part of the southern region of the country, produced the Manifests and an array of papers that document the memory of eight northeastern Museology meetings. Throughout those, it was possible to investigate how the assertion and recognition relations between the Northeast and Southeast have happened in the sociological construction of the Brazilian Museology field. Using discourse analysis as a methodology resource, I problematized the Brazilian museology field and its narrative, as well as investigated the production and participation of northeastern agents in the construction of the scientific and cultural fields in Brazil. The hypothesis, which was confirmed, was that in the dispute for scientific capital, there were actions that dimmed the importance of the northeastern achievements, culminating in the erasing of research papers from UFBA, FUNDAJ, and other museum institutions of the Northeast in the consolidation of the field.

Keywords: field, museology in Brazil, internal colonialism, northeastern, northeastern museology forums.

RESUMEN

Entre los años 1988 y 1996 tuvieron lugar los Foros de Museología del Noreste. Este movimiento irrumpe y denuncia la ruptura con la museología practicada por el sureste del país, produjo manifiestos y una gama de documentos que registran la memoria de ocho reuniones de museología del noreste. A través de ellos, fue posible investigar cómo ocurrieron / suceden las interrelaciones de afirmación y reconocimiento entre el noreste y el sudeste en la construcción sociológica del campo de la museología en Brasil. Mediante el uso del análisis del discurso como recurso metodológico, problematicé el campo museológico brasileño, sus narrativas, así como investigué la producción y participación de agentes del noreste en la construcción del campo científico y cultural en Brasil. La hipótesis, que se confirmó, fue que en la lucha por el capital científico hubo acciones que hicieron invisible la importancia de los logros del noreste y que culminó con la supresión de las obras de la UFBA, FUNDAJ y otras instituciones de museos en el noreste en la consolidación del campo institucional.

Palabras clave: campo, museología en Brasil, colonialismo interno, noreste, foro nororiental de museología.

ABREVIATURAS

ABM – Associação Brasileira de Museologia
AL – Alagoas
AMB – Associação dos Museólogos da Bahia
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSPAM – Associação Paulista de Museólogos
ATM – Associação dos Trabalhadores de Museu
BA – Bahia
BAHIATURSA – Órgão Oficial de Turismo do Estado da Bahia
BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento
CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais
CE – Ceará
CLAPCS – Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFEM – Conselho Federal de Museologia
COREM – Conselho Estadual de Museologia
COREM/BA – Conselho Regional de Museologia – 1ª Região
COREM/RJ – Conselho Regional de Museologia – 2ª Região
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política
ESP – Escola de Sociologia e Política
ENEMU – Encontro Nacional de Estudantes de Museologia
Famed – Faculdade de Medicina da Bahia
FCCR – Fundação de Cultura Cidade do Recife
FEBAVE – Fundação Educacional Barriga Verde
Fesp – Fundação Escola Livre de Sociologia de São Paulo
FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FUNDESC – Fundação Estadual da Cultura
FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Fefieg – Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara
Fefierj – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IAHGP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

IBAC – Instituto Brasileiro de Arte e Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOM – Conselho Internacional de Museus/*International Council of Museums*

ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia/*International Committee for Museology*

ICTOP – Comitê Internacional para Formação de Pessoal/*International Committee for the Training of Personnel*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho

IES – Instituições de Ensino Superior

LABORARTE – Laboratório de Pesquisa, Conservação e Restauração de Documentos e Obras de Arte

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA – Maranhão

MABS – Museu Afro-Brasileiro de Sergipe

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

MAM – Museu de Arte Moderna da Bahia

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MHN – Museu Histórico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

Minom – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MHAM – Museu Histórico e Artístico do Maranhão

NE – Nordeste

ONU – Organização das Nações Unidas

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PI – Piauí

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNM – Política Nacional de Museus

PT – Partido dos Trabalhadores

RN – Rio Grande do Norte

SC – Santa Catarina

SE – Sergipe

SECMA – Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UBA – Universidade da Bahia/UBA

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIT – Universidade Tiradentes

USP – Universidade de São Paulo

Índice Geral

Introdução	20
1 Museologia no Brasil: do conceito ao campo.....	42
1.1 A Nova Museologia e seu corte epistemológico na área	49
1.2 A institucionalização da Museologia no Brasil: o Curso de Museologia/UFBA, a Escola de Museologia/Unirio e o Curso de Especialização em Museologia/Fesp	62
1.2.1 A Universidade Federal da Bahia/UFBA e o Bacharelado em Museologia.....	66
1.2.2 A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e a Escola de Museologia.....	76
1.2.3 A Fundação Escola Livre de Sociologia/Fesp e curso de especialização em Museologia.....	90
1.3 As regiões Nordeste e Sudeste	98
2 Dos Encontros de Museus do Nordeste aos Fóruns Nordestinos de Museologia	115
2.1 I Encontro Nordestino de Museologia – 1988	120
2.1.1 Cerimônia de Abertura e Análise das Conferências	122
2.1.1.1 O Sistema Nacional de Museus: atuação e perspectivas	123
2.1.1.2 O Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA	125
2.1.1.3 A Associação de Museólogos da Bahia/AMB.....	126
2.1.2 Relatos das Representações Estaduais.....	136
2.1.2.1 Estado de Alagoas.....	136
2.1.2.2 Estado da Bahia.....	137
2.1.2.3 Representação Estudantil do Curso de Museologia da UFBA	143
2.1.2.4 Estado do Ceará	146
2.1.2.5 Estado do Maranhão	146
2.1.2.6 Estado da Paraíba.....	147
2.1.2.7 Estado do Piauí	150
2.1.2.8 Estado do Rio Grande do Norte.....	151
2.1.2.9 Estado de Sergipe.....	152
2.1.2.10 Estado de Pernambuco	153
2.1.3 Avaliações do Encontro Nordestino de Museologia.....	159

2.1.4	Manifesto de João Pessoa	168
2.2	II Encontro de Museus do Nordeste – 1989.....	169
2.2.1	Manifesto de São Luís	171
2.3	III Encontro de Museus do Nordeste – 1990	172
2.3.1	Manifesto de Natal.....	175
2.4	IV Fórum de Museus do Nordeste – 1991	176
2.4.1	A Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ.....	177
2.4.2	Reuniões Preparatórias.....	180
2.4.3	Cerimônia de Abertura, Oficinas e Análise das Conferências.....	183
2.4.3.1	Visão da Documentação Museológica.....	185
2.4.3.2	Documentação Museológica como Produção de Conhecimento.....	190
2.4.3.3	Etnia e Estética: em torno do discurso do objeto.....	195
2.4.3.4	Documentação museológica, educação e cidadania	197
2.4.4	Regulamento.....	200
2.4.5	Amadurecimento da agenda política: financiamento.....	201
2.4.6	Manifesto de Recife	205
3	Do Museu à Museologia: a concepção teórica da área no Nordeste.....	208
3.1	V Fórum de Museologia do Nordeste – 1992	217
3.1.1	Cerimônia de Abertura e Análise das Conferências.....	220
3.1.1.1	A produção científica, seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares	229
3.1.1.2	Aspectos teóricos metodológicos da Ciência Museológica.....	230
3.1.1.3	A museologia, seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares.....	233
3.1.1.4	Campo de atuação da Ciência Museológica	236
3.1.2	Manifesto de Salvador	240
3.2	VI Fórum do Nordeste – 1993.....	244
3.2.1	Análise da Conferência.....	246
3.2.1.1	A relação homem/objeto no processo de comunicação museal.....	247
3.2.2	Manifesto de Maceió	248
3.2.3	A manutenção dos Fóruns nas dificuldades surgidas.....	249
3.3	VII Fórum Nordestino de Museologia – 1994	256
3.3.1	Reunião Preparatória	257
3.3.2	Programa do VII Fórum Nordestino de Museologia	260

3.3.3	Manifesto de Fortaleza	262
3.4	VIII Fórum Nordestino de Museologia – 1996	264
3.4.1	Organização da Ciência e da Cultura no Brasil.....	265
3.4.2	Propostas de Programa para o VIII Fórum de Museologia do Nordeste.....	270
3.4.3	Segunda Reunião Preparatória	272
3.4.4	Programa do VIII Fórum Nordestino de Museologia.....	273
3.4.5	Manifesto de Aracaju	276
Conclusões		281
Bibliografia		297
Anexos.....		i

Índice de Quadros

QUADRO 1: PRIMEIRA FASE DOS FÓRUNS NORDESTINOS.....	119
QUADRO 2: SEGUNDA FASE DOS FÓRUNS NORDESTINOS	119
QUADRO 3: PALESTRAS DO II ENCONTRO DE MUSEUS DO NORDESTE	170
QUADRO 4: OFICINAS DO III ENCONTRO DE MUSEUS DO NORDESTE.....	173
QUADRO 5: PROGRAMA DO IV FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE	183
QUADRO 6: PROGRAMA DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	220
QUADRO 7: COMUNICAÇÕES DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	221
QUADRO 8: PROGRAMA DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	222
QUADRO 9: COMUNICAÇÕES DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	222
QUADRO 10: COMUNICAÇÕES DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	223
QUADRO 11: PROGRAMA DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	223
QUADRO 12: ESTUDO DE CASO DO VI FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE.....	245
QUADRO 13: CONFERÊNCIAS DO VI FÓRUM DO NORDESTE.....	246
QUADRO 14: PROGRAMA DO VII FÓRUM NORDESTINO DE MUSEOLOGIA	261
QUADRO 15: PROGRAMA DO VIII FÓRUM NORDESTINO DE MUSEOLOGIA.....	273
QUADRO 16: MESAS-REDONDAS	275

Índice de Figuras

FIGURA 1: MAPA DO BRASIL.....	64
FIGURA 2: MAPA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	100
FIGURA 3: MAPA DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL	104
FIGURA 4: ARQUIVO DA ABM	117
FIGURA 5: OFÍCIO Nº 50/70 FUNDAJ.....	291

Introdução

Uma tese marca um momento importante numa trajetória. Deste modo, construir uma tese é também avaliar uma trajetória. Assim, na graduação confiei, no mestrado pesquisei, no doutorado desconfiei. A graduação em Museologia na Universidade Federal da Bahia/UFBA foi o percurso da descoberta de uma área de especialização que fazia pontes com outras áreas de conhecimento e que desenvolvia um trabalho técnico específico. Esse argumento se mostrou convincente para uma graduanda e, antes de qualquer questionamento, confortável. Dessa forma, constitui-me museóloga documentalista.

No mestrado em Ciência da Informação na Universidade de São Paulo/USP pesquisei e constatei que o trabalho de documentação em museus podia ser enriquecido usando recursos metodológicos da Ciência da Informação no processo de disponibilização da informação em museus. Entretanto, para isso, foi percorrido o caminho de avaliação do conteúdo apreendido na graduação, bem como o de reaprender a problematizar as ações técnicas da museologia. Apenas alguns anos após a defesa do mestrado compreendi, com clareza, que fazer ciência é, antes de tudo, constituir problema de investigação que proponha formas de superar o conhecimento existente.

Nesta pesquisa para doutoramento, que provocou a revisão mental dos conhecimentos adquiridos e reconstruídos na graduação e no mestrado, me sustentei em problematizações sociológicas para, compreendendo o campo e seu funcionamento como disciplina social aplicada, indagar com congruência os usos das ferramentas aptas ao jogo científico. Para tanto, o embasamento teórico principal foi feito a partir dos conceitos de *habitus*, *doxa*, *homo academicus*, campo, campo científico, campo cultural, poder simbólico, entre outros, desenvolvidos por Pierre Bourdieu ao longo da sua produção acadêmica. Bourdieu (2011) ao afirmar que o *homo academicus* gostava do acabado ou, melhor dizendo, da pesquisa acabada, do trabalho acabado, sabia que para poucos importava a oportunidade de ver como se processa um trabalho de pesquisa. Bourdieu também apontou que o *habitus* científico,

[...] esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia que fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a **conduta adequada** (Bourdieu, 2011, p. 23, grifo nosso).

quando transmitido de uma forma que mais se assemelha a um exercício físico em que os movimentos precisam ser exatamente os esperados pelo treinador, não auxiliava o processo

do pensar relacionalmente tão significativo, segundo o autor, na construção do objeto de pesquisa científica. Dito isso, optei, por meio desse estudo, no que considerei ser conduta adequada e baseada nos trabalhos de Bourdieu: desenvolver a pesquisa de maneira que não houvesse divisão existente entre a teoria e a metodologia para que a construção do objeto de estudo considerasse as opções técnicas empíricas inseparáveis das opções mais teóricas.

Os primeiros dados empíricos na construção do objeto apresentaram-se na graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA, iniciada em 2001. Neste universo acadêmico de escolha profissional, mediante ao comprometimento com o estudo e com a militância estudantil no Curso de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH, adquiri algumas crenças acadêmicas e algumas delas me acompanharam nesta pesquisa.

A primeira crença é que a(s) universidade(s), como um dos agentes que determina a estrutura do campo, promove muitas disputas, visto que é prática comum nestas instituições as pessoas que ocupam os espaços acadêmicos assumirem funções de agente social ‘neutro’, mas atuarem conforme interesses particulares. A segunda crença é que, nesse contexto, o corpo discente se nutre do, mas também alimenta o, corpo docente, e essas relações são perpetuadas para além da fronteira geográfica em que a universidade está localizada. Foi perceptível, especialmente durante a graduação, as disputas entre o corpo docente da UFBA e o corpo docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, que abrigava outra graduação em Museologia, em eventos da área, como no primeiro Fórum Nacional de Museus e primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Museologia/ENEMU, em Salvador/BA - 2004, marcando os impasses e disputas pelo controle do campo científico.

O conceito de campo, para Pierre Bourdieu (2011), constitui-se como espaço social em que atores sociais estão em disputas, é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (Bourdieu, 2004, p. 20). Desse modo, é problematizado o campo científico, com sua lógica própria do mundo da ciência. Compreender a forma particular que essa lógica assume faz-se especialmente necessário na percepção da constituição do campo *Museologia no Brasil*, visto que é preciso considerar, a partir do autor, as relações de força simbólica existentes nesse espaço.

Através da obra organizada pela professora Verônica Nunes da Universidade Federal de Sergipe/UFS e intitulada Memória do Fórum Nordestino de Museologia¹, que compilou Manifestos, bem como a memória de oito encontros nordestinos de Museologia, atestei a luta científica pelo campo museológico no Brasil. Essa publicação, que logo na apresentação denuncia o rompimento com a museologia praticada pelo Sudeste do país, apontou que é necessário problematizar o campo museológico brasileiro, suas narrativas e registros do passado, bem como a formação profissional existente. Por meio dela, reuni no bocapiu² os desconfortos, as inquietações e constituí como problema norteador desta tese compreender de que modo acontecem as relações de asserção e reconhecimento entre o Nordeste e o Sudeste na construção sociológica do campo Museologia no Brasil.

Assim, se ainda na UFBA reconheci a existência e o funcionamento do campo científico, do meu papel como agente social, bem como meu estigma de nordestina, foi especialmente fora dela que esses elementos se manifestaram de maneira negativa, já que, o que no Nordeste brasileiro não era, para mim, imperfeição, defeito ou problema, quando colocado em confronto com outras regiões geográficas, transfigurava-se. Para Durval Muniz de Albuquerque Junior (2001) os próprios nordestinos constroem uma identidade neste embate, eles se nordestinizam ao mesmo tempo em que são nordestinizados, instalando-se na dicotomia binária que opõe a região Nordeste, lugar de pobreza, de atraso e de população rural e improdutiva à região Sudeste, espaço urbano, rico, de progresso e ocupado por pessoas trabalhadoras³.

Considerando a expansão de cursos de museologia no país, analisar os Fóruns auxiliará na identificação da disputa pelo campo científico e qual ou quais reflexos dessa ação para uma área que hoje abriga novas graduações em todas as regiões geográficas do Brasil. Para tanto, parto de três hipóteses subsidiárias: há uma tensão entre o Nordeste e o Sudeste

¹ Esse livro, publicado pela 8ª Superintendência Regional do Iphan Sergipe e Alagoas, foi feito em edição limitada e não se encontra disponível para acesso virtual.

² “1 – bocapiu (kwa) cesto retangular de palha, trançado e com alças, que serve para carregar provisões” (Pessoa de Castro, 2007, p. 177).

³ “O conceito de região é um dos mais importantes da geografia e foi desenvolvido como uma forma de entender o espaço geográfico a partir de sua fragmentação em particularidades detentoras de características relativamente homogêneas e/ou identificáveis. Das regiões naturais, passando pelas regiões homogêneas e depois pelas regiões funcionais, o ‘desenho’ de regionalizações foi tido como uma forma de **compreender, ordenar e planejar** o território” (Boscariol, 2017, pp. 143 – 144, grifo nosso). Atualmente o Brasil está dividido em cinco regiões geográficas que comportam os seguintes estados: Região Norte (Tocantins, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas); Região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal); Região Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão); Região Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e Região Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná).

brasileiro; essa tensão, constitutiva da categoria *Museologia no Brasil*, e que define a estrutura do campo está diretamente comprometida na estrutura da distribuição do capital; e, por fim, que na disputa pelo capital cultural e poder simbólico houve importantes movimentos de resistência.

Dessa forma, o Nordeste e o Sudeste, como regiões geográficas, constituem-se em oposição e isso é percebido também nas implantações das graduações em Museologia. Até o ano de 2005, só existiam, em funcionamento, dois cursos em Universidades Federais no Brasil. Um na região Nordeste, o Bacharelado da UFBA, na cidade do Salvador, Estado da Bahia e o outro na região Sudeste, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro/RJ⁴. Além destes, havia mais um curso de graduação em Museologia na Fundação Educacional Barriga Verde/FEBAVE⁵, uma fundação particular situada na cidade de Orleans, no Estado de Santa Catarina/SC, região Sul do Brasil que funcionou apenas até 2016.

Embora esteja discutindo a construção do campo museológico a partir dos cursos de graduação, é importante apontar a experiência da Pós-Graduação *latu sensu*⁶ em Museologia existente na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/Fesp, concebida e dirigida por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri⁷. Essa capacitação, datada de 1977 e iniciada no ano seguinte, funcionou até 1996, após a morte prematura de sua idealizadora. A importância dos trabalhos de Guarnieri no debate acerca da cientificidade da Museologia, bem como sua atuação profissional como agente social mobilizador do Estado de São Paulo não serão negligenciados.

Outro polo disseminador de pesquisa nas Ciências Sociais e na Museologia e também expressivo centro onde se construiu um pensamento museológico é a Fundação

⁴ Entre as décadas de 1970 e 1980 funcionou, no Rio de Janeiro, outro curso de graduação em Museologia. Instalado na Faculdade Estácio de Sá e autorizado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 3472/75 e reconhecido pelo Parecer no 653/81, o curso funcionou por um curto período não sendo possível precisar os anos (Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação, 1985). Estácio de Sá – Anexo 1.

⁵ Segundo informações disponibilizadas pelo canal de Ouvidoria da Fundação, o Curso de Museologia foi criado no ano de 2002, sendo o quarto curso do Brasil e o primeiro na Região Sul. Iniciou sua atividade em 2004, formando a primeira turma em 2008 e a última em 2016. Atualmente não há ingresso previsto para os próximos vestibulares porque o curso está passando por nova estruturação.

⁶ “Abrindo em 1978, o curso teve a primeira turma formada em 1980. Funcionava inicialmente com as aulas no Masp [Museu de Arte de São Paulo], tendo como grade curricular três especializações *latu sensu* que, ao final, habilitavam o aluno à defesa de sua dissertação na Fesp/SP, rendendo um certificado de créditos de mestrado e, na defesa, o grau de mestre” (Coutinho, 2010, p. 13).

⁷ Waldisa Pinto Rússio Camargo Guarnieri nasceu no Estado de São Paulo e aí desenvolveu importantes realizações na área cultural. Formada em Direito, Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Fesp/SP, Waldisa desenvolveu suas pesquisas através da constante articulação/tensão entre as áreas da Sociologia e Museologia sendo esta, segundo Marcelo Mattos Araujo (2010), a característica principal do seu pensamento.

Joaquim Nabuco/FUNDAJ. Situada no Nordeste brasileiro essa Fundação é um órgão do Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal que não está sediado na capital federal do Brasil. Fundada no ano de 1949 como projeto do Deputado Gilberto Freyre⁸, a Fundação se mantém “compromissada com as questões sociais; diversidade cultural; interdisciplinaridade; democratização do conhecimento; e autonomia intelectual” (Verardi, 2018) e desenvolve projetos que exploram as relações entre educação e cultura. Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2017), Gilberto Freyre “caminhou em sentido contrário à especialização e à profissionalização crescente do saber em centros acadêmicos, que retiravam dos museus, dedicados às coleções de objetos dentro dos marcos do evolucionismo, os melhores cientistas da época” (Santos, 2017, p. 146), visto que o projeto de implantação do Instituto já previa a fundação de um museu – o Museu do Homem do Nordeste – que, inserido no campo da antropologia cultural, desde a década de 1960, preocupa-se com a diversidade cultural brasileira.

Esses polos dinamizadores constituíram Escolas de Pensamento, correntes museológicas que deixaram seus legados e contribuições a serem investigadas e aponto aqui por contribuírem ao campo. Os profissionais atrelados a cada uma das Escolas problematizaram e desenvolveram, a partir dos estatutos epistemológicos específicos, práticas e concepções teóricas veiculadas ao trabalho técnico em museus, bem como à Museologia e tais perspectivas reverberam-se no campo até hoje. Contudo, retomo que a argumentação principal discutida neste trabalho está focada nos cursos de graduação existentes em universidades públicas até o início deste milênio.

A história mais recorrentemente narrada da Museologia brasileira é marcada, até onde conhecemos e inicialmente, pela existência de dois cursos de bacharelado em duas universidades federais. O curso da Universidade Federal da Bahia/UFBA que nasceu em 1969 dentro da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH como projeto do professor Valentin Calderón⁹ e o curso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, criado em 1979, que teve como antecedente direto o Curso Técnico de Museus que funcionou

⁸ “Intellectual engajado, com grande projeção nacional, a partir dos anos 1940, Gilberto Freyre se voltou para a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), em Recife, cidade na qual manteve fortes laços pessoais e políticos, dada a incipiência das universidades e, provavelmente, devido a sua crença no poder remanescente do prestígio pessoal em contraposição ao poder crescente das instituições sociais” (Santos, 2017, p. 146).

⁹ Valentin Calderón, arqueólogo e professor da Universidade Federal da Bahia, realizou trabalhos arqueológicos no interior da Bahia, sendo o responsável por parte da formação do acervo do Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE) da UFBA, bem como da catalogação do acervo do Museu de Arte Sacra (MAS) da mesma universidade.

no Museu Histórico Nacional/MHN de 1932 até 1978.

É bastante comum na Museologia encontrar dados atribuindo à UNIRIO a primazia do curso de Museologia considerando que ele foi uma consequência direta do Curso Técnico de Museus. Esse curso, institucionalizado através do Decreto-Lei nº 21.129 de 7 de março de 1932¹⁰, tinha a duração máxima de dois anos e foi criado com o objetivo de ensinar matérias que interessariam ao próprio Museu. Era um curso de *técnica de museus* conforme estabelece o próprio decreto o que, dessa forma, o diferencia da abrangência de um bacharelado em Universidade¹¹. Embora o Curso tenha obtido o mandato universitário em 1951 – o que lhe conferiu emissão de diploma – através do convênio com a Universidade do Brasil, a legislação brasileira impedia a existência de cursos universitários fora dos locais de educação formal. Assim, tais aspectos jurídicos e legais como validação ou não da precedência serão discutidos com maior profundidade posteriormente.

Sobre o uso do Curso de Técnicas como argumento de primazia na formação da área e no mito de origem, destaco que as relações com o Nordeste, sejam elas de nascimento ou de laços de parentesco, que se manifestam na composição do primeiro grupo de professores do referido curso é uma memória, propositalmente, escamoteada da história: o cearense Gustavo Barroso, o baiano Pedro Calmon, o potiguar João Angyone Costa, o potiguar Rodolfo Garcia, além de Joaquim Menezes de Oliva (carioca, criado na Bahia e de família baiana) e Edgar de Araújo Romero (carioca, de família sergipana)¹².

Ao abordar os dois primeiros cursos em universidades públicas não é minha intenção desmerecer ou privilegiar qualquer que sejam os cursos de museologia anteriormente citados, mas é importante apontar as formas nem sempre sutis dos discursos aplicados dentro das duas

¹⁰ Recuperado em 17/10/2017, de <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

¹¹ A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 dispõem acerca da regulamentação do ensino no país distinguindo o ensino técnico do ensino superior, bem como normatizam o funcionamento da educação em distintas instituições. Dessa forma, o ensino técnico de grau médio, realizado no Museu Histórico Nacional/MHN, teve seus diplomas dos cursos técnicos de **grau médio** registrados no Ministério da Educação e Cultura (Lei nº 4.024, 1961). E, os cursos de ensino superior, que têm por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de **nível universitário** realiza-se de forma indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. Apesar do Museu Histórico Nacional poder ser caracterizado como instituição de direito público, outros requisitos invalidaram a validação do diploma do seu curso técnico como ensino superior nos primeiros anos de funcionamento, um dos motivos para a transferência do curso para a atual UNIRIO (Lei nº 5.540, 1968, grifo nosso).

¹² A tese de Luciana Ferreira da Costa (2017) cita brevemente essa origem masculina e nordestina do Curso de Museus. A marca do protagonismo do Nordeste, a partir dos Fóruns, diferentemente do Sudeste, é feminina e retomei essa questão posteriormente.

Escolas de Museologia¹³ que valoraram uma em detrimento da outra. Assim, analisar sociologicamente a constituição do campo, a atuação dos seus agentes (indivíduos ou instituições) e, sobretudo, as lutas pelo capital cultural e pelo poder simbólico auxiliará na construção crítica do que Bourdieu nomeia por realidade objetiva do campo, bem como suas representações acontecem.

A representação do passado da Museologia brasileira, apresentada em diversos trabalhos, traz, em sua maioria, uma linha cronológica que coloca a UFBA em segundo plano e sedimenta um discurso, pouco crítico, do que pretende ser a história oficial. A título de exemplo recente registra-se a tese de doutorado de Luciana Ferreira da Costa (2017)¹⁴:

Ao longo de todo o século XX, o Brasil contou apenas com **três cursos em Museologia**: o **Curso de Museus** do Museu Histórico Nacional (MHN), criado em 1932 no Rio de Janeiro, o qual foi herdado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o **Curso de Graduação em Museologia** da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na Bahia, criado em 1970, ambos em instituições públicas, e, por fim, com o **curso da Faculdade** de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO) no Rio de Janeiro, em instituição privada, criado em 1975, transferido mais tarde para Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), com funcionamento encerrado em 1995 (Costa, 2017, pp. 4 – 5, grifo nosso).

Nessa breve apreciação da história da museologia, a autora iguala ou confunde os conceitos museu e museologia, bem como considera o Curso Técnico do Museu Histórico Nacional (1932) anacronicamente equivalente ao Curso de Graduação em Museologia da UNIRIO (1979) sem estabelecer crítica pautada em métodos de análise da história ou da sociologia a essas questões. Ela também apaga a existência do Curso de Especialização de São Paulo que, por não ser graduação, é muitas vezes silenciado na escrita histórica da área.

O mesmo acontece na tese de Inês Gouveia (2018) quando a autora também iguala o Curso Técnico de Museus à Graduação em Museologia e identifica-os repetidamente como “Curso de Museus/Museologia” (Gouveia, 2018, p. 30, p. 38, p. 50, por exemplo) ou “Curso de Museus/Escola de Museologia” (Gouveia, 2018, p. 172). Dito dessa forma, a compreensão da autora acerca da área é feita amparada por uma figura de retórica, no caso a metonímia¹⁵,

¹³ Conforme a Lei 5.550, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, as universidades brasileiras gozam de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira e tanto a organização, como o funcionamento delas serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente. Sendo assim, a opção de usar denominações como Instituto, Escola, Faculdade, Curso, entre outros, fica a cargo da Universidade, conforme previsto no estatuto interno de cada instituição não havendo, portanto, normativa hierárquica de distinção.

¹⁴ Recuperado em 07/03/2017, de: < <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21966> >.

¹⁵ “De um modo geral, de acordo com a etimologia, a *metonímia* é uma simples transferência de denominação. A palavra é reservada, todavia, para designer o fenômeno linguístico pelo qual uma noção é designada por um

onde a palavra Museu, que é parte da Museologia, é utilizada como equivalente dessa última através de uma inversão permitida pela existência (ou convenção) de relação objetiva, de continuidade, de causa (Museu) efeito (Museologia), de matéria (Museu) e objeto (Museologia) e/ou continente (Museu) a conteúdo (Museologia). Assim, identificar o uso de figuras de linguagem é importante para compreender como se dá a manutenção de um discurso hegemônico.

Numa abordagem mais recente que discutiu o **mito de origem**, embora mais especificamente focada na formação profissional em Museologia, Cristina Bruno (2019), agente do Estado de São Paulo, destaca que essa trajetória não é linear e foi feita “com esforços de muitas gerações de técnicos e professores, de modalidades diferentes de ensino” (Bruno, 2019, p. 277). Pensando acerca desse mito e considerando os dados apresentados pela autora, é importante ponderar, acredito, que, se o argumento primordial na narrativa histórica é a primogenitura, qual marcador significativo de capital cultural para a museologia deveria ser atribuído a Waldisa Rússio e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo por aquela ter defendido, em 1977, “a primeira dissertação de mestrado elaborada em torno de problemas museológicos – ‘Museus: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento’” (Bruno, 2019, p. 278).

Percebo, dessa forma, que o mito de origem gira em torno das palavras museu e museologia e, embora a palavra museologia tenha na sua origem semântica uma derivação da palavra museu, igualar os conceitos e tudo que destes decorre é um equívoco e essa discussão será enfatizada de forma mais acurada posteriormente, já que se constitui em importante debate na busca da cientificidade da área.

Olhando mais detalhadamente para outras pesquisas recentes na UNIRIO, verificaremos que esse discurso se repete favorecendo, dessa forma, a tentativa de manutenção exclusiva do capital científico no estado do Rio de Janeiro. A dissertação de Graciele Karine Siqueira (2009), por exemplo, além de reforçar que o Museu Histórico Nacional foi, desde 1932, o único polo disseminador de conhecimentos técnicos e de formação de profissionais¹⁶, negligencia os trabalhos realizados por outras instituições museológicas, como, por exemplo, o Museu Paranaense.

termo diferente do que seria necessário, sendo as duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito (a *colheita* pode designer o produto da colheita e não apenas a própria ação de colher), por uma relação de matéria a objeto ou de continente a conteúdo (*beber um copo*), por uma relação da parte ao todo (*uma vela no horizonte*)” (Dubois et al., 1973, p. 412, grifo do autor).

¹⁶ O primeiro museu público do Brasil, fundado por Dom João VI na cidade do Rio de Janeiro em 1818, foi o Museu Real. Em alguns trabalhos da área esta instituição também aparece como o nome de Museu Imperial e,

A propósito desta instituição, Cintia Braga Carneiro (2013)¹⁷, citando os trabalhos de José Neves Bittencourt e Lília Moritz Schwarcz aponta problemas históricos de apagamento e equívocos na construção histórica acerca dos museus brasileiros. Novamente, quando o olhar daquele que produz o conhecimento não se centra no Rio de Janeiro, há uma complexificação do campo:

Na bibliografia existente sobre os museus, no Brasil, praticamente não há referências ao Museu Paranaense. A leitura de consistentes obras sobre museus para o desenvolvimento deste trabalho constata este desconhecimento sobre esta instituição do século XIX, da região meridional do país e ressalta a necessidade de divulgação desta história que também faz parte da história brasileira (Carneiro, 2013, p. 19).

Dessa forma, é preciso atentar para o fato de que sendo o Brasil um país continental e com poucas pesquisas que possam assegurar informações assertivas sobre os trabalhos desenvolvidos nas diferentes regiões geográficas e suas instituições culturais, torna-se difícil estabelecer conclusões definitivas. Ricardo Carvalho Rodrigues (2018), também discutindo o lugar do Museu Paranaense no contexto histórico e museológico brasileiro do século XIX, apresenta que houve ações que o invisibilizaram nessa leitura do passado.

Rodrigues (2018), revisitando a bibliografia histórica que apresentava apenas três principais museus do século XIX – Museu Nacional (1808), Museu Paraense (1871) e o Museu Paulista (1895) – defende a inclusão do Museu Paranaense (1876) considerando, entre outras coisas, que as quatro instituições eram museus de história natural com perfil científico ainda que o Museu Paranaense, diferentemente dos demais, tenha tido seu trajeto mais voltado para a comunidade e não para o acervo, o que, por sinal, não se constitui em problema.

Para o autor, mesmo “tendo o Museu Paranaense buscado se colocar nos cenários culturais brasileiros do século XIX, suas referências e sua posição como um museu com trajetória diferenciada dos modelos apresentados nesse período não são [foram] narradas” (Rodrigues, 2018, p. 86) o que colabora com o argumento da disputa no campo pelo poder simbólico.

posteriormente, ficou conhecido como Museu Nacional. Em 1866 é criado o Museu Paraense Emilio Goeldi no estado do Pará, região Norte do país e, em 1876 o Museu Paranaense no Sul do Brasil. Além desses, no Estado do Rio Grande do Sul, região Sul, em 1903 foi fundado o Museu Júlio de Castilhos, na cidade Porto Alegre (Carneiro, 2013).

¹⁷Recuperado em 09/02/2017, de: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/ebook_museu_paranaense_e_romario_martins.pdf

Esse mesmo comportamento de invisibilização ou desconhecimento de outras ações nas demais regiões brasileiras e até mesmo internacional é observado novamente no trabalho de Siqueira (2009) em sua defesa apaixonada pelo Curso de Técnica de Museus no Museu Histórico Nacional. Segundo a autora, este foi

[...] **o primeiro Curso de Museus das Américas e talvez o mais antigo do mundo** a capacitar profissionais para lidar e pensar as questões concernentes aos museus e aos seus objetos, uma vez que o curso para formação de profissionais da Escola do Louvre tinha uma formação mais voltada para a área arqueológica e, posteriormente, para o campo da História da Arte (Siqueira, 2009, p. 23, grifo nosso).

Aferir que esse Curso de Técnicas de Museus foi o primeiro das Américas é diferente de indicar que, possivelmente, esse curso possa ter sido o primeiro das Américas, embora a autora não apresente levantamento para assegurar esse dado. O Louvre, citado por Siqueira (2009), tem sua história marcada pela Revolução Francesa em 1789 e o registro de ensino na *École du Louvre* tem sua datação em 1882, ou seja, cinquenta anos antes (Costa, 2017, p. 36). Ainda que a Escola do Louvre, no período de formação, tenha se debruçado mais efetivamente sobre os objetos da coleção de arqueologia e de arte, conforme Siqueira (2009) apresenta, e confirmado no depoimento de Varine Bohan ao professor Mario Chagas¹⁸, o trabalho com as coleções marca, de fato, os trabalhos empíricos em Museus, não sendo diferente no Curso de Técnicas de Museu do Museu Histórico Nacional, bem como fundamenta, posteriormente, outros trabalhos na Museologia.

Dessa forma, desenvolvendo o pensar relacional de Bourdieu (2011), que questiona os fundamentos epistemológicos, destaco que, no Brasil, embora tenha nascido dentro de uma Universidade Federal, o Bacharelado em Museologia da UFBA, datado de 1969, não tem marcado na história da museologia brasileira a primazia do pensamento museológico em uma Universidade. Isso não se deu porque não há ou não houve eventos, pesquisas ou trabalhos técnicos e científicos sendo realizados no Nordeste brasileiro. Para exemplificar, destaco, entre eventos importantes ocorridos no Nordeste brasileiro e que discutiram a formação profissional da área: o III Congresso Nacional de Museus (1963), em Salvador/BA; o I Encontro de Museólogos (1981), também Salvador/BA e o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (1983), em Recife/PE.

Além desse pequeno recorte de eventos e acerca do Nordeste, é possível identificar entre os vários artigos e livros da professora Maria Célia Santos, por exemplo, a importância

¹⁸ Recuperado em 09/07/2017 de: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3541?show=full>>.

do Curso da UFBA na configuração do campo. Entretanto, embora a produção científica do Nordeste e dessa agente, seja utilizada ao longo da tese, foi perceptível, por mim, em diversos momentos da movimentação do campo, visualizar a proposição, por outros agentes de outros lugares, de leituras e recortes supostamente hegemônicos.

A UNIRIO, que recebeu o Curso Técnico de Museus do MHN quase uma década após a criação do bacharelado da UFBA, celebra a Escola de Museologia e o Curso Técnico de Museus como se eles fossem um elemento só porque, a datação do tempo é, entre outros argumentos, para esta Escola, importante como criação de marco histórico que sugere a precedência e o controle do capital simbólico que possa estar atribuído a essa posição no campo.

Isso pode ser atestado no convite celebrativo de aniversário¹⁹ encaminhado no ano de 2018 para os Cursos de Bacharelado em Museologia em todo o Brasil²⁰. Neste documento a UNIRIO registra os 86 anos da Escola de Museologia como se fossem os 86 anos de criação do Curso Técnico de Museus, só que a Escola foi estabelecida nesta universidade entre os anos de 1978/1979. Percebe-se que, dessa forma, a narrativa histórica registra como se fossem iguais, valorizando a UNIRIO, o Curso Técnico de Museu à Escola de Museologia do Rio de Janeiro/RJ, desconsiderando a datação anterior da Graduação em Museologia da UFBA. Em seu site institucional também consta que

A Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) é a **mais antiga da América do Sul**. Criada em 1932, vem aprimorando constantemente seu currículo e seus métodos de ensino, para formar profissionais sempre sintonizados com o mercado de trabalho existente e prospectivo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro [UNIRIO], 2017, grifo nosso).

Nesta abordagem inicial desloco o foco para a intenção da marcação de um espaço de primazia, de força, como se esse dado por si só validasse o discurso de superioridade, de destaque e de maior importância entre as duas escolas situadas em duas regiões geográficas distintas. A luta científica pelo controle do campo museológico, identificada aqui, existiu,

¹⁹ Convite Celebrativo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro [UNIRIO], 2018). Convite UNIRIO – Anexo 2.

²⁰ Atualmente o Brasil possui 13 cursos de Bacharelado em Museologia presentes em todas as regiões geográficas do Brasil e em institutos federais. São quatro na região Nordeste (Universidade Federal da Bahia/UFBA, Universidade Federal de Sergipe/UFS, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e Universidade Federal do Recôncavo Baiano/UFRB), um na região Norte (Universidade Federal do Pará/UFPA), dois na região Centro-Oeste (Universidade Federal de Brasília/UnB e Universidade Federal de Goiás/UFG), três na região Sudeste (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP e Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG) e três na região Sul (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL).

como poderá ser verificada, em outros momentos históricos como observado nos Fóruns Nordestinos de Museologia.

A luta científica é uma luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado no e pelo campo (portanto, em estado incorporado, em cada um dos agentes) seja mais importante e que estejam de acordo ao menos para invocar, como uma espécie de árbitro último, o veredito da experiência, isto é, do ‘real’ (Bourdieu, 2004, pp. 32 - 33).

A análise apurada dos relatos dos agentes nos diversos documentos produzidos pelos Fóruns possibilitou indagar se a disputa pelo controle do campo havia ocorrido por meio do que Rodolfo Stavenhagen (1965/2014) nomeou de colonialismo interno. Dessa forma, embora reconheçamos que Bourdieu tenha significativas contribuições para a pesquisa científica aqui desenvolvida (e é o principal teórico de referência), há uma percepção da diferença do desenvolvimento social, cultural e econômico entre os países Latino Americanos, não estudados por Bourdieu, que justificará a introdução de outros autores, como Stavenhagen e Paulo Freire²¹.

Rodolfo Stavenhagen (1965/2014)²² ao discutir os problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano discorreu acerca de sete teses equivocadas sobre a América Latina que, apesar de serem afirmações ora equivocadas ora ambíguas, foram aceitas e legitimadas pela comunidade acadêmica e continuam sendo disseminadas. As teses se relacionam entre si, bem como estão condicionadas ao conceito de colonialismo interno defendido pelo autor.

O artigo *Siete tesis equivocadas sobre América Latina* foi primeiro publicado no jornal mexicano *El Día*, em 25 e 26 de julho de 1965. O texto critica **sete teses sociológicas** que apesar de terem sido comprovadas como falsas, continuam sendo repetidas, muitas vezes de forma dogmática. Elas são: ‘os países latino-americanos são sociedades duais’; ‘o progresso na América Latina se realizaria mediante a difusão dos produtos industrializados nas zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais’; ‘a existência de zonas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional progressista’; ‘a burguesia nacional tem interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia latifundiária’; ‘o desenvolvimento da América Latina é criação e obra de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, e o

²¹ Jessé Souza, por exemplo, assegura que “mesmo os pensadores [europeus] mais críticos e talentosos nunca criticaram [a teoria da modernização] enquanto pressuposto intocável da percepção da diferença de desenvolvimento entre os países” (Souza, 2019, p. 17) citando, como exemplo, o trabalho de Jürgen Habermas em que esse autor “diz que sua teoria comunicativa só se aplica ao ‘Atlântico Norte’, sem explicar por que não se aplicaria ao resto do mundo” e que há uma situação semelhante em Pierre Bourdieu (Souza, 2019, p. 262).

²² O texto utilizado nessa tese é a tradução do original em espanhol cotejado da tradução revisada pelo próprio autor para o inglês.

objetivo da política social e econômica de nossos governos deve estimular a mobilidade social e o desenvolvimento dessa classe'; 'a integração nacional na América Latina é produto de mestiçagem'; e 'o progresso na América Latina só se realizará mediante uma aliança entre operários e camponeses, aliança que impõe a identidade de interesses destas duas classes' (Lima, 2010, pp. 137 – 138, grifo nosso).

Para Stavenhagen (1965/2014), os países latino-americanos não são sociedades economicamente duais em que uma é arcaica, agrária e, a outra, moderna, urbanizada e em desenvolvimento, como aparece em muitos autores. Dessa forma, o conceito de sociedade dualista, comumente utilizado para justificar o desenvolvimento de uma região e o subdesenvolvimento de outra, não se aplica por duas razões:

primeiro porque os dois polos são o resultado de **um único processo histórico**, e segundo porque as relações mútuas que conservam entre si as regiões e os grupos 'arcaicos' ou 'feudais' e os 'modernos' ou 'capitalistas' representam o funcionamento de uma só sociedade global da qual ambos polos são partes integrantes (Stavenhagen, 1965/2014, p. 160, grifo do autor).

Como o período colonial da América Latina foi economicamente marcado pelos ciclos exploratórios de matérias primas e manufaturas e tais produtos foram desenvolvendo-se e decaindo formando, por meio dos ciclos, zonas prósperas e zonas decadentes, Stavenhagen (1965/2014) afere que cada um dos ciclos na mesma medida que traziam prosperidade em seu auge, ao ser findado, deixava uma economia estancada, atrasada. Assim, em grande parte do Brasil o subdesenvolvimento **seguir**, e não precedeu ao desenvolvimento.

Nessa lógica, o desenvolvimento localizado e pontual de uma região implicava o subdesenvolvimento de outra e, a área (ou áreas) em expansão, assumia(m) o lugar de metrópole(s). Como exemplo, é possível citar as duas cidades que abrigam os dois primeiros cursos de bacharelado em Museologia. A transferência da capital do Brasil da cidade de Salvador, no Nordeste, para o Rio de Janeiro, no Sudeste, ocasionou o subdesenvolvimento de Salvador na medida em que o Rio de Janeiro assumiu a função de metrópole das demais áreas brasileiras exploradas. Stavenhagen (1963) também estabelece que o componente fundamental do colonialismo interno é a marcação étnico racial visto que, o colonialismo interno, assim como o colonialismo clássico, se pauta pela atribuição de caracteres racial ou etnicamente negativos ao polo subordinado²³.

²³ A Bahia, segundo os dados do censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, ocupa o segundo lugar no ranking nacional com 76,3% autodeclarados pretos e pardos perdendo para o estado do Pará, no Norte do país, que apresentou o maior número de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas no Brasil. O estudo revelou que 76,7% dos paraenses afirmaram ser pretos ou pardos e entre eles, 69,5% se disseram pardos e 7,2%, negros. A Bahia, por outro lado, é o estado com maior número de pessoas que se declararam pretas, cerca

Paulo Freire (2018), por sua vez, também percebe as questões do colonialismo interno de Stavenhagen na sociedade latino-americana e, ao seu modo, a caracteriza como sociedade-sujeito e sociedade-objeto.

A sociedade fechada latino-americana foi uma sociedade colonial. Em algumas formas básicas de seu comportamento observamos que, geralmente, o ponto de decisão econômica desta sociedade está fora dela. Isso significa que este ponto está dentro de outra sociedade. Esta outra é a sociedade matriz: Espanha ou Portugal em nossa realidade latino-americana. Esta sociedade matriz é a que tem opções; em troca, as demais sociedades somente recebem ordens. Assim é possível falar de ‘sociedade-sujeito’ e de ‘sociedade-objeto’. Esta última opera necessariamente como satélite comandado pelo seu ponto de decisão: é uma sociedade periférica e não reflexiva. [...] Nestas sociedades se instala uma elite que governa conforme as ordens da sociedade diretriz. Esta elite impõe-se às massas populares. Esta imposição faz com que ela esteja *sobre* o povo e não *com* o povo (Freire, 2018, pp. 42 – 43, grifo do autor).

Embora Paulo Freire (2018) identifique como sociedade matriz, no caso latino-americano, países da Europa, em seguida ele faz a demonstração da diferenciação de uma sociedade que explora e a outra sociedade que é explorada. Este é o modelo que encontramos no Brasil e já discutido anteriormente a partir de Stavenhagen (1965/2014). Para a constituição dessa sua interpretação, Paulo Freire referencia Eric Fromm²⁴ e Wright Mills²⁵ e, baseados nesses autores, constrói sua concepção de verdadeiro compromisso solidário.

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens [e mulheres] (Freire, 2018, p. 25).

Percebe-se que os autores convergem no entendimento da subordinação pela via econômica de exploração. Se por um lado Stavenhagen opta em fazer o enfrentamento via sociedade, Paulo Freire também o fará, mas reinterpretando para utilizá-lo na construção da pedagogia feita **com** o povo. O caráter humanista de Paulo Freire – não o humanismo das belas-artes ou da formação clássica, tampouco o humanismo da erudição – influenciou gradativamente as ações coletivas desenvolvidas nos Fóruns Nordestinos de Museologia. Para Freire (2018),

de 17,1%, enquanto que as demais, 59,2%, se disseram pardas. É importante destacar que o alto índice de paraenses que se declaram pardos deve-se ao processo de miscigenação entre índios e não indígenas na região amazônica. Na Bahia a grande maioria dos entrevistados que se declararam pardos são afrodescendentes. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_capa_sum.pdf. Acessado em 08/07/2018.

²⁴ Sobre tudo em sua obra ‘O coração do homem’ “na qual ele discute claramente a frustração do não atuar e suas consequências” (Freire, 2018, p. 22).

²⁵ A obra de Wright Mills referenciada por Paulo Freire é *La elite del poder* (1945) (Freire, 2018).

O humanismo é um **compromisso radical** com o homem concreto. Compromisso que se orienta no sentido de transformação de qualquer situação objetiva na qual o homem concreto esteja sendo impedido de ser mais (Freire, 2018, p. 28, grifo nosso).

Nesta pesquisa, as análises de Stavenhagen e Paulo Freire convergem evidenciando a centralidade dos estudos de museus e das Museologias nas ciências sociais e marcam os trabalhos da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos no compromisso social assumido em sua atuação no campo museal e museológico brasileiro. Deve-se ressaltar que esse mecanismo de olhar com humanismo à função social do museu, na Museologia, não se passa apenas no Brasil. Em outra latitude, em Portugal, é feito através do desenvolvimento dos estudos da Sociomuseologia. Segundo Mario Moutinho (2016),

Sociomuseology can be seen as the result of a process of maturity of New Museology as a result of the deep changes in our contemporary society. Sociomuseology seeks to integrate a considerable part of the effort to adapt museum structures to the contemporary society with the new reality of a network society and with new levels of public museums autonomy. The process of opening up the museum, as well as its organic relation with the social context, has resulted in the need to structure and clarify the relations, notions and concepts that may define this process (Moutinho, 2016, s/p).

Por meio da necessidade de estruturar e esclarecer as relações de poder no campo museológico, oriento-me, pautada também nesses dois autores da Museologia, para apresentar as experiências dos Museus do Nordeste que estiveram radicalmente comprometidos, parafraseando Paulo Freire, com seu patrimônio e com uma nova museologia. Priorizando o argumento de que é preciso reconhecer a atuação histórica de outros agentes na configuração do campo Museologia no Brasil, proponho uma leitura diversa da historicamente (e supostamente) consolidada com esta pesquisa, que também é sobre democratização, reconhecimento, diversidade e respeito.

Nesse contorno, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a construção do campo museológico brasileiro a partir das disputas que emergiram nos Fóruns Nordestinos de Museologia entre os anos de 1988 até 1996. Para isso, primeiramente foi preciso revisar conceitos, como museu e museologia, que marcam a implantação do campo científico e tornam-se imprescindíveis para o estabelecimento dos limites da área. Associado a essa questão, discutir e problematizar, sempre relativizando, a função dos agentes, sejam eles instituições como o ICOM e seus comitês e/ou as universidades e demais museus e museólogos do Brasil, sejam profissionais liberais comprometidos com a cultura.

Embora questões que envolvem os estudos de gênero e raça atravessem a tese em inúmeros momentos, aprofundar nessas temáticas, com o devido respeito que elas merecem, constituiria uma outra tese e por esse motivo elas são trabalhadas apenas a partir das perspectivas dos autores de referência no recorte aqui proposto. Entretanto, não me furtei de considerar, na escrita do texto, a presença majoritária das mulheres nordestinas e sempre que possível apresentei-as em artigos femininos ainda que houvesse uma minoria masculina. Dessa forma, a leitora/o leitor encontrará escrito: as conferencistas, as palestrantes, as agentes, entre outras expressões que identificam e marcam o protagonismo feminino da Museologia no Nordeste.

Também foi preciso ventilar a formação profissional dos primeiros cursos de graduação em Museologia do país, considerando a existência e importância da pós-graduação *latu senso* da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Compreendendo a importância que a análise aprofundada das grades curriculares desses cursos traria para esta pesquisa, entretanto, essa ação, por si só, se constituiria novamente em uma outra tese e, por esse motivo, serão abordados apenas alguns aspectos relacionados ao ensino da Museologia no Brasil. Pautei-me na diferenciação existente do ensino da técnica de museu, amparada nas coleções e, portanto, no objeto, do ensino da Museologia, mais amplo, centrado na produção cultural humana e comprometido com o desenvolvimento social.

Em seguida foram realizadas as ações de levantar, sistematizar e organizar as informações constantes nos documentos referentes aos Fóruns para examinar, por meio deles, como a disputa pelo campo aparece nos discursos dos agentes da área. A hipótese é que, na luta pelo capital científico houve ações que invisibilizaram a importância das realizações do Nordeste brasileiro que culminaram no apagamento dos trabalhos da UFBA e demais instituições do Nordeste na consolidação do campo.

Os Fóruns Nordestinos de Museologia, ocorridos entre os anos de 1988 até 1996 em oito estados do Nordeste brasileiro, são o registro e uma irrupção de uma forte tensão no campo e, além da publicação anteriormente citada, não houve, até a realização desta pesquisa, estudos aprofundados acerca desse movimento de insurgência.

Em 1987 é realizado, em Ouro Preto, o X Congresso Nacional de Museus [...]. Nesse evento, os museólogos da região Nordeste, participantes do Congresso Nacional de Museus, **congregados pela vontade de lutar pela conquista de um espaço** onde pudessem identificar, discutir e buscar soluções para problemas comuns, reuniram-se para propor a realização do Fórum de Museologia do Nordeste (Santos, 2008, pp. 195 – 196, grifo nosso).

Num trabalho mais recente, a professora Maria Célia Santos (2019), reavaliando a posição dos agentes nordestinos nos espaços sociais de representação, utiliza o mesmo conceito – colonialismo interno – que aqui estou manejando: “Os profissionais nordestinos presentes no encontro de Ouro Preto [X Congresso Nacional de Museus], naquele momento, se reuniram e expressaram suas insatisfações em relação a serem excluídos do programa daquele evento e de outros organizados fora da Região Nordeste, postura que identificavam como resultado do **colonialismo interno**, que os atingia” (Santos, 2019, p. 264, grifo nosso).

Assim, o levantamento dos dados para esta pesquisa foi realizado por meio de extenso arrolamento de documentos em onze arquivos institucionais, sendo quatro na Bahia e relacionados à UFBA – arquivo central da Universidade Federal da Bahia/UFBA, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH, do Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE e do Museu de Arte Sacra/MAS –; um pertencente à Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ, em Recife/PE; um na Paraíba, na Fundação Casa de José Américo/FCJA; quatro no Rio de Janeiro sendo dois pertinentes a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO – arquivo central da UNIRIO e o arquivo institucional da Escola de Museologia/EM –, outro da Associação Brasileira de Museologia/ABM e mais um no arquivo do Museu Histórico Nacional/MHN. Por fim, o arquivo da Câmara dos Deputados Federais, em Brasília.

Além desses, mais dois arquivos pessoais foram consultados. Inicialmente o da professora da UFBA, Maria Célia Teixeira Moura Santos, militante ativa e presente em todas as edições dos Fóruns e posteriormente o de Cristina Negrão, responsável pelo primeiro Fórum e guardiã das transcrições dos relatos de todos os representantes dos Estados do Nordeste. Esse levantamento reuniu um montante qualitativamente imensurável de documentos inéditos constituindo-se em fonte para compreendermos qual a importância e efeitos concretos dos Fóruns sobre a área Museológica Brasileira.

Conforme a leitura dos Manifestos gerados em cada encontro dos Fóruns Nordestinos de Museologia avançava notou-se que as divergências entre os cursos da Bahia e do Rio de Janeiro eram anteriores aos Fóruns. Dessa forma, como metodologia de investigação, foi necessário averiguar a constituição dos dois cursos em seus respectivos locais de origem para avaliar historiograficamente as publicações relativas a essa temática e compreender, dessa forma, os discursos aplicados. A pesquisa histórica se avolumou com o material documental coletado e sistematizado do que foi produzido pelos Fóruns o que nos permitiu interpretar a Museologia pensada e executada no Nordeste do país naquele momento.

Através da análise do discurso, campo das questões sobre a linguagem, é possível decodificar os discursos dos agentes dos Fóruns Nordestinos de Museologia confrontando a linguagem com a palavra escrita nos documentos e nos diversos registros dos eventos. Dessa forma, a proposta de reflexão é sobre a linguagem utilizada, sobre os sujeitos envolvidos, sobre a história que aconteceu e que foi registrada e sobre a ideologia²⁶ que marca as ações. Embora Bourdieu faça a opção de utilizar termos mais específicos como *doxa e illusio* ao invés de ideologia, como o termo assim aparece repetidamente tanto nos documentos quanto em diversos autores, fiz a opção de mantê-lo na pesquisa e, quando oportuno, discuti-lo conforme a abordagem de Bourdieu.

Para Bourdieu (1998), a gramática só define o sentido parcial, visto que é na relação com o mercado que ela opera que se torna possível fazer uma determinação completa da significação do sentido atribuído. Segundo o autor, por esse motivo é que a ciência social deve tornar-se independente da língua, visto que “não é possível, em especial, compreender os efeitos simbólicos da linguagem sem ter em conta o facto, mil vezes atestado, de que a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades generativas são sem limites” (Bourdieu, 1998, p. 19).

Novamente foi preciso, então, interpretar dessas duas formas para atribuir sentidos uma vez que todo discurso é incompleto, contudo, também é, seguramente, um objeto sócio-histórico, portanto, uma proposta de reflexão.

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (Orlandi, 2015, p. 8).

Com a análise do discurso, objetivamos compreender os textos dos documentos em sua discursividade de maneira que seja possível produzir sentidos históricos, sociais, regionais, profissionais e até mesmo pessoais. Colocando as possíveis interpretações em questão problematizamos acerca de quais outros sentidos ainda não foram analisados na história da Museologia brasileira e quais outras interpretações são possíveis.

Daí deriva, penso eu, a riqueza da Análise de Discurso ao permitir explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, **sem apagar as diferenças**, significando-as teoricamente, no jogo que se estabelece na distinção

²⁶ Segundo Eni Orlandi (2015), considerando que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, torna-se possível trabalhar na análise do discurso a relação língua-discurso-ideologia.

entre o dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que lhe correspondem (Orlandi, 2015, p. 26, grifo nosso).

Enfatizado o objeto do estudo, a contextualização do problema, a justificativa de escolha do tema, e a relevância da execução da investigação trago, a seguir, como delineamento do corpo da tese, a divisão do conteúdo em três capítulos.

No primeiro, intitulado *Museologia no Brasil: do conceito ao campo*, foi realizado levantamento conceitual dos verbetes museu e museologia em publicações técnicas da área nos contextos históricos de sua formação, bem como discutido como os termos foram sendo utilizados na formação do campo científico. Inevitavelmente tornou-se necessário apontar com brevidade as forças internacionais e nacionais atuantes na constituição da área e como os embates surgidos repercutiram na formação da Museologia como nova disciplina acadêmica. Como a palavra museologia tem sua origem semântica na palavra museu, essa análise de limites entre a instituição e a área também foi problematizada. Fechando este capítulo, apresento a consolidação do campo científico no Brasil por meio de duas análises. A primeira versa acerca da inauguração da educação superior no Brasil com a implantação dos dois Cursos de Graduação – o primeiro na Universidade Federal da Bahia/UFBA (1969) e o segundo na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO (1977) – e o Curso de Especialização da Fesp (1978) no Estado de São Paulo para não replicarmos a lógica da invisibilidade tão fortemente presente no campo brasileiro. E, a segunda análise, que trata da demarcação política e social do espaço social brasileiro que, pautado em critérios naturalizados consolidaram disputas regionais geradas nos dois polos de ação aqui explorados: o Nordeste e o Sudeste.

Nos dois capítulos posteriores faço a análise do discurso das agentes responsáveis pela realização dos oito Fóruns Nordestinos de Museologia através dos trabalhos apresentados e manifestos acordados nestes eventos. A tensão no campo, os movimentos de irrupção, os fluxos de resistência e o trabalho desenvolvido por intermédio dos agentes são desvendados, divididos em dois blocos e justificados pelo que identifico como amadurecimento e transformação da área.

Dessa forma, no segundo capítulo – *Dos Encontros de Museus do Nordeste aos Fóruns Nordestinos de Museologia* – as insatisfações, as denúncias de invisibilização e o preconceito, assim como os problemas coletivos enfrentados constituem-se em eixos e argumentos para problematizar a teoria e a prática museológica. Conscientes de outros desejos profissionais e cientes de sua força e representação, os agentes nordestinos presentes

no X Congresso Nacional de Museologia²⁷ insurgem contra a prática museológica hegemônica, bem como o suposto predomínio dos agentes de parte do Sudeste brasileiro no campo museológico e organizam-se politicamente. Esse bloco da pesquisa é composto por levantamentos de dados e informações acerca da realidade particular experimentada por eles, bem como a descrição e análise da forte organização institucional de representação que assegura seu capital cultural no campo. Os quatro primeiros Encontros, que são analisados neste segundo capítulo, demonstram o caminho de organização da resistência e militância que proporcionou estabilidade e maturidade para a reconfiguração do Fórum, em Salvador/Bahia, quando o evento ganha repercussão internacional, bem como se abre para pesquisadores e profissionais das demais regiões brasileiras.

No terceiro capítulo – *Do Museu à Museologia: a concepção teórica da área no Nordeste* – os agentes dos Fóruns já tinham desenvolvido muitas ações de capacitação técnica pensando tanto no acervo como nas instituições que eles atuavam. Assim, a palavra-conceito Museu vai cedendo lugar para a reflexão teórica da área na configuração do termo Museologia, ou melhor dizendo, da Nova Museologia. Ouvir democraticamente todos os discursos individuais permitiu que eles lutassem pelo direito à fala. Eles queriam falar e desejavam, na mesma proporção, não serem censurados/silenciados mas, para isso, seria preciso, “dentro dos limites da *estrutura das possibilidades de lucro material ou simbólico* que as diferentes formas de discurso podem proporcionar aos diferentes produtores em função da posição que estes ocupam no campo” (Bourdieu, 1998, p. 154, grifo do autor), que um espaço de interlocução fosse construído.

O discurso, que para Bourdieu (1998) é “o resultado de um *compromisso* entre um *interesse expressivo* e uma *censura* constituída pela própria estrutura do campo no qual o discurso se produz e circula” (Bourdieu, 1998, pp. 153 – 154, grifo do autor), é o que regula, entre outras coisas como o preconceito, por exemplo, a relação entre as classes. Havendo preconceito e classes haverão, fatalmente, o opressor e o oprimido e o explorador e o explorado. Ainda que o código linguístico da estrutura do campo fosse o do entendimento do museu tradicional e do tratamento do acervo conforme padrões técnicos específicos para cada conjunto de peças, ainda assim o Nordeste objetivou produzir efeitos no campo que possibilitaram a eles, agentes oprimidos, adquirir autoridade institucionalizada.

²⁷ O X Congresso Nacional de Museus foi promovido pela Associação Brasileira de Museologia e organizado pelo Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais/MG. Ocorreu na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, sudeste brasileiro, no Cine Vila Rica entre os dias 08 e 13 de novembro de 1987.

Portanto, os agentes organizados enquanto grupo que promovia uma ação coletiva e que já tinham capital cultural e bens simbólicos adquiridos seguiram na luta para defenderem e valorizarem a Museologia que acreditam: a Museologia latino-americana. Ancorados na pedagogia de Paulo Freire, elas objetivaram apresentar amplamente propostas dialógicas para a área e se abrem para as demais regiões do Brasil. Organizadas a partir do movimento da Nova Museologia e do conceito de Museu Integral, as agentes nordestinas conduziram os trabalhos na região abrindo o espaço social de debate para interlocução de novos agentes e outras problemáticas.

Acredito que analisar esse movimento de refração no campo Museologia do Brasil possibilitará: a percepção das distintas “estratégias propriamente políticas para o terreno das lutas intelectuais” (Bourdieu, 1998, p. 195); o reconhecimento das regras escritas e não escritas do jogo; qual capital simbólico estava em jogo; o(s) discurso(s) e a(s) verdades escondidas para, talvez, reestabelecermos hierarquias sobre novas bases.

Nas considerações finais, por fim, faço uma análise das principais questões levantadas pelos agentes e aqui discutidas de forma a pensar relacionalmente esse momento, bem como as contribuições dos agentes na atual configuração do campo Museologia no Brasil.

*O poder simbólico é o poder de
construção da realidade*
Pierre Bourdieu

1 Museologia no Brasil: do conceito ao campo

A palavra museologia é polissêmica. Ao longo de sua história foi confundida com a palavra/conceito museu pela origem semântica, bem como por manter-se associada à instituição museu. Entretanto, quando é realizada uma busca bibliográfica pelo termo museologia, qualquer que seja o autor, sabe-se que as pesquisas sobre essa temática versam especialmente sobre informações levantadas e discutidas pelo Conselho Internacional de Museus/ICOM, criado após a II Guerra Mundial.

Em 1945, com o final da guerra, cinquenta estados-nação reuniram-se voluntariamente e criaram a Organização das Nações Unidas/ONU²⁸, organização internacional que objetivava trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundial. Uma das agências da ONU é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO²⁹ que atua nas áreas de Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação na promoção de soluções para os problemas das sociedades dos seus Estados-Membros. O ICOM, por sua vez,

[...] surgiu na esteira da criação da UNESCO, em novembro de 1946, em Paris, sob o impulso do presidente dos trustes do Museu das Ciências de Buffalo – o norte-americano Chauncey J. Hamlin –, que havia conseguido a adesão para essa causa do diretor dos Museus da França, Georges Salles, o qual será o segundo presidente do ICOM, de 1953 a 1959. Os grupos de trabalho constituídos, no ano seguinte, em seu seio fornecem um verdadeiro panorama do **domínio museal** na época, compreendendo as artes, a arqueologia, a história e os sítios históricos; a etnografia e as artes populares, a ciência e as técnicas mecânicas, as ciências naturais; enfim, os museus para crianças (Poulot, 2005/2013, pp. 16 – 17, grifo nosso).

Sob o domínio do ICOM a Museologia foi construída, desenvolvida, controlada e aprimorada. André Desvallées e François Mairesse (2013), no estudo que objetivou apresentar os conceitos-chave da Museologia em diversos países do mundo, descrevem que “etimologicamente, a museologia é ‘o estudo do museu’ e não a sua prática – que remete à ‘museografia’” (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 61), entretanto, segundo os autores, o termo possui cinco acepções bem distintas, marcadas, sobretudo, nos países em que é reconhecida e utilizada.

Na primeira acepção o termo museologia refere-se a tudo “aquilo que toca ao museu” e, na segunda, é utilizado “em grande parte do meio **universitário ocidental**” aproxima-se da sua origem etimológica referindo-se ao ‘estudo do museu’” (Desvallées &

²⁸ Recuperado em 05/07/2019, de: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>

²⁹ Recuperado em 05/07/2019, de: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>

Mairesse, 2013, p. 61, grifo nosso). Todavia, segundo esses autores, as definições mais utilizadas acercam-se da que foi proposta por George Henri Rivière³⁰, em 1981, onde a Museologia ganhou o status de **ciência aplicada**, ou seja, a **ciência do museu**, embora tenha encontrado resistências em algumas partes do mundo.

Os meios anglo-americanos, geralmente reticentes face à invenção de novas ‘ciências’, costumam privilegiar a expressão *museum studies*, particularmente usada na Grã-Bretanha, onde o termo *museology* é, ainda atualmente, pouco empregado. É indispensável ressaltar que, de modo geral, apesar de o termo ter sido cada vez mais usado no mundo a partir dos anos 1950, ele permanece sendo muito pouco utilizado por aqueles que vivem o museu em seu ‘cotidiano’, permanecendo seu uso marginalizado àqueles que veem o museu do exterior. Essa acepção, muito disseminada entre os profissionais, passa a ser progressivamente **imposta** a partir dos anos 1960 nos **países latinos**, suplantando o termo ‘*museografia*’ (Desvallées & Mairesse, 2013, pp. 61 – 62, grifo nosso).

Assim, a tradição que chega ao Brasil no tratamento e uso dos termos consolida-se seguindo os critérios estabelecidos pelo Conselho Internacional de Museus/ICOM, bem como pelos trabalhos desenvolvidos e disseminados por essa instituição³¹. Dominique Poulot (2005/2013), em sua obra que traz no título os termos Museu e Museologia, investigando e refletindo sobre a área que lida com o ser humano e a constituição do patrimônio cultural, compreende o museu como instituição mutante³² e a Museologia como gênero indefinido.

A museologia é um **gênero indefinido** em que se verifica a mistura, por um lado, de uma museografia erudita italiana ou espanhola, associada frequentemente à biblioteconomia; de uma museologia alemã marcada pela teoria pedagógica e pela história dos conceitos; de uma museologia semiótica oriunda da Europa Central, surgida no decorrer dos anos 1960-1970 e cujos **avatares** são múltiplos (Poulot, 2005/2013, p. 13, grifo nosso).

O autor concorda que o ICOM, ao longo das décadas de 1960/1970, assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus. E que seus primeiros

³⁰ Georges-Henri Rivière foi diretor do Conselho Internacional de Museus/ICOM de 1948 a 1966.

³¹ Dentre as autoras brasileiras, podemos citar Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Suas contribuições nas discussões acerca dos conceitos podem ser notadas tanto no Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-Brasil), bem como, no contexto do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) do ICOM (Bruno, 2010b, v. 1, p. 22). Como Waldisa assinava seus documentos hora usando apenas o sobrenome Rússio e em outros momentos Guarnieri, nesta tese, manteremos a opção da autora no texto utilizado e respeitaremos a sua escolha nominal.

³² “Frente às mutações aceleradas que o museu sofreu e sofre, algumas características tornaram-se fundamentais para a instituição: a existência de um prédio que imponha disposição, percurso, remodelagens ou reconstruções; do ponto de vista administrativo o estabelecimento de uma missão e de um estatuto que define suas ambições museais; a estrutura administrativa e profissional que implicou na constituição do código de ética e uma prática de organização; a natureza das coleções de cunho permanente e a constituição de um prédio” (Poulot, 2005/2013, p. 33).

responsáveis, Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine³³, revelaram-se importantes na definição filosófica deste comitê contribuindo também para a normatização das práticas de conservação, exposição, documentação, comunicação, etc., ou seja, da museografia.

Corroborando com essa proposição, André Desvallées e François Mairesse (2013), apresentam a terceira acepção, amplamente debatida por Zbynek Stránsky e Ana Gregorová, visto que esses pesquisadores objetivaram, por meio dos seus estudos, estruturar uma base teórica onde a museologia passasse “a ser progressivamente considerada como um verdadeiro **campo científico** de investigação do real (uma ciência em formação) e como **disciplina independente**” (Desvallées & Mairesse, 2013, pp. 61 – 62, grifo nosso).

A década de 1960 é marcada por esse debate acerca da cientificidade ou não da Museologia e também pela tentativa de demarcação do seu objeto de estudo. Por esses motivos, “a vontade de **impor** a museologia como ciência e de cobrir todo o campo do patrimônio aparece[u], a muitos, como pretensiosa”, nesse sentido, várias contestações foram feitas. Dessa forma, a identificação da “museologia a uma ciência – ainda em formação – foi progressivamente abandonada, na medida em que nem o seu objeto e nem os seus métodos respondem [responderam] verdadeiramente aos critérios epistemológicos de uma abordagem científica específica” (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 62, grifo nosso).

Assim que, em relação à questão da cientificidade ou não da Museologia, torna-se necessário elucidar que, para Bourdieu, “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos” (Bourdieu, 2011, p. 31) e esses efeitos gerados a partir do debate em torno da cientificidade da museologia adentraram a década de 1970. Pois, era interessante para o ICOM que os diversos assuntos sobre museus e museologia fossem debatidos pela comunidade internacional ainda que não houvesse acordos quanto aos conceitos, bem como a cientificidade posta em debate. Dessa forma, foi constituído em 1977, dentro do ICOM, o Comitê Internacional de Museologia/ICOFOM³⁴. O ICOM, como agente internacional do **campo Museologia**, assegura sua força e controle em torno das contestações surgidas, garantindo que o debate ocorra sob influência direta do ICOFOM.

Desde suas origens, em 1977, o ICOFOM, seguindo as linhas de pensamento do ICOM, considera que o seu principal objetivo aponta para a **transformação** da

³³ Hugues de Varine-Bohan sucedeu Georges-Henri Rivière ocupando o cargo de diretor do ICOM até 1975.

³⁴ “O ICOM tem 31 Comitês Internacionais dedicados ao estudo de tipos particulares de museus ou à disciplina específica relacionada a museus. Por meio de seus Comitês Internacionais, o ICOM atinge seus maiores objetivos: a troca de informação científica a nível internacional, o desenvolvimento de parâmetros profissionais e a adoção de regras e recomendações” (Recuperado em 02/06/2019, de: < <http://network.icom.museum/icom-brasil/icom/comites-internacionais/>>). O ICOFOM é o comitê responsável pelo estudo da Museologia.

museologia em uma **disciplina científica e acadêmica** destinada ao desenvolvimento dos museus e da profissão museológica, por meio da investigação, do estudo e da difusão das principais correntes museológicas (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 14, grifo nosso).

Portanto, a perspectiva da ciência em formação e/ou da disciplina independente não foi perdida. No Brasil, a professora Suely Ceravolo, valendo-se da metodologia da investigação terminológica, pesquisou as revistas *Museological Working Papers* ou *Documents de Travail sur la Muséologie (MuWoP/DoTraM)* e *ICOFOM Study Series (ISS)* publicadas pelo ICOFOM, e a *Museum* editada pela UNESCO, periódicos de natureza teórica e temática sobre museus, para compreender e problematizar a constituição da área no decorrer dos anos 80 do século XX. Segundo a autora, analisar a construção da museologia, bem como a atuação da linguagem de especialidade criada a partir dos debates e relatos de especialistas nas publicações, auxilia a formulação do conceito museologia evidenciando, dessa forma, o domínio Museologia (Ceravolo, 2004a).

Ceravolo (2004a) também credita ao ICOM a produção e acumulação do conhecimento particular e especializado desta **museologia embrionária**, trazendo nela, com isso, a marca do pensamento europeu.

Dentre os comitês do ICOM, o ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia), enfoca não as atividades práticas, nem os museus diretamente, mas um plano teórico denominado ‘museologia’. [...] O ICOFOM nasceu com o compromisso de, em primeiro lugar, identificar o objeto de estudo da museologia, o método ou métodos de análise a serem aplicados, seguidos e confirmados, para **marcar o campo disciplinar procurando formatá-lo dentro de padrões tidos como científicos**. O arcabouço conceitual (teoria e método) traria à luz o sistema da museologia, entenda-se, uma estrutura de campos e conhecimentos articulados organicamente, com coerência e coesão. Esse mesmo arcabouço daria condições para que a área encontrasse maior respeitabilidade e, conseqüentemente, confiança em suas premissas, como daria um discurso específico, de museu, para os próprios profissionais (Ceravolo, 2004a, p. 21, grifo nosso).

Destaco que Suely Ceravolo (2004a) utiliza na sua pesquisa a palavra campo como escopo, ou seja, demarcação da construção da área museológica. Entretanto, para esta tese, o termo campo deverá ser compreendido como campo científico e a partir dos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu (2011).

Era objetivo do ICOFOM teorizar a museologia para torná-la científica e o primeiro grupo de pesquisadores que assumiu essa função tinha como tarefa primordial fazer do museu um objeto de estudo a fim de legitimar a museologia como nova **disciplina acadêmica**. Os mesmos acreditavam que reforçando o fato de que os museus são instituições importantes para o desenvolvimento social isso desencadearia maiores estudos de museus especialmente

dentro das universidades. Entretanto, já na primeira edição da revista *Muwop* ficou claro que museologia é palavra polissêmica e, atribuir-lhe uma roupagem científica não se constituiria tarefa fácil ainda que estivessem apoiados no museu ou se libertando desta base, inevitavelmente cairiam na “direção impressa pelo senso comum que toma a museologia como equivalente a algo que acontece, se faz, ou se apresenta dentro dos museus” (Ceravolo, 2004a, p. 72).

Embora não tivessem apresentado o objeto de estudo e tenham vivido pressões fortes dentro do ICOM, apoiando-se nos simpósios e seminários nacionais e internacionais e a produção divulgada nas publicações citadas anteriormente, os membros do comitê declararam, em 1980, que “tendo por base a teoria da ciência, ela é uma disciplina científica em estágio embrionário” (Ceravolo, 2004a, p. 79). Outros pesquisadores, como a brasileira Tereza Scheiner³⁵ e a francesa Mathilde Bellaigue³⁶ também creditam ao grupo do ICOFOM a produção da museologia como ciência. É preciso destacar que, apressadamente e de maneira imposta, a disciplina científica que se encontrava em estágio embrionário ganhou *status* de ciência, encontrando também entre outras brasileiras, autoras que defendiam essa ideia.

Nos textos de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, inéditos e republicados reunidos em 2010 por Cristina Bruno, por exemplo, encontramos artigos em que Rússio defende a ideia de que a museologia é uma ciência. Alguns desses textos foram publicados nas Revistas internacionais estudadas por Suely Ceravolo (2004a) e descritas anteriormente. A participação de Waldisa Rússio na produção de textos acerca da cientificidade da museologia assegurou ao Brasil a participação no debate internacional.

Sobre o conceito de museu, Rússio defende, segundo seus estudos e reflexões, que no Brasil, o Museu é o “germe provável e talvez empírico da ‘universidade’ e, talvez, do ‘campus universitário’” (Rússio, 1974, p. 48), visto que os primeiros museus são criados antes das Universidades. E, acerca da confusão existente entre os termos museografia e museologia, a autora, aponta que

Temos [os brasileiros] nos habituado, talvez por certo comodismo, a usar indistintamente os termos Museografia e Museologia, como se fossem equivalentes. Também por certa inércia mental, temos aceitado comumente que Museologia seja

³⁵ Tereza Cristina Moletta Scheiner é museóloga e professora da Escola de Museologia da UNIRIO. Sua atuação profissional está fortemente vinculada ao ICOM visto que, exerceu e exerce cargos nos comitês. Informações recuperadas em 31/07/2018, de <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785544A4>>.

³⁶ Mathilde Bellaigue Scalbert foi importante profissional envolvida com a Nova Museologia. Ela ocupou o cargo de Secretária do Internacional Comitê de Museologia (ICOFOM/ICOM), bem como desenvolveu trabalhos de pesquisa na área de ecomuseologia na França e em outros países europeus. Atualmente é chefe de publicações no Laboratório de Pesquisa dos Museus da França e editora-chefe da revista *Techne*.

apenas uma técnica. Na realidade, a Museologia nasce com a Museografia para, aos poucos, vencer a gradação que separa o *grafho* do *logos* (Rússio, 1979a, p. 78, grifo da autora).

Dessa forma, o debate científico em torno da construção dos conceitos ocorria em diferentes países, com línguas e concepções distintas e com objetivos próprios. É difícil precisar as reais intenções que estavam em jogo, mas o *status* de ciência, embrionária ou já estabelecida, garantiu o ingresso dos trabalhos técnicos em museus nas universidades através da criação de disciplinas específicas e de cursos voltados para essa zona de interesse marcando a constituição do campo científico.

Estas tarefas eram consideradas ambiciosas, envolvendo por sua vez duas investigações: o estudo teórico dos museus, e a museologia enquanto campo de conhecimento com definições, metodologia, e com sistema determinado – **essa a intenção. A formulação desse sistema viria legitimá-la como disciplina universitária fazendo-se necessário esclarecer-lhe os limites, identificando suas fronteiras para perceber e, assim, evidenciar, as interrelações com outras disciplinas** (entre elas a filosofia do conhecimento, antropologia social e cultural, ciências do ambiente, ciências políticas e ciência da informação) (Ceravolo, 2004a, p. 61, grifo nosso).

O objetivo do ICOFOM de delimitar a museologia foi guiado pelo questionamento: “se existia um conhecimento desenvolvido a partir dos museus, e se este conhecimento poderia ser chamado de Museologia, qual a trama a ser evidenciada entre museologia e museus?” (Ceravolo, 2004a, p. 144). Ou seja, era importante para o comitê estabelecer quais as relações existentes entre a teoria (a museologia enquanto área de conhecimento científico) e a prática (as atividades realizadas em museus).

A geografia do mapa teórico da museologia, esboçada nas publicações MuWoP/DoTraM e no ISS, indica interesses icofonianos mais formais e generalizadores tendo em mente **uma teoria que tudo explicasse**. Uma operação feita à base de temas e perguntas-tópicos para induzir a interpretação que levou a organização e estruturação da área sob o rótulo ‘museologia’, deixando de ser uma adjetivação de qualquer coisa referente a museus, mesmo que muitos temas tenham mantido o discurso a partir dos museus. **Não se discute a validade ou não da teoria – passa-se a acreditar nela** –, pois vê-se suas propriedades e a compatibilidade esclarecida pouco a pouco entre o eixo (museologia, a teoria) e ação (o empírico, museu/práticas) (Ceravolo, 2004a, p. 145, grifo nosso).

Para Ceravolo (2004a), a museologia, datada de meados da década de 80 do século XX, teve um nascimento conflituoso visto que, naquele momento, não se sabia se ela era um conjunto de ideias com princípios e métodos de trabalho ou apenas técnicas de trabalho. Apesar de muitas dúvidas, os profissionais envolvidos com a construção do campo científico tinham o objetivo de defender uma área particular com conhecimentos também particulares.

Por ter desenvolvido sua pesquisa abordando a investigação sobre o campo nocional do conceito *museologia*³⁷, Ceravolo (2004a) estabelece limites importantes para o desenvolvimento desta tese. O primeiro é que a museologia é uma **área**³⁸ de especialização, um **campo de conhecimento** que tem linguagem de especialidade determinada no escopo das ciências sociais, contudo, ainda não se constituiu como ciência visto que, apesar da crescente intelectualização da disciplina, a teoria ainda caminha atrelada a instituição museu. O museu, laboratório de atividades para o desenvolvimento da museologia, atualmente mantêm-se como importante *locus*, mas não é mais o único.

Nesta nossa área, embora se conte com o que se denomina ‘linguagem de especialidade’, nossa linguagem de comunicação, não há ainda coesão sobre os conceitos que empregamos e esta ausência não é novidade, em se tratando de uma ciência social. No entanto importa identificá-los para sintonizar a comunicação, os intercâmbios, a competência linguística para descrever a Museologia no plano epistemológico (Ceravolo, 2004a, p. 11).

Portanto, a constituição do escopo da Museologia foi projeto executado pelo ICOM, através do ICOFOM. Independentemente das consequências diretas que isso poderia alcançar nas respostas que resolveriam se a Museologia era ou não ciência e qual seria enfim seu objeto de estudo, torna-se imprescindível mapear o estabelecimento do poder do ICOM em diversas instituições museais no mundo. O poder simbólico, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2011, pp. 7 – 8), autorizou o ICOM, por meio do ICOFOM, à “construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*” (Bourdieu, 2011, p. 9, grifo do autor), ou seja, um sentido imediato para a questão debatida.

Porém, a década de 1980 não é marcada apenas por esses debates acerca da teorização da museologia, mas também pela mais importante, até então, transformação do museu: a mudança na sua função social que extrapola sua atenção do objeto musealizado e passa a contemplar tanto o território como a comunidade em que ele está inserido. É esse o marco de transformação social em que as tradicionais funções técnicas de conservar, expor e documentar, de uma museologia também tradicional, foram ampliadas para contemplarem a seguinte questão: faz-se tudo isso para quem?

³⁷ “Na linguagem geral a palavra ‘museologia’ vincula-se à ‘museu’ por um elo semântico intuitivo, em razão da raiz comum, o que nos faz remeter a algo relativo aos conhecimentos decorrentes sobre museus ou as atividades neles desenvolvidas” (Ceravolo, 2004a, p. 171).

³⁸ Marilda Lopes Gínez de Lara, utilizando como referências ISO 1087-1 e ISO 704 define o conceito de área como: “parte do saber cujos limites são definidos segundo um ponto de vista particular de uma ciência ou técnica” (Lara, 2002, p. 7).

1.1 A Nova Museologia e seu corte epistemológico na área

Em 1972, a convite do governo Chileno de Salvador Allende, a UNESCO promoveu em seu escritório Regional para Educação na América Latina o evento intitulado *Mesa-Redonda de Santiago do Chile*. Esse evento, que ocorreu em sucessão a outros **Seminários regionais** semelhantes (em 1958 no Rio de Janeiro/Brasil; em 1964 em Jos/Nigéria e em Nova Déli/Índia³⁹) e cujo tema era *a importância e o desenvolvimento do museu no mundo contemporâneo*⁴⁰, produziu um importante documento para a área – a Declaração de Santiago⁴¹ – que ocasionou significativas transformações na museologia.

A partir de quatro temas de debate previamente escolhidos pela UNESCO, a proposta metodológica feita a todos os participantes era que o evento ocorresse no formato Mesa-redonda. Embora esse modelo já tivesse sido utilizado em reuniões anteriores da UNESCO, no Chile, segundo Raymonde Frin⁴², ele teve

[...] um caráter novo, já que especialistas que não atuam no campo da museologia foram convidados para expor aos especialistas em museologia aqui reunidos seus pontos de vista sobre os grandes problemas enfrentados no mundo contemporâneo: os problemas da agricultura, da cultura e da ciência, do meio ambiente, da tecnologia e da educação permanente (Frin, 2012, p. 113, v. 1).

Contando com a presença de profissionais de outras áreas, todos americanos de língua espanhola e portuguesa, o evento de caráter interdisciplinar foi generosamente referido por Grete Mostny Glaser⁴³ como ‘reunião de família’ conotando acolhimento. Os expositores convidados, dentro do tema a eles proposto, organizaram sua explanação livremente e contaram com a possibilidade de debater com os profissionais de museu⁴⁴ ao final de cada conferência.

³⁹ Sobre esses três seminários regionais que antecederam a Declaração de Santiago, localizei apenas o documento e uma reflexão acerca do evento ocorrido no Rio de Janeiro/Brasil. Por meio desse material compreendi que os três eventos versaram sobre qual função o museu, compreendido como órgão educativo, deveria cumprir dentro da sociedade. Do evento ocorrido no Rio de Janeiro destaco a necessidade da criação de instituições de formação profissional especializada para atuar nos museus e o debate acerca da educação formal e o museu que, atualmente, compreendemos como espaço de educação não formal (Bruno, 2010a, v. 2).

⁴⁰ “Esse tema, de acordo com o primeiro convite aos participantes, consistia em investigar se os museus da América Latina, como instituições educacionais, culturais e científicas, estão adaptados aos problemas impostos pelo desenvolvimento da cultura social e econômica da América Latina de hoje” (Teruggi, 2012, p. 165, v. 2).

⁴¹ Recuperado em 01/07/2019, de: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>>.

⁴² Senhorita Raymonde Frin foi a representante do diretor geral da UNESCO e esteve presente durante todo o evento.

⁴³ Curadora do Museu Nacional de História Natural – Chile.

⁴⁴ Os participantes foram: da Bolívia, Teresa Gisbert de Mesa; do Brasil, Lygia Martins-Costa; do Chile, Grete Mostny Glaser; da Colômbia, Alicia Dussán de Reichel; da Costa Rica, Luis Diego Gómez Pignataro; do

Assim que, Enrique Enseñat, da Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá apresentou o tema *Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais*; a questão exposta por Mario Teruggi, Chefe da Divisão de Mineralogia e Petrologia, do Museu de la Plata, Argentina foi *Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico*; Jorge Hardoy, do Instituto Di Tella, também da Argentina, apresentou *Os museus e o problema do meio ambiente*; e, por fim, o assunto exibido por César Picón, Diretor de Educação Escolar e Geral do Ministério da Educação, do Peru foi *Os museus e a educação permanente* (Lista de Participantes, Mesa-Redonda, 2012, p. 111, v. 1).

Entre os museólogos, à Mario E. Teruggi (2012) foi solicitado que redigisse, em nome do grupo, o texto que apresentasse as impressões coletivas resultantes da participação no evento. Dessa forma, ele narrou tanto o desconforto deles, profissionais de grandes museus, com as informações apresentadas, bem como a vergonha sentida em não estarem atentos às necessidades maiores da humanidade, em especial na América Latina, e que essas não estavam sendo diretamente atreladas aos objetos museais:

O primeiro trabalho apresentado por um dos ‘forasteiros’ – sobre desenvolvimento cultural no meio rural e o desenvolvimento da agricultura – **caiu como uma bomba**. Quando o palestrante terminou, nós, museólogos, nos entreolhamos, **constrangidos** não tanto pelo que tinha sido dito (embora fosse muito), mas porque tinha ficado óbvio entre nós, de um só golpe, que a existência, as tristezas, os anseios e as esperanças da humanidade não estavam chegando aos museus (Teruggi, 2012, p. 165, v. 2, grifo nosso).

Para o relator, as intervenções dos condutores das discussões provocaram neles tanta insatisfação a ponto de acharem que, de alguma forma, eles, os museólogos presentes, eram “insensíveis aos problemas econômicos e sociais da América Latina, e que as [...] declarações e conclusões eram uma espécie de canto do cisne de uma profissão obsoleta” (Teruggi, 2012, p. 165, v. 2). Por outro lado, ao compreenderem que os museus em que atuavam não cumpriam a “missão social de fazer com que o cidadão se identifique com seu ambiente natural e humano, considerado em todos seus aspectos” (Teruggi, 2012, p. 165, v. 2), permitiu-os identificar o ponto de partida para a solução dos incômodos: era preciso um novo museu.

Equador, Hernán Crespo Toral; da Guatemala, Luis Luján Munõz; do México, Mario Vásquez; do Panamá, Raúl González Guzmán; do Peru, Frederico Kauffmann Doig; de El Salvador, Carlos de Sola e como colaborador da Organização da Mesa, Dr. Simón Romero, Diretor do Escritório Regional da UNESCO (Lista de Participantes, Mesa-Redonda, 2012, p. 111, v. 1).

Nas discussões diárias que se seguiam às exposições dos vários especialistas, o conceito tradicional de museu em face das exigências de uma sociedade em desenvolvimento foi revisto repetidas vezes. Nós, os museólogos, sentíamos um gosto de cinzas na boca e queríamos nos livrar dele. Decidimos que essa era a principal questão da Mesa-Redonda, para a qual uma solução tinha de ser encontrada (Teruggi, 2012, p. 165, v. 2).

Foi assim que eles definiram “o tipo de museu relevante para as [...] necessidades – o museu integral –, isto é, aquele que participa ativamente da vida nacional e recria os contextos dos objetos que expõe” (Glaser, 2010, p. 164, v. 2). Conscientes de que o trabalho técnico que eles realizavam era feito para eles mesmos, “mas não para aqueles fora da nossa profissão, e muito menos para os pensadores, cientistas e técnicos que desempenham tarefas vitais no mundo moderno” (Teruggi, 2012, p. 166, v. 2), o grupo proporcionou uma mudança no tratamento do objeto – razão principal do museu tradicional – e que depois de Santiago deixaria de ser o “objetivo essencial e se tornaria o ponto de partida para uma reconstrução gigantesca, na qual continuaria a ser um elemento significativo e crucial” (Teruggi, 2012, p. 167, v. 2).

É preciso considerar que o trabalho técnico é importante e que foi esse trabalho que possibilitou que os objetos atravessassem os tempos históricos. Entretanto, os museólogos presentes em Santiago assumiram que, até aquele momento, o trabalho que eles realizavam era exclusivamente em função do objeto e não em função do ser humano que produz o objeto. Reconhecer essa ação não foi tarefa fácil de ser aceita entre o grupo de museólogos ali presentes. Como, inclusive, não é até hoje. Contudo, prevaleceu entre eles, o sentimento de responsabilidade social e isso possibilitou a construção do conceito de museu integral.

Integral porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades às quais os museus pertencem. Para isso, seria necessário cruzar fronteiras e enfrentar resistências conservadoras. As funções técnicas de proteger, conservar, documentar, pesquisar e comunicar assumiram outro sentido e claramente já não eram suficientes para satisfazer as expectativas emergentes. Por outro lado, o museu *integrado* é visto como um elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior, como um elo de uma corrente e não mais como uma fortaleza ou ilha com acesso restrito a um grupo pequeno de privilegiados (Trampe, 2012, p. 103, v. 1, grifo do autor).

O impacto causado pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile “foi considerável, mas tardio: até o início da década de 1980, ninguém falava de Santiago” (Varine, 2010, p. 41). Entretanto, esse impacto é sentido na área até hoje, bem como também permanece positivo às questões debatidas e às novas propostas descritas nas Resoluções do documento final. Prova disso foi a existência de dois outros documentos gerados posteriormente e atrelados a

Santiago: a Declaração de Quebec (1984) que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia, a partir do conceito do (novo) museu integral e a Declaração de Caracas (1992) que trouxe uma avaliação crítica do percurso percorrido pelos museus de 1972 até 1992, ou seja, aos vinte anos da reunião de Santiago.

Esses documentos tornaram mais perceptível, em instituições museológicas de todo o mundo, a latente preocupação com os problemas locais e mundiais. Assim, esses museus que reconheceram sua responsabilidade em relação aos problemas sociais passaram a atuar em parceria com as comunidades em que estavam/estão inseridos, com organizações e movimentos sociais, em projetos de inclusão.

Dentro das diversas inversões periferia-centro que, de algum modo, permeiam esse estudo, a movimentação do campo museológico para que se chegasse a esse corte epistemológico foi precedida pela Reunião, conforme as Resoluções do encontro, na oitava e nova Conferência Geral do ICOM, realizadas, respectivamente, em Munique/Alemanha (1968) e Grenoble/França (1971), onde “os museólogos latino-americanos presentes indicaram a necessidade da criação de uma organização **regional**, a Mesa-Redonda sobre a Adaptação dos Museus ao Mundo Contemporâneo” (Espinoza, 2012, p. 140, v. 1, grifo nosso).

Em suas memórias, descritas no texto *Em torno da Mesa-Redonda de Santiago*, Hugues de Varine credita em destaque a Mario Vásquez, representante do México, o incômodo causado aos museólogos tradicionais na definição de um novo museu. “A intervenção de Mario Vásquez, do México, em Grenoble [1971], questionando o papel do museu, na sociedade, havia feito furor” (Varine, 2012, p. 143, v. 1), pois abriu uma fenda no bloqueio eurocêntrico e reapareceu na Mesa-Redonda em Santiago, no ano seguinte, como tema gerador do evento.

Esse é um bom episódio para visualizar as lutas entre intelectuais que, segundo Bourdieu (2011), caracterizam o campo. Esse tipo de movimentação, com suas tensões e com suas acomodações legitimadas pelo coletivo também será identificado nos Fóruns Nordestinos de Museologia (1988 – 1996), ocorridos no Brasil, demonstrando que havia disputa pelo controle do campo em outros continentes. Naquele momento de irrupção, ao questionar o papel do museu em 1971, o latino-americano Mario Vásquez percebeu uma fresta na estrutura do campo e trouxe para a América Latina um importante debate ao mesmo tempo em que levou à Europa a contestação Latino-americana.

Do mesmo jeito, quando o ICOM optou por considerar a temática inquietante do agente mexicano, eles produziram, juntos, o que Bourdieu nomeia de *illusio*. Essa forma particular entre agentes de um campo com interesse supostamente ‘gratuito’, mas que na verdade marca o estabelecimento da ordem e o controle do capital cultural, apresenta-se aqui na questão do tema para o evento que aconteceu posteriormente. Mario Vásquez sabia que sua provocação teria efeitos e queria aproveitar-se deles. O ICOM, que considerou a fala do agente e percebeu a importância da temática, sabia que considerá-la manteria e ou estenderia seu domínio em outro território. Restava saber como a *illusio* apareceria conciliadora e de que forma os interesses desinteressados se comportariam.

Aí está uma das diferenças mais radicais entre o ‘capitalista cientista’ e o capitalista simplesmente. Segue-se que as estratégias dos agentes têm sempre, de algum modo, dupla face, ambíguas, interessadas e desinteressadas, pois são inspiradas por uma espécie de interesse pelo desinteresse e que se pode fazer delas duas descrições opostas, mas igualmente falsas, uma vez que unilaterais, uma hagiográfica e idealizada, outra cínica e redutora que faz do ‘capitalista cientista’ um capitalista como os outros (Bourdieu, 2004, p. 31).

Nas distintas estratégias dos agentes, claramente está em jogo o controle do campo, nesse caso os campos científico e cultural, bem como o domínio sobre o capital cultural produzido. Como campo, há lutas para conservá-lo e/ou transformá-lo, entretanto, “quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis” (Bourdieu, 2004, p. 22).

Essa refração pode ser novamente comprovada no Relatório Final da Mesa-Redonda de Santiago do Chile onde fica mais evidente, entre outros aspectos, o mais importante: o domínio sobre o campo.

Durante a discussão desse assunto [sobre o alcance cultural do museu], os participantes foram **convidados** a considerar – em razão do isolamento a que estão sujeitos vários museus da América Latina, e **não obstante o reconhecimento do trabalho eficiente realizado pelo ICOM** – uma proposta relativa a uma Associação Latino-Americana de Museologia e, **sujeito à aprovação geral**, recomendar a sua criação (Relatório final, 2012, p. 124, v. 1, grifo nosso).

O isolamento da América Latina é relativamente proporcional ao trabalho eficiente do ICOM? Considerar a necessidade dos latinos-americanos se organizarem, desde que seja aprovada em plenária (onde os latinos-americanos certamente são minoria) traz equidade na representação dos países que compõem as Nações Unidas? Quando Mario Vásquez se pronuncia em Grenoble, segundo descrito por Varine, não foi com o objetivo de ser

convidado no sentido mais restrito da palavra. Ele faz uma ponderação concreta de uma necessidade **regional** (América Latina) destacando inclusive, a necessidade de uma Associação Latino-Americana de Museologia⁴⁵ e o regionalismo também aparecerá internamente no Brasil nas questões apresentadas pelos agentes brasileiros nos Fóruns Nordestinos que serão debatidos posteriormente.

Como reflexo, as contribuições que a Mesa-Redonda produziu para a museologia estão atreladas ao conceito de museu integral – ou seja, o museu como ação, como instrumento de mudança social, como ferramenta de desenvolvimento social, com ação social – bem como a todas as transformações das atividades museológicas surgidas a partir dessa tomada de consciência social que exigiu, e ainda exige, uma mudança gradativa na mentalidade de todos aqueles que atuam nos museus.

Os participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile sonhavam “com museus permeáveis e translúcidos”, museus que favorecessem “o reencontro com as comunidades por meio de uma comunicação mais calçada no diálogo e inclusiva” (Trampe, 2012, p. 103, v. 1). Museus diferentes dos museus tradicionais da Europa.

Esse grupo de profissionais, segundo Christian Manhart⁴⁶, “foi o precursor da **museologia moderna**, uma vez que entendeu logo no início o enorme potencial dos museus para servir a sociedade moderna, bem como a necessidade de promover a participação plena de toda a sociedade nos museus” (Manhart, 2012, p. 104, v. 1, grifo nosso). O que nos leva a quarta acepção de Museologia, que segundo André Desvallées e François Mairesse, diz respeito a esse novo conceito de museu surgido com o movimento da Nova Museologia. Segundo os autores, essa museologia influenciou amplamente a museologia dos anos 1980 e difundiu-se internacionalmente.

Este movimento ideológico – baseado num número de precursores que, a partir de 1970, publicaram textos inovadores – enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo que chamou atenção para modos de expressão e de comunicação renovados (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 62 – 63).

A compreensão de que os museus deveriam servir à sociedade moderna também é destacada por Dominique Poulot (2005/2013) ao concordar que foi “a mesa-redonda da

⁴⁵ Sobre a Associação Latino-Americana de Museologia: “Essa iniciativa surgiu da necessidade de se estabelecer mecanismos de troca de experiências e informações entre **os funcionários de museus** em diversos países latino-americanos. [...] Foi então ventilada a ideia de uma Associação Latino-Americana de Museologia, considerando que o Icom (Conselho Internacional de Museus) estava fora do alcance imediato do ponto de vista prático” (Relatório Final, 2012, p. 130, v. 1, grifo nosso).

⁴⁶ Christian Manhart – Chefe de Museus e Criatividade da UNESCO/1972.

UNESCO de 1972, em Santiago do Chile, [que] enfatizou, em particular, a dimensão social dos museus, abrindo uma perspectiva de compromisso por parte da profissão que nunca mais foi desmentida” (Poulot, 2005/2013, p. 17). Ou seja, ainda que fosse considerada a importância do estudo dos museus/museologia atrelado ao pensamento gestado no ICOM, foi a preocupação com o público e sua função pedagógica, fortemente marcada na Mesa Redonda de Santiago do Chile, que fez do museu “um **agente** de regeneração, pertinente e eficaz, do tecido social, ou o **instrumento** de uma política multicultural, atribuída às comunidades que devem assumir tal responsabilidade” (Poulot, 2005/2013, p. 12, grifo nosso).

O ICOM, mais uma vez, assegura o controle do capital cultural⁴⁷ desenvolvido na América Latina através da utilização do conceito de museu integral e, valendo-se dele, atualiza o **seu** próprio conceito de Museu em 1974 incluindo parte do texto de Santiago que caracteriza o museu integral, ou seja, que o museu está **a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento**.

Hoje em dia, as definições de museu obedecem, com um grau maior ou menor de conformidade, à proposição do ICOM elaborada em 1974, e que marcou uma reviravolta: ‘O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite’. As definições subsequentes enumeram as instituições que entram explicitamente nessa categoria [...] (Poulot, 2005/2013, p. 18).

Poulot (2005/2013) ainda destaca que, nas últimas décadas do século XX o museu demonstrou uma “surpreendente plasticidade” o que “permitiu-lhe também dar testemunho em prol de bens culturais relacionados à antropologia, aos processos ecológicos ou, ainda, ao patrimônio imaterial no campo das ciências humanas e naturais” (Poulot, 2005/2013, p. 12).

Assim, as definições do que vem a ser um museu e, por conseguinte, o que é museologia culminam na enumeração das suas funções, especialmente a pedagógica. Colaborando com essa vertente que destaca a concepção pedagógica, Maria Teresa Torres (2002) afere que o termo museu deve ser entendido como instituição que possui marcadamente a finalidade pedagógica, visto que esse pensamento é resultado da mentalidade

⁴⁷ Destaco que, por meio de debates especificamente relacionados ao patrimônio, existem outros autores/autoras e outras pesquisas que discutem o controle do capital cultural na atuação do ICOM e a UNESCO. Izabela Tamasso (2002), por exemplo, valendo-se da “onda universalizante da UNESCO” e amparada pelas pesquisas das ciências sociais, problematiza a atuação da UNESCO na constituição do patrimônio cultural brasileiro. Para tanto, a autora, entre outros aspectos, discute a mercantilização da cultura, os processos de gentrificação e a ampliação do conceito de patrimônio, num percurso diferente do que proponho aqui, mas com a mesma pontuação do domínio dos órgãos na construção do campo cultural.

racional do Século das Luzes⁴⁸.

Esse museu moderno, que atende especificamente e distintamente a uma finalidade educativa tem como elemento de ligação o atendimento ao público. Dessa forma, a história da instituição museu, mais nomeadamente do museu moderno, tem cerca de 250 anos e, a museologia, gestada a partir de 1977 com o ICOFOM, tem um pouco mais de 40 anos o que justificaria, em parte, a existência de tantas dúvidas e a manutenção do debate acerca da sua epistemologia. Não é foco deste trabalho discutir o objeto da museologia, a instabilidade do seu significado e nem as vertentes do que ora buscaram identificá-la como ‘ciência *de* museus’ ou ‘ciência *do* fato museológico’, entretanto, para discutirmos a construção do campo Museologia no Brasil faz-se necessário destacar alguns limites que margeiam a área. Segundo Pierre Bourdieu, o campo científico é definido como

[...] o sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da **autoridade científica** definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da **competência científica**, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Bourdieu, 1983, pp. 122 – 123, grifo do autor).

Trazendo essa definição para o contexto da área em questão, percebemos que o campo da museologia, gestado pelo ICOFOM, foi instituído pelo ICOM, organismo internacional de autoridade. Nesse espaço de luta cada país membro da instituição adequou-se conforme sua condição interna, mantendo-se atento às orientações dos comitês. Das orientações sugeridas, destacamos neste estudo, **o ensino das práticas de museu em universidades** que está diretamente ligado à quinta acepção de Museologia apresentada por André Descallées e François Mairesse.

Enfim, a museologia, segundo uma quinta acepção aqui privilegiada por englobar todas as outras, inclui um **campo** muito vasto que compreende o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica ligadas ao **campo museal**. [...] As linhas diretrizes de um mapeamento para o campo museal podem ser traçadas em

⁴⁸ Para a autora, antes do século XVIII, o que havia eram protomuseus (a Casa das Musas e os Gabinetes de Curiosidades serão identificados nessa categoria) e os demais museus organizados a partir da função pedagógica serão divididos em duas grandes categorias: Museus da Razão e Museus da Culpa. Torres considera que, os museus da razão, “*productos de la Ilustración*” são instituições formadas através da doação de coleções particulares a órgãos acadêmicos que, após serem abertas ao público converteram-se em instituições culturais, com propósitos didáticos e educativos. Os museus da culpa ou “*productos de revoluciones y desamortizaciones*”, surgiram na primeira metade do XIX, com o propósito principal de posicionar-se contra a destruição do patrimônio artístico (Torres, 2002, pp. 48 – 49).

duas direções diferentes, seja pela referência às principais funções inerentes ao campo (documentação, indexação, apresentação ou ainda preservação, pesquisa, comunicação), seja considerando as diferentes disciplinas que o exploram mais ou menos pontualmente (Desvallées & Mairesse, 2013, pp. 63, grifo nosso).

Considerando as ponderações dos autores compreende-se que a Museologia pode ser plural, ou seja, que pode existir, então, Museologias⁴⁹. Elas podem, inclusive, ter existido desde sempre, mas uma vertente, menos focada no objeto, ganhou destaque a partir dos debates ocorridos em Santiago (1972), Quebec (1984) e Caracas (1992)⁵⁰. Quando a Declaração de Quebec estabelece os princípios de base de uma Nova Museologia, o faz pautado nas experiências dos Ecomuseus, dos museus comunitários, dos museus de vizinhança, dos museus locais e das demais formas de museologia ativa em diferentes países⁵¹. Também o faz com o objetivo de legitimar uma prática que não negligencia o trabalho técnico de tratamento do acervo, mas que “tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico” (Declaração de Quebec, 1984).

Entretanto, essa nova proposta metodológica interdisciplinar e humanitária, que busca integrar as populações na sua ação através de métodos de comunicação comuns e de uma gestão que integra os seus usuários, não foi facilmente aceita pelo ICOM e ainda

⁴⁹ A pesquisa de Clóvis Carvalho Britto (2019), com um escopo teórico distinto do que desenvolvo aqui, discute, também no Brasil, a existência de Museologias. Dos dados e questões problematizadas pelo autor destaco, para minha pesquisa, o que Britto nomeou por Museologia disciplinada e disciplinadora, bem como Museologias indisciplinadas. “Na verdade, existem Museologias disciplinadas e disciplinadoras, marcadas por uma colonialidade linguística e epistêmica na geopolítica do conhecimento. Essas propostas podem ser evidenciadas no modo como são ensinadas as teorias das Museologias, cujo discurso dominante adota uma perspectiva etnocêntrica e eurocentrada que pretende ser universalista e que reforça o projeto da modernidade/colonialidade. Quais os impactos dessas estratégias hierarquizadoras no reconhecimento da ‘pluriversalidade’ das práticas museológicas locais? Em outros termos, é possível esboçar genealogias intelectuais que evidenciem, no caso das Museologias brasileiras, desobediências epistêmicas que enfrentem o controle das subjetividades e dos conhecimentos? Amparado por essas questões de partida destaco como argumento em que medida é intencional, por parte de alguns agentes e instituições responsáveis pela política do conhecimento, um silenciamento das Museologias Indisciplinadas com o intuito de reforçar a colonialidade epistêmica. Dito de outra forma, inquirio em que medida negar a existência de perspectivas museológicas comprometidas com o enfrentamento da ‘colonialidade do poder’ consiste em estratégia para a manutenção das desigualdades e desestímulo às políticas da diferença” (Britto, 2019, p. 19).

⁵⁰ “[...] em 1992, o seminário “a missão do museu na América Latina hoje: novos desafios”, organizado em Caracas em comemoração aos 20 anos da Mesa-Redonda de Santiago, procurou reanimar e atualizar a ideia do museu integral a serviço do desenvolvimento, enfocando seu potencial de comunicação, como instrumento de diálogo entre diferentes forças sociais e a parceria com as comunidades” (Santos, 2012, p. 157, v. 2).

⁵¹ Para exemplificarmos a existência dessa museologia ativa acontecendo em diferentes países, cito o exemplo do trabalho da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, realizado no ano de 1978, com a comunidade do entorno do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Esse material, publicado no livro *Museu, Escola e Comunidade – uma integração necessária*, encontra-se disponível para pesquisa.

encontra resistências. Para Pierre Maynard (1985), a Nova Museologia incomodava tanto porque os museus possuíam, de modo geral, um caráter monolítico que marginalizava as novas propostas pedagógicas e esse enfrentamento causava grande incômodo.

¿Qué factor puede movilizar tan repentina e imperiosamente tanta gente en torno a un concepto aún mal definido y a procedimientos a veces divergentes? Podrían enumerarse diversas razones: el retraso con que la institución museológica se adapta en los hechos a la evolución cultural, social y política; la lentitud y la incomunicabilidad de los órganos que la representan y también, por supuesto, el contexto subyacente de la crisis mundial y la consiguiente revaluación de todas las empresas humanas. Pero, a nuestro juicio, la causa fundamental debe buscar-se sobre todo en el carácter monolítico de los museos, en la inconsistencia de las reformas que proponen, en la marginación de las experiencias y posiciones que podrían en cierta forma calificarse de comprometidas (Mayrand, 1985, p. 200, grifo nosso).

Contudo e apesar disso, a Declaração de Quebec tomou forma no Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia, que tinha como objetivo prioritário criar condições de intercâmbio entre as experiências de Ecomuseologia e demais museologias ativas com a Museologia já instituída e, esse percurso, iniciou-se em 1983 na reunião de Londres.

Desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do Icofom, claramente manifestada na reunião de Londres em 1983, **rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da Museologia instituída**, um grupo de museólogos propôs a reunir, de forma autônoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conceitualizar e dar forma a uma organização alternativa para uma Museologia que se apresentava igualmente como uma Museologia alternativa (Moutinho, 2010b, p. 52, grifo nosso).

Percebe-se, dessa forma, que a disputa entre agentes, a luta pelo reconhecimento e pelo capital cultural já instituído, esteve presente na constituição do campo museológico desde a sua origem. Considerando a necessidade de controlar a refração do campo, pontuada por Bourdieu (2011), para assim manter o controle sob o mesmo, o ICOM aceita a “ideia de que o Ateliê havia revelado a existência de um novo *Movimento* museológico, enraizado na multiplicidade de práticas” (Moutinho, 2010b, p. 56, grifo do autor).

O resultado desse reconhecimento, não sem resistências, seria a criação do Comitê Internacional Ecomuseus/Museus Comunitários, que não tomou forma, e da Federação Internacional da Nova Museologia que foi criada durante o segundo Ateliê Internacional, em 1985, em Lisboa, “sob a denominação de Movimento Internacional para uma Nova

Museologia, Minom, o qual mais tarde veio a ser reconhecido pelo ICOM como uma organização afiliada” (Moutinho, 2010b, p. 56).

Mario Moutinho (2010b), embasando a terceira hipótese subsidiária dessa pesquisa, que estabelece que na disputa pelo capital cultural e poder simbólico houve importantes movimentos de resistência, assegura, que a Declaração de Santiago (1972), bem como a Declaração de Quebec (1984) possibilitaram confrontar a comunidade museal do ICOM, através da existência de uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972. O Minom, herdeiro dessa disputa, nasce e se projeta como uma forte estrutura internacional autônoma, mas ainda subordinada ao ICOM. Para o autor, tanto a Declaração de Quebec, como o Ateliê de 1984 e o Minom “devem ser entendidos como um todo coerente, que contribui desde então para o reconhecimento, no seio da Museologia [instituída], do direito à diferença” (Moutinho, 2010b, p. 57). Essa diferença, apresentada pelo autor no respeito ao outro, foi vista por muitos museólogos adeptos da museologia instituída ou tradicional, como uma prática museológica alternativa.

Para Paula Assunção dos Santos (2012, v. 2), os ideais sustentados pela Declaração de Santiago e Quebec encontraram espaço no pensamento e discurso do campo dos museus a ponto de, como aponta Poulot (2005/2013), alterarem a definição do que é Museu, porém, “na prática, até o final dos anos 90, o espírito da Mesa-Redonda ficou em grande parte circunscrita à nova museologia e suas **formas de ação local [regional]**, e às ‘**museologias alternativas**’” (Santos, 2012, p. 157, v. 2, grifo nosso). Chamo a atenção para esse entendimento de que as novas propostas de ação conscientes e direcionadas para o social, nascidas em Santiago do Chile como Nova Museologia, quando aplicadas, foram identificadas como uma museologia alternativa. De forma sintomática esse termo também aparece no discurso dos agentes dos Fóruns Nordestinos ocorridos no Nordeste brasileiro entre os anos de 1988 a 1996 como será exposto posteriormente.

No Brasil, Maria Célia Teixeira Moura Santos (2008) define Museologia como “uma ciência em processo e, como tal, em permanente construção” (Santos, 2008, p. 21). Embora processo e construção sejam palavras vagas para definição de um conceito, a autora pontua, em seguida, o isolamento que as ações pautadas na Nova Museologia vivenciam no país, baseado em atitudes discriminatórias, e como isso fragiliza a formulação do conceito pela ausência, segundo ela, da troca de experiências entre as correntes de pensamento. Por esse motivo, o processo de construção que a museologia experimentou até para configurar-se em conceito, especificamente no Brasil, será aqui entendido como um processo pautado em ações

de colonialismo interno como, inclusive, a professora Maria Célia tem referido a questão em seus textos mais atuais⁵².

O nosso isolamento, marcado muitas vezes pelo preconceito, talvez seja uma das causas que impedem o crescimento do processo museológico. Não é raro, entre os profissionais da área, o uso de rótulos e atitudes separatistas entre os adeptos da Nova Museologia, dos museus comunitários, dos museus ‘tradicionais’, o que demonstra a nossa pobreza, a nossa pequenez, e impede a troca salutar, o enriquecimento com a experiência do outro, o incentivo à criatividade e à abertura de novos caminhos sem ter de desprezar o conhecimento historicamente já construído (Santos, 2008, pp. 61 – 62).

Assim, a partir do exposto e retomando o conteúdo problematizado anteriormente acerca dos conceitos de museu e museologia, considero importante destacar três cortes epistemológicos que a museologia sofreu e que são significativos para este estudo. O primeiro deles é discutido por intermédio do trabalho de Maria Teresa Torres que coloca para fora do conceito de museu todas as antigas instituições que foram vistas como museais (por exemplo os gabinetes de curiosidades), mas que não desenvolviam trabalhos de museu e, por isso mesmo, são nomeadas pela autora de protomuseus. Para Torres (2002) museu é uma instituição que tem a responsabilidade pedagógica como objetivo norteador.

Atualmente outras instituições e ações ganham força e representação para a museologia, especialmente após a Mesa Redonda de Santiago do Chile, quando a função pedagógica é mais debatida porque interessa saber para quem se desenvolvem as ações do museu, sendo este, o segundo corte. O terceiro é identificado por Suely Ceravolo (2004a) quando ela aborda a relação de dependência que a museologia mantém com o museu e quando provoca os pesquisadores da área a pensarem que a ciência museológica não está resolvida, sobretudo pelo viés epistemológico.

Assim, sem a presença de elementos científicos, como conceitos e termos precisos, por exemplo, que permitiriam avanço científico, a museologia permanece como uma possível ciência que apresenta, até então, fragilidades. Aceitá-la como disciplina social aplicada é opção feita para a realização desta pesquisa que objetiva margear os limites do campo que agora nomeio por Museologia no Brasil e, assim, contribuir com o debate científico.

No território brasileiro, não muito diferente de como ocorreu em alguns países, a criação de cursos técnicos, como o Curso de Técnica de Museus do Museu Histórico

⁵² O texto em questão foi, conforme a autora, elaborado para a Mesa-Redonda intitulada A Formação em Museologia no Brasil e as Conquistas da Sociedade Democrática UFBA, UniRio e USP, realizada no IV Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS, UNB-Brasília-DF podendo ser acessado em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/27324>.

Nacional/MHN, aconteceu anteriormente à criação do ICOM (1946). Posteriormente, os cursos existentes no mundo sofrerão a influência das diretrizes do Comitê Internacional para Formação de Pessoal/ICTOP e do ICOFOM⁵³.

O ICTOP, formado em 1968 com o objetivo de discutir as questões de formação e treinamento de pessoal, lança, em 1971, o *ICOM Basic Syllabus for the Professional Museum Training* que, segundo Ivo Maroevic (1998) estabelecia a relação entre o saber científico da Museologia – que seria melhor desenvolvido pelo ICOFOM –, com os métodos utilizados nos programas de formação profissional do ICTOP, ou seja, o saber técnico. Atentos à consolidação da Museologia enquanto matéria condizente com o nível universitário, bem como com a profissionalização da área, o ICTOP e o ICOFOM propagaram, assim, os parâmetros acadêmicos básicos para a futura implantação de uma disciplina científica e, conseqüentemente, para o curso de Museologia.

Entretanto, as idiossincrasias existentes nos processos de profissionalização técnica, bem como na implantação do ensino superior regular, guardam, no Brasil, um percurso particular que mostra a tensão do campo e enfrenta a ideia do *mito fundador* que existe sob o ICOM. Embora reconheça que verificar os planos de ensino aplicados no Brasil, bem como os propostos pelo ICOM através do ICTOP e ICOFOM fosse importante para por em perspectiva as ações institucionalizadas no campo, tal pesquisa, por si só, conformaria outra tese⁵⁴.

Portanto, como o problema desta tese está centrado na avaliação das relações entre os agentes do Nordeste e do Sudeste na constituição do campo a partir dos Fóruns, destacarei apenas a ação dos agentes externos (ICOM e seus Comitês) e dos agentes internos (Museu Histórico Nacional, UFBA, UNIRIO e Fesp), no que for necessário ao meu argumento. Assim, passarei a dar ênfase, a partir de agora, para a diferença que há entre cursos de graduação gestados em instituições de ensino superior, e outro técnico, um “curso de museografia do Museu Histórico, [...onde] procurei ensinar aos moços o amor de nossas glórias” (Barroso, 2015, p. 12). Ou ainda “destinado a ser fonte de ensinamento e cultura de devoção à história da pátria e seminário de **formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos**” (Barroso, 1946, p. 03, grifo nosso). Posso até considerar importante a visão de Gustavo Barroso, para esse curso, entre os anos de 1930 e 1940 e na transição da República

⁵³ Mais informações acerca dos currículos dos cursos de formação de países como a Tchecoslováquia, Alemanha, Estados Unidos, Polônia e outros, estão disponibilizadas no artigo de Stránsky na Revista MuWop, número 2, 1980.

⁵⁴ Trabalhos que parcialmente seguem nessa direção, e que podem ser consultados, são: a dissertação de Léa Blezer Araújo (2017); a tese de Clovis Carvalho Britto (2019) e a tese de Priscilla Arigoni Coelho (2015).

Velha e Estado Novo, quando o país experimentava a construção de seu discurso nacional. Entretanto, a manutenção desses ideais numa graduação passou a ser mais fortemente questionável desde os anos de 1960 quando começam a ser levantadas interrogantes sobre o colonialismo interno na América-Latina e no Brasil em particular. A manutenção de um curso com um viés ideológico de Estado-nação distancia-se da proposta pedagógica pautada na crítica e pluralidade, como deve acontecer nas Universidades.

1.2 A institucionalização da Museologia no Brasil: o Curso de Museologia/UFBA, a Escola de Museologia/UNIRIO e o Curso de Especialização em Museologia/Fesp

No Brasil, em 1946, quando da criação do ICOM, o Rio de Janeiro já possuía o Curso Técnico de Museus sediado no Museu Histórico Nacional/MHN (1932) e a Bahia instituía sua primeira Universidade Federal, a Universidade da Bahia/UBA, posteriormente chamada de Universidade Federal da Bahia/UFBA. O curso técnico do MHN passou por distintas reformas – desde 1932, ano de sua implantação, até 1978 quando foi lotado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – que objetivaram acompanhar o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, e enfrentou muitas dificuldades para constituir o bacharelado enquanto esteve atrelado ao Museu. Entretanto, manteve atribuída à sua gênese, a primogenitura do pensamento técnico museal do país e esse sentimento de autoridade histórica foi ‘herdado’ e assimilado pelo Bacharelado em Museologia da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, quando o curso técnico migra, deixando de ser técnico para ser bacharelado, mantendo-se até a presente data nesta instituição de ensino público oficial.

Essa ênfase repetitiva na gênese, na primogenitura me faz concordar com a reflexão acerca do mito de origem evidenciada por Cristina Bruno (2019). Na obra ‘Antropologia Estrutural’ Lévi-Strauss (1989) chama a atenção para a complexa relação do mito com a linguagem e o tempo: “Um mito diz respeito sempre a acontecimentos passados: ‘antes da criação do mundo’, ou ‘durante os primeiros tempos’, em todo caso, ‘faz muito tempo’” (Lévi-Strauss, 1989, p. 241). O tempo mítico é um tempo em que se formam as estruturas/instituições/distinções presentes e as constantes repetições narrativas servem para a manutenção das oposições estruturais.

Nesta pesquisa, as oposições estruturais discutidas giram, principalmente, em torno da crítica da criação de um discurso pretencioso de hegemonia, de gênese, de primogenitura – em que não faltam latinismos como *célula mater* – sem considerar outros percursos que narrem de outra maneira a constituição do campo. Se o mito se mantém vivo e sendo narrado e renarrado enquanto suas oposições e contradições principais são mantidas, formando o que Lévi-Strauss nomeia por estrutura permanente, é a permanência e validade dessas oposições na configuração do campo museológico no Brasil que serão discutidas nesta pesquisa. Afinal, permanência não é eternidade.

É preciso apontar as encruzilhadas históricas para a discussão proposta aqui. Uma delas é o ensino das técnicas de museu no Brasil que está atrelada, até onde conhecemos da história da área, à ação de Gustavo Barroso na direção do Museu Histórico Nacional e gestão do Curso Técnico de Museus desta instituição. Outra encruzilhada é a construção do campo Museologia no Brasil, através da institucionalização dos planos de ensino e pesquisa propostos pelo ICOFOM/ICOM, em Universidades e Instituições. Nesse sentido, no Brasil, o primeiro curso de museologia nasceu no Nordeste, na Universidade Federal da Bahia/UFBA, sendo lotado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH.

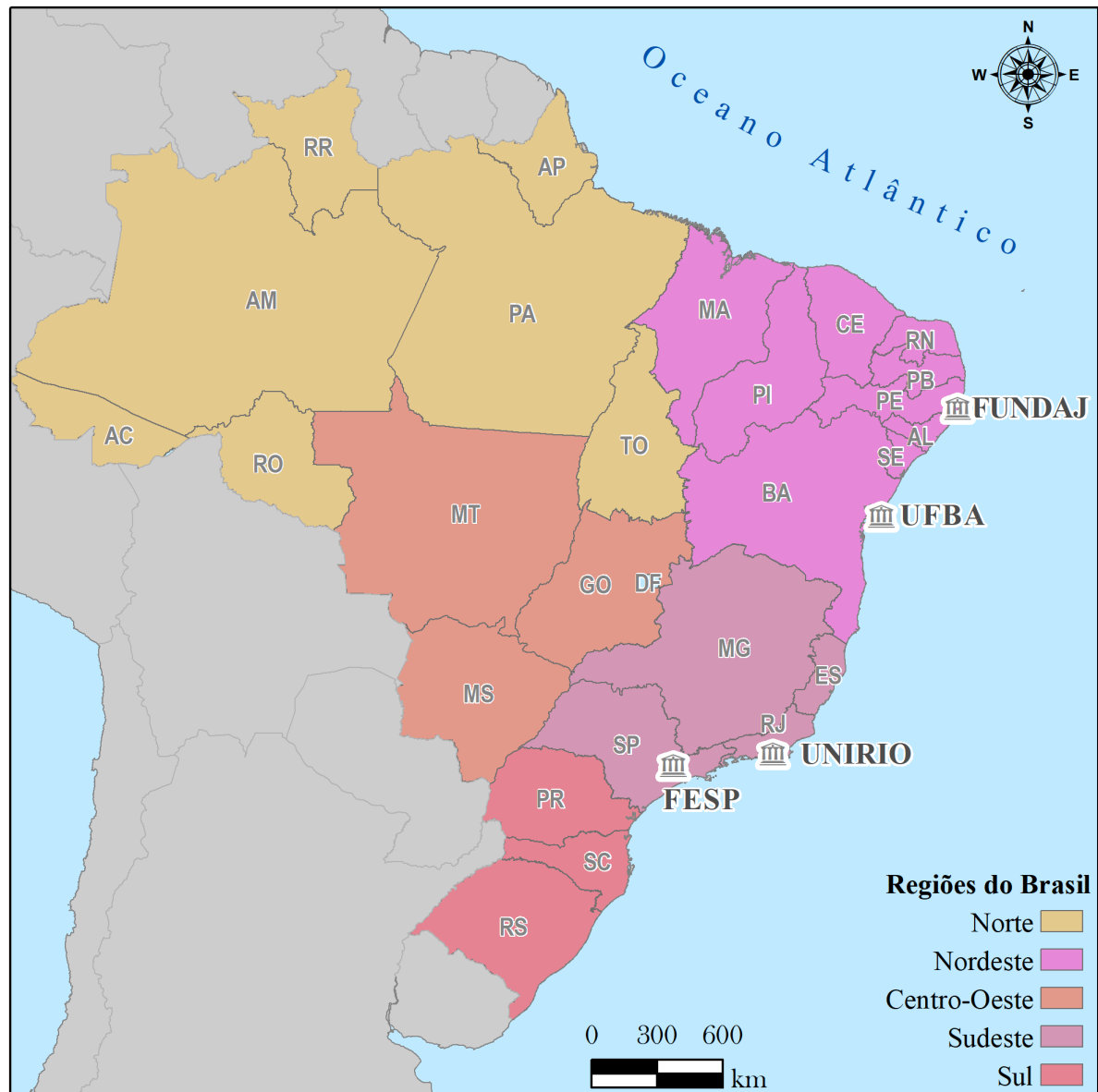
Este curso, criado por Valentin Calderón em 1969 estruturou-se dentro de uma Universidade que nasceu com o caráter identitário cultural, fato este que permitiu à UFBA ser uma instituição com perspectiva diferenciada frente às demais Universidades brasileiras criadas na década de 1940. No processo de consolidação do campo Museologia no Brasil, ainda tivemos a criação do curso de especialização em museologia da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1977, e a segunda graduação na UNIRIO, em 1978, recebendo o curso técnico de museus do MHN para adaptá-lo às exigências educacionais de uma instituição de ensino superior federal como é a Universidade, ambos no Sudeste brasileiro.

A título de ilustração e localização geográfica dos cursos citados, exponho abaixo o mapa do Brasil⁵⁵ com a demarcação regional e a representação dos Estados que abrigaram estes cursos de museologia. Em destaque, na cor rosa, a região Nordeste com o Estado da Bahia abrigando o Curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia/UFBA e a FUNDAJ, no Estado de Pernambuco, que embora não tenha consolidado graduação na área da Museologia, constitui-se como polo dinamizador em diversas ações do campo. Na cor lilás,

⁵⁵ Os mapas apresentados nesta pesquisa são de autoria do geógrafo e professor Luis Felipe Soares Cherem da Universidade Federal de Goiás/UFG.

a região Sudeste com o Curso de Especialização da Fesp no Estado de São Paulo e, por fim, no Estado do Rio de Janeiro, o Curso de Museologia da UNIRIO.

FIGURA 1: MAPA DO BRASIL



Fonte: Luis Felipe Soares Cherem (2019).

Esse campo, constituído da luta pelo monopólio da competência científica, funciona produzindo uma forma específica de interesse, visto que “todas as práticas estão orientadas para aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc.)” (Bourdieu, 1983, p. 124). Ao institucionalizar o campo por intermédio das ações do ICOFOM, ainda que não houvesse consenso epistêmico entre os pesquisadores, o ICOM agiu

no sentido de induzir esse consenso na nascente Museologia por meio de **planos de estudo presentes em universidades de diferentes países**, criando a autoridade científica de fala e de lugar discutida por Bourdieu (2011).

Dito dessa forma, pode-se ter a falsa impressão que as três Escolas de pensamento museológico brasileiro guardaram as tradições do Brasil. Entretanto, para que essa pesquisa adquira sua problematização na abertura da discussão acerca da suposta hegemonia, faz-se necessário complexificar a atuação e relações desses órgãos e agentes do campo especialmente porque na lida com o patrimônio, ou, como destacaram Ana Lúcia de Abreu Gomes e Maria Margareth Lopes (2018), do que se convencionou chamar de patrimônio, existiram outras agências/agentes, como, por exemplo, o Museu Nacional⁵⁶, que também desenvolvia competências.

Segundo as autoras, quando se conhece as relações de diferentes ordens e naturezas entre os agentes do campo, compreende-se melhor a construção de determinadas narrativas que validam fortemente as obras realizadas pelo homem/mulher-monumento (Gomes & Lopes, 2018, p. 91). Isso aplica-se bem nos discursos históricos registrados sobre as três Escolas visto que, de modo geral e quase que inevitável, é necessário apresentar os três agentes que atuaram na consolidação desse campo científico, ou seja, Valentin Calderón, Waldisa Rússio e Gustavo Barroso.

Entretanto, para além destes, e não menos importantes, outros órgãos, museus e instituições diversas atuaram na construção do campo Museologia no Brasil e eles serão colocados em perspectiva, especialmente quando discutirei os Fóruns Nordestinos de Museologia, juntamente com a atuação da UFBA e da FUNDAJ. Apontar nesta narrativa as demais instituições museológicas presentes nos estados do Nordeste brasileiro que também construíram o movimento de luta por reconhecimento é evidenciar e validar, para além dos nomes oficialmente reconhecidos, o significativo trabalho dos demais agentes.

Contudo, respeitando o recorte proposto que problematiza o campo a partir da institucionalização do ensino superior, neste capítulo trabalharei especificamente com os dois polos de ação: no Nordeste o Estado da Bahia e a UFBA e, no Sudeste, no Estado de São

⁵⁶ “O Museu é uma instituição autônoma, integrante do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério da Educação que completou 200 anos em 2018. Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e inicialmente, sediado no Campo de Sant'Ana, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico do país. Como museu universitário, tem perfil acadêmico e científico” (UFRJ, [2020]). Recuperado em 02/06/2020, de <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>).

Paulo a Fesp e no Rio de Janeiro a UNIRIO. Assim, o campo Museologia no Brasil se constituiu em disputas que avaliaremos mais detalhadamente no tópico seguinte.

1.2.1 A Universidade Federal da Bahia/UFBA e o Bacharelado em Museologia

No Brasil, o campo de produção da ciência como espaço social de relações objetivas foi marcado pela implantação das Universidades durante a República Velha (1889 – 1930). “A Universidade não está fora da história do país porque cada evento, cada fato social só pode ser compreendido e conhecido no conjunto de suas relações, isto é, pela ação que opera sobre esse todo e pela interferência que dele recebe” (Fávero, 2000, p. 15). Entretanto, nesse momento histórico, não era interessante implantar universidades no Nordeste brasileiro, visto que o projeto político do país não previa avanços para as regiões que antes foram mantenedoras da administração pública, ainda que uma delas tivesse sido sede da primeira capital do país⁵⁷.

Até 1930 o Brasil tinha aproximadamente oito universidades⁵⁸ e esse quadro foi alterado com a instalação do longo período dos governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945)

⁵⁷ O Brasil já teve três capitais. A primeira capital brasileira foi Salvador/Estado da Bahia, no período compreendido entre 1549 e 1763, em seguida o Rio de Janeiro/Estado do Rio de Janeiro, de 1763 a 1960, e, finalmente, Brasília/Distrito Federal, desde 1960 até hoje.

⁵⁸ “Algumas destas universidades tiveram vida passageira, como exemplificam a Universidade de Manaus (1909), em pleno fastígio do ciclo da borracha; a Universidade de São Paulo, a primeira, a de 1911; e a do Paraná, de 1922 (*sic* 1912). Em contrapartida, três outras universidades, aparecidas no início da República Velha, foram fixadas com raízes mais profundas e persistiram. Assim foi a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, que resultou da aglutinação das faculdades de Medicina, Direito, Odontologia e Farmácia, localizadas na capital da República. Seguindo o mesmo caminho de reunir faculdades – Engenharia, Direito, Medicina e Farmácia – originou-se a Universidade de Minas Gerais, em 1927, a segunda universidade instituída no país, que até hoje se mantém. [...] e] a Universidade de Porto Alegre, fundada em 1934, que resultou de uma única escola de Engenharia. [...] A segunda universidade instituída em São Paulo, aconteceu em 1934 [...] e em 1939, foi instalada a Universidade do Distrito Federal [...]” (Teixeira, 2010, p. 80). A Universidade do Paraná começou a funcionar em 1913 como instituição particular e em 1914, frente a recessão econômica causada pela Primeira Grande Guerra e a lei do Governo Federal que mandou fechar as instituições particulares por falta de verba, desmembrou-se em faculdades autônomas evitando, assim, o fechamento e mantendo o ensino superior na região. Ver: <<http://www.ufpr.br/portalfupr/historico-2/>>. Recuperado em 22/08/2018. A primeira Universidade de São Paulo, instituição particular criada, assim como a Universidade do Paraná, a partir da Reforma Benjamin Constant, funcionava apenas com a Faculdade de Medicina até 1912, quando novos cursos foram criados (Direito, Belas-artes, Engenharia, Odontologia, Comércio e Farmácia). Entretanto, como nasceu do projeto político de particulares, a Universidade de São Paulo sofreu fortes ofensivas por parte da comunidade médica local contra a existência de uma faculdade privada. Alegavam, entre outros argumentos, que a “instituição [estava] fadada ao fracasso pela sua organização, direção e métodos de ensino”, além disso, era desprovida “de condições materiais, políticas e legais para suas funções (Mota, 2004, pp. 215 – 216). Segundo Mota (2004), na verdade, a Universidade de São Paulo foi boicotada pela ação direta de outros médicos que tinham, àquela época, interesse em fundar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo em acordo direto com o governo do estado e por isso ela foi fechada. A Universidade do Distrito Federal (UDF), projetada por Anísio Teixeira, foi criada em 1935 quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do país. Sua proposta inovadora buscava “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão

que criou o Ministério da Educação e organizou o ensino fundamental e superior em todo país. Por meio do Decreto-Lei nº 19.851 (1931) as universidades foram estruturadas e outras instituições de ensino superior foram criadas. O Brasil constituía, assim, seu campo científico. Estudá-lo em sua formação faz-se necessário porque “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (Bourdieu, 2011, p. 69) não significa reduzi-lo ou destruí-lo e sim, jogá-lo com domínio das regras.

Maria Inês Corrêa Marques (2010), ao avaliar historicamente a constituição de um dos agentes desse campo científico, a UFBA, comprovou que: “a forma de apreensão institucional das políticas públicas [no Brasil] é singular [...] em cada Universidade Pública Federal” (2010, p. 37). Assim, ainda que para a autora o Decreto-lei nº 19.851 tenha introduzido a Educação superior no projeto estratégico do Estado, a constituição do Estatuto das Universidades Brasileiras propiciou tanto a expansão de instituições no país, como definiu os parâmetros para sua constituição.

Pautados em propósitos de modernização para o Brasil, os parâmetros foram estabelecidos conforme a conveniência política de cada estado da federação e, dessa forma, não contemplou o país como um todo e nem garantiu a instalação de Universidades em todo território nacional. A implantação da estrutura que possibilitaria a realização da pesquisa científica no Brasil ficou restrita a algumas regiões e as Universidades “que foram criadas ficaram concentradas nas regiões Sul e Sudeste, onde ocorreram os maiores investimentos na industrialização” (Marques, 2010, p. 105).

Assim, a Universidade brasileira que deveria ser uma só, ou seja, uma unidade regida pelo Estatuto, mantendo no governo o total controle quanto à criação do seu projeto estratégico de desenvolvimento do país, para Marques (2010), “guardou lugar para a

popular”. Entretanto, essa proposta universitária contrariava o projeto de Gustavo Capanema, Ministro da Educação, de fortalecimento da Universidade do Brasil. Assim, em 1939 a UDF foi fechada e incorporada à Universidade do Brasil (<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>>). Recuperado em 22/08/2018. A Universidade de Manaus, foi a primeira universidade brasileira e era composta pelas Faculdade Militar, Faculdade de Ciências e Letras, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Faculdade de Medicina. Era mantida “pelo governo do estado, pelas doações financeiras de simples cidadãos e de grandes proprietários de seringais”, mas com a crise da borracha na Amazônia as faculdades foram se desvinculando o que levou ao fechamento em 1926, sendo recriada em 1962 (<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DO%20AMAZONAS.pdf>>). Recuperado em 22/08/2018. Destacamos que, pelo exposto, apenas a estado do Amazonas, situado na região Norte do país, ficou a maior parte do tempo sem ter em seu território uma Universidade Federal. Nas demais regiões citadas, conforme o interesse político, outros arranjos foram feitos.

diferença, para que as instituições nascentes se configurassem com características regionais. Deixou espaço para que as políticas públicas fossem aplicadas conforme o contexto regional” (Marques, 2010, p. 116) possibilitando, assim, que esses espaços de produção da ciência se apresentassem socialmente e culturalmente conforme a região em que estivessem inseridos.

Nesse contexto, é criada a Universidade da Bahia/UBA, posteriormente Universidade Federal da Bahia/UFBA, em 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.155 reunindo as Faculdades de Direito, de Ciências Econômicas e de Filosofia; a Escola Politécnica e a Faculdade Medicina que também contava com as Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia, tendo como reitor Edgard Rego Santos⁵⁹ que permaneceu no cargo por quinze anos, até a sua morte (1946 – 1961).

Na sua origem, a UFBA não se distingue da maioria das universidades brasileiras. É também fruto da reunião de antigas faculdades isoladas. Delas, das nobres e vetustas Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Escola Politécnica, Edgard Santos soube captar a tradição acadêmica e o prestígio social. Compreendeu, entretanto, que, em benefício da jovem Universidade, **essa tradição acadêmica deveria ser diversificada**, instituindo novas áreas de atuação em coerência, por um lado, com as demandas e expectativas do seu tempo e as projeções que então fazia para o futuro da sociedade e da economia baianas; por outro, a diversificação acadêmica deveria contemplar também **as vocações mais remotas e históricas da Bahia, potencializando, na Universidade, a tradição das expressões culturais e artísticas**. [...] A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – que ainda é o grande desafio das universidades brasileiras em nossos dias – teve na Universidade baiana concebida por Edgard Santos, nas décadas de cinquenta e sessenta, expressão e realização plenas (Serpa, 1998, p. 7, grifo nosso).

Para Luiz Felipe Serpa (1998) a identidade autêntica que Edgard Santos conseguiu dar à UFBA quando integrou as IES isoladas foi construída porque ele valeu-se da **cultura como liga** entre a Universidade e a sociedade na mesma intensidade que contou com apoio político estratégico de agentes em todas as instâncias políticas⁶⁰. Segundo Marilene Lobo Abreu Barbosa (2011), o projeto ambicioso de Edgard Santos contou com intelectuais e

⁵⁹ Edgard Rego Santos nasceu, morou e viveu em Salvador, se formou em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia (Famed), em 1917. Depois de formado passou quatro anos em São Paulo trabalhando no Instituto Paulista e posteriormente especializou-se em cirurgia, em Paris, retornando para Salvador em 1923. Em 1925, com pretensões de dedicar-se à carreira de ensino e pesquisa, assumiu interinamente a cátedra de Patologia Cirúrgica da Famed permanecendo nesta função até 1927 quando se efetivou por concurso público. Em 1936 assumiu a direção da Famed para uma década depois assumir a reitoria da UBA (Barbosa, 2011b).

⁶⁰ “Além de sua atuação política, Edgard Santos contou com o apoio de Clemente Mariani, advogado e político baiano, que foi ministro da Educação e Saúde do governo Dutra (1947-1950), para obter recursos para a construção do Hospital das Clínicas, inaugurado em 1949, com a presença deste presidente. [...] em 1951, no governo de Otávio Mangabeira, quando Anísio Teixeira era secretário da Educação e Saúde, a UFBA compartilhou com o governo do Estado, conferindo-lhe embasamento teórico, da concepção e execução de convênio de cooperação com a Columbia University, dos Estados Unidos [entre outros]” (Barbosa, 2011b, pp. 28 – 29, grifo nosso).

artistas de várias partes do mundo, que ele mesmo trouxe para a Bahia. Entre eles, podemos citar o alemão Hans Joachim Koellreutter na direção da Escola de Música, os suíços Walter Smetak e Ernest Widmer que coordenavam os Seminários de Música da Bahia, Yanka Rudzka e Rolf Gelewsky, no ensino da dança contemporânea e Eros Martim Gonçalves, atuando na Escola de Teatro. Entretanto, entre os agentes estrangeiros que compuseram a equipe multicultural desse reitorado, destacamos a presença de Valentin Calderón, responsável pela criação e implantação do Curso de Museologia da UFBA.

Apoiando-se nas ideias avançadas destes pensadores, Edgard Santos “intensificou o incentivo à cultura e à arte, traçando um plano de curto prazo para implantar as condições de oferta de cursos superiores nestas áreas” (Barbosa, 2011b, pp. 28 – 29). A UFBA, portanto, consolidou-se como uma universidade que investia na formação plural do sujeito mantendo sempre aproximação com a sociedade baiana⁶¹. Nessa perspectiva, órgãos extensionistas foram criados sendo um dos mais representativos para a Bahia, apenas a critério de exemplificação, o Centro de Estudos Afro-Orientais/CEAO que hoje atua como órgão complementar “voltado para o estudo, a pesquisa e ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes, bem como na área dos estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas (Universidade Federal da Bahia [UFBA], 2018).

O CEAO, criado em 1959, representa satisfatoriamente a iniciativa de diálogo proposta por Edgard Santos pois estabelece o vínculo entre a Universidade e a sociedade afro-brasileira, bem como entre o Brasil e os países africanos e asiáticos. Assim, a UFBA, nascida como projeto político do Estado da Bahia e tendo à frente da sua primeira gestão um administrador engajado, articulou-se com os planos governamentais de desenvolvimento nacional para execução dos seus projetos de crescimento e fortalecimento institucional porque seu reitor “via a universidade como lugar da diversidade e da integração do conhecimento, ao mesmo tempo em que, como negociador arguto, aproveitava as competências, capacidades e potencialidades da instituição em prol do bem-estar da sociedade e do progresso do Estado” (Barbosa, 2011b, p. 37). Essas características, foram significativas na proposição e

⁶¹ “A utopia de Edgard Santos era tornar a Universidade da Bahia, singular, uma referência nacional e internacional, por produzir conhecimento na área cultural. Procurou superar o problema de sua origem, que foi a aglomeração de IES isoladas sem vida universitária. O projeto compartilhado por ele e pelos intelectuais dedicados à causa da Universidade Brasileira foi pensado para efetivar a relação ensino, pesquisa e extensão” (Marques, 2010, p. 139).

consequente transformação da realidade nordestina, especialmente, nesse caso, no Estado da Bahia.

Em sua análise histórica que transita entre os anos de 1946, ano da sua criação, até 2006 e, portanto, século XXI, Marques (2010) aponta que na UFBA, “em todos os períodos analisados, encontramos uma Universidade protagonista, pioneira, de vanguarda cultural nacional e internacional. Pela investigação histórica realizada e a rede de relações estabelecidas, podemos afirmar que ela teve uma matriz singular, que perpassou toda sua trajetória de vida” (Marques, 2010, p. 418) e essa conduta também é percebida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH, sede do Curso de Museologia.

Essa Faculdade, como a própria UFBA, nasceu de um projeto político engajado em vários setores sociais⁶². Isaías Alves, Secretário de Educação e Saúde do Estado e futuro primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, valendo-se do prestígio político de Landolfo Alves, seu irmão e interventor na Bahia, é quem elabora o seu projeto de criação (Pereira, 2016). Com apoio político do parente e beneficiado pelas doações das comunidades de estrangeiros radicados em Salvador, bem como grupos femininos⁶³, em 1943 os cursos iniciais de licenciatura⁶⁴ passaram a funcionar. A partir de 1946, ano de incorporação da Faculdade à Universidade da Bahia, alguns desses cursos tornaram-se unidades independentes possibilitando o crescimento e fortalecimento da universidade (Paraíso, 2016).

Atualmente, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH⁶⁵, “coexistem as licenciaturas e bacharelados de Ciências Sociais, Museologia, Filosofia, História, Gênero e Diversidade” (Paraíso, 2016, p. 16) e, do Instituto de Psicologia, ainda há o curso de Serviço Social. “Também funcionam oito cursos de mestrado e sete de doutorado, além de

⁶² “Criada oficialmente em 1941, a partir da perspectiva visionária e da preocupação de Isaías Alves [primeiro diretor da Faculdade de Filosofia] em criar na Bahia um centro de formação de professores capacitados e engajados na melhoria da qualidade de ensino no estado, a Faculdade [de Filosofia e Ciências Humanas] resultou de um esforço coletivo da comunidade baiana e de imigrantes para financiá-la e torná-la uma realidade (Paraíso, 2016, p. 13).

⁶³ “Todo esforço inicial de formação da faculdade decorre da ação da Liga de Educação Cívica da Bahia, que forma a junta mantenedora constituída por 40 professores [...] ademais, diversos segmentos sociais que colaboraram financeiramente para a construção da faculdade: as comunidades portuguesa, uruguaia, espanhola, italiana, israelita e síria. Além disto, são contribuintes financeiros, igualmente diversos, grupos femininos, nomeadamente aqueles que são formados por senhoras pernambucanas e estudantes do Ginásio da Bahia” (Pereira, 2016, p. 24).

⁶⁴ Filosofia, Pedagogia, Ciências Sociais, Matemática, Geografia, História, Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas, História Natural, Química e Física (Paraíso, 2016).

⁶⁵ São, atualmente, departamentos da FFCH: Antropologia, Ciência Política, Filosofia, História, Museologia e Sociologia. São Colegiados de Cursos de Graduação: Ciências Sociais, Filosofia, Gênero e Diversidade, História, Museologia. São Colegiados de Cursos de Pós-Graduação: Antropologia, Ciências Sociais, Estudos Étnicos e Africanos, Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Filosofia, História. Recuperado em 20/11/2018, de: <<http://www.ffch.ufba.br>>.

importantes centros de pesquisa”. Localizados no centro histórico de Salvador e na antiga Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, estão vinculados à esta Faculdade o Museu Afro e o Museu de Arqueologia e Etnologia e, no Largo Dois de Julho o Centro de Estudos Afro-Orientais (Paraíso, 2016, p. 16).

Criada com o propósito pedagógico interdisciplinar, a Faculdade de Filosofia proporcionou base sólida para projetos culturais importantes para a Bahia, em especial os relacionados à comunicação e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, o curso de museologia nasceu, portanto, de um projeto visionário de Valentin Calderón⁶⁶, que conforme foi dito anteriormente, foi um dos agentes trazido por Edgard Santos para construir, juntamente com ele, uma Universidade comprometida com a filosofia humanística e integrada com a sociedade que estava inserida.

A proposta de criação do Curso de Museologia da UFBA, em 1964, segundo documentos internos do arquivo institucional desta Universidade, partiu da Escola de Belas Artes⁶⁷. Tal proposta, aprovada pelo Conselho Universitário em 27 de agosto de 1964, não foi implementada até o ano de 1969 quando o debate foi retomado.

Em 1969 o projeto do Curso e Currículo de Museologia foram aprovados pela Comissão Central de Revisão de Currículos⁶⁸ sem definir claramente em qual Unidade Universitária ele seria lotado. Dessa forma, a história da implantação do curso é marcada pela disputa entre a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas para sediá-lo.

Após análise dos pareceres do professor Ivo Vellame – Departamento I/Escola de Belas Artes e do professor Fernando da Rocha Peres – Departamento de História/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas a conselheira Zilma Parente de Barros encaminhou o processo para o Conselho de Graduação e Câmara de Graduação da UFBA. Assim, definiu-se que o Curso de Museologia deveria ser vinculado a área das Ciências Humanas sendo, portanto, lotado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com a sugestão da criação de um Departamento autônomo.

⁶⁶ Espanhol naturalizado brasileiro, Valentin Rafael Simon Joaquim Calderón De La Vara viveu na Bahia até sua morte na década de 1980. Seu acervo profissional de atuação na Universidade Federal da Bahia encontra-se disponível no arquivo institucional da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH nas pastas intituladas Valentin Rafael S. J. Calderón De La Vara Cargo: professor assistente Ano: 1971 Volume 1 e Volume 2.

⁶⁷ Conforme Ofício 126/70 (Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal da Bahia, & Escola de Belas Artes, 1970) – Anexo 3.

⁶⁸ Conforme Processo Número R – 5144 (Ministério da Educação e Cultura, & Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia, 1969) – Anexo 4.

Embasado no projeto do Curso, o professor Fernando Peres emitiu seu parecer destacando que o curso de Museologia apresentava desde a sua construção um caráter **interdisciplinar**⁶⁹, bem como uma **formação integrada e humanista**⁷⁰ para o profissional museólogo. Essa argumentação, em completo acordo com o ideal de formação da própria universidade, torna seu parecer mais adequado que o emitido pelo professor Ivo Vellame que se concentrou em destacar as competências em arte, também necessárias, mas não primordiais, para a formação do museólogo.

Não foi possível explicar, por meio dos documentos internos localizados nos arquivos da UFBA, porque o processo de criação do Curso de Museologia é oriundo da Escola de Belas Artes/EBA. No entanto, sabe-se que Valentin Calderón, responsável pela implantação do curso, iniciou seus trabalhos nesta universidade com outros agentes internacionais da área cultural e a Escola de Belas Artes era mais uma unidade da UFBA que servia de base para o projeto educacional pela cultura de Edgar Santos.

Desse projeto destacamos a já mencionada Escola de Belas Artes – segunda Escola Superior da Bahia e a segunda Escola de Arte do Brasil –, que foi incorporada à UFBA por empenho de Edgar Santos⁷¹. Além desta, a Escola de Música⁷²; a Escola de Teatro⁷³; a Escola de Dança⁷⁴ e, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas⁷⁵: o curso de Museologia.

⁶⁹ “Interdisciplinaridade *interdisciplinarity* EDU FIL interação existente entre duas ou mais disciplinas e que pode ir da mais simples comunicação de ideias até a integração mútua dos conceitos dirigentes, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino a eles relacionados. Um grupo interdisciplinar é composto de pessoas que receberam formação em diferentes áreas do conhecimento (disciplinas) tendo cada uma seus próprios conceitos, métodos, dados e termos. [...]” (Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 210).

⁷⁰ Na primeira grade curricular do Curso é possível verificar a existência de disciplinas nas áreas da história, filosofia, sociologia, artes, etc. e não apenas disciplinas técnicas de tratamento de coleções e seus acervos (Universidade Federal da Bahia [UFBA], 1969). Grade Curricular – Anexo 5.

⁷¹ “Em 14 de março de 1949, o governador Octávio Mangabeira doou, definitivamente, o prédio para a Escola de Belas Artes, determinando que o professor Anísio Teixeira, secretário da Educação e Saúde da época, assinasse a escritura de doação, concretizando o que já determinava a Lei número 84, de 12 de agosto de 1948. De posse da sede própria conseguiu a Escola de Belas Artes incorporar-se à Universidade da Bahia, graças ao empenho do reitor Edgard Santos e de personalidades como Pedro Calmon, Cesário de Andrade e Isaias Alves” (Paraíso, 2010, p. 143).

⁷² “A semente idealizadora da atual Escola de Música da UFBA começou a ser germinada com a programação cultural de cursos extraordinários (junho de 1953), efetivados na gestão do reitor Edgard Santos, numa parceria entre a Universidade da Bahia e a Secretaria da Educação e Cultura da Bahia” (Schwebel, 2010, p. 463).

⁷³ “Em 1956, a criação da Escola de Teatro na Universidade Federal da Bahia fazia parte de um vasto e audacioso plano cultural do reitor Edgard Santos, que instituiu as escolas de Música, Dança e Teatro, e incorporou à Universidade a quase centenária Escola de Belas Artes, transformando-as rapidamente em centros de excelência (Escola de Teatro, 2010, p. 581).

⁷⁴ “A ideia de permeabilidade entre cultura intra e extrauniversitária parece ter sido forte elemento na criação das escolas de arte da Universidade federal da Bahia no período de 1954 a 1956 [ano de criação da Escola de Dança], na medida em que se proliferou em outras células não universitárias, a exemplo do cinema e música popular nos anos 1960 e 70. A história da Escola de Dança da UFBA faz parte dessa natureza institucional, atuando em Salvador como um importante centro produtor de arte e como tal, de conhecimento. Ela surge na sequência da

A Escola de Belas Artes era, nessa época, o centro cultural mais antigo e estruturado da universidade, assim, acredito que, por esse motivo, o processo tenha se iniciado lá. Entre os anos de 1959/1960, durante o quarto mandato do Reitor Edgar Santos, Valentin Calderón foi contratado como professor do Instituto de Cultura Hispânica da UFBA. Em seguida desenvolveu trabalhos como Técnico Especializado no Instituto de Ciências Sociais até que em 1971 foi lotado, como professor assistente, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH.

Entre os anos de 1959 a 1970, Calderón desenvolveu importantes e abrangentes iniciativas culturais na Bahia. Como exemplo podemos citar que em 1968, como Diretor do Departamento Cultural, fundou o Cinema Universitário da UFBA, o grupo experimental de cinema, bem como realizou a exposição retrospectiva do pintor João José Rescala no Teatro Castro Alves e a I Feira Baiana de Artes na Praça da Piedade. Outras iniciativas culturais de destaque ocorreram posteriormente como a I Exposição de Arte Feminina e o I Salão Baiano de Fotografia, ambas em 1969, e o II Salão Baiano de Fotografia em 1970.

Essa ampla formação diversificada na cultura foi o argumento principal para que Valentin Calderón assumisse a coordenação das ações de implantação do Curso de Museologia (Portaria nº 55/70), em 1970. No ano seguinte, Calderón assume o cargo de professor assistente na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH, integra a comissão responsável pela execução do Memorial Reitor Edgard Santos, bem como responde pelo Centro Editorial e Didático da Reitoria da UFBA e pela Coordenação Central de Extensão. Assim, sua vasta atuação como agente cultural o conduziu tanto para a construção do projeto interdisciplinar e humanista do Curso de Museologia da UFBA como para o cargo de primeiro coordenador do Colegiado do Curso de Museologia em 1973⁷⁶.

No reitorado de Roberto Santos (1967 – 1971), filho de Edgard Santos, Valentin Calderón assumiu o cargo de diretor de dois importantes equipamentos culturais da UFBA: o Museu de Arqueologia/MAE e o Museu de Arte Sacra/MAS (1972 – 1976), bem como também respondia pelo expediente do Museu de Arquivologia. Assim, até 1980, ano de sua morte, Calderón ocupou cargos estratégicos na universidade em diferentes reitorados, mas

criação dos cursos de Música e Teatro, na gestão do então reitor Edgard Santos, e se organiza e evolui como centro de referência para o ensino de Dança no Brasil” (Aquino, 2010, p. 227).

⁷⁵ “A faculdade também funcionou no Terreiro de Jesus, no prédio da antiga Faculdade de Medicina, de 1 de maio de 1970 a 12 de janeiro de 1974, quando enfim encontrou seu lugar natural e definitivo, a Estrada de São Lázaro, o mais belo espaço acadêmico da UFBA” (Salles, 2010, p. 343).

⁷⁶ Informação encontrada na Certidão nº 326/73 disponível no arquivo institucional da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH nas pastas intituladas Valentin Rafael S. J. Calderón De La Vara Cargo: professor assistente Ano: 1971 Volume 1 e Volume 2 (Certidão nº 326, 1973).

também desenvolveu trabalho a convite do governo do Estado da Bahia⁷⁷. Seu trânsito em múltiplos equipamentos culturais e nas instituições permitia o estabelecimento de diversas conexões com as diferentes formas de expressão cultural o que justificou e possibilitou a interdisciplinaridade presente no projeto do curso.

A aprovação do Curso de Museologia, através do Parecer da Comissão Central de Revisão de Currículos, é datada de 07/11/1969. Nascido com o caráter interdisciplinar, esse bacharelado teve desde o seu início a experiência de ter disciplinas ministradas em outras unidades da Universidade⁷⁸ o que contemplava a formação proposta de habilitação em Museus de Arte, de História, de Ciências e Tecnologia e Museus Escolares Polivalentes.

Entretanto, havia também a necessidade operacional de cumprir os créditos do currículo o que não era possível com o corpo docente reduzido. A solicitação de contratação de professores era uma constante, a existência de professores substitutos também, e dessa forma o colegiado funcionou até 1979 com apenas três professores efetivos⁷⁹. A primeira reforma curricular ocorrida neste mesmo ano e o reconhecimento do curso pelo Conselho Federal de Educação propiciaram a contratação de mais um professor, o que significou que em dez anos de funcionamento apenas um professor entrou para o quadro de docentes.

Durante os anos de 1980 manteve-se o funcionamento com o quadro pequeno de professores, embora a UFBA, nessa década, já estivesse ranqueada entre as cinco maiores Universidades brasileiras e desenvolvesse expressiva atividade de pesquisa. Acerca dessa constatação, pontuo a fala do reitor Macedo Costa, durante o *Seminário sobre Pesquisa no Nordeste*, ocorrido em 1982, analisando a condição da Universidade no Nordeste do Brasil. Expondo em dados o resultado das ações de colonialismo interno na educação superior do Nordeste, o reitor, refletiu, através da disparidade entre o número de instituições de ensino superior nessa região em relação a outras regiões do país.

⁷⁷ A convite da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, Valentin Calderón organizou a exposição sobre Aspectos dos Bens Culturais da Bahia em 1970 e em 1971, foi membro da comissão executiva da comemoração do centenário da morte de Castro Alves e da comissão julgadora do Prêmio Odorico Tavares que premiou o artista plástico que mais se destacou na Bahia em 1969. Em 1971 foi membro do Conselho Diretor da Fundação de Museus da Bahia e organizador do Museu Parque Histórico Castro Alves. Em 1972 foi membro da Comissão Executiva Central das Comemorações dos Sesquicentenário da Independência do Brasil.

⁷⁸ No arquivo do Museu de Arte Sacra/MAS da UFBA, local onde Valentin Calderón trabalhou e despachou, é possível encontrar documentos enviados por Valentin Calderón para a Escola de Biblioteconomia e Comunicação, a Escola de Belas Artes, o Instituto de Geociências, a Escola de Administração, o Instituto de Letras e a Faculdade de Arquitetura solicitando reserva de vagas para os alunos de Museologia em distintas disciplinas ministradas nessas unidades.

⁷⁹ Valentin Calderón, Jacyra de Carvalho Oswald que foi transferida da Escola de Belas Artes para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Luiz Fernando Fernandes Ribeiro compuseram o colegiado do Curso de Museologia da UFBA. Em 1974, após a saída do professor Luiz Fernando Ribeiro, a professor Maria Célia Teixeira Moura Santos compôs o quadro.

Dos 862 estabelecimentos existentes em 1978, 733 se localizavam nas regiões Sul e Sudeste, sendo que lá se concentravam 480 dos 664 estabelecimentos públicos e 41 das 64 universidades existentes. Não houve, portanto, uma política de ensino voltada para a redução das diferenças regionais [...] (Costa, 1982, p. 27).

Embora a UFBA tenha desenvolvido, desde o seu nascimento, uma consciência crítica acerca da realidade social na qual estava inserida e da sua responsabilidade como agente transformador, sem investimento financeiro do Estado Federal pouco era possível fazer. E, ainda que a universidade tenha contado com educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Florestan Fernandes na construção e na importante fase de reestruturação em 1961 a Universidade Federal da Bahia viveu, em todas as suas fases de reforma, estrangulamentos em seu orçamento que provocavam os reflexos mais violentos do colonialismo interno: emigração, racismo e **a negação do saber produzido na região**.

No caso específico do Curso de Museologia, nos 21 primeiros anos de funcionamento, ele manteve-se atrelado ao Departamento de História para assegurar o funcionamento tendo em vista o quadro de professores tão reduzido. O processo de Departamentalização⁸⁰ que teve início em 1985 e contou com o apoio do departamento de História para ser efetivado como autônomo, só foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFBA em 1991.

Desde 1989, com a segunda reforma curricular⁸¹ (UFBA, 1989), o corpo docente foi ampliado com a aquisição de duas vagas para contratação. Acerca da reformulação, no relatório institucional de 1987⁸², consta que um dos objetivos das novas propostas era “dotar o Curso de Museologia de um elenco de disciplinas mais adequadas às necessidades do mercado de trabalho local e **aos objetivos da Nova Museologia**” (Universidade Federal da Bahia [UFBA], 1988, grifo nosso) o que reforça o caráter humanístico da formação do Curso.

Em 1992, quando o Departamento foi instalado e foram eleitas as professoras Maria Célia Teixeira Moura Santos e Heloísa Helena G. da Costa, Chefe e Vice-chefe, respectivamente, outros professores compunham o quadro efetivo, sendo eles: Silvia Maria Menezes de Athayde, Rosana Andrade Dias do Nascimento, Antonio Oliveira Rios e Osvaldo Gouveia Ribeiro. Nesse mesmo ano o Departamento registra outro pedido para contratação de mais professores e, em 1993, através do Processo nº 23066.059478/93-96 em que a Universidade Federal da Bahia recebeu 70 vagas de docentes para serem distribuídas em suas

⁸⁰ Ofício nº 18 (1988) – Anexo 6.

⁸¹ Integralização Curricular (UFBA, 1989) – Anexo 7.

⁸² Relatório de Atividades – Anexo 8.

unidades, o Curso de Museologia recebeu duas vagas para concurso público de docente efetivo.

Funcionando por 22 anos alocado no Departamento de História e por 23 anos com quadro de professor reduzido, em 1995 o Curso de Museologia desenvolveu novas ações com perspectivas de abertura e interdisciplinaridade maior do curso, tanto interna – com a oferta da disciplina Introdução a Museologia como optativa ou eletiva para outros cursos –, como externa com o projeto de extensão e pesquisa no Museu Didático Comunitário de Itapuã. Realizou, também, outras ações integradas com os museus da Universidade e projetos de reciclagem e conservação de papel o que nos mostra que ainda que contassem com mão de obra reduzida, havia vontade de realizar trabalhos.

Avaliando criticamente a proposta curricular deste curso, bem como as reformas ocorridas, a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos (1993) registra que:

No Curso de Museologia da UFBA, onde estamos atuando há 14 anos, alguns passos têm sido dados com o objetivo de modificar a ação museológica, a nível da estruturação do currículo [...]. Avanços importantes foram dados, ao estruturarmos o novo currículo, aproximando-nos mais de uma linha de ação museológica voltada para a preservação e dinamização de aspectos culturais, até então pouco valorizados, como os costumes e o fazer do dia-a-dia. **Evitou-se a estruturação de um currículo elaborado em função do colecionismo**, onde a ênfase maior é dada aos objetos, sobretudo àqueles produzidos por determinados segmentos da sociedade (Santos, 1993, p. 17, grifo nosso).

Acreditando nessa capacidade de diferenciação nas propostas de ensino, pesquisa e extensão, registro nos capítulos 2 e 3 quais impactos que esse projeto gerou na realidade nordestina e no Estado da Bahia e, posteriormente, se o projeto do Curso de Museologia da UFBA, ultrapassou, ou não, as barreiras regionais politicamente instituídas no Brasil por meio dos Fóruns Nordestinos de Museologia.

1.2.2 A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e a Escola de Museologia

Conforme dito anteriormente, a construção de Universidades no Brasil passou anos de atraso se compararmos com o restante da América Latina e somente na década de 1920 as primeiras universidades foram criadas e “quase todas [foram] instaladas no Sudeste do país” (Teixeira, 2010, p. 84). Segundo o Artigo 6º do Decreto nº 11.530, no ano de 1915 o governo concordou, com condicionantes de interesses políticos particulares, em autorizar a criação de Universidades. A primeira delas foi na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro:

[...] O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidades as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar (Decreto nº 11.530, 1915).

Dessa forma, cria-se a Universidade do Rio de Janeiro, que em seu Decreto nº 14.343 de criação trazia o objetivo de “[...] estimular a cultura das ciências, estreitar entre os professores os laços de solidariedade intelectual e moral e aperfeiçoar os métodos de ensino” (Brasil, 1920). Entretanto, diferentemente do que aconteceu no Estado da Bahia onde o envolvimento da sociedade marcou a implantação da UFBA, no Estado do Rio de Janeiro a fundação da Universidade não ocorreu com a participação social e eles também não contaram com um elemento que aglutinasse os interesses das Faculdades em um propósito comum.

Jorge Nagle (1974), pesquisando o relatório do primeiro reitorado, no ano de 1921, identificou que “um dos problemas principais na estruturação original da Universidade do Rio de Janeiro foi a junção das faculdades de Engenharia, de Medicina e de Direito sem considerarem que elas estavam geograficamente distantes, tinham interesses particulares e possuíam como único laço em comum o Conselho Universitário” (Nagle, 1974, p. 132). Para Nagle (1974) a justaposição arbitrária dos Institutos de Ensino Superior, o estabelecimento impositivo de um reitor e nenhuma unidade filosófica não auxiliou na consolidação da Universidade do Rio de Janeiro. Percebe-se, dessa forma, que as diferenças nos projetos de implantação da Universidade nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia foram marcadas pela ausência de um elemento aglutinador na primeira, enquanto que, na segunda, a cultura constituirá esse elo indivisível (Marques, 2010).

A Universidade do Rio de Janeiro, referida acima, é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ que tem uma importante trajetória de contribuição para o desenvolvimento da ciência no Brasil, mas não registra, na sua grade de cursos oferecidos, a graduação em Museologia. A Universidade que abriga o Curso de Museologia é a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO⁸³. Sua história é marcada pelo Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969 – mesmo ano de criação do Curso de Museologia da UFBA – que fundou a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara/Fefieg e que, exatamente como outras universidades, foi constituída pela junção de estabelecimentos isolados de ensino superior.

⁸³ As informações acerca da UNIRIO estão disponíveis no site institucional <<http://www.unirio.br/institucional/historia>> Acessado em 26/04/2019.

Dessa forma, a Fefieg integrou as escolas de Enfermagem Alfredo Pinto e a Escola Central de Nutrição; o Conservatório Nacional de Teatro (atual Escola de Teatro); o Instituto Villa-Lobos; a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Em 1975, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro⁸⁴, a Fefieg passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro/Fefierj. Entretanto, ela mudou de nome ainda duas outras vezes: em 1979⁸⁵, quando foi institucionalizada, a Fefierj passou a chamar-se de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO); e, em 2003⁸⁶, quando passou a ser reconhecida como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro embora a sigla tenha sido mantida.

Dois anos após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, enquanto ainda era reconhecida como Fefierj, foram incorporados dois cursos a esta Universidade: o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional e o **Curso de Museus do Museu Histórico Nacional**, ambos cursos técnicos. Atualmente a UNIRIO é uma Fundação de direito público e integrante do Sistema Federal de Ensino Superior.

O Curso Técnico de Museus, previsto no Capítulo VI do Regulamento de criação do Museu Histórico Nacional/MHN⁸⁷ por meio do Decreto nº 15.956 de 02 de agosto de 1922⁸⁸, seria um curso comum ao Museu Histórico Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo

⁸⁴ Em 1834, poucos anos após a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada no Município Neutro da Corte permanecendo como capital do Império do Brasil. Com a Proclamação da República, em 1889, a cidade se transformou em capital do Brasil e o município neutro tornou-se Distrito Federal até 1960 quando a capital federal foi transferida para Brasília. Dessa forma, a província do Rio de Janeiro virou o Estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara. Essa situação só seria alterada na ditadura militar no Brasil quando, durante a presidência do general Ernesto Geisel, optou-se pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Assim, em 15 de março de 1975 definiu-se que o estado manteria a denominação de Rio de Janeiro e a cidade do Rio voltaria a ser a capital estadual (<https://diariodorio.com/breve-historia-do-estado-da-guanabara/>) recuperado em 18/05/2019.

⁸⁵ Para mais informações ver a Lei nº 6.655.

⁸⁶ Para mais informações ver a Lei nº 10.750.

⁸⁷ O Museu Histórico Nacional, “instituição de caráter permanente para guardar as relíquias históricas e atender às necessidades de instrução pública relacionadas à memória da formação e da consolidação da Nação brasileira” (Museu Histórico Nacional, 2013, p. 15) foi criado por Decreto Presidencial nº 15.596 no dia 02 de agosto de 1922 e aberto ao público no âmbito da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. A Casa do Brasil, como também é conhecido o referido Museu, é formada pelo conjunto arquitetônico que reuniu o antigo Forte de São Tiago, a Casa do Trem e o Arsenal de Guerra, antigos estabelecimentos militares. Este Museu, que conforme seu primeiro Regulamento tinha o objetivo de cultivar o passado, estava ligado administrativamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e teve como seu idealizador e primeiro diretor, o cearense Gustavo Barroso. Seu acervo, formado através da “transferência do patrimônio, antes sob guarda do museu do Arquivo Nacional e do gabinete de numismática da Biblioteca Nacional” também recebeu peças de valor histórico da Casa da Moeda, do Museu Nacional de Belas Artes, dos Ministérios da Marinha e do Exército e de doações de particulares (MHN, 2013, p. 103).

⁸⁸ Recuperado em 04/08/2019, de: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html>>.

Nacional, mas nunca foi efetivado. Nos Artigos 55 e 56 a habilitação dos candidatos teria a duração de dois anos e as disciplinas seriam ministradas em cooperação pelas três instituições.

O curso tecnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º official do Museu Histórico Nacional e ao de amanuense da Bibliotheca Nacional e do Archivo Nacional, constará das seguintes matérias, distribuidas por dois annos: 1º ANNO: história litterária, paleographia e epigraphia, história politica e administrativa do Brasil, archeologia e história da arte. 2º ANNO: bibliographia, chronologia e diplomática, numismática e sigillographia, iconographia e cartographia. O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é commum o curso tecnico, cabendo ao Museu Histórico Nacional o de archeologia e história da arte e de numismática e sigillographia, á Bibliotheca Nacional o de história litterária, de bibliographia, de paleographia e epigraphia e de iconographia, e cartographia e ao Archivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de chronologia e diplomática (Decreto nº 15.956, 1922).

Entretanto, esse curso, previsto pelo Ministério da Justiça e destinado a formar técnicos para as três instituições culturais do Brasil, não é o mesmo Curso de Museus que foi instalado no MHN em 1932 por Rodolfo de Amorim Garcia, que ocupou o cargo de Diretor no período em que Gustavo Barroso, idealizador do museu, foi afastado da direção do MHN⁸⁹. Gustavo Barroso⁹⁰ foi diretor do Museu Histórico Nacional de 1922, ano da criação do museu, até 1930 quando ao declarar apoio à candidatura de Júlio Prestes foi afastado do cargo pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas. Em dezembro de 1932 Barroso é reconduzido ao cargo, por meio de decreto assinado pelo próprio Getúlio Vargas permanecendo no cargo até a sua morte.

Segundo Daryle Williams (1997), o período de direção de Rodolfo Garcia foi marcado pelas incertezas políticas, sociais, culturais e econômicas do Governo Provisório de Getúlio Vargas, mas apesar disso Garcia “tomou várias atitudes reformadoras logo depois de assumir a Diretoria [e, entre elas, se encontra a] autorização de um **curso superior em museologia** que deveria ser ministrado pelos próprios funcionários da repartição” (p. 143,

⁸⁹ Waldisa Rússio, refletindo acerca desse período, destaca que esse curso era o reflexo, como possibilidade, do seu tempo histórico, visto que é “necessário lembrar que em 1932 o Brasil possuía vários cursos superiores em escolas, institutos e faculdades, mas não contava, ainda, com uma universidade. Era também um período no qual, em escala mundial, surgia a valorização dos cursos de ensino médio, inclusive como solução adequada à realidade de então e também como reparação das necessidades imediatas dos profissionais. Por isso, não podemos interpretar a caracterização [do curso de Técnica de Museus] em nível médio e escola técnica profissionalizante senão como resultado, em seu tempo, de uma visão avançada” (Guarnieri, 1990, p. 254).

⁹⁰ “Gustavo Barroso formou-se em Direito, no entanto não foi no campo jurídico que se destacou. Atuando como jornalista, romancista, conservador de museus, político e professor, Barroso desenvolveu – em livros e artigos – diversificados temas referentes ao Brasil e ao exterior. O estudo sobre suas atividades e variada produção intelectual possibilita o conhecimento do perfil de um intelectual generalista que, ao longo de sua trajetória, buscou sempre caminhos para entender e resolver os problemas de seu tempo, principalmente os referentes à constituição da nação brasileira” (Magalhães, 2003, pp. 117 – 118).

grifo nosso) o que se manteve com o retorno de Gustavo Barroso à direção do MHN. A informação de que o curso era, nessa época, um curso superior é equivocada, porque ele só terá **mandato** universitário em 1951, quando é firmado o convênio com a Universidade do Brasil, responsável apenas pela emissão dos diplomas. Da gestão de Gustavo Barroso até a transferência do curso para a UNIRIO, registra-se tentativas de transformá-lo em curso universitário que não se concretizam porque a legislação brasileira impedia, entre outras coisas, a existência de um curso universitário fora do local de educação formal.

Entretanto, o argumento mais utilizado em diversos artigos para atribuir ao Curso Técnico de Museus o caráter universitário foram as mudanças introduzidas através das reformas sofridas. Embora reconheçamos a importância de todas elas para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido na profissionalização dos técnicos, as diretrizes educacionais da legislação brasileira impediam essa atribuição. Conforme Ivan Coelho Sá (2007),

[...] o Curso passa, ao longo dos anos, por uma série de mudanças **até se transformar em curso universitário**. A primeira contribuição decisiva para a concretização deste objetivo foi ainda do próprio Gustavo Barroso. Ele obteve um Mandato Universitário da Universidade do Brasil, cujo reitor, Pedro Calmon, fora um dos professores fundadores do Curso. Por meio do Convênio firmado em 12 de julho de 1951, entre o Museu Histórico Nacional e a Universidade do Brasil, mais tarde transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, foi reconhecido ‘o alto valor do Curso de Museus’, conferindo-lhe Mandato Universitário, ‘sem quaisquer responsabilidade financeira para a Universidade do Brasil’ (Sá, 2007, p. 30, grifo nosso).

É preciso avaliar, do ponto de vista da legislação brasileira, o que determinava esse Mandato Universitário porque o Brasil abriga na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB as categorias de Curso Técnico, Curso Profissionalizante, Curso Tecnólogo e as Graduações em formato de Bacharelado e Licenciatura, onde cada uma dessas possui, em diferentes décadas do século XX, suas atribuições específicas. Por exemplo, Aline Montenegro Magalhães (2002) apresentando o Decreto nº 21.129 de 07 de março de 1932 que cria o Curso de Museus como departamento do Museu Histórico Nacional, sendo, exatamente por isso, gerido por Gustavo Barroso, assegura que ele, “classificado como curso de especialização, durava dois anos e os próprios oficiais do Museu ministravam as disciplinas” (Magalhães, 2002, p. 109)⁹¹.

É significativo perceber como a construção do discurso histórico transforma, a partir dos autores e trabalhos referenciados, o Curso Técnico de Museus num Curso Universitário

⁹¹ “Como não havia nenhuma educação formal voltada para a formação desses funcionários, a especialização era obtida pelos estudos livres e pela prática profissional” (Magalhães, 2002, p. 111).

de Museologia. Também é necessário ponderar que no momento de construção de um campo, toda fala que auxilie a manutenção do mesmo é importante. Mesmo Waldisa Rússio, anteriormente citada em sua preocupação com os termos e conceitos utilizados na área, utiliza-os indefinidamente, em alguns momentos, como argumento de força. Em suas palavras: “Gustavo Barroso, que lutara pelo museu [Museu Histórico Nacional], consegue também, em 1932, criar e instalar **o Curso de Museologia**, que foi o primeiro, em seu gênero, **na América do Sul**” (Rússio, 1979b, p. 89, grifo nosso).

Contudo, é também Rússio quem reconhece já nos anos de 1980 que até 1930 o Brasil tinha museus e museologia importados com trabalhos realizados através de uma “prática que se fez descritiva, apoiada no paradigma do Hemisfério Norte, com predominância européia” (Guarnieri, 1989a, p. 198). A autora ainda realiza sua crítica à política executada de acordo com os ideais nacionalistas defendidos por Gustavo Barroso, bem como demonstra ter visão sociológica do momento político do Brasil, conforme exposto a seguir:

Os primeiros museus e a primeira escola de formação museológica sofrem a estranheza do transplante cultural, e uns e outra vão funcionar sob o impacto de uma pretensa neutralidade científica, a ser atribuída muito menos aos ideais positivistas e muito mais à sagacidade da classe dominante através do aparelho de Estado, dos organismos que institucionalizaram os museus e aqueles que reconhecem as escolas. Assim mesmo, limitada pela conjuntura, a escola então formada [Escola de Técnica de Museus do MHN] produziu profissionais que souberam realizar sua tarefa então considerada prioritária, a coleta e a preservação. **Num país em que quase tudo obedece aos padrões mais conservadores da estrutura agrária e de seus representantes, a formação e a expansão de tais profissionais encontrou sérios percalços no nepotismo e no diletantismo extenso** (Guarnieri, 1989a, p. 198, grifo nosso).

Tanto o nepotismo, presente no ensino das disciplinas do Curso de Técnicas do MHN, como o diletantismo de Gustavo Barroso ressaltados por Rússio indicam a dificuldade de implementar no país uma disciplina científica, neste caso a Museologia, e um corpo de profissionais imbuídos de interesse científico comum com regras mais ou menos independentes de outras esferas da política, ou seja, um campo.

As informações memorialistas dos pesquisadores apresentados até aqui sugerem que em alguns momentos essa fragilidade, em que alguém podia tornar-se museólogo por nomeação ou herança, em que era um processo ‘natural’ migrar de uma categoria profissional para outra, por exemplo, permitiu uma passagem discursiva em que as técnicas de museu se metamorfosearam para o desenvolvimento das áreas científicas do trabalho museológico.

Essas Técnicas de Museus⁹², posteriormente denominadas Museografia, ou seja, “conjunto de técnicas de conservação e exposição, somado ao histórico dos museus e das coleções” (Rússio, 1979a, p. 79) estabeleceu-se como disciplina ministrada quase que majoritariamente por Gustavo Barroso e “constituía uma cadeira do Curso dedicada ao ensino das disciplinas diretamente relacionadas às atividades específicas de museus, que seriam as práticas de tratamento e estudo dos objetos museológicos [melhor dizendo, museais] e o trabalho de organização das peças nas salas de exposição” (Magalhães, 2002, p. 110).

Sinalizando outra ambiguidade entre museu/museal e museologia/museografia, identifiquei outro anacronismo no texto de Daryle Williams (1997) quando esse autor informa que o Curso de Museus era, em 1932, de Museologia. Conforme Artigo 1º do Decreto-Lei 21.129 de 7 de março de 1932⁹³ o objetivo era “criar no Museu Histórico Nacional um **‘Curso de Museus’** [Curso de Técnica de Museus], destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição” (Decreto-Lei 21.129, 1932) e suas disciplinas eram baseadas no acervo institucional composto basicamente por artefatos que remetiam ao passado nobre e militar do Brasil.

Art. 2º O curso, a que se refere o artigo, anterior, constará das disciplinas abaixo discriminadas, distribuídas por dois anos letivos, de acordo com a seriação seguinte: 1º ano: História política e administrativa do Brasil (período colonial). Numismática (parte geral). História da arte (especialmente do Brasil). Arqueologia aplicada ao Brasil. 2º ano: História política e administrativa do Brasil (até a atualidade). Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia. Cronologia. Técnica de museus (Decreto-Lei 21.129, 1932).

Além disso, o Decreto Lei estabelecia em seu Artigo 10 que ao “aluno que concluir o **‘Curso de Museus’** será conferido um **certificado de habilitação**” (Decreto-Lei 21.129, 1932, grifo nosso) e, no Artigo 11, que aos “possuidores de certificado do **‘Curso de Museus’**, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferência absoluta para o preenchimento do lugar de 3º oficial do Museu Histórico Nacional” (Decreto-Lei 21.129, 1932, grifo nosso).

⁹² “A cadeira de Técnica de Museus foi criada por mim e desde o início por mim ocupada. A vasta matéria que abrange nunca foi compreendida numa obra didática e sempre existiu esparsa, **sem conveniente sistematização**. A obra que agora ofereço aos estudiosos é o resultado de estudos, da prática e da constância durante mais de vinte anos. Longe de mim e pensamento de trazer novidades ou invenções, muito menos o de esgotar os assuntos; o que pretendo é tão somente pôr os que estudam a par da complexidade e extensão dos conhecimentos necessários a um **verdadeiro Conservador**. Início o aluno e traço rumos que deve seguir, dando-lhe uma base para poder se aprofundar na questão e escolher, se achar conveniente, o ponto ou pontos em que deseje se especializar. Nada mais pretendo” (Barroso, 1946, p. 4, grifo nosso).

⁹³ Recuperado de: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Entretanto, a ausência de clareza dos autores frente às habilitações e certificados do Curso de Técnica de Museus segue em inúmeros trabalhos da área, bem como o discurso impreciso de presumida superioridade, especialidade e ou de primazia. Desde os primeiros textos publicados pelo MHN e supostamente assinados por Adolpho Dumans, conservador de museus e secretário da repartição do referido museu desde 1927⁹⁴, o recorte ideológico e conservador que Gustavo Barroso imputou ao Museu e ao curso está presente. Entre os anos de 1942 e 1947, localizei nas publicações de Dumans que o “Curso de Museus, onde também gratuitamente se ensina técnica de museus, a história da arte, a do Brasil, a arqueologia, e se **prega o culto da saudade, o amor ao passado**” (Dumans, 1997a, p. 17, grifo nosso), vem “formando funcionários especializados” (1997a, p. 21). Além disso, para o conservador, o Museu Histórico Nacional, “criado em 1922, organizado pelo Dr. Gustavo Barroso com escassos recursos e material reduzido, nesses 25 anos decorridos tornou-se o **mais importante museu da América do Sul**, quantitativamente e qualitativamente” (1997b, p. 24, grifo nosso).

Por outro lado, e a partir da interpretação de Magalhães (2002), o “Curso de Museus foi criado com a principal finalidade de legitimar as práticas museológicas [museais] como *científicas*, de modo que a escrita da história obtivesse o respaldo necessário para ser lida como *verdadeira*” (Magalhães, 2002, p. 112, grifo da autora), assim, seria garantido o monopólio de Gustavo Barroso na formação dos profissionais de museus, bem como seu trabalho de reconstituição do passado monárquico, militar e nobre em outros espaços museais que os profissionais formados por ele atuassem.

De fato, o tratamento técnico de artefatos de um museu histórico cujo acervo era composto basicamente por peças que remetiam ao passado nobre e militar do Brasil, era ensinado pelos professores do Curso de Museus sob domínio e controle de Gustavo Barroso. Todavia, a abrangência de ensino técnico deve ser distinguida do ensino de nível superior.

Na publicação organizada por Gustavo Barroso e utilizada como material didático no Curso de Museus há uma breve apresentação feita para os alunos das **definições essenciais** do que, segundo ele próprio, é fundamental para o Curso, ou seja, a de Museu, a de Museografia e a de Museologia. Na definição de museu, Barroso (1946) organizou-a apresentando a habitual acepção atrelada ao termo grego *Museion*, ou seja,

⁹⁴ Consta no 29º volume dos Anais do MHN que há dúvidas se Dumans seria mesmo o autor dos textos publicados e assinados por ele em 1942 e 1947 porque “o estilo que vaza dos dois artigos é, de fato, muito semelhante ao do director [Gustavo Barroso], e é possível que tenha sido este o verdadeiro redator” - Anais do Museu Histórico Nacional (Sobre os artigos reeditados, 1997, p. 11).

Um museu é uma evocação do passado, que dá a sensação de épocas vividas ou de civilizações que desapareceram. Dele se evola uma revoada de sonhos e fantasias, de sentimentos que dilatam a alma e a emocionam. Convém, pois, ter sempre isso em mente na arrumação e disposição das salas (Barroso, 1946, p. 65).

Traçando a história dos museus e do colecionismo até chegar o conceito de Museu na modernidade, Barroso apresenta, sem críticas, a linha filosófica do estudo grego das Casas das Musas; a história do colecionismo destacando que nenhuma das coleções principescas foi nomeada de Museu; e, por fim, a explicação que somente após a constituição do Museu do Louvre é que “a palavra Museu tornou-se habitual, para designar coleções de qualquer natureza, públicas ou particulares” (Barroso, 1946, p. 5).

O conceito de Museografia, tratado com maior brevidade, foi definido por ele como, “**descrição** de um Museu ou dos Museus” (Barroso, 1946, p. 5, grifo nosso). O autor complementa sua conceituação asseverando que o “Museógrafo é aquele que **descreve** Museus” (Barroso, 1946, p. 5, grifo nosso), diferente, portanto, do conservador de museus que ele formará em seu Curso. “O conservador tem de ser, antes de tudo, um evocador. Um museu conserva justamente para evocar. A essa parte se podem ligar certas exposições temporais e as exposições comemorativas” (Barroso, 1946, p. 27).

Museologia, por fim, foi o conceito mais elaborado, e antecipou um importante debate que ocorrerá na área tempos depois: a museologia é a ciência dos museus?

Chama-se **Museologia o estudo científico** de tudo o que se refere aos Museus, no sentido de organizá-los, arrumá-los, conservá-los, dirigi-los, classificar e restaurar os seus objetos. O termo é recente e resultou dos trabalhos técnicos realizados nos últimos decênios sobre a matéria. A Museologia abarca âmbito mais vasto do que a Museografia, que dela faz parte, pois é natural que a simples descrição dos Museus se enquadre nas fronteiras da **Ciência dos Museus. Museólogo**, portanto, **é o técnico ou entendido em Museus** (Barroso, 1946, p. 6, grifo nosso).

O autor segue explicando, sem argumentar criticamente o que expõe e sem apontar a bibliografia consultada⁹⁵, que a disciplina que leciona – Técnica de Museus⁹⁶ – é “o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu” (Barroso, 1946, p. 7). Vaidosamente afere que esse “assunto, de

⁹⁵ Maria de Simone Ferreira, na obra *Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso* do professor Ivan Coelho de Sá explicita as fontes foram “ocultamente referenciadas por Gustavo Barroso” (Ferreira, 2019, p. XXXI).

⁹⁶ “A TÉCNICA DE MUSEUS, resume e coroa todas as matérias dum curso especializado de museus. Porque todas nada mais são do que os ensinamentos do que se precisa imprescindivelmente saber para trabalhar num museu e poder dirigi-lo. A TÉCNICA DE MUSEUS compreende em substância as seguintes partes: I – Organização; II – Arrumação; III – Catalogação; IV – Restauração; e V – Classificação de objetos” (Barroso, 1946, p. 7).

natureza complexa, até hoje não foi abordado em nosso país” (Barroso, 1946, p. 7), mas que o programa da cadeira de Técnica de Museus do Curso de Museus do MHN, “sistematizou-o pela primeira vez entre nós [brasileiros], pautando-se naturalmente pelo feitiço especial da instituição a que se destina servir” (Barroso, 1946, p. 7), ou seja, **servir ao MHN**.

Essa prática museal desenvolvida neste Curso Técnico, que objetiva a manutenção de um passado glorioso, repleto de obras de uma elite monárquica, pautada no militarismo e no culto a personagens históricos, marcou a consolidação dos museus tradicionais/nacionais. Para Bourdieu (2011) esses museus nacionais, como estrutura estruturada, objetivam atuar como estrutura estruturante e atribuir os seus valores no tratamento do patrimônio museal para todo o país. Na instituição tradicional, a museologia que foi amplamente praticada e aceita também foi, muitas vezes, a tradicional, mas outras museologias existiram e vão ocupar outros espaços sociais distintos dos museus, sem, com isso, excluir a instituição deste processo.

Assim, esse tradicional Curso de Técnica de Museus será confundido, por muitos autores, com o Curso de Graduação em Museologia da UNIRIO. De certo a graduação herdou do curso do MHN seu traço histórico e suas técnicas no tratamento museal, entre outros aspectos, objetivando manter o capital cultural histórico às vezes sem a crítica necessária que o tempo exige. Vimos que desde os primeiros textos publicados até as dissertações e teses defendidas hoje, a imprecisão permanece, assim como em diversas publicações. No catálogo mais recente do Museu Histórico Nacional, Vera Lúcia Bottrel Tostes (2013) também confunde, iguala e oculta a transição do Curso de Técnica de Museus para o Curso de Graduação em Museologia.

[...] ações inovadoras foram feitas, tanto no campo da formação profissional, com **a criação do primeiro Curso de Museus da América Latina – atual Escola de Museologia da UNIRIO** –, como no da preservação do patrimônio nacional, com a implantação da Inspetoria de Patrimônio, que deu origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Tostes, 2013, p. 15, grifo nosso).

Dessa forma, é possível assinalar que o poder simbólico atribuído nos diferentes textos e publicações referentes ao Curso de Técnica de Museus é o poder gnoseológico discuto em Bourdieu (2011) e que objetiva construir a realidade a partir da (sua) teoria do conhecimento, onde o discurso de primazia, de especialidade acadêmica e de demais atributos são perpetuados no campo museológico brasileiro numa determinada ideia ou discurso de origem.

O MHN é reconhecido, dentre outros órgãos, como importante instituição de preservação material do Brasil no século XXI. Embora sua principal função no momento de criação tenha sido a de “repositório de objetos para a compreensão [de um aspecto social] do passado nacional” (Museu Histórico Nacional, 2013, p. 65) e que em seu Regulamento conste que ele deverá ser uma **escola de patriotismo, para o culto desse passado** monárquico e elitista, atualmente a instituição desenvolve outros trabalhos de crítica social que não estão restritos ao patriotismo e ao passado brasileiro. Destaco, nesta pesquisa, que a *doxa* presente na sua formação e constituição enquanto órgão representativo de um aspecto social marcou sua atuação, especialmente na formação dos futuros conservadores de museu e, esse aspecto, aceito como herança pela Escola de Museologia da UNIRIO é apenas a *illusio* passada de década em década.

Após o final da Primeira República e o retorno de Gustavo Barroso à direção da casa, duas importantes iniciativas marcariam o transcurso da primeira década de existência do órgão: a constituição do **primeiro curso de museus** e a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais. A primeira dessas iniciativas, ainda que destinada a criar especialistas para preenchimento de vagas dos quadros técnicos do MHN, pode ser vista como **prólogo do ensino da museologia em território nacional [...] O curso de museus foi integralmente oferecido nas dependências do MHN, até 1977; depois dessa data, seria transferido para a Uni-Rio, onde permanece até os dias de hoje** (Museu Histórico Nacional, 2013, p. 107, grifo nosso).

Interpretando a legislação que estabelece o Mandato de Convênio com a Universidade do Brasil de 1951, bem como o Regimento do Curso de Museus através do Decreto nº 58.800 de 13 de julho de 1966⁹⁷, compreende-se que o maior problema em conseguir o desejado status de curso universitário estava na sede que abrigava o Curso. Embora o MHN desenvolvesse ações educacionais importantes, ele não era considerado um estabelecimento de ensino superior formal. Portanto, se o primeiro convênio feito no momento oportuno em que Pedro Calmon, um dos professores do Curso de Museus, era reitor da Universidade do Brasil não logrou a distinção objetivada, essa intenção de diferenciação educacional aparece no Artigo 1º do Decreto de 1966 que define que o Curso é um estabelecimento.

Art. 1º O **Curso de Museus** (C.M.) a que se refere o art. 8º, do Decreto-lei nº 6.689, de 13 de julho de 1944, **é um estabelecimento de ensino superior** (de acordo com convênio firmado com a Universidade do Brasil, em 12-7-51), constituindo a

⁹⁷ Recuperado em 02/02/2017 de: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58800-13-julho-1966-399442-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Divisão de Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional (Decreto nº 58.800, 1966, grifo nosso).

Contudo, um curso não pode ser um estabelecimento e o estabelecimento, nesse caso, era o MHN. Entretanto, em 1966 os alunos que concluíram o Curso ganharam o diploma de museólogo que, certamente, é uma conquista importante. E, embora “o elenco de disciplinas [continuasse] praticamente o mesmo da matriz de 1944, a maior inovação também ocorrida pelo Decreto nº 58.800/1966 referia-se à disciplina Metodologia de Pesquisas **Museológicas**” (Sá, 2007, p. 31). O termo museologia aparece registrado possivelmente indicando a modificação de cunho técnico da palavra museografia para o termo considerado mais científico museologia, mas não é tema desta tese averiguar mais profundamente como essa modificação foi resolvida na execução da disciplina no Curso da UNIRIO, embora reconheça-se que esse seja um elemento diferenciador importante entre as propostas dos Cursos de Museologia.

Vimos que foi a partir da década de 1940 que novas propostas pedagógicas começaram a ser elaboradas objetivando reformulações do Curso e, essas sugestões/alterações, produzidas “pelos funcionários da Divisão de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público” (Magalhães, 2002, p. 118), iam de encontro aos objetivos patrióticos de Gustavo Barroso. Para ele, o ensino feito no Curso de Museus era a única garantia da permanência das suas ideias acerca do passado nacional brasileiro e, por isso, era preciso manter o total controle sobre as alterações.

Os funcionários do DASP, representados pelo Diretor da Divisão de Aperfeiçoamento, Mário de Brito, pareciam desejar o contrário, fazendo propostas inovadoras quanto à organização do Curso e ao ensino das disciplinas – provavelmente influenciadas pelas novas abordagens historiográficas e pelas concepções modernistas, que nas décadas de 30 e 40 aliam-se no aparelho de Estado, reformulando a **educação formal**. Barroso as condenava veementemente, deixando no ar o clima de disputa entre ‘antigos’ e ‘modernos’, que dizia respeito a uma querela política maior, travada nas décadas de 1930 e 40 entre modernistas e conservadores, pela conquista da hegemonia ideológica no Estado Novo. Como já é sabido, os modernistas foram os vencedores desta guerra de ideias no âmbito nacional. Entretanto, no que diz respeito ao Curso de Museus, **gênese da faculdade de Museologia** que hoje funciona na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), podemos considerar o contrário (Magalhães, 2002, p. 119, grifo nosso).

Essa história do Curso de Museus, marcada por inúmeras tentativas por parte dos diretores do MHN para vinculá-lo a uma universidade é vivenciada em etapas marcadas historicamente pela ação do diretor em exercício. Primeiro Gustavo Barroso consegue o Mandato com a Universidade do Brasil em 1951, depois Léo Fonseca e Silva, diretor entre os

anos de 1967 – 1970 “empenhou-se em mudar a denominação de Curso de Museus para Faculdade de Museologia tendo encaminhado esta proposta à Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação, em 1968” (Sá, 2007, p. 31), mas a proposta foi recusada porque o Curso precisava estar “vinculado a uma universidade, e não a uma instituição cultural” (Sá, 2007, p. 31).

Os diretores seguintes, Affonso Celso Villela de Carvalho (1968 – 1970) e Lauryston Gomes Pereira Guerra (1971 – 1974), “persistiram os esforços e as negociações com vistas a **transferir** o Curso para uma universidade” (Sá, 2007, p. 31, grifo nosso) o que indica que o MHN havia se convencido que era preciso tirar o Curso de suas dependências respeitando as Resoluções do Conselho Federal de Educação para que, finalmente, pudesse adquirir o status de bacharelado como já havia ocorrido com o curso da Bahia em 1969. Assim, em 7 de outubro de 1975⁹⁸

[...] a portaria do Ministro da Educação e Cultura que aprovou o Regimento Interno do MHN, manteve o Curso como Divisão de Curso de Museus, assinalando, porém, sua ‘condição de **curso isolado** de nível superior’, prevendo-se, inclusive, a **iminente** transferência para uma universidade pública (Sá, 2007, p. 32, grifo nosso).

Em dezembro de 1974 o Conselho Federal de Educação aprovou o novo Regimento do Curso de Museus que apresentava, após os ajustes, “uma concepção mais ampla e engajada dos **museus** [não apenas do MHN] priorizando a formação em **Museologia**, agora encarada num contexto interdisciplinar” (Sá, 2007, p. 34, grifo nosso). Contudo, até o ano de 1977, mesmo após ele ter sido incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro/Fefierj⁹⁹, o Curso de Museus continuou funcionando no MHN, conforme autorização do Ministério da Educação/MEC, porque a Federação não dispunha de instalações aptas a

⁹⁸ “As Reformas da década de 70, normalmente pontuais, mas rápidas e frequentes, tiveram como ponto de partida a **Resolução do Conselho Federal de Educação, nº 14**, de 27 de fevereiro de 1970, determinando os **mínimos de conteúdo e duração** a serem observados na organização dos **Cursos de Museologia**. Com base nestas normas, foram implantadas sucessivas adaptações à matriz curricular de 1966. A partir de 1973, é adotado o sistema de créditos e, no ano seguinte, na gestão de Anna Barrafato (1974 – 1977), a duração do curso é ampliada para quatro anos” (Sá, 2007, pp. 33 – 34, grifo nosso).

⁹⁹ Na época da transferência do curso para a Universidade, por meio do Decreto presidencial nº 79.723, o diretor do MHN e responsável pelo Curso de Museus era o professor Gerardo Britto Raposo da Câmara. E os responsáveis pela gestão administrativa do Centro de Ciências Humanas, da Coordenação e do Departamento de Museologia eram, respectivamente, os professores Antonio Caetano Dias, Diogenes Vianna Guerra e Maria Gabriela P. de Aguiar Pantigoso (1978 – 1983), sendo substituída posteriormente pela professora Dulce Cardoso Ludolf (Sá & Tostes, s.d.).

recebê-lo, migrando em definitivo para o Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCH¹⁰⁰ da UNIRIO em agosto de 1979.

Em sua crítica acerca dos currículos e regulamentos do Curso de Museus, Magalhães (2002) também enfatiza que

As concepções barroseanas vigoraram tanto no Museu Histórico Nacional quanto no seu departamento de ensino – o Curso de Museus – até a década de 70, quando acontecem duas significativas mudanças, lançando base para o desenvolvimento do Curso como órgão universitário autônomo. A transferência do Curso de Museus para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – Fefierj, (hoje Unirio), foi um passo significativo para que o Curso se separasse definitivamente do Museu Histórico Nacional, até então **vistos como uma unidade institucional**. Saindo da tutela de um **lugar de memória** para o **campo de produção crítica do conhecimento**, o universitário, o Curso ganhava novo status e nova possibilidade de renovação (Magalhães, 2002, pp. 127 – 128, grifo nosso).

Dessa forma, apenas em 1979 quando o Curso é transferido para a Fefierj, integrando-se à estrutura universitária, que, segundo Sá, “a formação em Museologia não [será] somente mais prática, mas, sobretudo, mais científica” (Sá, 2007, p. 38). Os avanços na estrutura universitária têm seguimento e, nesse sentido, em 1985, com a departamentalização, é criado o Departamento de Estudos e Processos Museológicos/DEPM e as “disciplinas dos vários cursos passam a ser alocadas em departamentos [...] o que favoreceu um processo mais amplo de discussão e de renovação dos currículos dos cursos do Centro” (Sá, 2007, p. 39) indicando que ao ensino da técnica são introduzidos estudos críticos científicos próprios da pesquisa universitária. O Curso da Bahia, diferentemente, já nasce em 1969, com um projeto interdisciplinar embasado em estudos científicos dentro das áreas das humanidades e artes.

Em 1983 o Curso de Museologia da UNIRIO criou a especialização em Ação Educativa e Cultural em Museus, em 1997 realizou sua reforma curricular e em 2006 abriu o Mestrado em Museologia no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG – PMUS e em dezembro de 2010 o Doutorado foi aprovado¹⁰¹. Para Magalhães (2002), o ensino das disciplinas e o espaço de poder surgido a partir delas, “marcou de que forma

¹⁰⁰ O CCH atualmente é formado pelas Faculdades de Ciências Sociais e de Filosofia, bem como as Escolas de Arquivologia, de Biblioteconomia, de Educação, de História, de Serviço Social, de Turismologia e de Museologia com a missão “de formar e aperfeiçoar profissionais qualificados, providos de sólida base humanística e visão crítica da realidade socioeconômica e cultural, aptos a atuarem nas respectivas áreas de conhecimento como agentes das transformações de que a sociedade necessita” (Recuperado em 01/09/2019, de <http://www.unirio.br/cch/institucional/estrutura-organizacional>) .

¹⁰¹ Essas informações estão disponíveis no portal da Capes (www.capes.gov.br), na Plataforma Sucupira, e foram recuperadas em 01/09/2019 de: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf?popup=true&cd_programa=31021018008P2

diferentes concepções de escrita [e prática] museológicas podem [poderiam] se manifestar na formação de profissionais de museus” (Magalhães, 2002, p. 125) sejam eles, os antigos conservadores de museus ou atuais museólogos. Para esta tese, os entraves surgidos a partir dessa distinção na formação profissional no Brasil serão considerados a partir da atuação e dos relatos dos agentes nos Fóruns Nordestinos de Museologia.

Formados ou orientados pela graduação da UFBA e pela Fundação Joaquim Nabuco, bem como experimentando uma realidade social distinta, os agentes nordestinos demonstram preocupação museológica distante da tradicional e afinada com a concepção da Nova Museologia. Suas ações técnicas inovadoras problematizaram a realidade social local o que, acredito, estabeleceu uma distância conceitual entre os cursos até então referenciados. Ainda no sudeste brasileiro, outro curso de especialização em Museologia é criado e sua formação também possui acepções teóricas da Nova Museologia o que sugere que o Estado de São Paulo estará alinhado ao Estado da Bahia.

1.2.3 A Fundação Escola Livre de Sociologia/Fesp e Curso de Especialização em Museologia

Sergio Miceli (1989), analisando a produção intelectual nacional brasileira, assinala que entre 1930 e 1964 “o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação” (Miceli, 1989, p. 12), o que corrobora com as propostas ocorridas na Bahia e no Rio de Janeiro¹⁰². Entretanto, diferentemente do que ocorreu nos dois outros Estados citados anteriormente, em São Paulo a expansão da economia cafeeira no oeste paulista que transformou o Estado no “centro interno mais dinâmico dos processos de industrialização e urbanização”, também consolidou “uma estrutura social e ocupacional

¹⁰² As diferenciações mais marcantes entre o eixo Rio de Janeiro – São Paulo estão nas finalidades dos projetos educacionais. Segundo Miceli (1989), o Estado do Rio de Janeiro, marcado pelo “insucesso dos principais empreendimentos universitários” (Miceli, 1989, p. 14), a exemplo da Universidade do Distrito Federal, (posteriormente denominada Universidade do Brasil e atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), que imprimiu “o selo do interesse político-partidário” (Miceli, 1989, p. 14) estabelecendo uma “tradição de reflexão abrangente e totalizante, relegando a segundo plano qualquer intenção heurística explícita” (Miceli, 1989, p. 14). Em São Paulo, houve o distanciamento dos locais onde estava-se dando o treinamento dos futuros profissionais da política com uma suposta “postura de neutralidade doutrinária em relação à política” (Miceli, 1989, p. 15). Fora desse eixo, posteriormente Miceli (1989) analisará a institucionalização das Ciências Sociais em Minas Gerais e em Pernambuco, onde tecerá críticas à Fundação Joaquim Nabuco, essa análise será discutida no capítulo seguinte.

cujos padrões de diferenciação e hierarquização não tinham similar no restante do país” (*sic*) (Miceli, 1989, p. 13).

Foi dessa forma que, segundo Maria José Elias (1997), a cultura científica ganhou destaque na antiga província de São Paulo, visto que

A elite política e cultural paulista, que logo se fará ouvir no cenário nacional, sobretudo durante a passagem do regime monárquico ao republicano, origina-se na situação de crescente hegemonia que a economia da região adquire, no contexto do país. A capital de São Paulo seguia o diapasão das mudanças gerais, abandonando a romântica feição de burgo estudantil e ganhando configuração de cidade ruidosa e inquietante, surpreendida no burburinho de atividades nascentes, comerciais e fabris, e no vai e vem das levas sempre renovada de imigrantes (Elias, 1997, p. 109).

Como resultado desse cenário de prosperidade econômica, São Paulo vivenciou a “cristalização de um amplo setor terciário intelectual, nucleado em torno da organização universitária e tendo como principal frente de operações a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/FFCL” (Miceli, 1989, p. 14) da USP e a Escola Livre de Sociologia e Política/ELSP¹⁰³.

Fundada em 1933, a ELSP, instituição de ensino superior voltada para a formação de profissionais na área das Ciências Sociais, segundo Fernando Limongi (1989), enfatizava as atividades práticas a partir das pesquisas de campo e tinha como objetivo principal a formação de funcionários técnicos com competência administrativa. Através do empirismo e do intervencionismo as pesquisas desenvolvidas na Escola tinham a intenção de fornecer ao Estado dados que auxiliassem a máquina pública a agir com eficiência nas atividades a que era chamado. De acordo com o exposto, Júlio Assis Simões (2001) acrescenta que a preocupação com a influência política no país também estava na lista de interesse do Estado de São Paulo com objetivos sociais definidos.

Sua criação, em 27 de maio de 1933, deu-se num período extremamente fértil em iniciativas de cunho cultural e educacional no Brasil. Em São Paulo, em particular, ele refere um momento em que a elite econômica e intelectual paulista buscava recuperar a influência política perdida na Revolução de 1930, **investindo projetos educacionais e culturais voltados para a racionalização do trabalho, reforma social e modernização da gestão pública**. Esse movimento já redundara na ativação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho); a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo surgiu em parte como desdobramento dos projetos do IDORT, procurando incorporar as disciplinas de ciências sociais como um instrumental de importância estratégica para implementar seus projetos

¹⁰³ A Escola Livre de Sociologia e Política/ELSP viveu, ao longo dos anos, mudanças no seu nome podendo ser referenciada como Escola de Sociologia e Política/ESP e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP.

de análise científica da sociedade brasileira, bem como de busca de soluções para os seus emergentes problemas sociais (Simões, 2001, pp. 13 – 14, grifo nosso).

A forte ligação da ELSP com o Departamento de Cultura de São Paulo e com o IDORT atesta “as preocupações práticas e atreladas a políticas públicas específicas”, marcando sua importância, sobretudo na seção de estudos de pós-graduação e, como a “pesquisa social de base científica ainda não tinha se implantado no país nesse momento” foi preciso “contratar professores estrangeiros” (Simões, 2001, p. 14)¹⁰⁴. Na ELSP a preferência foi por professores norte-americanos da Escola de Chicago, visto que esta Escola já era um destacado centro de estudos em Sociologia e Antropologia, que desenvolvia “pesquisas de vida urbana com metodologias bastante inovadoras e por uma certa orientação de reforma social” (Simões, 2001, pp. 14 – 15).

Todavia, em 1941, quando Donald Pierson, Hebert Baldus e Emilio Willens¹⁰⁵ instalaram a seção de pós-graduação na Escola Livre de Sociologia e Política, o projeto pedagógico da Escola experimenta o período de academização, visto que a “preocupação em formar elites técnicas cede lugar à insistência em treinar e formar sociólogos profissionais. A necessidade e essencialidade da pesquisa empírica é mantida. O intervencionismo e a aplicação postergados” (Limongi, 1989, p. 223).

Para a Museologia, é importante identificar que autores das Ciências Sociais também enfatizam o início do desenvolvimento das pesquisas sociais no Brasil em instituições museológicas. Sílvio Coelho dos Santos (1997), por exemplo, destaca que no Brasil

Papéis importantes foram exercidos pelo Museu Nacional (RJ) e pelo Museu Paulista (SP). Essas instituições sempre favoreceram o exercício da atividade científica em particular abrigando e facilitando os projetos de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Castro Faria, por exemplo, foi acompanhante de Lévi-Strauss na célebre expedição ao Mato Grosso (Santos, 1997, p. 65).

A partir deste caso, especificamente, destaco que as pesquisas não estavam restritas aos museus habitualmente referenciados pela história como museus nacionais (Museu Nacional e Museu Paulista) e atingiram outras regiões fora do eixo Rio de Janeiro – São

¹⁰⁴ “Os primeiros professores norte-americanos que vieram para a Escola de Sociologia e Política, como Horace Davis e Samuel Lowrie, realizaram as primeiras pesquisas sistemáticas no Brasil sobre padrão de vida e nível de consumo de setores das classes trabalhadoras urbanas, tomando por referência os funcionários da Limpeza Pública na Prefeitura de São Paulo” (Simões, 2001, p. 15).

¹⁰⁵ Esses professores estrangeiros, entre outros, difundiram no Brasil novos padrões de ensino e pesquisa e foram os responsáveis pela formação das novas gerações de cientistas sociais no Brasil. Entre esses profissionais destacamos Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Guerreiro Ramos, Alceu Maynard de Araújo, Esdras Borges, Octavio Costa Eduardo, Maria Isabel dos Santos, Edison Carneiro e Roberto Cardoso de Oliveira.

Paulo. Houveram equívocos em alguns recortes, pois excluíram a existência e o trabalho realizado em outras instituições museológicas, como é o caso de Lilian Schwarcz que, no texto acerca do nascimento dos museus brasileiros¹⁰⁶ não considerou o Museu Paranaense como lugar de produção de ciência, mas o mais significativo é perceber que a produção do conhecimento científico no Brasil aconteceu primeiro nos Museus. “O Museu antecede, no Brasil, em cerca de uma década, a criação dos cursos jurídicos e, em cerca de 120 anos, a das Universidades. Durante esse largo período, foi, praticamente, o único centro de investigação científica que a nação dispôs” (Rússio, 1979b, p. 88).

Embora Sergio Miceli (1989) também reproduza o equívoco de Schwarcz e assegure que antes da implantação das universidades o Brasil contava com os três museus científicos (Museu Paulista, Museu Nacional e Museu Emilio Goeldi), locais onde ocorriam, em suas palavras, “experimentos universitários”, ou seja, onde a ciência era produzida, Santos (1997) aponta que esses experimentos extrapolaram os museus tradicionalmente referenciados e atingiram outras regiões geográficas como o Estado do Mato Grosso. Os museus, além de marcarem o início da produção científica no Brasil, não se limitaram, em constituição de acervo, a um eixo geográfico supostamente já estabelecido e isso já era conhecido e reconhecido na Museologia.

As sociedades particulares de caráter científico e cultural assumem, então, importante papel. Limitando-nos ao aspecto museológico e, para citar alguns poucos casos, lembraremos que são desse período o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1838), que mantinha, em anexo, um museu; em Belém do Pará, a Sociedade Filomática (1866) possuía um ‘gabinete de História Natural e Etnografia’, fundado por Domingos Soares Ferreira e reformulado, posteriormente, por Emilio Goeldi, que também ampliaria a exposição (hoje, Museu Paraense ou Museu Goeldi); da mesma forma nasce o **Museu Paranaense**, oficializado em 1883, mas surgido de entidade particular (1876) (Rússio, 1979b, p. 88, grifo nosso).

Como podemos constatar, até mesmo o Museu Paranaense, negligenciado no recorte sociológico e historiográfico de Lilia Schwarcz (1989), é considerado por Rússio na literatura museológica uma década antes. Refletindo acerca do desenvolvimento das pesquisas sociais em museus pode-se aproximar a produção teórica de Waldisa Rússio e sua discussão acadêmica sobre Museologia e Museus com o primeiro curso de pós-graduação em Museologia do país, criado por ela no Estado de São Paulo, em 1978, na Escola de Sociologia e Política/ESP.

¹⁰⁶ O texto citado é *O nascimento dos museus brasileiros: 1870 – 1910* de Lilia K. M. Schwart, publicado no livro *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, organizado por Sergio Miceli em 1989.

Ao examinar a produção de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri podemos identificar, em muitos momentos, a influência direta que o conhecimento produzido pela Escola Livre de Sociologia e Política teve na sua prática acadêmica. Como muitos outros profissionais formados na Universidade de São Paulo, Waldisa Rússio, já formada em Direito (1959), optou em fazer pós-graduação – mestrado (1977) e doutorado (1980) – na ELSP sob orientação de Antonio Rubbo Muller¹⁰⁷ o que lhe forneceu subsídios teóricos das ciências sociais que ela aplicou na Museologia.

Da concepção pedagógica do projeto de implantação da ELSP podemos destacar, nas pesquisas acadêmicas¹⁰⁸ de Rússio, tanto a ênfase nas atividades práticas (empirismo) que objetivavam a gestão eficiente do Estado ou para o Estado, quanto a preocupação no aprimoramento da formação técnica com competência administrativa¹⁰⁹. Waldisa quando iniciou sua vida acadêmica já era funcionária pública do Estado de São Paulo, bem como já havia participado de projetos referentes a reformas públicas administrativas. Por isso, Cristina Bruno (2010b) destaca que a “imersão acadêmica nessas questões, entrelaçada com a sua vivência de Assistente Técnica para a área da Cultura do Governo do Estado de São Paulo estão na raiz de sua expressiva contribuição à formação profissional em Museologia” (Bruno, 2010b, p. 21).

Essas características serão identificadas na implantação do Curso de Especialização em Museologia da ELSP em 1978, bem como na inauguração do Instituto de Museologia que surgiria em 1985. Funcionando inicialmente com as aulas no Masp e tendo sua grade curricular composta por **três especializações *latu sensu***, o curso funcionou até 1996, mesmo após a morte de sua fundadora, formando 142 alunos (Coutinho, 2010, grifo nosso).

Nessa época o governo baixou um regulamento sobre a pós-graduação *latu sensu* (Resolução 14/77 – CFE/MEC), preocupando-se principalmente com a especialização e, sobretudo, com a especialização de docentes para o segundo grau, mas permitindo-a, também, para outras formações de nível universitário (Guarnieri, 1990, p. 255).

¹⁰⁷ “Professor titular de Antropologia Social da Escola de Sociologia e Política, Rubbo Muller teve papel fundamental na consolidação desta disciplina e foi também, na década de 1940, 1º secretário e tesoureiro da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo”. Recuperado em 27/08/2019 de: <http://www.fespsp.org.br/75anos/meio-personalidades.html>

¹⁰⁸ Mestrado: *Museus: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento* e doutorado: *Um Museu da Indústria na cidade de São Paulo*.

¹⁰⁹ “Waldisa tem uma expressiva produção literária, especialmente em poesia, da mesma forma que entre seus documentos encontramos muitos textos de cunho administrativo que testemunham o seu grande trabalho devotado à causa pública, especialmente no que se refere às mudanças administrativas na área da Cultura e às questões de organização museológica. Nos últimos anos de sua vida identificamos uma enorme produção referente à gestão acadêmica” (Bruno, 2010b, v. 1, p. 25).

Através da Lei de 1977 que impedia a abertura de novos Cursos de Bacharelado em Museologia, Waldisa Rússio abre a especialização em São Paulo já ciente que o não reconhecimento da profissão de museóloga, que seria conquistada, limitava tanto o profissional como a expansão da área. Entretanto, convencida do formato pedagógico **interdisciplinar**¹¹⁰, semelhante ao que ocorreu na Bahia, ela defendeu sua proposta sedimentada na experiência da Fesp.

O Curso de Museologia da Fesp surgiu junto à Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais que é, também, vanguardeira na formação de pesquisadores e cientistas sociais. [...] quando sobreveio o Decreto-Lei de 1946, que reconheceu e autorizou o funcionamento da Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp), esta já possuía, desde 1941, a Escola Pós-Graduada e, desde 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política, posteriormente transformada em bacharelado sob o nome de Escola de Sociologia e Política de São Paulo. [...] **o fato do curso ter surgido junto a esta Escola beneficiou sua estrutura e forma pedagógica** desde o início, pois seguiu a trilha da Escola Pós-Graduada, estabelecendo não apenas a multiprofissionalidade como essencial ao desenvolvimento do programa pedagógico, mas, também, a **interdisciplinaridade** como Método (Guarnieri, s.d.a, pp. 234 – 235, grifo nosso)

Além disso, a autora tinha tomado conhecimento, por meio dos encontros de cultura promovidos pelo IPHAN ao longo da década de 1970, que a proposição do Sistema Nacional de Museus previa “alguns *Polos Regionais de Formação*, situando-os no Rio de Janeiro, na Bahia, em Recife, Porto Alegre e Curitiba. Ou seja, *São Paulo não teria nenhum centro de formação de pessoal para museus*” (Guarnieri, s.d.a, p. 235, grifo da autora) e São Paulo, com seu amplo setor terciário intelectual precisaria, seguramente, de profissionais que salvaguardassem suas memórias.

Dessa forma, para Rússio, a Resolução 14/77 do CFE/MEC não foi um grande problema, pois proporcionou

[...] um duplo e útil instrumento de trabalho: em primeiro lugar, um artifício legal, válido, ético e juridicamente eficaz, pelo qual podíamos, enfim, criar cursos de especialização que, feitos sucessivamente, se somariam, perfazendo os créditos necessários a um Mestrado dentro da Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, funcionariam também como meras **especializações**, de modo a permitir o trabalho em áreas restritas, como profissional dotado de formação anterior e especializado em determinado segmento da Ciência Museológica, **mas não sendo museólogo** (Guarnieri, s.d.a, p. 236, grifo da autora).

¹¹⁰ “Pessoalmente, acredito na formação pós-graduada e em caráter interdisciplinar – mais do que multidisciplinar – como o mais conveniente à atual conjuntura” (Guarnieri, s.d.b, p. 240).

O conhecimento sociológico de Rússio acerca das diferentes realidades regionais do país¹¹¹ associado ao seu saber histórico de funcionamento da máquina pública a fez consciente tanto das dificuldades profissionais, como da necessidade da implantação de outros cursos em “diversos níveis de formação possível [licenciatura, bacharelado e pós-graduados] e compatíveis com as realidades regionais” (Rússio, 1982, p. 223, grifo da autora). A museologia experimentaria essa expansão de cursos, muitos anos depois, e a partir do primeiro mandato do presidente Lula (2003 – 2007). A crítica de Rússio, muito assertiva, não se limitou à abertura dos cursos, mas também ao funcionamento ineficiente de alguns departamentos universitários o que, certamente, desagradou muitos profissionais.

1. O Ensino da Museologia não pode ser considerado ignorando-se o **status** e as **condições reais do exercício da profissão** e do seu próprio reconhecimento dentro da sociedade; 2. O Ensino de Museologia, que se faz nas faculdades e nas Universidades, só pode ser discutido de modo eficiente se se discutir também a própria estrutura do ensino universitário e da Universidade. 2.1 Como pretender uma ação libertária para o Ensino da Museologia, se essa formação vai-se dar dentro de cânones por vezes anacrônicos? Como imaginar uma formação democrática dentro da ditadura dos superdepartamentos, que sucederam à cátedra vitalícia (quase sempre também hereditária) adquirindo-lhe todos os vícios e gerando os ‘departamentos esponsalícios’, ou seja, dos maridos, esposas, ex-esposas ou futuras e futuros, e, o que é ainda pior, frustrando todas as perspectivas e esperanças de trabalho efetivamente interdisciplinar? (Guarnieri, 1986, p. 230, grifo da autora).

A problematização que Rússio propõe acerca de como acontecia o ensino da Museologia no Brasil, segundo ela pouco democrática e marcada pelo nepotismo, bem como a importância, reconhecimento e forma de exercer a profissão sugere que havia inúmeras dificuldades a serem enfrentadas. Somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que a contratação de funcionários nas instituições federais brasileiras será modificada, gradativamente, porque o ingresso passará a ser através de concurso público o que ocasionará, muito lentamente, a modificação desse quadro.

Ainda segundo a autora, a existência de duas escolas de museologia, de Salvador e do Rio de Janeiro, não era suficiente para fornecer satisfatoriamente uma quantidade de profissionais que atendessem ao mercado de trabalho brasileiro. O Brasil, país continental que vivia “o ‘diletantismo’ dominante no recrutamento de pessoal, desestimulou os formandos onde eles existiam e eram preteridos” (Rússio, 1982, p. 218) o que ocasionou o desestímulo

¹¹¹ “Considerando as diversidades culturais, políticas e econômicas **das regiões do país** e a coexistência de tempos sociológicos diferentes, a possibilidade de formação em vários níveis não deixa de ser uma atitude mais aberta e inteligente” (Guarnieri, s.d.a, p. 234, grifo nosso).

necessário para não atualização dos currículos ocasionando, segundo a autora, a marginalização da profissão. Ainda segundo suas palavras,

Também me parece oportuno enfatizar que as quatro escolas existentes [UFBA, Uni-Rio, Estácio e Fesp] também não poderão atender, sozinhas, a todo o mercado brasileiro, e que a nossa diversidade socioeconômica e cultural me leva a crer que devemos admitir todas as formações em todos os níveis e graus, desde auxiliares de nível médio ao pós-graduado, sem esquecer a capacitação profissional e o mero treinamento onde forem a única (in)formação possível (Rússio, 1982, p. 218).

A formação profissional, para Rússio, devia, pelos motivos expostos, considerar o ensino especializado e a luta por esse reconhecimento será levada, por ela, para a Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo. Os embates ocasionados a partir dessa proposição marcarão a constituição do campo Museologia no Brasil e tratarei disso, com mais detalhes, a seguir. Por hora, destaco que conforme a Lei nº 7.287¹¹² será considerado museólogo

I - os diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura; II - os diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura; III - dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação; IV - os diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contem pelo menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados (Lei nº 7.287, 1984).

Todavia, não bastava o reconhecimento legal do exercício da profissão que, dessa forma, “lhe empresta um caráter corporativista”, era necessário também “o lastro do reconhecimento social” (Guarnieri, 1989b, p. 245) e as disputas pelo controle do campo entre as Escolas ganhavam força denunciando os embates na área, nomeados por Rússio como ideológicos, mas interpretados aqui a partir da *doxa*, ou seja, “conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação é inerente à própria pertinência” (Pinto, 2017, p. 158).

Os entraves que se estabeleceram e se estabelecem por ocasião da abertura do Curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia, ou do Instituto de Museologia de São Paulo, na Fundação Escola de Sociologia e Política (Fesp), e ao estabelecimento de novas unidades e à reformulação dos cursos de Uni-Rio, principalmente, **não são de caráter epistemológico, mas nitidamente ideológicos** (Rússio, 1989a, p. 198, grifo nosso).

¹¹² Recuperado em 01/09/2019 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm

Na construção de seus específicos pressupostos, cada Escola de Museologia do Brasil optou pelos elementos e argumentos que lhe forem mais familiares, mais fáceis e menos incômodos e confusos. Dessa forma, cada agente institucional do campo Museologia no Brasil assumirá a sua *doxa*, “que pode eventualmente assumir a forma sistemática de um discurso ideológico – a ‘opinião’, expressão e reflexo ‘democráticos’ do povo” (Pinto, 2017, p. 159), nesse caso, a *doxa* dos docentes e discentes de cada universidade.

Em São Paulo, Waldisa Rússio, por meio do curso da Fesp, trabalhou na construção da Museologia do fato museal e essa será a sua *doxa*, aceita não só pelos seus alunos, mas expandida para outras regiões.

Para nós [da Fesp], a Museologia é a **ciência do fato museológico**, e fato museológico é a **relação profunda entre Homem** (sujeito que conhece) e o **Objeto** (parte da realidade de que o Homem também participa), num cenário institucionalizado, o Museu. Tenho insistido em que a **institucionalização** pressupõe não apenas o reconhecimento de quem cria o organismo museológico (em geral, alguém de estrutura de Poder), mas sobretudo o **reconhecimento público** da comunidade (Guarnieri, s.d.a, p. 233, grifo da autora).

Para Rússio, a Museologia, que inserida no escopo das Ciências Humanas e Sociais, objetivou “a cada momento convalidar o seu estatuto científico” encontrou ‘abrigo’ no Instituto de Museologia de São Paulo/Fesp onde foi considerada “como ‘ciência nova e em formação, [cujo objeto] é o fato museal ou museológico” (Guarnieri, 1989b, pp. 245 e 250). Essa foi uma das contribuições da Escola de São Paulo para a Museologia nacional e internacional, localizadas especialmente nos textos publicados nas revistas do ICOM e da UNESCO. As reflexões sociais expostas até aqui agora serão mais fortemente debatidas considerando as diferenças entre as realidades regionais brasileiras.

1.3 As Regiões Nordeste e Sudeste

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001), para realizar sua análise crítica acerca da invenção do Nordeste, coteja dados da divisão política da federação, bem como aspectos culturais que asseguraram tanto a imposição como a aceitação do que vem a ser compreendido como Nordeste e nordestino/nordestina. O autor compreende que região é produto de batalha formada a partir de aproveitamentos estratégicos na luta pela posse do espaço.

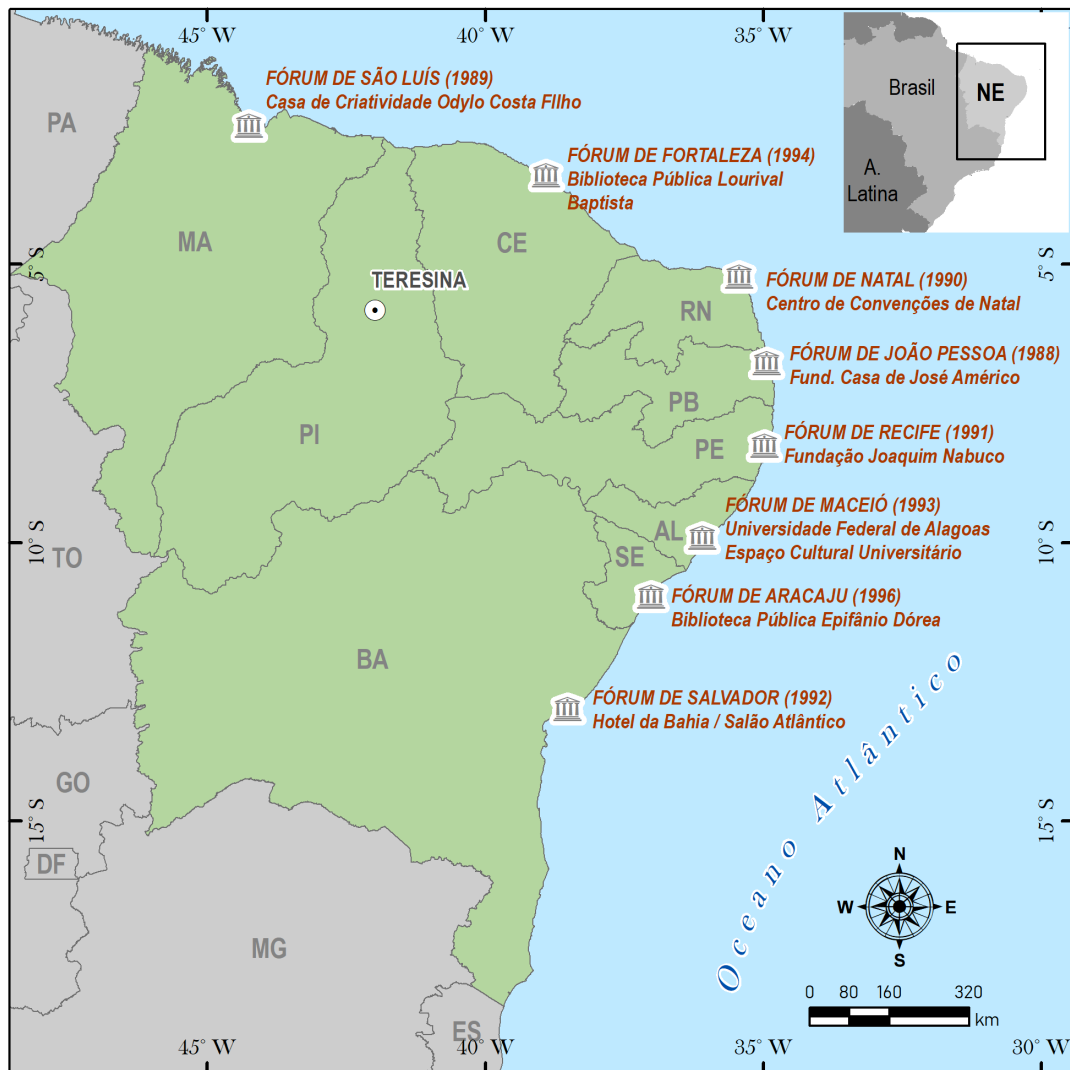
A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com forças que dominam outros

espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais (Albuquerque Júnior, 2001, p. 26).

Defendendo que a construção da região se dá estruturalmente no plano cultural¹¹³, mais do que no político, para o autor, o Nordeste é, então, uma identidade espacial construída a partir do entrecruzamento de práticas e discursos regionalistas cujo tempo histórico pode ser apontado no final da primeira década e no transcurso da segunda década do século XX.

¹¹³ “[...] este trabalho inscreve-se como uma História Cultural do Nordeste, desfazendo noções essencialistas que instauram a região nordestina no campo fixo e irrecuperável da Natureza e que a localizam hierarquicamente em relação ao Sudeste e ao Sul do país. Nesse sentido é ainda um livro essencialmente político, que denuncia múltiplas e sofisticadas formas de exclusão social e cultural: não aquelas exercidas pelas ações e ideologias de sujeitos históricos racionais, definidas em função de suas específicas inserções no quadro das relações produtivas, mas as dos inúmeros mecanismos construídos culturalmente, das tecnologias disciplinares, das estratégias invisíveis e moleculares do poder no campo discursivo, que nos capturam, através das quais somos falados, sem que muitas vezes percebamos suas redes e armadilhas” (Albuquerque Júnior, 2001, p. 16).

FIGURA 2: MAPA DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL



Fonte: Luis Felipe Soares Cherem (2019).

Diferentemente da compreensão de região do Durval Muniz, Bourdieu (2011), discutindo a história social da gênese e da utilização do conceito região afere que o sentido do termo é administrativo e que há dissimulação do seu conteúdo a partir da referência que se queira tomar.

Só um conjunto de estudos de caso orientados pela intenção de apreender a gênese do conceito de região e das representações que lhes estão associadas, de descrever os processos em jogo nos quais e por meios dos quais aquele conceito é produzido – o campo literário no caso do estereótipo elaborado pelos romancistas regionalistas, o campo universitário no caso da unidade física e social delimitada pelos historiadores, pelos geógrafos ou pelos politólogos, o campo social no seu conjunto no caso da unidade política reivindicada pelos movimentos regionalistas – podia dar uma ideia do universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, que se acham envolvidos em cada um dos usos do conceito (Bourdieu, 2011, p. 107).

Por isso, para Bourdieu, região “é o que está em jogo como objeto de lutas entre cientistas” (Bourdieu, 2011, p. 108), é o resultado da intervenção do Estado, do movimento de capitais e das decisões de grupos. Outro conceito importante para pensar as relações entre as regiões e criado na América latina, é o de colonialismo interno, presente nos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen (1963 e 1965), mas também desenvolvido por Pablo González Casanova (1963) em artigos publicados na América Latina¹¹⁴.

Em um artigo em que retoma a história do conceito, Casanova (2007) observa as dificuldades que esse conceito teve em firmar-se, contudo, chama a atenção que ao consolidar-se tornou-se útil para pensar situações conflituosas de estados-nação nos cinco continentes. O colonialismo interno mostra que o processo de unificação de um Estado-nação é também um processo em que uma região domina, explora, oprime e coloniza outras que compartilhem o território sobre o qual o Estado tem jurisdição, como se retomasse internamente a afirmação de que um país só enriquece explorando outro:

O tipo de relações que se estabeleceu entre uma metrópole colonial e suas colônias repetiu-se dentro dos próprios países colonizados, nas relações que se foram desenvolvendo entre uns quantos “polos de crescimento” e o resto do país. O que Espanha representava para suas colônias, o mesmo representavam os centros da Nova Espanha (e do resto de América Latina) para as áreas atrasadas e isoladas que os rodeavam (Stavenhagen, 1965/2015, p. 161)

Assim, Stavenhagen aproveita para denominar como a mais importante das teses equivocadas sobre a América Latina, “a tese de que as sociedades latino-americanas não são sociedades duais” (1965). Albuquerque Júnior (2001), mais preocupado com a imagem representativa do que é Nordeste, quando questiona o porquê desta região e do povo nordestino ser discriminado, marginalizado e estereotipado na produção cultural do país, especialmente pelos demais habitantes de outras regiões geográficas, faz sua investigação no recorte da cultura. E sua conclusão é que há quase noventa anos os nordestinos, e aqui ele

¹¹⁴ A Revista América Latina foi um boletim, que a partir de 1962 tornou-se uma revista trimestral do Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais/CLAPCS, criado em 1957, com a ajuda da UNESCO. “No CLAPCS, [...] desejava-se que as Ciências Sociais pudessem resultar em uma aplicação prática, tendo em vista as transformações que o Brasil e a América Latina estavam vivenciando. As Ciências Sociais deveriam ser capazes de formar especialistas e realizar pesquisas que pudessem ajudar a enfrentar os graves problemas concretos de natureza social, econômica e política decorrentes da passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento através do processo de industrialização do continente. [...] Além de publicar artigos, a *América Latina* apresentava informes e noticiários sobre congressos, reuniões, cursos, atividades do CLAPCS, informes sobre livros e revistas, resenhas bibliográficas, balanços sobre a situação da documentação. Trazia ainda outra seção dedicada à apresentação de projetos de pesquisa em andamento. Assim, além de ser uma revista que publicava artigos acadêmicos, era também um boletim informativo e bibliográfico” (Oliveira, 2005).

também se coloca como um, são/somos discriminados com seriedade e bastante indignação num misto de dupla intenção: aceitação e recusa.

Por que dizemos com exaltação e rancor que somos esquecidos, que somos menosprezados e vítimas da história do país? Que mecanismos de poder e saber nos incitam a colocarmo-nos sempre no lugar de vítimas, de colonizados, de miseráveis física e espiritualmente? Como, por meio de nossas práticas discursivas, reproduzimos um dispositivo de poder que nos reserva o lugar de pedintes lamurientos, produzimos e reproduzimos um saber em que sentimos prazer de dizer e mostrar que somos pobres coitados? Que masoquismo é esse que faz nos orgulharmos dessa discriminação, que faz aceitarmos felizes o lugar de derrotados, de vencidos? E, principalmente, o que leva uma classe dominante a se deleitar em afirmar sua impotência e se assumir como subordinada e dependente? (Albuquerque Júnior, 2001, pp. 20 – 21).

Dessa forma, Albuquerque Junior (2001), fazendo entrecruzamento das condições históricas da região Nordeste através do discurso propagado em fontes de informação, como jornais¹¹⁵ e obras literárias e artísticas¹¹⁶, apresenta como é criado o/a nordestino/a e como, simultaneamente, é negada a humanidade a ele/ela. Defende, em suas premissas, que a identidade nacional, assim como a regional, é uma construção mental e que o Nordeste é filho da ruína da antiga geografia do país que foi assentada em dois extremos: o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste.

A ideia de que na América Latina o subdesenvolvimento devém do desenvolvimento, pela exaustão de terras, águas e gentes decorrente de políticas extrativas é central também para Stavenhaven, contudo, esse último autor chama atenção que esses processos não podem ser compreendidos sem que se considerem relações calcadas em preconceitos interétnicos e interracialis.

Essas interpretações dualistas do Brasil, segundo Custódia Selma Sena (2013), se transformaram numa categoria sociológica central na interpretação e construção do que é o

¹¹⁵ “Paulo de Moraes Barros, jornalista do *O Estado de São Paulo* enviado a uma visita a Joazeiro na década de 1920, considera a inferioridade racial dos nordestinos como responsável pelo aparecimento dos ‘fanáticos boçais que se disseminavam por toda parte na região’ e pelas ‘turmas que os assediavam, homens e mulheres de aspectos alucinados, olhos esbugalhados, com os braços estendidos, atirando-se por terra, tentando tocar a barra da batina do beato’, como também pela ‘violência dos bandidos facinorosos’. Questionava-se como podia tal povo ser a base de construção de uma nação. Logo após essa série de artigos intitulados ‘Impressões do Nordeste’, o mesmo jornal inicia outra série intitulada ‘Impressões de São Paulo’, com o nítido objetivo de construir uma imagem para São Paulo, em contraposição às descrições do Nordeste feitas por Paulo Moraes. A estratégia era demonstrar a superioridade de São Paulo e de sua população, formada por elementos europeus” (Albuquerque Júnior, 2001, p. 44).

¹¹⁶ Jorge Amado, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Eça de Queiroz, Manuel Bandeira, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Tarsila do Amaral, Carybé, Di Cavalcanti, Cícero Dias, Glauber Rocha, Dorival Caymmi, Luiz Gonzaga, e Lima Barreto foram alguns dos escritores e artistas de modo geral usados como fonte de pesquisa na obra de Albuquerque Júnior (2001) para exemplificar as imagens, os recortes e a construção do discurso do que é Nordeste e nordestino.

Brasil permeando a imaginação social brasileira desde a época da colônia até hoje. Semelhante ao trabalho realizado por Bourdieu (2011), que uniu diversos cientistas sociais na construção do conceito de região, o Brasil, segundo Sena (2013), também experimentou esse trabalho na demarcação espacial do território.

Desde o final dos anos 1970 e acentuadamente nos anos 1980 e 1990, a reflexão sobre região vem-se afirmando progressivamente, no Brasil, principalmente por meio dos estudos dos geógrafos e historiadores. Entre os geógrafos, a contribuição maior vem da geografia crítica, que entende o espaço como uma categoria socialmente construída e prenhe da historicidade. Dentro dessa perspectiva, região define-se como uma categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma organização social mais ampla, com a qual se articula (Sena, 2013, p. 41).

Contudo, para Sena (2013), no processo de construção do Brasil e, dessa forma, da nação brasileira, “algumas espacialidades se definiram como lócus da nação, como coincidentes com o nacional” (Sena, 2013, p. 43). Foi assim que o Estado do Rio de Janeiro se constituiu como capital política do país, e, o Estado de São Paulo, como representação da industrialização e modernidade brasileira. Dessa forma, “o termo região passou a designar os espaços geoeconômicos decadentes ou marginais, gerando diferentes visões da ideologia da nacionalidade e das identidades regionais” (Sena, 2013, p. 43).

Portanto, o Sudeste investigado nessa tese e representado pelos Estados do Rio de Janeiro (centro político) e São Paulo (centro econômico) situam-se geograficamente no jogo político numa posição de confronto com a região Nordeste (tido como polo de miséria e degradação econômica e política) com os nove Estados que o compõe, numa relação de mal conhecimento e de reconhecimento que cria, a partir das pesquisas sociais dos geógrafos, economistas, historiadores, sociólogos, etc. uma identidade, um produto (Bourdieu, 2011).

FIGURA 3: MAPA DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL



Fonte: Luis Felipe Soares Cherem (2019).

Este produto Nordeste, segundo Albuquerque Júnior (2001), até meados da década de 1910 não existia, mas é na década de 20 que ele é definitivamente instituído. O nacionalismo de 1920, especialmente projetado na Semana de Arte Moderna¹¹⁷, que objetivava conhecer o país em suas particularidades regionais, acentuou também a percepção da representação dos espaços nas diversas áreas criando o dualismo entre o antigo Norte, que vivia uma crise acentuada advinda do processo de aprofundamento de sua dependência

¹¹⁷ Segundo Icicleia Borsa Cattani (2011), a Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922 na cidade de São Paulo, foi o primeiro movimento artístico organizado que alcançou certa repercussão social permanecendo, ao menos no nível do simbólico, como um ‘ato inaugural’ para a modernidade brasileira. Embora já viesse se estruturando, é nas duas primeiras décadas do século XX que os signos de modernização oitocentistas e novecentistas eclodem, simultaneamente, nas artes no Rio de Janeiro, capital do país, em São Paulo e em Recife. A Semana, patrocinada pela burguesia e vivenciada por pessoas importantes na vida social e cultural do Brasil, foi considerada um acontecimento confiável porque “nas artes visuais, as obras ou já tinham sido expostas, como algumas pinturas de Anita Malfatti de 1917, ou não propunham verdadeiras rupturas, sendo de uma modernidade ainda hesitante e incipiente, além de muito variada em seus estilos”. O destaque e a provocação ficaram concentrados nos textos literários. “O teor mais agressivo e provocador localizava-se nos manifestos, lidos à plateia, em alguns textos literários e poesias, como *Os Sapos*, do pernambucano Manuel Bandeira, provocando escândalos” (Cattani, 2011, p. 36, grifo nosso).

econômica e de sua submissão política, e o que ele nomeia por Centro-Sul¹¹⁸, que vivia a industrialização, a urbanização e a migração em massa.

Essas subdivisões geográficas do Brasil apresentaram-se, historicamente, em diferentes níveis e diferentes critérios classificatórios. Por isso, é possível compreender que os critérios de divisão político-administrativa que o Brasil viveu, acompanhando os séculos desde o início do processo exploratório, até o momento atual, foram distintas. Cada área das Ciências Sociais e Humanidades desenvolveu e desenvolve uma noção de região e, dentro dessa noção, se constrói outras noções de etnia, raça, e identidade, por exemplo, que produzem efeitos sociais práticos e geram o que Bourdieu (2011) nomeia por realidade objetiva. A procura por *critérios objetivos* de identidade *regional* ou *étnica* resulta no estabelecimento de “estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (Bourdieu, 2011, p. 112).

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre sua identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (Bourdieu, 2011, p. 113).

As divisões geográficas – divisões técnico-científico-informacionais, divisões geoeconômicas e divisões hidrográficas – não possuem personalidade jurídica como a divisão político-administrativa e utilizam, por conseguinte, outros critérios classificatórios como a proximidade territorial e aspectos naturais (clima, hidrografia, relevo e vegetação) na hierarquização do país em conglomerados.

Na década de 1930 a ação do Estado ganha maior institucionalidade deflagrando a necessidade de discutir as fronteiras externas e internas e a divisão territorial do país para assim, estabelecer mecanismos de coesão nacional. Durante o Governo Vargas, o Brasil viveu importantes transformações/classificações/di-visões no planejamento territorial do governo brasileiro através da criação e atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/

¹¹⁸ O Centro-Sul é formado basicamente por dois estados: “notadamente São Paulo [que] vai se tornando uma área bastante diferenciada do restante do país” e o Rio de Janeiro, capital da República (Albuquerque Júnior, 2001, p. 40).

IBGE¹¹⁹, em 1934 e implantado em 1936, com o antigo nome de Instituto Nacional de Estatística.

Segundo Fabio Betioli Contel (2014) o país viveu três configurações territoriais nos anos de 1942, 1970 e 1990 até chegarmos na conformação atual que hoje divide a nação em 26 estados federados e 1 Distrito Federal. Havia, portanto, “a necessidade de conhecimento sistematizado do território, do litoral e do interior, seja em seus aspectos demográficos, produtivos, de infraestruturas, organização social e de suas bases fisiográficas” (Contel, 2014, p. 2). Dessa forma, os estados brasileiros estão agrupados em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Inseridos na Região Nordeste atualmente estão os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte¹²⁰.

Nas palavras de Bourdieu (2011),

A *régio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *fines*), em impor a definição (outro sentido de *fines*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social (Bourdieu, 2011, p. 114)

Para Bourdieu (2011), as regiões delimitadas em função dos critérios como língua, *habitat*, cultura, etc. nunca coincidem perfeitamente porque essas classificações arbitrativas e ditas *naturais* apoiam-se “em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (Bourdieu, 2011, p. 115).

O geógrafo Milton Santos (1988) contextua esse fenômeno no sistema globalizado e observa que compreender uma região “passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos (Santos, 1988, p. 46).

Para Albuquerque Júnior (2001) a noção de região, antes de remeter à geografia, “remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar)” (Albuquerque Júnior, 2001, p. 25, grifo do autor), sendo importante compreender que a divisão natural e ou

¹¹⁹ Informações recuperadas em 31/08/2018, de <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>.

¹²⁰ Diferentes formas de interpretação da geografia brasileira foram pensadas ao longo dos tempos e essas delimitações geográficas modificaram, temporariamente, a configuração dos estados nacionais tanto em limite territorial como em locação regional. O Estado da Bahia, por exemplo, já foi locado, por meio de proposta de que usava como critério os conceitos de regiões naturais e regiões humanas, em 1941, na região Leste (Contel, 2014, p. 4).

geográfica do espaço está diretamente ligada às relações de poder construídas econômica e politicamente no regional e no nacional.

A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. **A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço.** Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra (Albuquerque Júnior, 2001, pp. 25 – 26, grifo do autor).

A construção de uma região, no caso específico, a Região Nordeste, passa pela construção discursiva e veiculação em imprensa do que havia naquele grande espaço geográfico. E o que foi escolhido como fio condutor foi a concentração em poucas mãos das fontes de água, associada a uma distribuição desigual das chuvas pelo ano. Com grandes períodos sem chover e com clima predominantemente semiárido, a privatização das reservas de água tornava grande parte do solo nordestino improdutivo. A concentração de terras e águas submersos no discurso da improdutividade e da seca, associada à falta de interesse político em equacionar o problema ocasionou a fome, a miséria e esses fatores passaram a ser o principal recorte visual de construção do discurso do que é essa região, como se não houvesse quase nada além da seca e de todos os problemas oriundos disso.

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência dessa formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de ‘verdades’ sobre este espaço (Albuquerque Júnior, 2001, p. 49).

No que tange especificamente à Bahia, é inquietante notar que há inserido no regionalismo apontado pelo autor, outros regionalismos que deflagraram impasses internos à categoria Nordeste. Na sua obra, Albuquerque Júnior (2001) inaugura o primeiro capítulo – *Geografia em Ruínas*, identificando geograficamente o estado da Bahia na Região Sul do Brasil, entretanto, no avançar da sua obra nenhum aspecto da divisão política geográfica do país é apresentado ou problematizado. Para localizar o Estado da Bahia na Região Sul, ainda no período em que o país estava dividido em Norte e Sul, o autor destaca a coluna *O Bloco Político do Norte*¹²¹ do jornal *O Estado de São Paulo*, sem a preocupação de posteriormente

¹²¹ “[...] Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se

apontar quais estados estão inseridos nessa divisão e ou quando a Bahia foi retirada da região Sul e sua posterior inclusão no que hoje é chamado Nordeste. Isso nos aponta para a existência de impasses dentro do entendimento e defesa do que se categoriza como Nordeste e sugere ambiguidades presentes no início do século XX que retornam aqui e ali.

Na divisão geográfica oficial, o Estado da Bahia já esteve lotado em distintas regiões geográficas no Brasil, mas não na região Sul. Em 1913, com o desencadeamento do processo de regionalizações, a Bahia fazia parte da região Oriental permanecendo aí até o ano de 1940 quando o IBGE elaborou uma nova proposta que considerava, além dos elementos físicos, os aspectos econômicos. Assim, a Bahia, juntamente com o Estado de Sergipe e Espírito Santo, foi realocada para a região Leste. Nessa época, o Nordeste era composto pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Em 1945, numa nova proposta de divisão, o Estado da Bahia compôs, sozinho, a região intitulada Leste Setentrional para cinco anos depois, em 1950, voltar a fazer parte da região Leste. Apenas em 1970 os Estados da Bahia e Sergipe foram inseridos na região Nordeste do país permanecendo nessa configuração, como aponta o IBGE¹²².

Embora compreendamos que no vocabulário comum seja frequente o uso da indicação geográfica Norte e Sul para dividir o Brasil, o Estado da Bahia, em nenhum momento de divisão do território brasileiro esteve lotado na região Sul como sugere o jornal e como utilizado como indicação por Albuquerque Júnior (2001). Embora se reconheça a importância do vasto trabalho de pesquisa realizado por este autor, bem como haja registros dos itens e personalidades da cultura baiana impossíveis de serem desconsiderados para a discussão imagética acerca da invenção do Nordeste em sua obra, ao negligenciar a cronologia das distintas divisões geográficas brasileiras ele compromete seu argumento.

O *nós nordestinos* de Albuquerque Júnior (2001) também deve ser questionado e o Nordeste pode, assim, ser plural, havendo portanto, Nordeste em um país continental como o Brasil. O mais significativo é que, segundo o autor, o regionalismo e o nacionalismo foram os responsáveis pela criação e manutenção da hegemonia de uns espaços sobre outros, bem como das demais dualidades no Brasil, que, para Custódia Selma Sena (2011), desdobrou-se

encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo” (OESP, 1920, p. 4, c. 5 citado por Albuquerque Júnior, 2001, p. 43).

¹²² Recuperado em 15/11/2018, de <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>> e <<https://www.getulionascimento.com/news/regionalizacao-do-brasil/>>.

“em outros binarismos como civilizado/primitivo; litoral/sertão; cópia/autêntico; moderno/tradicional etc.” (Sena, 2011, p. 101).

Desses dualismos, é preciso chamar a atenção para duas questões. A primeira é uma reconfiguração da clássica divisão do Brasil em sertão e litoral, que data ainda da colonização, como observa Sena (2011), pela associação entre semiárido e sertão. A outra questão é uma ambiguidade na escrita de Muniz, onde ele pontualmente escorrega num dos aspectos já tratados da tese equivocada do dualismo, denunciada por Stavenhagen, quando este lembra que na América Latina o subdesenvolvimento vem depois do desenvolvimento e pode-se depreender no parágrafo abaixo em que Muniz esquece-se de dizer que durante a primeira guerra a região mais dinâmica do Brasil foi a Norte com o ciclo da borracha:

No antigo Norte, vive-se um período de crise acentuada, com mudanças também substanciais que advêm do processo de aprofundamento de sua dependência econômica, de sua submissão política em relação às outras áreas do país, do seu problema de adoção de uma tecnologia mais avançada e de assegurar mão-de-obra suficiente para suas atividades. A resistência maior de padrões mais tradicionais de sensibilidade e sociabilidade diferenciam a maneira de ver, de dizer e de pensar a questão da nação, quando esta se coloca com ênfase após a Primeira Guerra (Albuquerque Júnior, 2001, p. 40).

Ao reconhecer que o nacionalismo aguçou as particularidades regionais cabendo ao Nordeste as características sociais ligadas à degeneração de um povo destacamos que as raças indígena e negra foram utilizadas como fatores discursivos determinantes para explicar o atraso da sociedade e da cultura brasileira especialmente frente ao processo de colonização sofrido nas demais regiões do país com a recente e forte presença de imigrantes europeus¹²³.

Se por um lado, Albuquerque Júnior (2001) destaca o regionalismo como fator de entrave para o desenvolvimento, Stavenhagen (1968), trinta anos antes, chamou a atenção que é claro que não há desenvolvimento da nação neutro, porque o nacionalismo não o é, e chama atenção que o desenvolvimento só pode ser compreendido se estiver atrelado ao aumento do bem-estar social geral das pessoas que compartilham o território em unificação. Mas, é justamente nesse processo de unificação para a criação de Estados Nação que Stavenhagen vê a importância de compreender a funcionalidade histórica perversa de preconceitos étnicos e raciais.

¹²³ “Os regionalismos são pensados como um entrave a esse processo, embora só se acentuem à medida que a constituição da nação não era um processo neutro, mas um processo politicamente orientado, que significava a hegemonia de uns espaços sobre outros” (Albuquerque Júnior, 2001, p. 42)

Las relaciones interétnicas contemporáneas son el resultado, por una parte, de la política colonial. Pero por la otra representan también la desintegración de esa política y constituyen una función de la actual estructura económica y de clases. Como han demostrado diversos economistas, las economías subdesarrolladas engendran en su seno polos de crecimiento y zonas subdesarrolladas que están estructuralmente ligadas entre sí (Stavenhagen, 1968, p. 61).

Quando Salvador, que foi capital do Brasil Colônia de 1549 até 1763, deixou de ser o polo político do país, o Nordeste viveu o afastamento do centro de decisões administrativas e assistiu o deslocamento dessas forças para o Sudeste. A historiografia da região é marcada, conseqüentemente, por essa produção da ideia do Brasil dualista denunciada por Stavenhagen. Mesmo autores recentes como o antropólogo Antônio Risério se vêem escorregando na replicação do dualismo, neste caso como isolamento:

Foram mais de cem anos de solidão, de relativo isolamento, antes que a região fosse alcançada pelo capitalismo brasileiro. Durante esse século e meio insular, consolidou-se ali uma cultura própria, formada basicamente pelo encontro assimétrico das experiências históricas de lusos, bantos, jejes, iorubanos, com um remoto substrato ameríndio. Era um Recôncavo estruturalmente tradicional, agromercantil, com seu principal núcleo urbano, Salvador, especializado em comércio e serviços (Risério, 1995, p. 148).

O aumento das diferenças inter-regionais também é identificado na pesquisa de Lilia Schwarcz (1993), mas com outra possibilidade de avaliação e escrita historiográfica. A autora, valendo-se da representação mestiça que se fazia (e se faz) do Norte e Nordeste, opta em avaliar, entre os anos de 1870 a 1930, como as teorias raciais foram utilizadas no enfrentamento dos problemas sociais brasileiros, bem como na construção do Estado Nacional. Dessa forma, a autora recortou sua análise nos centros de ensino nacionais – museus etnográficos¹²⁴, os institutos históricos e geográficos¹²⁵, as faculdades de direito¹²⁶ e as faculdade de medicina¹²⁷ –, locais em que os *homens de ciencia* produziam conhecimento e onde, para ela, podia ser realizada uma melhor interpretação da época.

Respeitando a produção de conhecimento nos estados de Pernambuco, Pará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro e reconhecendo as diferenças regionais, a autora justifica os fluxos de produção científica nos diferentes estados a partir da mudança do eixo econômico do país

¹²⁴ Museu Paulista (São Paulo/SP), Museu Emílio Goeldi (Belém/PA) e Museu Real ou Museu Nacional (Rio de Janeiro/RJ). A crítica referente a ausência do Museu Paranaense já foi feita na introdução desta pesquisa.

¹²⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro/RJ), Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Recife/PE) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (São Paulo/SP).

¹²⁶ Faculdade de Direito (Recife/PE) e Faculdade de Direito (São Paulo/SP).

¹²⁷ Faculdade de Medicina da Bahia (Salvador/BA) e Faculdade Nacional de Medicina (Rio de Janeiro/RJ).

da Região Nordeste para a Sudeste¹²⁸, o que ocasionou “uma paralela diversificação entre as várias instituições científicas. Ou seja, os estabelecimentos situados nas cercanias dos novos centros econômicos do país foram progressivamente mais bem aquinhoados do que os demais” (Schwarcz, 1993, p. 33).

Usando termos como “imperialismo interno” (Schwarcz, 1993, p. 38), reconhecendo “a variedade não só geográfica” (Schwarcz, 1993, p. 130), a “relevância da Região Norte” (Schwarcz, 1993, p. 157) e não banalizando as disputas “que se verificavam entre regiões influentes no interior da política imperial e da República Velha” (Schwarcz, 1993, p. 131) a autora problematiza a construção dos símbolos de cultura e civilização entre os estados brasileiros.

Não pode ser banalizado o fato, por exemplo, do estado do Rio de Janeiro, que abrigava a família real e o Instituto Histórico e Geográfico **Brasileiro**, único com essa denominação, estabelecer **naturalmente** as diretrizes de funcionamento dos demais Institutos do país. Da mesma forma, é intencionalmente denominada Faculdade **Nacional** de Medicina a instituição do Estado do Rio de Janeiro, embora, inclusive, a Faculdade da Bahia seja a primeira do país. Essa condição, entretanto, não foi aplicada na criação do segundo instituto, o de Pernambuco, que já em seu nome – Instituto **Arqueológico** e Geográfico Pernambucano – modifica sua zona de interesse e demarca sua especificidade regional.

Foi dessa forma que durante o império, apesar de latentes, as diferenças e tensões existentes entre as diversas regiões do país permaneceram relativamente controladas diante da centralização monárquica. No entanto, com a queda do regime, esse movimento tende a se acirrar, reproduzindo-se nas querelas entre os vários institutos analisados por Schwarcz (1993).

Assim, o pensamento racial/social/racista europeu foi reproduzido no Brasil de forma acrítica e, reconfigurado como colonialismo interno, tornou-se ferramenta útil para dividir, segregar e selecionar, através de um discurso de autoridade, àqueles que se percebiam merecer ser o centro (Região Sudeste) e detinham autoridade política/econômica para tal, das demais regiões (Norte e Nordeste), então compreendidas como periféricas. Vicejou, dessa

¹²⁸ “De um lado, os **tradicionais** proprietários de terras nordestinos, vivendo das últimas safras canavieiras e de sua propriedade escravocrata; de outro, elites cafeeiras cariocas cuja influência política junto ao imperador estava assegurada desde meados do século. Por fim, a ascendente aristocracia paulista, herdeira econômica dessa nova civilização do café, mas que, no entanto, não gozava da mesma influência política conseguida pelos latifundiários da província do Rio de Janeiro” (Schwarcz, 1993, p. 36, grifo nosso).

maneira, na historiografia brasileira, a utilização de instrumentos autoritários e conservadores na definição da identidade nacional, respaldando as hierarquias sociais já cristalizadas.

Como reflexão situada sobre isso, proponho, embasada nos dois autores da Museologia, Maria Célia Teixeira Moura Santos e Mario Moutinho, problematizar a escrita da história da Museologia no Brasil, a partir do compromisso social assumido por esses autores no desenvolvimento das suas pesquisas nos seus respectivos países.

Santos, amparada pela pedagogia inclusiva e participativa de Paulo Freire e demais autores da educação para a autonomia e consciente da participação dos cientistas sociais¹²⁹ na produção da Museologia estabelece que, para ela, a ação museológica, caracterizada como ação educativa, precisa ser entendida como um processo educativo comprometido com o desenvolvimento social e com a cidadania. Dessa forma, a autora sugere que seja repensada “a museologia e a educação, ressaltando, [...] a importância de articulá-las com as demais práticas sociais globais” (Santos, 1993, p. 06).

Os caminhos que nos levaram a repensar a nossa prática museológica, que tem sido efetivada na área da ação cultural e educativa, não foram indicados somente pela ciência museológica. A interação com outras áreas do conhecimento, notadamente a antropologia, a sociologia, a análise histórica de contexto, o fazer artístico e a educação, foram e continuam sendo elementos embaixadores importantes para o desenvolvimento e aprimoramento do nosso objeto de estudo, levando-nos a acreditar, cada vez mais, na ação interdisciplinar multidisciplinar, como sustentáculo para a construção de um trabalho sério e enriquecedor (Santos, 1993, p. 09).

Segundo Santos (1993), a utilização da memória preservada e institucionalizada nos museus, por exemplo, atinge seu sentido maior quando tem o objetivo de contribuir para o exercício da cidadania visto que, o ato de preservar deve estar comprometido com outras conquistas sociais de representação e inclusão, que passam pela apropriação do bem cultural pelo sujeito comum.

Através da estratégia metodológica da pesquisa-ação¹³⁰, onde é necessária “uma nova postura museológica, comprometida com a transformação e com o desenvolvimento social” (Santos, 1993, p. 120), Santos preconiza que a prática da cidadania estará assim

¹²⁹ René Barbier, Sander Benno, Carlos Rodrigues Brandão, Boaventura Santos, Celestin Freinet, Nestor Garcia Canclini, Richard Kent Jones Ulpiano Bezerra de Menezes e Maria Teresa Nildelcoff, entre outros.

¹³⁰ Sobre o seu trabalho com a pesquisa-ação e com comunidades, a autora relata: “Assumi que existe a possibilidade de se produzir conhecimento em todos os níveis de escolarização e que este conhecimento pode ser construído em uma determinada ação de caráter social, reconhecendo o papel ativo dos observadores na situação pesquisada e dos membros representativos dessa situação” (Santos, 2008, p. 15). Essa postura marca e define a atuação dessa profissional na constituição da Museologia no Brasil, bem como na consolidação dos saberes produzidos nos Fóruns Nordestinos de Museologia.

embasada numa ação não-mecanicista e que compreende que a apropriação e preservação de um patrimônio pode ser a base para a transformação social. O rompimento com a museologia tradicional e o comprometimento com o desenvolvimento social motiva a autora a refletir propostas de ações que se fazem no respeito às diferenças e “na busca do crescimento conjunto do pesquisador e dos diversos grupos sociais com os quais esteja atuando” (Santos, 1993, p. 133).

Complementando a argumentação de Santos, os estudos de Mario Moutinho fortalecem o caráter social, multi e interdisciplinar da Museologia através da construção do que hoje conhecemos por Sociomuseologia. Para Moutinho (2010a) a Sociomuseologia é uma área disciplinar “que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território” (Moutinho, 2010a, p. 06).

Amparada por esses debates, problematizo a escrita da história do campo Museologia no Brasil, reconhecendo, por meio dos Fóruns Nordestinos de Museologia e dos seus agentes, que essa reescrita é um compromisso social e uma proposta sociomuseológica, conforme apresentada por Santos e Moutinho, respectivamente, visto que evidencia outros espaços de construção de saberes, outros agentes que não os ditos hegemônicos e demais instituições museais brasileiras não menos importantes para a consolidação do campo.

*Las principales características de la situación colonial
fueron la discriminación étnica, la dependencia
política, la inferioridad social, la segregación
residencial, la sujeción económica y
la incapacidad jurídica
Rodolfo Stavenhagen*

2 Dos Encontros de Museus do Nordeste aos Fóruns Nordestinos de Museologia

A implantação de políticas públicas para a área da Cultura, no Brasil, ocorreu de forma mais efetiva depois do ano de 1985, com a criação do Ministério da Cultura/MinC. Entretanto, a primeira vez que o país tentou implantar uma política museológica foi “a partir de 1975, com a reunião dos dirigentes de museus, realizada em Recife, e nas reuniões de secretários de Educação e Cultura dos estados e dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura, realizados em Brasília [DF] e Salvador [BA] em 1976” (Santos, 2008, p. 80). Assim, o Nordeste brasileiro, através da Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ – Estado de Pernambuco, não só sediou o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus¹³¹, apontado pela autora, como patrocinou outros eventos fora de Recife, e também significativos para a área museológica, como o II Encontro de Dirigentes de Museus, em 1980, realizado no Museu Imperial, cidade de Petrópolis/RJ¹³².

Eventos como estes, que contaram com a participação de representantes e dirigentes de museus, aconteceram e acontecem, em todo Norte e Nordeste do país, comprovando que o trabalho com o patrimônio cultural é pulverizado em toda a extensão territorial brasileira. No arquivo institucional da FUNDAJ é possível listar uma série de trabalhos na área museológica como o projeto de levantamento dos acervos dos museus de quatro capitais (Recife/PE, Maceió/AL, Teresina/PI e Natal/RN) do Nordeste (1977 – 1980)¹³³; o curso de treinamento de pessoal de museus (1976)¹³⁴; a pesquisa de levantamento e diagnóstico dos museus de Pernambuco (1980 – 1984)¹³⁵; o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (1982)¹³⁶, evento que discutiu os artigos 3 e 4 da Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo que será tratada posteriormente; participação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq (1984)¹³⁷; além de cursos, oficinas e seminários variados.

¹³¹ “[...] os resultados do Encontro de Dirigentes de Museus servem de subsídio para a elaboração do Anteprojeto do DAC-MEC, para a criação do Sistema Nacional de Museus em 1977. [...] A criação do Sistema Nacional de Museus é reconhecida como a medida capaz de organizar, em âmbito nacional, as atividades dos museus brasileiros, proporcionando que suas múltiplas finalidades sejam de fato atingidas, como exige o desenvolvimento global do País” (Santos, 2008, p. 185).

¹³² Os dados deste evento estão disponíveis na Caixa Arquivo 44 da FUNDAJ.

¹³³ Caixa Arquivo 14 a 36/FUNDAJ.

¹³⁴ Caixa Arquivo 43/FUNDAJ.

¹³⁵ Caixa Arquivo 37 e 38/FUNDAJ.

¹³⁶ Caixa Arquivo 45/FUNDAJ.

¹³⁷ Caixa Arquivo 39/FUNDAJ.

Saindo dos exemplos citados anteriormente e restritos a atuação de FUNDAJ, Santos (2008) lista alguns encontros ocorridos, cronologicamente desde 1972 até 1996, e que aconteceram em outros estados do Nordeste. Do Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, em 1978, o “VI Congresso Nacional de Museus, promovido pela Associação Brasileira de Museologia/ABM” (Santos, 2008, p. 185). Do Estado da Bahia, o Seminário de Museologia (1972) onde “a primeira turma do curso de Museologia [enviou] ao Governador do Estado um documento destacando a necessidade de se considerar os problemas existentes nos museus do **Nordeste**” (Santos, 2008, p. 181, grifo nosso); a criação da Associação de Museólogos da Bahia/AMB (1978); o I Encontro Nacional de Museólogos (1981) Salvador/BA, promovido pela AMB; o VI Seminário de Integração do Curso de Museologia com Museus da Cidade do Salvador (1996), promovido pelo Curso de Museologia da UFBA que, considerando este a sexta edição, é possível prever que ele já acontecia há alguns anos; e os Fóruns Nordestinos de Museologia, objeto de pesquisa desta tese, que aconteceram em oito capitais do Nordeste.

Esses exemplos podem ser ampliados caso a pesquisa em arquivos se expandisse para os demais estados Nordestinos da Federação, mas é importante citá-los, ainda que apenas nesse pequeno recorte¹³⁸ para, conforme Bourdieu (2011), pensarmos as instâncias legítimas de produção da crença. Esses encontros, ocorridos em espaços políticos de definição de protocolos, estratégias e discursos dos agentes do campo, registram que a história deve/pode ser reescrita. Pensando nessa nova escrita, quero marcar o X Congresso Nacional de Museologia ocorrido em 1987, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

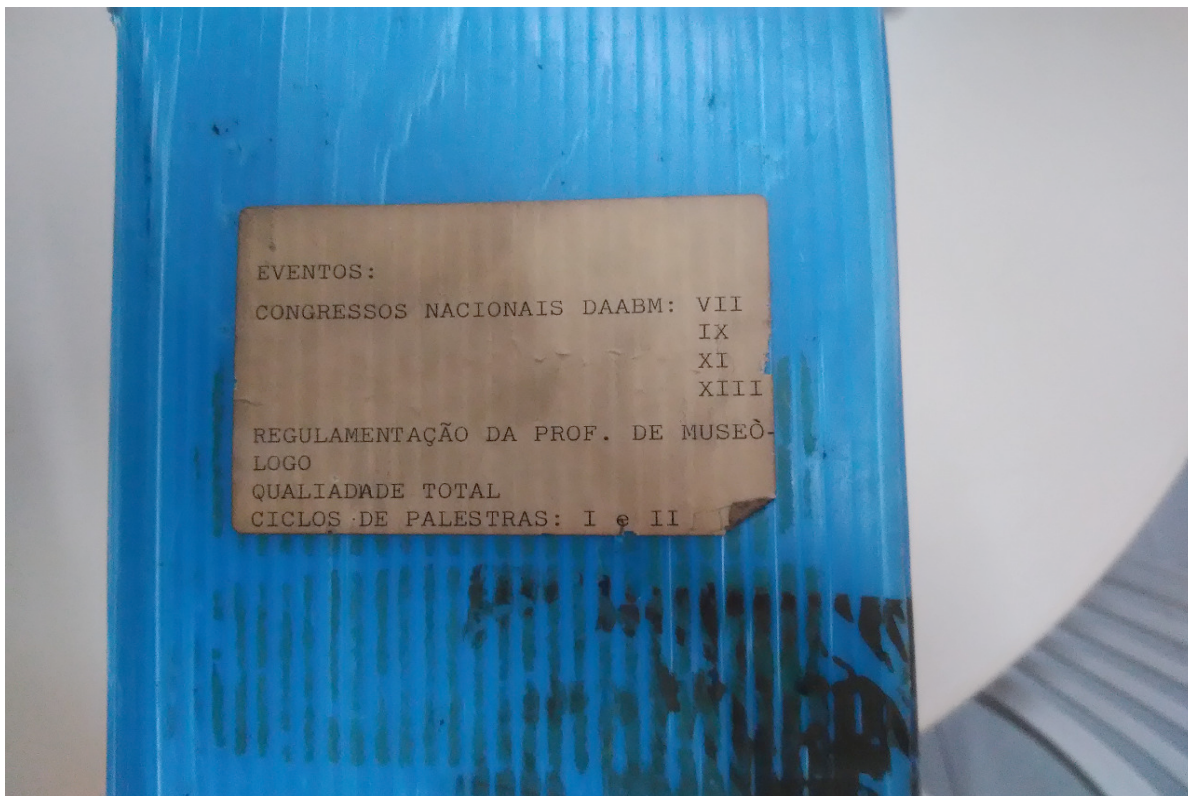
Promovido pela Associação Brasileira de Museologia/ABM¹³⁹ e com o apoio do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais/Fundação Nacional Pró-Memória, esse evento, reunindo profissionais de todo o país com o objetivo de estreitar as relações entre eles e integrar as instituições através da troca de experiências, resultou num momento de segregação da classe.

¹³⁸ Em outra possibilidade de recorte, podemos apontar a capilaridade desses agentes que circulavam no país inteiro promovendo o trânsito de ideias e capacitando-se em diferentes formações. O próprio Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, que formou profissionais do país inteiro, constitui-se um exemplo disso. Uma listagem desses profissionais está disponível em Sá e Siqueira, 2007.

¹³⁹ “Fundada em 5 de novembro de 1963, Dia Nacional da Cultura, a Associação Brasileira de Museologia tem como finalidades: congregar estudantes e profissionais que atuam na área de museus e afins, incentivar o intercâmbio cultural e científico dos museus, promover cursos, conferências e difundir os conhecimentos museológicos”. Recuperado em 03/04/2015, de <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abm/>.

Em pesquisa realizada na ABM, curiosamente nenhum documento acerca do evento foi localizado e na pasta arquivo da referida associação os dados do X Congresso não estão listados, conforme fotografia abaixo:

FIGURA 4: ARQUIVO DA ABM



Fonte: Fotografia de Roberto Lima. Acervo particular da autora.

Os únicos documentos sobre o encontro¹⁴⁰ acessados na pesquisa de campo foram disponibilizados por Maria Cristina Negrão. Através do folheto identifica-se que o evento possuiu uma estrutura que contemplava plenárias, debates e intervenções, entretanto, diversos profissionais de museus do Nordeste, sentindo-se sem representação e excluídos do processo de construção da área por não terem direito à fala, reuniram-se para discutir e problematizar temas relacionados com a teoria e prática museológica que eles acreditavam partilhar em comum. Ao considerarem as características sociais, culturais e econômicas como próprias do Nordeste brasileiro, os profissionais presentes e insatisfeitos objetivaram discutir uma política museológica que atendesse às suas necessidades. Contaram com a participação de profissionais de outras regiões do Brasil e reivindicaram aos governos estaduais e municipais e às instituições culturais de todo o país que cumprissem suas responsabilidades com a área

¹⁴⁰ Cartaz e folheto do X Congresso Nacional de Museus (Congresso Nacional de Museus, 1987). Anexo 9.

para que os museus também pudessem exercer suas funções culturais e educacionais (Nunes, 2000).

Como consequência do impasse ocorrido no X Congresso, entre os anos de 1988 a 1996, aconteceram os Fóruns Nordestinos de Museologia. Totalizando oito encontros que ocorreram respectivamente nas cidades de João Pessoa – Estado da Paraíba/PB (1988); São Luís – Estado do Maranhão/MA (1989); Natal – Estado do Rio Grande do Norte/RN (1990); Recife – Estado do Pernambuco/PE (1991); Salvador – Estado da Bahia/BA (1992); Maceió – Estado de Alagoas/AL (1993); Fortaleza – Estado do Ceará/CE (1994); e Aracaju – Estado de Sergipe/SE (1996). Um nono encontro foi articulado, o mesmo aconteceria no Estado do Piauí/PI, mas não chegou a ser realizado. Os temas abordados foram variados e englobavam as práticas museográficas, a formação e atuação política profissional e o pensamento teórico museológico.

Os eventos contaram com a presença dos órgãos de regulamentação da profissão – Conselho Federal de Museologia/COFEM e Conselho Estadual de Museologia/COREM¹⁴¹ – e, ao final de cada encontro, os participantes construíram um documento síntese: os Manifestos. Através da análise do material documental produzido nos Fóruns tornou-se possível compreender e analisar o pensamento museológico no Nordeste brasileiro naquele período, bem como identificar como os problemas que envolviam a teoria e a prática museológica foram partilhados e enfrentados conjuntamente pelos agentes nordestinos.

A leitura criteriosa do material documental relativa às oito edições dos Fóruns, com seus oito encontros em oito capitais do nordeste brasileiro permite apontar que o amadurecimento das discussões ocorridas foi dividido em duas fases.

Na primeira, discutida neste capítulo e sintetizada na tabela abaixo a partir dos quatro primeiros Fóruns, os agentes do campo estiveram especialmente voltados para o levantamento da realidade dos Museus do Nordeste brasileiro, para o aprimoramento das ações técnicas e para a necessidade de capacitação dos profissionais da área. Os museus, como agentes desse campo em construção e disputa, bem como tudo que diz respeito ao funcionamento pleno

¹⁴¹ O COREM é um órgão de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão de museólogo que atua nas regiões brasileiras. Dessa forma, o Conselho Regional da 1ª Região atua nos estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e na Bahia que é seu estado sede; a 2ª Região contempla os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, sua sede; a 3ª Região é demarcada apenas pelo Estado do Rio Grande do Sul que também é sede regional; a 4ª Região atua nos Estados do Acre, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e São Paulo como sede; a 5ª e última Região abarca os Estados do Paraná e Santa Catarina, sendo este a sua sede. Recuperado em 02/07/2019, de <http://cofem.org.br/about/quem-somos/sistema-cofem-corem/>.

destas instituições se tornaram, mais fortemente, foco de interesse principal desses profissionais marcando, dessa forma, os trabalhos e as discussões destes Encontros iniciais.

QUADRO 1: PRIMEIRA FASE DOS FÓRUNS NORDESTINOS

1988	Encontro Nordestino de Museologia	João Pessoa – Estado da Paraíba
1989	II Encontro de Museus do Nordeste	São Luís – Estado do Maranhão
1990	III Encontro de Museus do Nordeste	Natal – Estado do Rio Grande do Norte
1991	IV Fórum de Museus do Nordeste	Recife – Estado de Pernambuco

Fonte: Elaboração da autora, 2018.

Na segunda fase, problematizada no capítulo posterior, os agentes (museus, universidade, profissionais e demais instituições representativas da classe), fortemente influenciados pelos embates acerca da cientificidade da Museologia e pela corrente de pensamento da Nova Museologia, avançaram na crítica e promoveram debates científicos que contaram, inclusive, com a presença de representantes internacionais.

QUADRO 2: SEGUNDA FASE DOS FÓRUNS NORDESTINOS

1992	V Fórum de Museologia do Nordeste	Salvador – Estado da Bahia
1993	VI Fórum do Nordeste	Maceió – Estado de Alagoas
1994	VII Fórum Nordestino de Museologia	Ceará – Estado de Fortaleza
1996	VIII Fórum Nordestino de Museologia	Aracaju – Estado de Sergipe

Fonte: Elaboração da autora, 2018.

Embora o nome do evento tenha sofrido discreta modificação, conforme o amadurecimento das pautas levantadas e desenvolvidas pelos agentes, o marcador regional **Nordeste** foi mantido em todos os Encontros como necessidade primária de demarcação de espaço social. Os temas desenvolvidos nos primeiros quatro eventos estiveram atrelados ao conhecimento da realidade museológica da região, bem como ao aprimoramento dos serviços técnicos prestados pelos museus. Assim, foram ministradas oficinas de capacitação (administração de museus, documentação e pesquisa museológica, conservação e acondicionamento de acervo, programação educativa, conceituação de exposição, museografia), conferências com temas críticos, elaboração de um manifesto, bem como a escolha de um tema central para a edição posterior.

Pontualmente é possível identificar que nos dois primeiros Fóruns (1988 – João Pessoa/PB e 1989 – São Luís/MA) os agentes objetivaram organizar a metodologia que seria usada para que as metas de ajuda mútua fossem alcançadas e o levantamento dos dados da realidade particular de cada Estado. Através dos Anais do primeiro Encontro, tanto a luta pelo controle do campo científico como as ações de colonialismo interno que eles sofreram pelos agentes do Sudeste, claramente apresentadas pelo coletivo, geraram reações de indignação ao mesmo tempo em que os motivaram a se organizarem para a disputa pelo campo.

No III Encontro (1990 – Natal/RN) as informações acerca da realidade dos museus do Nordeste foram reunidas pelos agentes e, uma vez compiladas em dados, apontaram que havia uma necessidade de formação e capacitação técnica para atuação na área do patrimônio cultural gerando, assim, pedidos de solicitação de abertura de novos cursos de Museologia na Região. Os cursos de graduação não se concretizam e só serão ampliados no Brasil no Governo Lula, a partir de 2004. Por fim, no quarto Fórum (1991 – Recife/PE), com a estrutura do evento solidificada aos objetivos de fortalecimento mútuo, os Fóruns ganharam pujança na proposição da discussão teórica da Museologia.

Ainda que a especialização do trabalho técnico do profissional museólogo marque fortemente a realização desses primeiros fóruns, a militância, a luta por reconhecimento, bem como a ação civil na política do país estiveram presentes nesta fase sendo mantidas no momento posterior. Destaco, por fim, que não há uma linearidade nas ações voltadas para os museus e/ou voltadas para a Museologia e que, os avanços e impasses descritos a seguir ocorreram em fluxos e refluxos que foram continuamente avaliados, amadurecidos e colocados em prática pelo grupo.

2.1 I Encontro Nordestino de Museologia – 1988

O primeiro Fórum, nomeado de Encontro Nordestino de Museologia¹⁴², ocorreu entre os dias 13 a 17 de setembro de 1988 e foi promovido pela Fundação Casa de José Américo¹⁴³ e pela Associação dos Museólogos da Bahia/AMB. Organizado pela referida Fundação e pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB, o evento contou com o apoio do

¹⁴² Cartaz do Encontro Nordestino de Museologia (Encontro Nordestino de Museologia, 1., 1988a) – Anexo 10.

¹⁴³ Todos os dados analisados e descritos acerca do I Encontro Nordestino de Museologia foram organizados por Maria Cristina Negrão e compilados num manuscrito (Anais I Encontro Nordestino de Museologia) não publicado disponível como Anexo 11 nesta tese autorizada pela organizadora (Encontro Nordestino de Museologia, 1., 1988b).

Ministério da Cultura do Brasil/MinC através do Sistema Nacional de Museus/SNM, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba/PB e do Conselho Nacional de Pesquisa Científica/CNPq. Conforme Maria Cristina Negrão (1988/2015)¹⁴⁴, coordenadora do Encontro, o objetivo era “tratar da discussão, análise, avaliação, aperfeiçoamento e intercâmbio da Museologia e dos Museus na região nordestina” (Negrão, 1988/2015, p. 2) proporcionando, dessa forma, “o desenvolvimento de um trabalho significativo para a Museologia e Museus da região” (Negrão, 1988/2015a, p. 3)¹⁴⁵. Como pontuado nos Anais,

O Encontro Nordestino de Museologia tem por objetivo reunir Museólogos, Diretores de Museus e pessoal que trabalha nesta área para análise, discussão e diagnóstico da situação da Museologia no Nordeste. Proporcionar aos participantes um maior conhecimento da realidade museológica nordestina. Promover o entrosamento cultural, técnico e científico entre os museus da região e pessoal ligado a esta atividade. Produzir o registro e a edição da situação da museologia no Nordeste, a partir das informações e dos depoimentos dos participantes do evento, fornecendo subsídios para implantação de uma **política museológica**, específica para a região (Encontro Nordestino de Museologia, 1988, grifo nosso).

Através do Programa do evento¹⁴⁶ identificou-se que o Fórum ocorreu em três dias sendo a manhã do primeiro dia destinada às Conferências dos Representantes do Sistema Nacional de Museus e do Conselho Regional de Museologia/COREM, seguidas dos relatos dos representantes de todos os Estados do Nordeste. Valendo-se das apresentações, e de forma participativa, os profissionais seguiram discutindo os estudos e levantamentos realizados por cada um deles no seu Estado de origem para que os relatórios produzidos possibilitassem “um maior intercâmbio no setor com a troca de informações e experiências entre os presentes” (Negrão, 1988/2015a, p. 2).

¹⁴⁴ Todas as vezes que for citado um agente com sua posição institucional indicada, esta posição será referente ao lugar ocupado àquela época, salvo quando explicitado em contrário.

¹⁴⁵ “Os Anais do I Encontro tiveram seu processo iniciado em 1989, pelo Museu da Fundação Casa José Américo, que pôde dispor da atenção de suas funcionárias: Sandra Galizza, arquiteta, Janine, estudante de História e Socorro Lapenda, professora de inglês, que com sensibilidade executaram a transcrição das fitas gravadas com as falas do evento. A primeira digitação eletrônica foi efetuada por Raimundo Revoredo da Silva, através da GRAFSET - Gráfica e Editora LTDA, recebendo apoio da UEPB - Universidade Estadual da Paraíba, através do Museu de Arte Assis Chateaubriand de Campina Grande para a sua efetivação. Uma revisão foi efetuada pela professora Maria das Graças Barros. Objetivando-se, nesta publicação, o registro e a divulgação deste movimento, buscando contribuir com o conhecimento sobre os Museus e a Museologia do Nordeste do Brasil, que seleciona, para esta publicação, as palestras informativas, os relatos das representações estaduais e o encerramento dos trabalhos. Rio de Janeiro, RJ 11 de dezembro de 1995. Maria Cristina Gomes Negrão Coordenadora do I Encontro Nordestino de Museologia” (Negrão, 1988/2015, p. 3). Até a conclusão desta tese os Anais do primeiro Fórum não foram publicados. A versão utilizada como referência encontra-se digitalizada e faz parte do acervo pessoal de Maria Cristina Negrão a quem agradeço imensamente.

¹⁴⁶ (Encontro Nordestino de Museologia, 1., 1988c). Programa do Encontro Nordestino de Museologia – Anexo 12.

Como produção coletiva, o Manifesto, declaração escrita, de ordem pública, e pela qual o grupo constituído expôs e justificou sua posição frente aos problemas que estavam vivenciando, foi o marco formal optado para o registro da resistência, do enfrentamento e da militância.

Das discussões e relatos apresentados, resultou a decisão da criação de um FÓRUM PERMANENTE DE MUSEOLOGIA, com reunião anual e sediado cada ano em um dos Estados do Nordeste, escolhido por votação em Assembleia. Sua criação está determinada no MANIFESTO DE JOÃO PESSOA, documento de registro e divulgação das conclusões e propostas obtidas naqueles três dias de trabalho (Gomes, 1988/ 2015, p. 4, grifo da autora).

Em plenária os agentes redigiram o Manifesto de João Pessoa ficando para o último dia de evento a atividade cultural de visitar alternativamente museus e monumentos artísticos e históricos da Paraíba/PB como forma de (re)conhecimento do patrimônio local. Essa iniciativa exploratória aos museus e ao bem patrimonial será repetida nos demais Fóruns. Acredito que foi essa a forma que os museólogos e demais profissionais dos Estados do Nordeste encontraram para se conhecerem e se ajudarem mutuamente, fortalecendo assim, os laços afetivos e profissionais.

2.1.1 Cerimônia de Abertura e Análise das Conferências

A Prof. Ana Maria Córdula, Secretária da Educação e Cultura da Paraíba, fez a abertura do evento que contou com a presença e participação da senhora Priscila Euler Freire, Coordenadora do Sistema Nacional de Museus, do professor Francisco Sales Gaudêncio, Presidente da Fundação Casa de José Américo e do professor Josemar Viana, Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPB. Além destes profissionais da Paraíba, compuseram a mesa de abertura três representantes do estado da Bahia, são eles: a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, Coordenadora do Curso de Museologia da UFBA, o professor Osvaldo Gouveia Ribeiro¹⁴⁷, representante dos Conselhos Federal e Regional de Museologia, e a museóloga Gilka Goulart de Sant'Anna, presidenta da Associação dos Museólogos da Bahia.

Em seguida ocorreram as conferências proferidas pelos profissionais de cada instituição ali representada abrindo a “discussão dos estudos e levantamentos efetuados sobre a Museologia e Museus do Nordeste em seus nove Estados [...o que permitiu] maior intercâmbio no setor com a troca de informações e experiências entre os presentes” (Gomes,

¹⁴⁷ Nos Anais do Encontro Nordestino de Museologia o professor Osvaldo é identificado ora com o sobrenome Gouveia, ora com o sobrenome Ribeiro. Para padronização, optei em manter como referência apenas o último sobrenome, Ribeiro.

1988/2015, p. 4) onde cada membro presente pode expor, através do seu relato, a situação dos museus e da cultura no seu Estado.

Neste Encontro foram proferidas quatro conferências que terão aqui seus conteúdos problematizados e discutidos nos subitens a seguir e identificadas através do título/tema disponibilizado pelo/pela conferencista.

2.1.1.1 O Sistema Nacional de Museus: atuação e perspectivas

A conferência da senhora Priscila Euler Freire, representante do Ministério da Cultura, teve uma conotação política forte e sobre os anos de 1980, visto que nessa década o Brasil estava construindo a sua Constituição Federal após um longo período de regime da Ditadura Militar. Dessa forma, grande parte do conteúdo exposto foi marcado pelo sentimento de indignação frente à realidade cultural brasileira daquele período. Amparada pelos debates de economistas como Celso Furtado¹⁴⁸, que recentemente deixara o cargo de Ministro da Cultura, ela avaliou a condição cultural brasileira considerando que a “Cultura nesse contexto é, em grande parte, um esforço de sobrevivência, de defesa e resistência contra um cotidiano adverso” (Freire, 1988/2015, p. 7).

Para a conferencista, a realidade museológica acompanhava fortemente a decadência da cultura no país, pois

O quadro de penúria dos museus brasileiros é extenso. Os acervos não estão protegidos nem contra pragas, nem contra roubos, nem contra as variações de temperatura ou umidade. Sem atrações culturais, sem conceituação ou proposta de ação, sem registro institucional, sem regulamentos internos, sem verbas destinadas para manutenção e programas, sem profissionais adequados às suas funções, acabam perdidos numa formação arcaica e deficiente, inoperante e inútil e tendo em vista a sociedade para a qual foram criados (Freire, 1988/2015, p. 8).

Essa avaliação da situação museal sugere que a realidade dos museus do Nordeste seria ainda mais grave se considerarmos os baixos índices de investimento econômico na região. Os números apresentados referentes à atuação do Sistema Nacional de Museus/MinC indicavam que, embora sem grandes investimentos, em um ano e meio de atuação o Sistema

¹⁴⁸ “Foi nesta década que foi construída uma nova categoria para pensar o Brasil e a América Latina. Não se falava mais em “atraso”, mas em “subdesenvolvimento”. Este conceito foi elaborado pelos pensadores que participavam da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas, criado em 1948, com sede em Santiago do Chile. As ideias da Cepal - a industrialização pela substituição de importações; a deterioração dos termos de troca; a necessidade de proteção do mercado interno; o papel fundamental do Estado no processo de desenvolvimento - tiveram nos economistas Raul Prebisch e **Celso Furtado** seus mais importantes formuladores. Mas esta nova matriz, elaborada a partir da análise econômica, irá transbordar para outros campos do conhecimento” (Oliveira, 2005, grifo nosso).

tinha aprovado e apoiado cerca de 140 projetos de revitalização museológica, além de colaborar na realização de eventos menores (Freire, 1988/2015, p. 8).

A despeito dos investimentos serem baixos, Priscila Freire sugeriu que, para que o orçamento destinado a área crescesse, os participantes presentes no Fórum fizessem a análise dos dados levantados por eles para que o Ministério da Cultura pudesse “traçar uma política eficaz favorecendo uma possível e necessária democratização de acesso à informação transmitida pelos bens de cultura” (Freire, 1988/2015, p. 8). Ela também explicou que seria importante fazer com que esses dados chegassem às secretarias de cultura do país para que os governos criassem, assim, os Sistemas Estaduais de Museus o que, para Freire (1988/2015), permitiria a organização de uma rede onde as unidades museológicas estariam vinculadas. Por fim, sugeriu a realização de ação coordenada de preservação da memória cultural local, regional e nacional.

O levantamento dos dados sugeridos por Freire (1988/2015) beneficiaria a ação do governo federal no investimento à cultura, mas ela não apresentou nenhum mecanismo de compilação desses dados o que sugere que o Governo Federal faria investimento nas regiões em que o trabalho inicial seja feito sem seu apoio. Esta, certamente, não seria a forma adequada para gerir o bem público porque concentra os investimentos em regiões que já fizeram seus levantamentos, com outros apoios financeiros (como as associações, ONGs, etc.) impossibilitando que os recursos federais sejam pulverizados para as demais regiões do Brasil.

Nesta perspectiva importa entender a cultura como elemento da política, e que a política sempre se ocupou da cultura como forma de controle social, conforme sugere Martin Cezar Feijó (1983), possibilita pensar como a produção cultural do Brasil foi utilizada, incentivada e controlada de acordo com os interesses políticos e econômicos dominantes. Pesquisadores como Antônio Augusto Arantes¹⁴⁹, Nestor Garcia Canclini¹⁵⁰, Teixeira

¹⁴⁹ Em 1983, Arantes assume o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo/CONDEPHAAT e promove nesse órgão o debate acerca da cultura popular. Para mais informações ver: Arantes, A. A. (Org.). (1984). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. Recuperado de <https://journals.openedition.org/pontourbe/1804#ftn9>.

¹⁵⁰ “Con García Canclini aprendimos que habitamos culturas híbridas, que el consumo sirve para pensar, que el arte se salió del museo, que la ciudad reinventa los modos de habitar la vida, que la interculturalidad pone en problemas los saberes establecidos, que hay nuevas maneras de leer y gozar la cultura...” (Dorcé & Rincón, 2017, p. 09). Para mais informações ver: Canclini, N. G. (2006). *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Coelho¹⁵¹ e Alexandre Barbalho¹⁵², por exemplo, discutem as questões atreladas ao patrimônio, sua gestão cultural e a definição do conceito de políticas culturais, a partir de suas áreas de especialidade, contribuindo, assim, para o amadurecimento dos debates. Entretanto, esse debate, no Brasil, carece de ampliação, bem como de estreitamento dos laços entre os especialistas para que as áreas disciplinares onde eles atuam dialoguem mais.

Segundo Antonio Albino Canelas Rubim (2007) os estudos de políticas culturais no Brasil, dispersos em diferentes áreas disciplinares,

[...] com algum destaque para Sociologia, História e Comunicação, têm se caracterizado, em geral, pela análise empírica de experimentos efetivos de políticas culturais, desenvolvidas em espaços e tempos determinados. Em tais estudos predominam trabalhos acerca de momentos específicos acontecidos em dinâmicas nacionais e locais [ou regionais como os Fóruns Nordestinos] e sobre algumas temáticas específicas inscritas nas políticas culturais, como o financiamento da cultura (Rubim, 2007, p. 139).

Para Rubim (2007) a autonomização da cultura “– que não deve ser confundida com isolamento, nem com desarticulação ou desconexão com o social – implica na constituição da cultura enquanto campo singular” (Rubim, 2007, p. 141), ou seja, o campo cultural assinalado por Pierre Bourdieu (2011) que inaugura e articula agentes, instituições, interesses, profissões, tensões e muitos conflitos, também fortemente presentes nas edições dos Fóruns.

Assim, problemas atrelados ao incentivo da cultura, a repressão cultural vivida, a forma como a produção cultural provocou transformação social e a tomada de consciência do valor do campo cultural na sociedade, entre outros, são temas enfrentados pelos autores do Fóruns que repercutem tanto nos relatos, como nos documentos produzidos por esses agentes, conforme apresento a seguir.

2.1.1.2 O Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA

A conferência da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos trouxe os dados da implantação do Curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia, sua carga horária, duração, habilitações e a quantidade de alunos ingressos no processo seletivo. Dessa forma, a

¹⁵¹ O professor Teixeira Coelho desenvolveu um significativo trabalho acerca da gestão da cultura e de política cultural como consultor do Observatório Itaú Cultural, também no Estado de São Paulo. Entre suas obras, o *Dicionário crítico de Políticas* é uma importante obra de referência. Ver: <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/revista-observatorio> e Coelho, T. (1997). *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Fapesp / Iluminuras.

¹⁵² Acerca dos trabalhos de Alexandre Barbalho, ver: Barbalho, A. (1998). *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ; e Barbalho, A. (2005). *Política cultural*. In Rubim, L. (Org.), *Organização e produção da cultura* (pp. 33-52). Salvador: EDUFBA.

conferencista comunicou aos presentes que inicialmente foi necessário contar com a atuação de profissionais de outros estados¹⁵³ para ministrarem as disciplinas técnicas no curso da UFBA e somente após a formação da primeira turma houve condições para contratação de profissionais locais, uma vez que ex-alunos se tornaram professores.

Foi exposto pela professora, que parte das disciplinas da grade do curso foram oferecidas contando com a participação de professores de outros departamentos da UFBA e que trabalhos de ação cultural foram desenvolvidos por professores do curso e alguns alunos, nas escolas públicas de Salvador, com a finalidade de repensarem juntos a ação museológica no Estado. Por fim, enfatizou que através de projetos desenvolvidos nas disciplinas técnicas foi possível reconhecer “avanços nas áreas da preservação e da utilização dos bens culturais como recurso didático” e que o maior problema enfrentado foi “a falta de aparelhamento dos nossos museus para a realização de estágios e para que os museólogos graduados [pudessem] realizar suas atividades a contento” (Santos, 1988/2015, p. 10). Essa queixa direcionada à postura fechada ao curso e aos alunos, e assumida pelos museus, especialmente os da própria universidade, é, no mínimo, incoerente, mas aparece em falas de outros agentes. Os museus da universidade são espaços de produção de ciência e, assim, constitui-se em importante laboratório para aprimoramento do trabalho de formação do corpo discente.

Por fim, a professora não apresentou as dificuldades enfrentadas pelos discentes com o ensino oferecido por esses primeiros professores, mas esse debate será exposto, a seguir, pelo representante estudantil.

2.1.1.3 A Associação de Museólogos da Bahia/AMB

Antecedendo a palestra da representante da Associação de Museólogos da Bahia foi realizada a conferência do professor Osvaldo Gouveia Ribeiro, representante dos Conselhos Federal e Regional de Museologia, mas infelizmente o material áudio foi perdido e por isso a transcrição não pode ser feita o que, por sua vez, não possibilitou análise.

A museóloga Gilka Goulart de Sant’Anna, representante da AMB, apresentou, em sua palestra, um panorama histórico que possibilitou avaliar a situação dos museus, da museologia e da construção do campo com suas forças impostas no jogo de poder simbólico e

¹⁵³ O curso foi iniciado com a Professora Lúcia Marques, a Professora Jacyra Oswald e o professor Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, proveniente do Estado do Rio de Janeiro. Quando este professor retorna ao Rio de Janeiro, Maria Célia Teixeira Moura Santos e Sylvia Maria Menezes de Athayde, ambas formadas pelo Curso da Bahia, tomam posse como novas docentes do referido Curso.

dominação presentes, sobretudo, entre a Associação de Museólogos da Bahia/AMB e a Associação Brasileira de Museologia/ABM ¹⁵⁴, especialmente referente a Lei de Regulamentação da Profissão.

Historicizando a formação da Associação de Museólogos da Bahia, Gilka Sant’Anna apresentou que as dificuldades com a ABM eram antigas, mais precisamente desde 1978, quando o Curso de Museologia da Bahia quase deixou de funcionar e não recebeu apoio da referida Associação para que fosse mantido. Segundo Sant’Anna, não foi por falta de informação do problema que estava acontecendo na Bahia que a Associação Nacional negou apoio para que o curso da UFBA não fosse fechado. Para a relatora, a movimentação de apoio social gerada no Estado da Bahia e exposta em nível nacional com o intuito de sensibilizar as pessoas e os profissionais da classe à causa, especialmente o mencionado órgão, não surtiu o efeito de apoio que eles esperavam.

Já existe, há muitos anos, a **Associação Brasileira de Museologia, com sede no Rio de Janeiro**. [...] Apesar de todo noticiário da época, só recebemos apoio de intelectuais baianos. Da Associação Brasileira de Museologia, não obtivemos sequer um telegrama de apoio a esta luta na Bahia (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 12 – 13, grifo nosso).

Mesmo considerando as dificuldades com o apoio negado e ainda esperançosos de obtê-lo, para que o curso não fechasse ¹⁵⁵, os membros da Associação Baiana seguiram para a cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, para participarem do VI Congresso Nacional de Museus, promovido pela ABM (Sant’Anna 1988/2015a). Contudo, não foram bem recebidos e a ajuda esperada também não aconteceu, o que agravou ainda mais a relação entre os profissionais:

[...] resolvemos nos inscrever para discutirmos a situação e colocarmo-nos à par da questão e ao mesmo tempo comunicar que estávamos fundando uma Associação de Museologia da Bahia. **A reação foi péssima, membros da ABM tentaram nos ridicularizar**, porém não conseguiram argumentos lógicos para afirmar que não tiveram nenhum conhecimento desse problema na Bahia. A imprensa nacional noticiou, em vários artigos, o assunto. Os membros também alegaram que tinham uma representação em todos os estados, no entanto, **se existe uma Associação de**

¹⁵⁴ Associação de Museólogos da Bahia/AMB foi uma associação Regional e a Associação Brasileira de Museologia/ABM, de caráter nacional. Não foi localizado no arquivo institucional da ABM o registro de profissionais de fora da Região Sudeste que tivessem assumido a presidência do órgão o que demarca, para este trabalho, a manutenção do controle regional através das ações de colonialismo interno aqui já mencionadas.

¹⁵⁵ “O Curso retorna ao vestibular e, desse movimento, que conseguiu mobilizar estudantes e profissionais já graduados, nasceu a Associação de Museólogos da Bahia, momento de grande euforia e de crescimento, resultado da militância gestada na relação professor-aluno e na abertura da universidade para a sociedade. A associação de Museólogos da Bahia cresce e congrega um bom número de profissionais e estudantes. Considero que a relação entre profissionais e estudantes tenha sido extremamente salutar (Santos, 2014, pp. 86 – 87).

Museólogo a nível nacional, essa nunca nos procurou e demonstra não acompanhar os interesses dessa área em outros Estados (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 13, grifo nosso).

Motivados pelo descaso da Associação¹⁵⁶, os museólogos da Bahia mantiveram o propósito de criar a Associação de Museólogos da Bahia deflagrando uma questão de luta que não era apenas regional, mas de uma classe de profissionais que estava se formando no Brasil. Aqui há uma situação interessante em que o sistema de regiões se associa perversamente ao sistema de classes impedindo uma associação entre agentes do campo cultural que estariam – deveriam estar – do mesmo lado, por causa de um sistema classificatório que exclui o outro.

Esses sistemas simbólicos, conforme Bourdieu, como estruturas estruturadas e, portanto, passíveis de uma análise estrutural nos permite perceber que, neste caso, as

diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais [...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, [...] para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 2011, p. 11).

Nessa tensão do campo nota-se que, se por um lado a ABM negou o apoio ao funcionamento do curso da UFBA e ridicularizou, nas palavras de Sant’Anna, a iniciativa de abertura de uma Associação Regional, por outro, os museólogos da Bahia optaram pela ação conjunta e, reunindo a classe sem excluir os agentes do Rio de Janeiro e demais Estados, no início da década de 1980 resolveram colocar em discussão um anteprojeto da Lei para a conquista da Regulamentação da Profissão de Museólogo. Gilka Sant’Anna ainda relatou que eles tinham conhecimento que a ABM estava tratando desse assunto, entretanto, “nada existia no Ministério do Trabalho que se pudesse chamar de um processo em andamento” (1988/2015b, p. 13) porque os processos propostos pela ABM foram arquivados.

Dessa forma, articulados na Bahia, os associados baianos procuraram apoio político com o Senhor Rômulo Galvão, ex-secretário de Educação e Deputado Federal, para ajudá-los na redação do anteprojeto e convocaram a classe para discutirem juntos o conteúdo do documento.

¹⁵⁶ “Não deixou de ser, para nós da Bahia, decepcionante a reação dos membros da diretoria da ABM, ao invés de nos incentivar a criar a Associação, **ficaram sempre numa atitude de desconfiança contra nós baianos**. Mas a Associação de Museólogos da Bahia foi criada” (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 13, grifo nosso).

Foi organizado um encontro em Salvador e convocados todos os museólogos do Rio, São Paulo, Pernambuco, onde estivessem trabalhando. O encontro se deu quando o **Presidente da ABM (sic AMB) era o Prof. Osvaldo Gouveia [professor do Curso de Museologia do Estado da Bahia]** e contou com o apoio de estudantes, profissionais e do Museu de Arte Sacra para que o evento tivesse espaço para as reuniões e exposições de danças e outras manifestações artísticas. Muitos museólogos compareceram, e o encontro foi muito bem organizado, apenas, ficamos surpresos com a reação negativa de muitos museólogos quando passamos a discutir o anteprojeto da lei. **As discussões muitas vezes eram inconcebíveis, parecia que estávamos condenando a classe e não tentando beneficiá-la com uma lei que a reconhecesse.** Oficializando-a para que não ocorresse mais os riscos de no futuro proporem a extinção até dos próprios museus (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 13, grifo nosso).

É importante destacar que foi durante o I Encontro Nacional de Museólogos, ocorrido no Estado da Bahia e promovido pela AMB, que profissionais e estudantes da área, articulados e representados, promoveram ampla discussão acerca da regulamentação da profissão¹⁵⁷. “As tomadas de posição ideológicas dos [antigos dominados e agora] dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar *dentro* da classe e *fora* da classe a crença na legitimidade da dominação da classe” (Bourdieu, 2011, p. 11, grifo do autor) o que sugere que na luta pela manutenção do controle do campo, o jogo simbólico utilizado vale para qualquer grupo, independentemente da posição que o mesmo ocupa momentaneamente no campo.

O projeto de Regulamentação da profissão de museólogo é de 1983 e as insatisfações registradas no relato de Gilka Sant’Anna acerca do papel da ABM têm seu início em 1978. Pelo que foi exposto, apenas quando o professor Osvaldo Gouveia Ribeiro assume a presidência da Associação de Museólogos da Bahia/AMB é que o projeto efetivamente ganhou lugar para ser debatido entre os museólogos em todo o país.

Entretanto, o sentimento de decepção frente aos embates estabelecidos no decorrer deste evento, organizado pelo professor e ocorrido na Bahia, continuou existindo porque, segundo Gilka Sant’Anna (1988/2015), os impasses com os profissionais do Sul do Brasil, notadamente os do Rio de Janeiro, permaneceram. É bastante comum encontrar em documentos históricos dessa época, ou mesmo em relatos de pessoas mais velhas, essa referência geográfica que divide o Brasil apenas em duas regiões: a Norte e a Sul. Felizmente a própria relatora especifica, nessa altura do seu relato, quais estados ela está identificando como região Sul, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. Isso reitera, mais uma vez, a

¹⁵⁷ O I Encontro Nacional de Museólogos, organizado pela Associação de Museólogos da Bahia em 1981 foi, segundo a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos a primeira vez que os profissionais e estudantes da área foram convocados para se unirem no propósito de discutirem a profissão de Museólogo (Santos, 2014).

demarcação social a partir da geografia do país, tão visível também na irônica expressão ‘sul maravilha’. “É preciso registrar que muitos Museólogos se retiraram do plenário, outros se negaram a fazer parte dos grupos, enfim, uma decepção para quem acreditava que existia **uma consciência profissional no Sul**” (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 13, grifo nosso).

Priscilla Arigoni Coelho (2015) comprova a insatisfação relatada por Sant’Anna (1988/2015) quando, ao avaliar o I Encontro Nacional de Museólogos (1981), o VII Congresso Nacional de Museus (1981), o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (1982) e o VIII Congresso Nacional de Museus (1983)¹⁵⁸, verifica que

Da análise dos eventos [...] emergem dois pontos que merecem consideração especial: (1) **centralização nas decisões da ABM com base no ciclo de profissionais do Rio de Janeiro**, apesar da existência de profissionais de representação em outras regiões sem atuação participativa, o que proporcionou, à Associação, críticas pela ausência de comunicado de sócios, deferimento de inscrições e reconhecimento dos outros cursos; (2) **o movimento pioneiro do Curso de Museologia da UFBA e AMB em propor um evento, como fórum democrático**, para proposição em conjunto do anteprojeto para regulamentação da profissão com a aderência de diversos profissionais, **inclusive a contribuição de profissionais paulistas, mas que, apesar do convite, não teve uma representação da ABM** (Coelho, 2015, p. 146, grifo nosso).

Ainda que a iniciativa fosse democrática, a AMB teve dificuldades na proposição da avaliação coletiva do anteprojeto. Dessa forma, os museólogos baianos decidiram ampliar o prazo para mais trinta dias objetivando que todos os profissionais contribuíssem com a redação do texto que versaria acerca da regulamentação da profissão. A maioria não se manifestou e poucos deram retorno passados os trinta dias, assim, a Associação baiana procurou novamente o Deputado Federal Rômulo Galvão, do Partido Aliança Renovadora Nacional/ARENA, Estado da Bahia, que, avaliando o anteprojeto exposto pela AMB, deu forma definitiva ao texto.

A partir da documentação levantada no arquivo institucional da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF, no ano de 1981 tramitaram dois Projetos de Lei, com matéria análoga: a regulamentação do exercício da profissão de Museólogo. O Projeto de Lei nº 4.858/1981 de 24/06/1981, de autoria do deputado Octacílio Queiroz do Partido do

¹⁵⁸ I Encontro Nacional de Museólogos foi proposto numa ação conjunta do Curso de Museologia da UFBA e da Associação de Museólogos da Bahia, na cidade de Salvador/BA em março de 1981; o VII Congresso Nacional de Museus foi promovido pela Associação Brasileira de Museologia, na cidade do Rio de Janeiro/RJ em maio de 1981; o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste foi viabilizado pela Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ, na cidade de Recife/PE em agosto de 1982 e o VIII Congresso Nacional de Museus, patrocinado pela ABM, aconteceu na cidade de Brasília/DF em junho de 1983 (Coelho, 2015).

Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, Estado da Paraíba e o Projeto de Lei nº 5.654/1981 de 23/11/1981, de autoria do deputado Álvaro Bastos do Valle do Partido Aliança Renovadora Nacional/ARENA, Estado do Rio de Janeiro¹⁵⁹.

Através do Dossiê PL 4.858/1981¹⁶⁰ verifica-se que a distribuição do Projeto de Lei do deputado Octacílio Queiroz foi feita inicialmente ao deputado Jairo Magalhães, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que votou pela “constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa” (PL 4.858, 1981, p. 09) sendo acompanhado no voto pelos demais membros da Comissão. Em seguida, o Projeto foi despachado para o deputado Rômulo Galvão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura onde, através do seu relatório, as informações narradas por Gilka Sant’Anna foram verificadas como verídicas.

No Ofício nº 117/1982 (Anexo 13), Rômulo Galvão solicita a juntada dos processos “a fim de que seja oferecido parecer em conjunto” (Câmara dos Deputados, Comissão de Educação e Cultura, 1982) com “aprovação da matéria de forma consolidada em um só documento” (p. 14), visto que a causa julgada era a mesma. Em seu relatório, Galvão narra que as primeiras tentativas de regulamentação da profissão aconteceram em 1963, mas que somente em 1981 essa matéria foi formalizada no Congresso Nacional e posta para apreciação. Acerca da disputa entre os órgãos institucionais de representação de classe e seus agentes, apresentada no relato de Gilka Sant’Anna, Galvão descreve a contenda da seguinte forma:

A medida legislativa foi precedida de amplos estudos e debates por parte dos órgãos especializados, especialmente as Associações de Museologia, **não somente** a Associação Brasileira de Museologia, da qual recebemos valiosa colaboração, relacionada principalmente com o Projeto do Deputado Álvaro Valle [Rio de Janeiro], **mas igualmente das Associações Regionais. Dentre estas, merece especial menção a Associação Baiana de Museologia**, que forneceu a este relator uma visão integrada e global sobre a matéria, como resultado de congresso de âmbito nacional que patrocinou e do continuado estudo e interesse de sua direção e associados (Projeto de Lei nº 4.858, 1981, grifo nosso).

Destaco que Álvaro Valle e Rômulo Galvão integravam o mesmo partido político e, portanto, não seria útil para nenhum deles o estabelecimento de desavenças. Entretanto,

¹⁵⁹ Informações recuperadas em 30/04/2019, de:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=224920>>.

¹⁶⁰ Informações recuperadas em 17/09/2019, de: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5CB19E2E55E4BDE192C3435417386579.proposicoesWebExterno1?codteor=1169815&filename=Dossie+-PL+4858/1981. Embora o arquivo esteja disponível para acesso online, em algumas consultas feitas para este trabalho ocorreram erros que impossibilitaram o acesso através da internet. Assim, por considerar que o tema é significativo para a classe profissional, optei em incluí-lo como Anexo – 13 Regulamentação da Profissão de Museólogo.

sabidamente e valendo-se dos termos regimentais da Câmara dos Deputados, Rômulo Galvão considerou, além das contribuições dos dois projetos que em conteúdo são similares¹⁶¹, a cronologia que favorecia, com o argumento de antiguidade, o Projeto de Lei de Octacílio Queiroz que não apresenta outra autoria além do próprio deputado. Contudo, solicitou que o projeto do deputado Álvaro Valle, preparado pela ABM¹⁶² e protocolado posteriormente, fosse anexado ao processo demonstrando, mais uma vez, como as manobras do jogo político pelo controle do capital cultural e simbólico estiveram presentes na Regulamentação da Profissão de Museólogo e, por conseguinte, no campo Museologia no Brasil.

Em seu parecer, Galvão utiliza dois argumentos assertivos para que o Projeto de Lei obtivesse êxito. O primeiro foi que o Congresso Nacional, através da investigação feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito, tinha conhecimento da condição do patrimônio cultural brasileiro, especialmente no que tange a “insuficiência de recursos humanos especializados na referida área” (Projeto de Lei nº 4.858, 1981, p. 14). E o segundo que o currículo mínimo do Curso de Museologia já tinha sido “fixado pelo Conselho Federal de Educação, como de nível superior, achando-se em funcionamento, ao que estamos informados, um curso na Universidade Federal da Bahia e dois no Rio de Janeiro” (Projeto de Lei nº 4.858, 1981, p. 14) que garantiria a formação dos especialistas para execução do trabalho necessário.

Ao concluirmos favoravelmente a elaboração deste parecer, tendo em vista a existência de dois projetos, **acrescidos de outras contribuições deles não constantes**, mas que consideramos igualmente pertinentes, optamos por recomendar a aprovação da matéria de forma consolidada em um só documento [...] **com adoção das emendas consubstanciadas no substitutivo em anexo** (Projeto de Lei nº 4.858, 1981, pp. 14 – 15, grifo nosso).

O texto substitutivo apresentado por Rômulo Galvão no trabalho conjunto de redação com a Associação de Museólogos da Bahia contém vinte artigos, incisos e parágrafos únicos que abordam, além dos três artigos básicos dos dois projetos anteriores – quem pode e quem não pode exercer a profissão e onde será feito o registro profissional – as determinações de

¹⁶¹ Os dois Projetos de Lei apresentados são compostos, basicamente, por três artigos. O primeiro versa acerca da competência do exercício da profissão, o segundo assegura que este exercício dependerá do registro na Delegacia Regional do Trabalho, o terceiro a quem não será permitido o exercício da profissão e, ambos projetos, são seguidos de um texto que justifica a necessidade da regulamentação. As poucas diferenças existentes são que as atribuições do profissional museólogo estão mais detalhadas no Projeto apresentado por Álvaro Valle, bem como foram acrescidos itens relativos às atividades museográficas. Por fim, a justificativa apresentada no projeto do deputado representante do Estado do Rio de Janeiro, apresenta melhores argumentos e uma cronologia de tentativas anteriores, entretanto, estas sem comprovação documental que assegure os dados informados. Ver Anexo 13 – Regulamentação da Profissão.

¹⁶² “Este projeto que apresento à consideração da Casa foi preparado pela Associação Brasileira de Museologia. A sua justificativa repete exposição dessa Associação ao Ministério do Trabalho. Sala das Sessões, 23 de novembro de 1981 – Álvaro Valle” (Projeto de Lei nº 5.654, 1981, p. 44).

responsabilidade fiscal dos Conselhos Federal e Regionais, suas finalidades, obrigações e receitas. Esse texto, aprovado pela Comissão de Educação e Cultura se consolidará como a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 tendo apenas um acréscimo, na Comissão de Trabalho e Legislação Social, através da emenda sobre o exercício da profissão conforme consta no relatório do deputado Adhemar Ghisi.

[...] recebi uma carta da Presidente da Associação de Museólogos da Bahia, na qual me comunicava que, sob o patrocínio do Instituto Joaquim Nabuco, fora realizado em Recife, de 9 a 13 de agosto, o 1º Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, do qual participaram profissionais de vários Estados do Brasil, inclusive Rio [de Janeiro] e São Paulo. E que durante os trabalhos do conclave foi aprovado o texto de uma Emenda ao mencionado substitutivo, a fim de que, de seu art. 2º constasse referência expressa ‘aos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por Cursos ou Escolas devidamente reconhecidos pelos Ministério da Educação e Cultura. Dado o indiscutível cabimento da proposição, ao pronunciarmo-nos, quanto ao mérito, referentemente à matéria, somos pela aprovação de ambos os projetos nos termos do Substitutivo da Comissão de Educação, mas com a Emenda que a seguir apresentamos, cujo acolhimento importará no amparo a todos os Museólogos do Brasil (Projeto de Lei nº 4.858, 1981, pp. 34 – 35).

Foi dessa forma que o segundo artigo da Lei nº 7.287 recebeu a disposição “IV – e aos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por Cursos ou Escolas devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura” (Lei nº 7.287, 1984) e contemplou a formação de pós-graduação *stricto sensu* dos museólogos paulistanos. Em junho de 1983 a Comissão de Redação da Câmara dos Deputados elabora a redação final do Projeto Lei e encaminha para o Senado Federal.

No Senado a luta entre os profissionais da classe museológica se acirrou, mas na plenária, o projeto aprovado foi o da Bahia e os demais membros da Associação Brasileira de Museologia não tiveram outra opção senão seguir com a tramitação desse projeto para que ele se transformasse em lei, mas não sem antes tentar alterar o cenário para seu próprio benefício conforme o relato de Sant’Anna.

Sendo assim a ABM realizou um Congresso em Brasília para tratar da aprovação do projeto, mas **de forma a omitir** que o Dr. Rômulo teria feito a melhor redação. Porém conseguimos com que o mesmo comparecesse ao Congresso e relatasse o projeto, bem como os trâmites todos, que já estava para ser aprovado no plenário. Para ser aprovado no plenário recorreremos ao Dr. Fernando Sant’Anna, Deputado Federal da Bahia, que conseguiu, em regime de urgência, aprovação (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 14, grifo nosso).

O termo *luta por classificação*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1987) a partir da expressão marxista *luta de classe*, é eficiente para analisar, conforme o que foi exposto anteriormente, como os agentes sociais desenvolvem uma *luta simbólica* pela apropriação dos

bens raros com o propósito de impor a sua visão específica de mundo. Nesse contexto, o que de fato importa é a imposição da categoria de pensamento do grupo dominante e, como a ABM não queria perder sua força política de primeira instituição de representação da classe, agiu tentando manter em seu poder o bem simbólico que era o projeto de Lei de Regulamentação da Profissão, mas foi derrotada pela Associação de Museólogos da Bahia.

Segundo Pierre Bourdieu (1987), na luta por classificação os agentes sociais objetivam manter a propriedade do bem, nesse caso, um bem simbólico que marca a construção e estruturação do campo, a lei, que, como conquista, serve de elemento de distinção entre os agentes. A distinção é estabelecida conforme a posição relativa que os agentes sociais ocupam na luta simbólica visando a manutenção da posição do agente na estrutura social.

Como explicitado anteriormente, embora tenha conseguido a aprovação da Lei que Regulamenta a profissão de museólogo, bem como ter mantido em funcionamento o Curso de Museologia da UFBA, foi apagado da história da Museologia Brasileira a iniciativa e conquista que garante à Associação de Museólogos da Bahia a distinção, assim como seu lugar simbólico de destaque e importância na aprovação da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984¹⁶³.

Na página do COREM 2ª Região – Rio de Janeiro há a seguinte informação acerca da ABM e da lei de regulamentação da profissão:

Em 5 de novembro de 1963 foi criada no país a Associação Brasileira de Museologistas, com a finalidade de congrega os técnicos e cientistas dos museus e seus auxiliares, bem como as pessoas em geral interessadas nos problemas museológicos; zelar pela defesa dos direitos e interesses dos que trabalham em museus e instituições afins; incentivar o intercâmbio cultural e científico dos museus, promover cursos, conferências e difundir os conhecimentos museológicos através de publicações. Foi a primeira entidade de profissionais de museus brasileira e teve entre os fundadores, em sua maioria, egressos do Curso de Museus do MHN. Nesse mesmo ano também foi apresentado na Câmara dos Deputados, pelo deputado federal Muniz Falcão, o projeto de regulamentação da profissão de museólogo e conservador de museus (Conselho Regional de Museologia 2ª Região, 2019).

É provável que esse projeto, datado de 1963, seja o mesmo destacado por Gilka Sant'Anna e que não foi adiante. Ainda que não tenha sido esse o projeto aprovado, nada consta na página do COREM 2ª Região acerca do projeto final aprovado e redigido pelo

¹⁶³ Para mais informações: <http://cofem.org.br/legislacao/_legislacao/#lei-7287>. Recuperado em 20/09/2018. Recuperado em 29/04/2019, de <<https://corem2r.org/e-book/>>.

representante político da Bahia e, menos ainda, qualquer menção ao trabalho desenvolvido pela Associação de Museólogos da Bahia.

Esse comportamento se repete na publicação comemorativa dos trinta anos da Lei de Regulamentação da Profissão¹⁶⁴ que celebra a data sem abordar historicamente o processo de regulamentação e nem os agentes envolvidos. Os livros digitais produzidos pelo Conselho Regional de Museologia – 2ª Região apresentam depoimentos de museólogos dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, que são os estados de abrangência desse Conselho, e que se destacaram no desenvolvimento da profissão. São cinco volumes disponíveis no formato *e-book* cujo primeiro volume faz alusão à regulamentação e os demais ao dia do museólogo.

Comportamento similar de tentativa de invisibilização da importância da atuação da Associação Baiana é feito pela avaliação de Inês Gouveia (2018) acerca da conquista profissional da área. Embora a discussão que a autora desenvolve esteja amparada na construção do campo na perspectiva de Pierre Bourdieu, ela opta em colocar para margem do campo a *luta pela classificação* na conquista desse poder simbólico.

Cientes de que mesmo nos dias atuais a questão da regulamentação no campo museológico não é unânime, considera-se importante problematizar a questão, **sem aderir a ideia de luta**, como se a regulamentação fosse em si mesma um bem, um processo meritório quanto a importância de uma profissão e de um campo de conhecimento. De uma perspectiva geral, compreende-se tratar da criação de um **marco regulatório externo ao campo** [sic] – já que se valida em uma instância da política legislativa e executiva – de caráter e efeito nacional (Gouveia, 2018, p. 233, grifo nosso).

O marco regulatório do reconhecimento da profissão não é externo ao campo e discuti-lo dessa forma é reproduzir o *habitus* muito presente nos documentos e pesquisas desenvolvidas a partir, baseadas ou restritas aos autores/pesquisadores atrelados, de alguma forma, a Escola de Museologia da UNIRIO e, alguns, já apresentados.

Embora a atuação democrática da Associação de Museólogos da Bahia tenha sido importante na conquista da regulamentação da profissão, bem como na execução de atividades técnicas como viagens de estudo, cursos, palestras e na promoção de debates de assuntos relacionados aos trabalhos, pesquisas e exposições didáticas, a realidade dos museus da Bahia permanecia precária. Os museus estavam fechados e sem condições de realizar seus trabalhos, tendo, inclusive, o risco de desaparecimento de algumas coleções, como, por exemplo, a do Museu de Arte Moderna (Sant’Anna, 1988/2015b).

¹⁶⁴ Recuperado em 29/04/2019, de <<https://corem2r.org/e-book/>>.

Sant’Anna (1988/2015b) ainda destaca a disparidade dos investimentos nas regiões brasileiras reforçando ainda mais o argumento de ação de colonialismo interno no país.

A situação da Museologia da Bahia é tão grave quanto à de qualquer estado do Norte e Nordeste. Já não consideram importante o que existe pôr cá. Os benefícios maiores são sempre para os **museus do Sul**, quando temos pouquíssimas verbas a nível federal e praticamente nenhuma a nível estadual (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 14, grifo nosso).

Responsabilizando o descaso e o desinteresse dos governantes com a cultura e com os museus, Gilka Sant’Anna conclui que havia em curso uma falência da área sendo necessária “muita resistência e muita consciência profissional para não se deixar ser esmagado dentro da própria instituição” (Sant’Anna, 1988/2015b, p. 14) e encerra seu relato convocando os jovens museólogos a assumirem a Associação de Museólogos da Bahia para continuarem, juntos, na luta.

2.1.2 Relatos das Representações Estaduais

Por meio dos relatos das representações estaduais é possível identificar os agentes envolvidos com a formação do campo Museologia no Brasil enquanto pessoas, bem como instituições museais e educacionais. É, também, através dos relatos que foram identificados preconceitos regionais e atestada a precariedade dos serviços prestados devido a ausência de investimento na Região Nordeste como um todo.

2.1.2.1 Estado de Alagoas

O relato da realidade do estado de Alagoas foi feito por Pierre Chalita, artista plástico, colecionador e principal responsável pela Fundação Pierre Chalita em Maceió. Ele iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de aprendizado com o grupo ali presente e destacando que o estado de Alagoas, “como a maioria dos estados do Nordeste, **sofre muita discriminação**, principalmente econômica, o que põe em risco a preservação da nossa memória cultural” (Chalita, 1988/2015, p. 16, grifo nosso).

Mostrando-se desconfortável para descrever a realidade da sua própria fundação, o representante de Alagoas fez um recorte histórico acerca da constituição do Estado destacando, entre outros aspectos, as diferenças existentes entre os estados do Nordeste o que corrobora com a percepção de que essa Região não é uma unidade simbólica que pode ser agrupada e classificada como um todo.

Historicamente falando, Alagoas como província da Capitania de Pernambuco, não teve o mesmo desenvolvimento econômico que Recife, Salvador, São Luís do Maranhão e João Pessoa (Chalita, 1988/2015, p. 16).

Em seguida, descreveu em detalhes a situação dos seguintes museus alagoanos: Museu da Fundação Pierre Chalita¹⁶⁵; Museu de Palmeira dos Índios¹⁶⁶; o Museu de Arte Sacra de Marechal Deodoro¹⁶⁷; o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas¹⁶⁸; Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore¹⁶⁹ e o projeto, em construção, da Universidade Federal de Alagoas/UFA em criar uma Pinacoteca com obras de artistas alagoanos.

Por fim, Pierre Chalita destacou que a Fundação que preside está realizando uma exposição com artistas plásticos e que acabaram de receber como doação nove obras de “pintores baianos do ‘GRUPO NORDESTE’, que com muita coragem vem correndo os estados do Nordeste, para implantar a ideia de união entre artistas, ideia de luta pela profissionalização dos artistas plásticos do Nordeste” (Chalita, 1988/2015, p. 17, grifo do autor) e que, ainda com muitos problemas, seguem trabalhando com cultura. O grupo destacado serve, novamente, como exemplo de ação na área cultural não restrita ao eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

2.1.2.2 Estado da Bahia

O relato do estado da Bahia foi feito de maneira coletiva pelos quatro representantes, sendo eles os professores Maria Célia Teixeira Moura Santos, que destacou a realidade dos museus de Salvador e a atuação do curso de Museologia da UFBA e Osvaldo Gouveia Ribeiro, que discorreu acerca da atuação dos museólogos nos museus do Estado; e as museólogas Gilka Goulart de Sant’Anna que problematizou o cenário da política estadual da

¹⁶⁵ A Fundação Pierre Chalita é uma fundação particular conveniada com o governo do Estado de Alagoas para cessão de funcionários públicos. Entretanto, a maior parte dos recursos financeiros é proveniente dos mantenedores e de uma pequena dotação orçamentária que pode ser concedida pelo governo. Pierre Chalita exemplificou dizendo que no ano de 1987, foi doado cerca de Cr\$ 150.000,00 cruzados o que corresponde, atualmente, a aproximadamente R\$ 1.380,00 (Chalita, 1988/2015).

¹⁶⁶ O museu possui obras distintas – populares, primitivas, religiosas e civis – que foram reunidas pela Cúria e pelo próprio município, mas que se encontram sem organização adequada e, portanto, necessitando de trabalho técnico especializado (Chalita, 1988/2015).

¹⁶⁷ Este museu abriga coleções particulares reunidas pelo Bispo Dom Ranulfo em Alagoas e transferidas para o município Marechal Deodoro (Chalita, 1988/2015).

¹⁶⁸ O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas salvaguarda dois acervos étnicos relevantes para a história afro-brasileira e indígena do Brasil, bem como um conjunto de peças arqueológicas que estavam organizados no Museu Etnográfico Indígena e Africano e no Museu Arqueológico. O Instituto sobrevivia de pequenas doações e das contribuições mensais dos associados (Chalita, 1988/2015).

¹⁶⁹ Este museu se encontrava fechado por risco na estrutura do prédio e em seu acervo, composto por peças de cultura popular doadas pelo folclorista Théo Brandão, foi destinado aos cuidados da Universidade Federal de Alagoas (Chalita, 1988/2015).

Bahia e Ângela Conceição L. Petitinga que apresentou a realidade específica do Museu Eugênio Teixeira Leal.

Sobre os museus da cidade de Salvador, a professora Maria Célia T. M. Santos fez observações pontuais quanto aos trabalhos técnicos e ao funcionamento jurídico e legal deles. Narrou que das vinte instituições existentes em Salvador, algumas funcionavam sem estrutura administrativa e outras trabalhavam precariamente. Isso significa que sem documento legal de funcionamento os museus não podem concorrer a recursos públicos, o que agravava a situação de carência.

Explicou que a dinamização das atividades desenvolvidas pelas instituições estava ocorrendo sem coordenação e sem planejamento anual o que também trazia dificuldades no melhor aproveitamento pedagógico das exposições. “Somente há pouco tempo, alguns museus estão se preocupando em organizar e divulgar uma programação para médio prazo, incluindo cursos e conferências. A maioria das atividades tem sido em nível de eventos isolados, sobretudo de exposições temporárias” (Santos, 1988/2015, p. 18). Questionou a atuação dos museus de arte que estavam optando em montar muitas exposições temporárias, num curto prazo de tempo, o que, para os representantes da Bahia presentes no evento, comprometia o aproveitamento educativo, fazendo com que o museu se parecesse mais com uma galeria de arte que tem o intuito de promover artistas¹⁷⁰.

Do ponto de vista político a referida professora destacou que foi criada a Secretaria da Cultura e que, vinculada a ela, existia o Departamento de Museus. Este órgão, responsável pela gestão dos museus estaduais e pela coordenação de todos os programas dos respectivos museus, fornecia assessoramento técnico para os museus do Estado. Entretanto, segundo a professora, lamentavelmente não havia nenhum profissional do Departamento de Museus presente no Encontro Nordestino de Museologia para fazer sua representação institucional.

No que tange aos museus atrelados à Universidade Federal da Bahia/UFBA – o Museu de Arte Sacra, o Memorial de Medicina, o Museu de Arqueologia e Etnologia, e o Museu Afro-Brasileiro – a professora considerou ser incoerente que “alguns desses museus não possuam museólogos como diretores, sendo a própria Universidade mantenedora do Curso de Museologia” (Santos, 1988/2015, p. 19), e que embora o “Conselho Regional de

¹⁷⁰ “Achamos que a proposta do museu deve ser abrangente, no sentido de realizar um trabalho educativo, de análise. Pesquisar e documentar a obra do artista e contextualizá-la, trabalhando em seguida com diferentes faixas de público, o que é inteiramente impossível de se conseguir, montando e desmontando uma exposição atrás da outra” (Santos, 1988/2015, p. 18).

Museologia [tenha] feito várias gestões junto ao Governador do Estado e ao Reitor da UFBA solicitando o cumprimento da Lei de Regulamentação do Museólogo” (Santos, 1988/2015, p. 19), a situação ainda não tinha sido resolvida.

No que diz respeito às dificuldades na manutenção dos museus, Maria Célia relatou que semelhante à realidade dos demais museus do estado, os museus da UFBA sofriam com problemas de conservação – o Museu de Arte Sacra, por exemplo, estava com risco de desabamento do telhado –, mas que no trabalho de documentação havia um avanço na área. Do ponto de vista da educação para o patrimônio, também havia melhoras, visto que estudantes e professores estavam realizando programas juntamente com o Departamento de Museus em todos os museus do estado com pretensão de desenvolverem ações junto à comunidade baiana.

Por fim, como aspecto positivo, e antes de passar a palavra para o professor Osvaldo Gouveia Ribeiro, a professora informou ainda que o Curso do Museologia da UFBA organizou, com a participação de professores e alunos, o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. O acervo, oriundo da coleção particular do Professor Valentin Calderón, bem como a coleção Vital Rêgo, ambos pertencentes à Associação de Arqueólogos, havia sido doado à Universidade.

O professor Osvaldo Gouveia Ribeiro expôs que embora houvessem avanços nas pesquisas museológicas nas subáreas de documentação, educação, montagem de exposição, difusão cultural e outras, os órgãos gestores do patrimônio não acompanhavam as melhorias. Isso dificultava, para Ribeiro (1988/2015d), a relação entre o que se produzia na academia e o que era esperado pelos gestores públicos baianos em termos de política pública.

Enquanto hoje, o discurso do profissional museólogo é com relação à função social do Museu, o compromisso com seu tempo e a comunidade no qual está inserido, o que nós vemos? Assistimos aos homens públicos, os responsáveis pela política cultural, na eterna retórica do museu como templo das musas, local onde os objetos devem ser sacralizados e ficarem guardados ‘*ad eternum*’ (Ribeiro, 1988/2015d, p. 20).

Segundo Ribeiro (1988/2015d) essa percepção acerca do uso do patrimônio era conservadora e não gerava avanços na condição social do museu. Com esse entendimento, ele seguiu exemplificando, por meio de algumas experiências de montagem de exposição em Salvador, que os relatos do público eram positivos e que a maior crítica que eles receberam foi que fora dos espaços museológicos, ou seja, espaços tradicionais (museus), os acervos

corriam riscos desnecessários gerando um importante debate sobre a **função social da museologia**.

Em finais da década de 70, inicia-se, como Célia coloca uma série de exposições tais como ‘O Cinquentenário da Demolição da Sé’ e ‘Sobre o Terreiro de Jesus’. Vocês não imaginam a repercussão. Foi fantástica a reação do público. Percebemos que mesmo com os problemas imediatos de sobrevivência, as pessoas se identificavam com o que lhes fora mostrado. Nós tínhamos conseguido chegar até eles. [...]. Aí o mundo desabou como se estivéssemos propondo a maior heresia e se argumentou que devemos conservar para o futuro o que nos foi legado por gerações anteriores. Agora nos perguntamos: O que estamos fazendo para levar este mesmo acervo a gerações que nos são contemporâneas? (Ribeiro, 1988/2015d, p. 20).

Para Osvaldo Ribeiro (1988/2015) a questão principal levantada nas críticas não é de apenas **sacralizar o objeto museológico**, mas, especialmente, **sacralizar o espaço físico do museu**. Para o referido professor, a atuação do museólogo deveria ser ampliada e o mercado de trabalho, para esse profissional, não deveria mais estar restrito aos museus. Com exemplos de ações realizadas, Ribeiro seguiu relatando as experiências na Bahia onde museólogos atuaram como educadores (Projeto do Rio Vermelho); como documentalistas em projeto multidisciplinar (levantamento e cadastramento dos bens sacros móveis e integrados do Centro Histórico da cidade de Salvador); como pesquisadores (Projetos CAPES e CNPq) e como agentes de capacitação dos profissionais que atendiam os turistas na área do Turismo. Essas iniciativas atestam a abrangência e o caráter interdisciplinar do Curso da UFBA.

Pelo exposto, nota-se que foi através das ações educativas desenvolvidas de forma crítica que a função social dos museus e da própria museologia se expandiu no Curso de Museologia da UFBA. A professora Maria Célia Santos (2019) reavaliando esse período, reconhece que a prática museal que eles praticavam já estava de acordo com o que seria descrito oficialmente na Declaração de Santiago do Chile.

Com o olhar de hoje, percebo que mesmo antes de ter contato com o documento de Santiago e com os trabalhos produzidos pelos autores envolvidos com o Movimento da Nova Museologia, tivemos a coragem de romper com muitas barreiras e abrir as portas de um dos museus mais tradicionais da cidade, naquele período, realizando ações museológicas pautadas no diálogo, na troca de saberes, no compartilhamento de informações e de experiência (Santos, 2019, p. 262).

Pelo traçado anteriormente, concluo, que as reflexões da Mesa Redonda de Santiago do Chile encontraram na Bahia um terreno fértil para novos experimentos e novas possibilidades de utilização do espaço museu, bem como do objeto museológico. Como resultado dessa influência direta temos os trabalhos teóricos da professora Maria Célia T. M.

Santos sobre educação e museus que atestam uma busca incansável de demonstrar como a Nova Museologia pode e deve ser refletida e debatida nos tradicionais museus brasileiros. O trabalho com a comunidade e para a comunidade e não apenas para o tradicional público frequentador de museus, era um trabalho revolucionário para a época. “Se **ser revolucionário é falar em museu com a comunidade**, em documentação feita junto à comunidade, montagem executada por essa mesma comunidade. Que viva esta **nova maneira** de ver e ser do museólogo” (Ribeiro, 1988/2015d, p. 21, grifo nosso).

Ribeiro (1988/2015d) ainda destacou que, na Bahia, estava em via de aprovação de uma lei de preservação do patrimônio cultural e natural e que isso também ampliaria a atuação do museólogo, especialmente no trabalho com o patrimônio natural, imaterial e integrado ¹⁷¹ e encerrou seu relato registrando que os museus baianos que “melhor desenvolvem seus trabalhos são aqueles dirigidos por museólogos ou que tenham esses profissionais nas direções técnicas, sejam nos programas de ação educativa-cultural, sejam nas ações de documentação, planejamento, montagem de exposição, conservação, etc.” (Ribeiro, 1988/2015d, p. 21) o que reforça a observação de insatisfação da professora Maria Célia T. M. Santos no que tange a direção dos museus da UFBA. Como em qualquer área de especialidade, o técnico faz-se necessário.

Gilka Sant’Anna (1988/2015, p. 22) relatou que, embora estivessem esperançosos na mudança da realidade de precariedade dos museus, o cenário político da Bahia, no governo de Waldir Pires, para a cultura, foi muito ruim. Sua crítica sinalizava, através de exemplos, que a política cultural governamental utilizava os museus como instrumentos alienantes para a população, não se mostrando preocupados com o descaso frente ao tratamento de importantes coleções artísticas como é o caso do Museu de Arte Moderna da Bahia.

Sem acesso aos órgãos de representação, como o Conselho de Cultura que deixou de existir nesse mandato, os museólogos de Salvador deram continuidade à luta “promovendo encontros, seminários, cursos ou publicando trabalhos, sempre aprimorando conhecimentos para melhor servir ao público e às instituições da área cultural” (Sant’Anna, 1988/2015, p. 22) numa demonstração de resistência e compromisso profissional.

¹⁷¹ “Ainda com relação a essa legislação, ressaltamos a nova visão do profissional museólogo, no que diz respeito a potencialidade em atuar junto aos bens, dito imateriais e aos parques naturais, no caso destes últimos, partir de uma perspectiva de transformação em bens culturais, quando da presença ou a valoração do homem. Outros conceitos que estão sendo discutidos na nova legislação, e que significam, em tese, um aumento do mercado de trabalho para todos nós, são: um maior controle dos leilões e o incentivo do registro das coleções particulares” (Ribeiro, 1988/2015d, p. 21).

Em seguida, Gilka Sant’Anna destacou a importância do Primeiro Fórum Nordestino enfatizando que a cultura e os museus são importantes para o país como um todo, embora também tenha destacado que **o Nordeste é preterido do processo político governamental sendo renegado a ter pouco ou nenhum recurso** para a realização dos trabalhos o que corrobora com uma das hipóteses desta tese de que havia, e ainda há, ações políticas governamentais e institucionais de colonialismo interno.

A disparidade frente aos investimentos, bem como ao entendimento de qual bem patrimonial pode ou não ser considerado de importância nacional, deflagrados na fala de Gilka Sant’Anna, são pontos importantes do debate promovido pelos Fóruns desde o primeiro momento. Essa campanha de esclarecimento, nas palavras dos agentes, promovida pelos Fóruns a partir de João Pessoa seguirá reconhecendo que havia no Brasil uma Museologia Nordestina atenta às diferenças culturais do país, mas, sobretudo, destacando “que em todo o seu território [o Brasil] precisa viver a esperança de melhores condições de vida” (Sant’Anna, 1988/2016, p. 23) e que as verbas sejam “divididas com igualdade para todos os setores, de acordo com as necessidades e prioridades e não por regiões” (Sant’Anna, 1988/2016, p. 23).

A última representante da Bahia a relatar foi Ângela Petitinga e sua fala se distinguiu das demais porque o Museu Eugênio Teixeira Leal, instituição que ela coordena, é uma fundação particular ligada ao Banco Econômico¹⁷², e possuía recursos financeiros para executar os trabalhos museológicos. Responsável pelo setor técnico do Museu, Petitinga (1988/2015) descreve inúmeras ações executadas como seminários, palestras mensais, projetos, lançamentos de livros, bem como a reformulação do espaço expográfico, organização da reserva técnica, reelaboração de material gráfico e montagem de exposições temporárias.

Ao final do relato de Petitinga, Osvaldo Gouveia Ribeiro (1988/2015) destaca que é agradável ouvir a fala de um representante que trabalha com verba e solicita a todos os presentes que enviem material das instituições que representam para o Departamento do Curso de Museologia porque havia um projeto implantado que objetivava mapear as instituições museológicas do país, a partir do Nordeste, justificando que o conhecimento acerca desse assunto estava restrito ao Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro e ao Museu do Ipiranga em São Paulo, e, que fora desse eixo apenas o Goeldi no Pará detinha tal dado.

¹⁷² O Banco Econômico, instituição privada, nesta época foi fechado, o que possibilitou a formação do acervo que compõe o Museu citado.

Gilka Sant’Anna (1988/2015) endossa o relato de Petitinga ressaltando que o Museu Eugênio Teixeira Leal é a única instituição em que foi possível realizar trabalhos de qualidade porque além de não depender do Governo Estadual, possui à frente profissionais com uma visão do que deve ser um Museu. Essa questão do que é ou não um museu, ou seja, o que deveria/poderia ser considerado museu, também será levantada no último relato de Aécio de Oliveira. “Isso é uma coisa que precisa, num próximo encontro, ser definida. O que pode ser considerado museu? Ao que podemos dar o nome de museu? Assim sendo, o que fosse definido serviria como padrão para qualquer região” (Oliveira, 1988/2015, p. 72). Assim, os participantes dos Fóruns saíram desse encontro com essa reflexão a ser desenvolvida e Gilka Sant’Anna conclui seu relato lamentando que a compreensão da Secretaria da Cultura do estado da Bahia, no governo de Waldir Pires, foi a de que o “Museu é coisa inútil”, “é coisa ‘chata’, é um entrave” (1988/2015, p. 25).

Percebe-se, dessa forma, o descompasso entre os políticos baianos e os profissionais citados anteriormente, na forma de pensar e realizar o Museu. Alimentados pela perspectiva do senso comum de que o museu é lugar de coisas velhas e mal informado no uso da instituição para fins educativos, o Governo da Bahia se mantinha distante dos principais debates gerados na área museológica, especialmente àqueles que pareados com os ideais destes profissionais baianos, reformulavam a função crítica e pedagógica das instituições.

2.1.2.3 Representação Estudantil do Curso de Museologia da UFBA

No primeiro Encontro Nordestino de Museologia o representante estudantil foi Marcelo Nascimento Bernardo Cunha¹⁷³, atual professor do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Em seu discurso, Marcelo Cunha (1988/2015) reconheceu a importância de estar presente no evento, bem como demonstrou uma conscientização da representatividade, uma vez que o curso da UFBA vem sendo a única graduação presente no Nordeste brasileiro.

O conhecimento mais elaborado acerca da região Nordeste, bem como a compreensão do que é o/a nordestino(a), associado à sua percepção da realidade local com suas características próprias, marcaram o relato do estudante.

¹⁷³ Nos Anais do primeiro Fórum há um erro de digitação no nome do professor Marcelo Cunha – Marcelo Nascimento e Bernardo Cunha – o que faz parecer que foram dois representantes quando na verdade é a mesma pessoa.

Agora nós temos mais consciência disso e chega o momento que percebemos que vamos ter que nos aliarmos aos profissionais, para podermos encaminhar essa **luta nordestina, não mais uma luta sectária, mas uma luta que reconheça que o Nordeste tem características particulares**. Nós precisamos reconhecer isto para podermos ter uma postura de nordestinos sem nenhuma vergonha. Uma postura de procura de soluções verdadeiras para nossa realidade (Cunha, 1988/2015, p. 26, grifo nosso).

Seu registro, narrado sempre no plural e destacando que ele apenas ressoava o sentimento de todos os estudantes, evidenciava preocupação com a iniciativa na realização das melhorias desejadas por todos os presentes. Demonstrava “responsabilidade com o Nordeste” e interesse em ocupar “este espaço do Norte e Nordeste”, por meio do “intercâmbio com os diversos museus do Nordeste” que, para os estudantes, colaboraria com “o fortalecimento do **nosso** grupo em busca de soluções para os **nostros** problemas” (Cunha, 1988/2015, p. 26, grifo nosso).

O sentimento de não pertencimento e de exclusão ou segregação dentro da classe museológica é também descrito por Cunha. Ele relatou que os nordestinos não deveriam “esperar por pacotes prontos vindos do Sul, de uma realidade que não condiz com o nosso cotidiano sociocultural, e **não mais esperar que as pessoas venham nos ensinar a fazer coisas**. Porque nós é que temos que tomar a iniciativa e passar a fazer” (Cunha, 1988/2015, p. 26, grifo nosso).

Nota-se neste relato o sinal de desapontamento frente ao ensino do professor Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, oriundo do curso de museus do MHN para lecionar no curso da UFBA até formar a primeira turma e que, logo em seguida, retornou para o estado de origem, ou seja, o Rio de Janeiro. Para o estudante, na escola de Museologia da UFBA os discentes recebem “uma formação técnica das mais avançadas e coerentes” porque praticam uma Museologia “preocupada com o social, com a educação, com o Eco Museu e uma museologia não mais presa aos **quatro muros**, às **quatro paredes** tradicionais do museu” (Cunha, 1988/2015, pp. 26 – 27, grifo nosso).

Compreender a Museologia praticada na Escola de Museologia no Rio de Janeiro ou mesmo as técnicas de Museu aprimoradas no curso técnico do Museu Histórico Nacional não é objetivo dessa tese, embora compreendamos que, de certo modo, esse sentimento de discriminação presente em muitos documentos dos Fóruns não foi gerado e gestado aleatoriamente e que a postura assumida pelos cursos e manifestada tanto nas grades curriculares como na forma de ensinar e aprender fazem o diferencial na formação dos

técnicos nas referidas escolas. O representante estudantil estava, portanto, criticando a prática da museologia institucionalizada no museu e tida como a tradicional.

Os alunos de Museologia da Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas – FFCH/UFBA, segundo Cunha, desenvolviam pesquisas em projetos internos da UFBA e do CNPq atuando também como monitores na Escola de Belas Artes. Tais atividades atreladas ao currículo do curso promovia uma “formação bastante de vanguarda, que responde aos ideais da [Nova] Museologia” (Cunha, 1988/2015, p. 27).

Todavia, enquanto nós recebemos uma formação voltada para um museu dinâmico, trabalhado para a comunidade e com a comunidade, preocupados com a função educativa e conscientizada dos museus, infelizmente, a maioria dos nossos museus, inclusive da UFBA, continuam organizados e apresentados de forma tradicional, afastados dos **interesses atuais da Museologia** (Cunha, 1988/2015, p. 27, grifo nosso).

Assim, seu relato afina-se com os dos demais representantes da Bahia onde o descompasso entre o que se ensina na faculdade e a prática existente no mercado de trabalho é identificado até mesmo nos museus da Universidade. A principal reclamação de Cunha é que, sem a visão/adequação do museu na perspectiva da Nova Museologia, as unidades museológicas da universidade não serviriam de laboratório para os estudantes, fazendo com que eles buscassem outros museus particulares e/ou instituições que oferecessem “estágios com um trabalho real” (Cunha, 1988/2015, p. 27).

Atendo-se às ações do movimento estudantil, Cunha (1988/2015) explicou que os alunos estavam-se organizando e que realizaram o I Seminário Estudantil de Museologia. Neste evento, os estudantes discutiram a realidade dos museus baianos e a realidade dos museus da UFBA, “sobre a estrutura e o conteúdo do curso, sobre os museus da UFBA e a relação desses museus com o curso [e discutiram também] sobre a docência e discentes” (Cunha, 1988/2015, p. 28) gerando documentos para serem amplamente divulgados.

Esses documentos serão encaminhados à Reitoria, ao Colegiado, ao Departamento e ao Governo do Estado; ao Governo do Estado, é basicamente, um documento onde exigimos que os cargos de diretoria dos museus sejam ocupados por museólogos. Acreditamos que o afastamento forçado dessas decisões e funcionamento dos museus na Bahia, não é somente um problema de apadrinhamento e de protecionismo, mas também uma questão de consciência, pois, o fato de estarmos afastados dos museus e de termos uma visão maior sobre museologia e principalmente o compromisso ideológico com a verdade de não mascarar as injustiças e ainda o compromisso de contar a história dos dominados, através dos critérios dos dominados, é o que nos têm mantido afastados dos museus, apesar da alta capacidade e competência que nós desenvolvemos nos trabalhos dos museus (Cunha, 1988/2015, p. 28).

Em sua análise, Cunha demonstrou percepção clara da existência de uma corrente museológica ideologicamente despreocupada em retratar o diferente, bem como convicta de que apenas os valores sociais de uma determinada camada da população interessavam. Entretanto, esse não era o foco da museologia que os estudantes queriam discutir, expor, e debater porque essa percepção era restritiva, reproduzia a historiografia oficial e excluía patrimônios culturais simbólicos de outra parte da população brasileira. Por fim, concluiu agradecendo a oportunidade e dizendo que os estudantes ganharam muito estando presentes no evento.

2.1.2.4 Estado do Ceará

O relator do Ceará foi o professor Pedro Eymar Barbosa, diretor do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará/UFC que, baseando-se no Catálogo dos Museus do Brasil/ABM (1984), expôs que o Ceará tinha cerca de 26 unidades museológicas. Entretanto, ele acreditava que esse número já estava, mas não havia outro registro oficial que assegurasse a existência de mais museus e/ou que apresentasse a tipologia deles.

Segundo Barbosa (1988/2015), em Fortaleza, a capital do Estado, havia o Museu de Arte e o Museu Antropológico Artur Ramos, ambos administrados pela Universidade; sob responsabilidade do Estado três ou quatro museus; e os demais, sem quantidade específica, seriam museus vinculados a instituições menores como as dioceses, por exemplo¹⁷⁴. Todos estes museus possuíam dificuldades para funcionamento e “trabalham no mais completo isolamento, desconhecendo cada um, a existência dos seus congêneres” (p. 36). Entretanto, o relator acreditava que nesse encontro eles reuniriam forças para modificarem a realidade dos museus do Nordeste e que por isso estava presente no evento.

2.1.2.5 Estado do Maranhão

Maria das Graças Carvalho Sardinha¹⁷⁵ foi a relatora do Maranhão e apresentou amplo histórico das ações de preservação da memória e do patrimônio do Estado, bem como listou as principais atividades desenvolvidas pelo Museu Histórico e Artístico do Maranhão,

¹⁷⁴ Questionado acerca dos museus que não foram relatados, Barbosa (1988/2015) apresentou posteriormente os nomes de outros museus do Ceará. Na capital o MiniMuseu Firmeza, o Museu Histórico do Ceará, a Casa José Alencar, o Museu Artur Ramos, Museu REFESA, o Museu do Automóvel e o Museu da Imagem e do Som. Espalhados pelas cidades existiam os museus de arte sacra e os diocesanos. Além destes, o Museu de São João do Ribamar em Aquiraz, o Museu Diocesano em Sobral e o Memorial de Padre Cícero.

¹⁷⁵ Não consegui localizar a formação da agente maranhense, Maria das Graças Carvalho Sardinha.

instituição ligada ao Governo Estadual e responsável pela coordenação dos demais museus¹⁷⁶ que estavam vinculados à Secretaria da Cultura.

A gestão do patrimônio no Maranhão, segundo Sardinha (1988/2015) era realizada pela Secretaria de Cultura que possuía duas coordenações atuantes: a de Difusão Cultural e a de Desenvolvimento do Patrimônio Cultural. Naquele momento, os responsáveis pela gestão cultural tentavam instituir o Museu Histórico e Artístico do Maranhão – MHAM como responsável pelo Sistema Estadual de Museus porque além de ser a instituição mais antiga do Estado, segundo eles, também possuía a melhor estrutura física e administrativa.

Sardinha (1988/2015) relatou que o Maranhão não tinha unidades museológicas nos municípios do interior e apenas a cidade de Caxias havia apresentado uma proposta de criação de uma instituição. Quanto à realidade dos museus, a relatora apontou que eles possuíam “as mesmas dificuldades dos demais museus brasileiros”, ou seja, “falta de recursos financeiros, humanos, e mão de obra especializada, reduzido quadro de técnicos de nível superior, falta de pessoal específico, como guardas de sala, guias de museu, segurança, limpeza, conservação, restauração, etc.” (p. 39).

Concluiu seu relato apresentando que embora o MHAM dispusesse de dois museólogos, estes precisam atender todas as demais instituições, o que dificultava o trabalho. No entanto, o convênio com a Universidade Federal do Maranhão, permitiu a realização do curso de especialização em museologia para capacitação de técnicos de áreas afins aos museus. Iniciado em 1986 e concluído em 1988 a realização do curso foi importante para o Estado, segundo a relatora, porque o museólogo que vem de outro Estado com pretensão de permanecer em São Luís encontra dificuldades especialmente devido ao baixo salário pago.

2.1.2.6 Estado da Paraíba

A museóloga Maria Cristina Gomes Negrão, o artista plástico Francisco Pereira da Silva Júnior, Lígia Guerra Ferreira e Balduino Lélis¹⁷⁷ foram os responsáveis pelos relatos do Estado da Paraíba que possuía, em fase inicial, um projeto intitulado *Inventário dos Acervos dos Museus Paraibanos* que, desenvolvido pelo Museu da Fundação Casa José Américo, objetivava fazer o levantamento dos acervos museológicos e instituições museológicas

¹⁷⁶ A Cafua das Mercês ou Museu do Negro; a Igreja de São José do Desterro; o Museu Histórico de Alcântara; e as Capelas das Laranjeiras, de Bom Jesus da Coluna e dos Navegantes. Além destes, o Museu da Gravura e o Museu da Imprensa, criados por lei, mas que nunca foram instalados (Sardinha, 1988/2015).

¹⁷⁷ Não foi possível atestar, com segurança, a profissão de Lígia Ferreira e de Balduino Lélis.

localizados no Estado da Paraíba, para possível criação do Sistema Estadual de Museus (Negrão, 1988/2015).

Dessa forma, o inventário tinha identificado vinte e cinco unidades museológicas¹⁷⁸ já institucionalizadas e cerca de quinze não institucionalizadas, pertencentes a particulares¹⁷⁹, além de listar outras – o Museu do Telefone; o Museu da Imprensa; o Museu de Ciências Naturais da UFPB; o Museu da Cidade de Princesa Isabel; o Museu Ernani Sátiro em Patos e a Fundação Raimundo Asfóra em Campina Grande – que estavam em processo de criação.

Os representantes destacaram que a Paraíba era detentora de importantes coleções de artefatos indígenas, coleções arqueológicas e paleontológicas representativas da cultura popular, tecnológica e científica dos paraibanos, bem como também possuía parques naturais valorando assim o patrimônio natural. E, por fim, se diferenciava pela existência do que eles consideravam como acervo não convencional como “a Feira de Campina Grande e o Atelier e pinturas do Artista Miguel Guilherme dos Santos em Sumé” (Negrão, 1988/2015, p. 43).

Embora realçassem que tanto as instituições como os acervos museológicos do Estado estivessem sem assistência técnico-científica adequada por não existir curso regular na **área de museus**, Negrão apresentou o funcionamento, “nos anos de 1976, 1977 e 1978, de um curso de extensão **em museologia**, ministrado pela Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande” (Negrão, 1988/2015, p. 44, grifo nosso) e a criação da “Comissão de Implantação e Conservação de **Museus do Estado**, vinculada à Secretaria de Planejamento” (Negrão, 1988/2015, p. 44, grifo nosso).

A autora seguiu relatando que, até aquele 1988, não havia “nenhum programa implantado, por parte do Governo Estadual, destinado às instituições e acervos museológicos do Estado, no que concerne à criação de uma política técnico-científica para o **desenvolvimento da museologia** na Paraíba” (Negrão, 1988/2015, p. 44, grifo nosso) o que

¹⁷⁸ A critério de exemplificação: o Museu de Arte de Campina Grande criado pelo embaixador Assis Chateaubriand, por meio do projeto da “Criação dos Museus Regionais” entre os anos de 1966 e 1967; o Museu do Algodão da Embrapa/Empresa Brasileira da Pesquisa Agropecuária em Campina Grande; o Museu Regional de Areia; o Museu Histórico; o Museu José Lins do Rêgo; o Museu Casa José Américo; o Museu da Cultura Popular; o Palácio da Justiça; a Casa da Pólvora que abrigava o Museu Walfredo Rodrigues; o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; o Convento de Santo Antônio onde funcionou o Museu Escola e Sacro; o Memorial Augusto dos Anjos e as três unidades da Universidade Federal da Paraíba, o Núcleo de Arte Contemporânea, a Pinacoteca e o Museu de Ciências Naturais. Ainda sobre a campanha de Assis Chateaubriand a criação de mais dois outros museus de arte no Nordeste: um na cidade de Feira de Santana na Bahia e o outro em Olinda, estado de Pernambuco (Negrão, 1988/2015).

¹⁷⁹ “Sob a custódia de instituições particulares ou guarda de colecionadores apontamos as coleções de literatura de cordel e tacos xilográficos do Professor Átila de Almeida em Campina Grande e a coleção de objetos artísticos pertencentes ao Professor Hermano José” (Negrão, 1988/2015, p. 43).

denota sua preocupação tanto com as técnicas de museu como com a museologia enquanto pensamento científico conferindo veridicidade à relação estreita do museu com a museologia e vice-versa.

O relato seguiu com apresentação detalhada de imagens dos prédios e museus, bem como dos acervos citados anteriormente, feita pelo Senhor Francisco Pereira e Cristina Negrão e com um breve recorte da senhora Lígia Guerra Ferreira para exposição do Museu José Lins do Rêgo.

Finalizando a explanação do Estado da Paraíba, o Senhor Balduino Lélis, antigo diretor do Museu Escola e Sacro do Convento de Santo Antônio, registra sua satisfação em assumir o compromisso de parceria com o Sistema Nacional de Museus por acreditar que só é possível transformar a realidade patrimonial através do conhecimento da sua realidade. Para Lélis, o mapeamento da realidade dos estados é o que permitirá a transformação do tratamento dado ao patrimônio, visto que “nós não poderíamos fazer projetos do que nós não conhecíamos, razão porque foi feita uma visita a 126 municípios do Estado da Paraíba, resultando na aquisição de uma série de coleções” (Lélis, 1988/2015, p. 51).

O mapeamento da realidade nordestina foi feito posteriormente, por cada representante dos Estados presentes no Encontro Nordestino de Museologia, conforme documentos dos fóruns posteriores. Contudo, a discussão em plenária seguiu destacando que além do Estado da Paraíba, havia outros relatos que denunciavam a existência de problemas técnicos de salvaguarda dos acervos, bem como de instalação de museu, conforme as observações feitas pela professora Maria Célia T. M. Santos. Nesse sentido, Gilka Goulart Sant’Anna concluiu a manhã de trabalho destacando a importância do trabalho do técnico porque na Paraíba, como nos demais estados nordestinos brasileiros, havia um

[...] acervo riquíssimo, coleções maravilhosas, precisando de melhor conservação, precisando de apoio técnico. E a impressão que nós temos é que o problema, é, realmente, falta de recurso humano e técnico para cuidar deste acervo e transformar tudo isso numa exposição técnica e dentro da técnica museológica mesmo (Sant’Anna, 1988/2015, p. 53).

Não se percebe, no relato de Gilka Sant’Anna, o comum desconforto existente, até então, no que se refere a reserva de mercado para profissionais museólogos porque Sant’Anna reconhecia que existia um problema de carência técnica na área, bem como que o “preconceito contra o técnico ou contra o conhecimento do técnico pode existir, mas não importa, porque o que importa realmente é fazer o trabalho” (Sant’Anna, 1988/2015, p. 53).

Com essa maturidade em lidar com os problemas que atingem especialmente o patrimônio cultural, oficinas de capacitação técnica foram organizadas e ocorreram nas edições posteriores dos Encontros. A aposta coletiva de ajuda mútua ganhará, como avaliaremos posteriormente, força se consolidando como um dos principais objetivos dos Fóruns.

Por fim, o Senhor Hermano José Guedes, representante da Paraíba no Sistema Nacional de Museus, encerrou os relatos reafirmando, no seu depoimento, os problemas já relatados.

2.1.2.7 Estado do Piauí

Lícia Margareth da S. Vieira¹⁸⁰ (1988/2015) inicia os relatos da tarde do primeiro dia do Fórum narrando que o estado do Piauí tinha quatro museólogas, mas que duas pediram demissão e uma estava afastada dos trabalhos na área por motivo político. Dessa forma, apenas ela respondia pelas coordenações dos doze museus e das Casas de Cultura, além de também representar o Estado em eventos.

Em seguida apresentou que o Piauí tinha “seis Centros Culturais, três Museus, três Monumentos, um que abriga também um acervo, chamado de Monumento do Jenipapo em Campo Maior [... e] dois Memoriais” (Vieira, 1988/2015, p. 56) e que o município de Teresina possuía três unidades museológicas vinculadas ao Governo Federal e uma ligada ao Governo Estadual. Expôs as dificuldades em realizar um bom trabalho porque, além de dar assistência técnica e administrativa a todos os museus, o que a obrigava a viajar para os municípios do interior do Estado, sua presença era especialmente necessária fora da capital já que os diretores dos museus tinham apenas nível secundário e não entendiam “nada de museologia, carecendo muito de orientação” (Vieira, 1988/2015, p. 56).

Sobre o trabalho no interior do Estado a relatora disse que viaja a cada três meses para visitas técnicas nestas instituições, que orienta os profissionais usando a correspondência e que a carência maior estava na realização da museografia. Sua equipe, formada por apenas seis pessoas recebeu apoio do MinC para realização de oficina de conservação e restauro, mas não conseguiu apoio do Conselho Regional, da ABM e do Conselho Federal, para resolução dos impasses do Museu do Piauí que sofria porque os problemas políticos partidários impediam a realização de bons trabalhos na cultura do Estado. Lícia Vieira (1988/2015)

¹⁸⁰ Não localizei, nos arquivos pesquisados, a formação profissional de Lícia Margareth da S. Vieira.

concluiu seu relato expondo que seriam inauguradas duas outras unidades museológicas – o Museu Carneiro da Silva e outro Memorial – no Estado.

Em seguida, o Senhor Josias Carneiro¹⁸¹ (1988/2015) relatou a formação, em suas palavras, “sem disposição didática” (p. 59) do acervo do antigo Museu Histórico do Piauí que, devido a importância do ciclo do couro e da necessidade de representá-lo na instituição, alterou o nome para Museu do Piauí. Elogiou o trabalho desenvolvido por Aécio de Oliveira¹⁸² lá e concluiu apresentando que a dificuldade que o Estado enfrentava no museu era devido ao choque da indicação política para ocupar o cargo de diretora administrativa de uma pessoa sem preparo, o que gerou conflitos com a diretoria técnica ocupada por uma museóloga que pediu afastamento dessa função.

2.1.2.8 Estado do Rio Grande do Norte

O relato do Estado do Rio Grande do Norte foi feito inicialmente pela antropóloga Wani Fernandes P. Teixeira, representante do Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e Hélio de Oliveira, restaurador, representantes do Estado. A Senhora Wani Teixeira (1988/2015) expôs que a realidade do Museu Câmara Cascudo não diferia das demais apresentadas e que a coleção do referido museu era resultado dos projetos de pesquisa dos professores das Ciências Naturais e Antropológicas da UFRN. Ao que pontua:

Nossos problemas estruturais são, portanto, comuns aos da maioria dos museus do Nordeste: a) Inexistência de pessoal de apoio, agravada com a isonomia das Ufs; b) Ausência de pessoal técnico qualificado. Aqui apresentamos uma proposta: dar início a um programa de treinamento que poderia ser desenvolvido tanto pela Fundação Joaquim Nabuco, quanto pela UFBA, a única com curso de museologia no Nordeste. c) Como consequência desses itens acima, temos atualmente um alto índice de comprometimento tanto do imobiliário, quanto do próprio acervo exposto. Some-se a isto um outro agravante, a inexistência também de um reserva técnica (Teixeira, 1988/2015, p. 60).

Posteriormente, discorreu acerca da distribuição do acervo no circuito expográfico, apresentou os trabalhos de exposição temporária e permanente que estavam sendo realizados,

¹⁸¹ O historiador Josias Clarence Carneiro da Silva atuou junto ao museu em diferentes fases da instituição. Atualmente a Casa de Cultura de Teresina, como é conhecida hoje o antigo Museu do Piauí, abriga uma coleção de objetos sacros, mobiliário, porcelanas e instrumentos musicais doados por Josias Carneiro Em: <https://www.piauihoje.com/noticias/cultura/conheca-um-pouco-da-historia-da-casa-da-cultura-de-teresina-3160.html>.

¹⁸² Museólogo da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Para mais informações: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=904Portal.

a restauração do acervo com treinamento de pessoal e os projetos de pesquisa que estavam em andamento. Finalizou seu relato mostrando os programas e as propostas que o museu pretendia realizar posteriormente e destacou a colaboração da Fundação José Augusto, de Hélio de Oliveira e de Aécio de Oliveira.

Hélio de Oliveira, historiador e restaurador, prosseguiu com o relato apresentando inicialmente a estrutura administrativa da Fundação José Augusto¹⁸³ e sua dupla atuação no Núcleo de Museus nos Departamentos de Restauração e de Atividades Museológicas. Em seguida, expôs que sob responsabilidade do Núcleo de Museus existiam quatro instituições: o Museu da Fortaleza dos Três Reis Magos, que “praticamente é um eco museu”, a Casa de Café Filho que “é um museu biográfico”, a Casa Grande do Engenho Guaporé que aborda a “atividade econômica açucareira do Vale do Ceará Mirim” e o Museu Capitão Antas que “é um museu eclético, que tem de tudo um pouco do que foi produzido na região de Pedro Velho” (Oliveira, 1988/2015, p. 63).

Em seguida, destacou as atividades educativas desenvolvidas pelas instituições com o objetivo de formar público através do atendimento à pré-escola, criando assim o “hábito e o gosto de frequentar os museus futuramente” (Oliveira, 1988/2015, p. 63), as atividades de construção de exposição e de documentação dos acervos e dos monumentos históricos.

Também relatou trabalhos que foram realizados em outras instituições, a construção dos materiais de divulgação que eles utilizam como folders em outros idiomas e livros, seu trabalho como restaurador e, por fim, o levantamento das peças sacras católicas do Estado.

2.1.2.9 Estado de Sergipe

A professora Telma Rosita Andrade (1988/2015) abriu os relatos da manhã do segundo dia do evento afirmando que acompanhava o grupo desde o ocorrido em Ouro Preto em 1987 e que estava ansiosa para ver o que “realmente aconteceria” (Andrade, 1988/2015, p. 67). Apresentou que em Sergipe quase todas as instituições museológicas eram mantidas pela Fundação Estadual da Cultura/FUNDESC, mas com a criação da Secretaria de Estado da Cultura e do Meio Ambiente eles passaram um ano aguardando a estruturação da mesma.

¹⁸³ “A Fundação José Augusto é um órgão responsável pela política cultural do Estado. Dentro dos seus centros existe o Centro de Documentação Cultural, subordinado a ele três coordenadorias: uma coordenação de biblioteca, uma de documentação e uma de patrimônio histórico, da qual o Núcleo de Museus está vinculado. O Núcleo de Museus, por sua vez, é subdividido em dois departamentos: Departamento de Restauração e o Departamento de Atividades Museológicas” (Oliveira, 1988/2015, p. 63).

Embora reconhecesse que Sergipe vivia problemas parecidos com os que foram relatados anteriormente porque quem “faz cultura em nosso país” (Andrade, 1988/2015, p. 67) passa por dificuldades, a relatora demonstrou otimismo ao pronunciar que ocupando o cargo máximo da Secretaria estava uma profissional competente e atuante na área e que isso motivava a todos. “Então, esse acontecimento deu impulso ao desenvolvimento cultural do nosso estado. Está havendo um verdadeiro dinamismo com relação à nossa área” (Andrade, 1988/2015, p. 67).

Lamentou que houvesse uma certa dificuldade com a participação da Universidade Federal de Sergipe/UFS nos projetos coletivos que eles estavam propondo, e destacou que estava certa que isso mudaria porque o grupo de Sergipe já tinha demonstrado que queria trabalhar em conjunto. Enfatizou que achava louvável a representação do Estado do Rio Grande do Norte que tinha ido ao Fórum com os representantes da Universidade e do Estado¹⁸⁴.

Depois discorreu acerca das instituições do Estado apresentando também alguns dos profissionais que desenvolviam as atividades: em São Cristóvão ela apresentou o Museu de Arte Sacra, o Museu Histórico de Sergipe e o futuro Museu do Ex-voto ressaltando que a Senhora Eliane trabalha naquele município; em Laranjeiras, ela, a senhora Sônia e o Senhor Jorge trabalhavam e havia três instituições culturais, o Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, o Centro Cultural João Ribeiro e o Museu de Arte Sacra. Na capital do estado, Aracaju, havia o Museu do Cangaço.

2.1.2.10 Estado de Pernambuco

O museólogo Aécio de Oliveira¹⁸⁵ foi o último relator a discutir e problematizar a realidade dos museus do Nordeste. Para isso, usou estrategicamente seus conhecimentos com

¹⁸⁴ “Mas depois de tantos relatos de pessimismo, de angústias, de dificuldades, de desavenças, nós, sergipanos, estamos até nos sentido um tanto privilegiados, porque mesmo com as desavenças, isso não tenham dúvidas, principalmente, no que relatei no depoimento de ontem, quando citei que a Universidade tem um trabalho muito bom a ser apresentado e que vem tentando apresentar, mas que procura não divulgar dentro do próprio Estado, dificultando assim, o trabalho e a união dos museólogos. Mas eu tenho certeza que isso não vai muito tempo porque agora, eu fiz questão de convidá-los para participar desse Encontro para mostrar que nós queremos trabalhar em conjunto. Infelizmente, a professora, que representaria a UFS, não pode vir. Mas garanto que em outra oportunidade, Sergipe vai dar o exemplo que o Rio Grande do Norte está dando, vindo Estado e Universidade, trabalhando juntos. Eu achei isso maravilhoso porque é um exemplo, certo?” (Andrade, 1988/2015, p. 67)

¹⁸⁵ O museólogo Aécio de Oliveira “fez o curso superior de museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, na qualidade de bolsista do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS). Na época, era o único técnico brasileiro da especialidade existente no Recife. [...] Ainda em 1975, viajou à Venezuela para fazer uma pós-graduação, tendo visitado vários museus do País, assim como da Argentina, Paraguai e Uruguai. Sua

o intuito de estabelecer diretrizes de atuação para as edições seguintes dos Fóruns pontuando as principais insatisfações coletivas que foram apresentadas e das quais compartilhava, para, com isso, estabelecer unidade ao grupo. Dessa forma, além de apresentar brevemente a realidade de Pernambuco, discorreu acerca de três pontos principais.

O primeiro diz respeito ao Nordeste e ao nordestino e está presente no seu relato como valorização e reconhecimento tanto do patrimônio que há na região como da força do trabalho existente, especialmente na Bahia porque abrigava o Curso de Museologia na UFBA e em Pernambuco pela presença da Fundação Joaquim Nabuco.

O segundo item problematizado foi a ausência de ação política para a cultura e, por conseguinte, para os museus. Nesta perspectiva, Aécio de Oliveira abordou sobre o Sistema Nacional de Museus e as representações dos poderes políticos brasileiros através de sua compreensão de *regionalismo*. O terceiro e último ponto diz respeito à profissão e como ela se desenvolveu no Nordeste. Demonstrando preocupação com a carência de profissionais habilitados, além de apresentar alguns aspectos da formação dos profissionais que estão nos museus, Oliveira assumiu responsabilidades para capacitá-los convidando os professores Osvaldo Gouveia Ribeiro e Maria Célia Teixeira Moura Santos para unirem forças nessa tarefa.

Seu discurso militante, cadenciado e reconhecedor da importância do Nordeste e da museologia nordestina, buscou, inicialmente, e através da rememoração histórica da formação das coleções artísticas brasileiras desde Maurício de Nassau¹⁸⁶ até a construção das instituições culturais do Brasil com chegada de D. João VI e o império de Pedro II¹⁸⁷, demonstrar a importância do patrimônio cultural presente na região.

tese foi sobre Museologia no Primeiro Curso Internacional de Administração Cultural. Dois anos depois, em 1977, seguiu para os Estados Unidos, onde realizou visitas a 56 museus americanos” (<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=904:aecio-de-oliveira&catid=35:letra-a>, acessado em 26/10/2018).

¹⁸⁶ “Pernambuco talvez tenha sido o estado brasileiro, onde pela primeira vez se formou uma coleção com critério museológico isso ainda no século XVII, a coleção relativa ao período de Nassau. Não foi somente a primeira coleção de coisas brasileiras que foi levada para a Europa, na época, pelo Conde Maurício de Nassau, mas também foram levadas como instituições museológicas o Jardim Botânico, o Jardim Zoológico, o Observatório Astronômico, tudo isso no século XVII” (Oliveira, 1988/2015, p. 71).

¹⁸⁷ “É, realmente, no século XIX que surgem os museus oficiais, com o decreto do príncipe regente D. João VI, mas, ainda, no século XIX, o Brasil começa a se encher de instituições de caráter museológico e o Nordeste também se enriquece com isso, com o patrocínio do Imperador Pedro II. São Institutos Históricos e Arqueológicos. Pernambuco também se recheou dessas instituições, que serviram para guardar o acervo museológico. Esses Institutos Históricos e Arqueológicos guardavam uma coleção eclética, objetos históricos, científicos, artísticos, muito material de arte decorativa, de antropologia cultural, de etnografia. Material de zoologia também eram guardados em museus ecléticos. Era o sentido da época, onde nos museus se guardavam tudo e Pernambuco está cheio disso” (Oliveira, 1988/2015, pp. 71 – 72).

Mas essa [a coleção constituída no período de Maurício de Nassau], talvez, tenha sido a primeira origem, a primeira manifestação de caráter museológico no Brasil, acontecida aqui no Nordeste, ainda na época do Brasil Holandês. É Pernambuco e Bahia que, talvez, tenham o maior número de acervo do século XVII (Oliveira, 1988/2015, p. 71).

Destacando a importância desse patrimônio para a história do Brasil, Aécio de Oliveira assegurava em seu discurso o quão significativo era o Nordeste e que o tratamento desse acervo deveria ser considerado pelos agentes políticos presentes. O Nordeste era, assim, esse patrimônio do Brasil colônia, marcado pelas forças culturais dos povos que aqui habitavam e, também, daqueles que aqui chegaram. O Nordeste era, portanto, importante.

Oliveira ainda enfatizou que com a ausência de investimento financeiro o Nordeste estava marcado pela criatividade nas soluções para os problemas do patrimônio e que essa característica, desenvolvida com os anos de luta e resistência, havia sido incorporada ao nordestino. “Usar da criatividade. E nós nordestinos usamos muito desse meio, é uma forma de burlar as dificuldades. Nós somos especialistas nesse assunto” (1988/2015, p. 73). O nordestino é, então, para o relator, a força criativa que se habilitou em lidar com as adversidades.

Nós temos é que virar este jogo, usando da criatividade, que é tão peculiar ao povo nordestino. Um povo que tem no seu sangue a miscigenação do dinamismo, da criação e da persistência. E nós podemos fazer muito bem isso, **criar uma museologia tirada da necessidade real, ordenada e organizada, de uma riqueza técnica, de uma riqueza de expressão [...]** (Oliveira, 1988/2015, p. 75, grifo nosso).

No que tange à sua insatisfação com a política cultural brasileira, Aécio de Oliveira ressaltou que eles não deveriam mais esperar pelas decisões governamentais porque o governo estava desacreditado “já que a política que se vê é a de favorecimento” (Oliveira, 1988/2015, p. 72). Em seu relato considerou que os políticos “não trabalham de acordo com a realidade, nem tão pouco pela real necessidade da cultura” (Oliveira, 1988/2015, p. 72) e, dessa forma, a “museologia para eles ficava sempre em último plano. Se faz museologia com a sobra do dinheiro e por tudo isso, nós ficamos a mercê dos políticos” (Oliveira, 1988/2015, p. 72). Esse argumento reafirma o descompromisso dos governantes com o patrimônio cultural brasileiro já apontado nos relatos do professor Osvaldo Ribeiro e da museóloga Gilka Sant’Anna.

Acerca do formato que deveria ser dado aos Fóruns, Oliveira reafirmou a importância do caráter regional e destacou que eles não deveriam ficar surpresos se outras

regiões¹⁸⁸ começassem a fazer seus encontros e, por fim, que no campo brasileiro o Estado de São Paulo também se mobilizaria nesse sentido.

Antes, nossa ideia era criar, no Sistema Nacional de Museus, as regionais. Na criação desse Projeto, que foi publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco, a ideia era criar, realmente, um Sistema Nacional de Museus com sede no Ministério da Educação, e que o Brasil fosse dividido por regiões museológicas e que de lá partissem as definições e decisões com relação à política aplicada à cada região **para que não houvesse a centralização do pensamento**. E isso nós estamos fazendo aqui nesse encontro (Oliveira, 1988/2015, p. 74, grifo nosso).

Prosseguiu fazendo uma crítica que permanece na contemporaneidade que é a manutenção de dois polos administrativos de poder: um na antiga sede de governo, a cidade do Rio de Janeiro, e o outro na atual capital federal do país, Brasília. Para Aécio de Oliveira, no Nordeste não cabia tais disputas porque a proposta, desde o Sistema Nacional de Museus, era democratizar o poder distribuindo-o nas regionais do país. Ele acreditava que dessa forma a política alcançaria a todos democraticamente.

Voltando, falo ainda da importância desse encontro, uma vez que está servindo de alerta para as outras regiões e para o próprio Sistema Nacional de Museus. Isso é uma contribuição à Priscila Freire e ao Sistema, que como nós sabemos é uma sala com quatro funcionários em Brasília, com ainda muita carência e tem outro setor no Rio de Janeiro com outra sala com alguns museólogos trabalhando. Como se pode ver, o Brasil é pródigo em criar trabalhos paralelos, se cria uma coisa em Brasília e outra no Rio. Fica então um grupo dono da bola em Brasília e outro dono da bola no Rio que terminam brigando pela posse da bola. **Nós não queremos isso aqui no Nordeste, porque há espaço para todo mundo dentro da museologia nordestina**. O que se precisa é que tomemos uma posição séria, de profissionais sérios dentro da área e reivindicemos quando necessário para que o governo tome conhecimento do que se passa (Oliveira, 1988/2015, p. 74, grifo nosso).

A divisão dos poderes políticos nas duas capitais – Rio de Janeiro e Brasília – é percebida como ineficiente pelo relator e ele recusa a implantação desse modelo no Nordeste. Em seguida, demonstrando conhecimento acerca da imagem cultural do Nordeste que quase sempre esteve atrelada à exposição da miséria, Aécio de Oliveira nega a promoção da desgraça, da sujeira e da pobreza como se elas “fossem riqueza cultural” (Oliveira, 1988/2015, p. 74) porque eles não deveriam “ênfatizar a desgraça da museologia nordestina, ou da museologia brasileira [e sim] lutar para que a museologia seja realista e ao mesmo

¹⁸⁸ “Daqui a pouco todas as outras regiões estarão fazendo o mesmo, mas **nós seremos os pioneiros como sempre**. A maior prova do nosso interesse pela cultura e da nossa boa vontade está bem aqui, porque sei que a maioria veio a este encontro sem receber diária alguma, não é mesmo? Nós viemos com o dinheiro do bolso da gente, atraídos apenas pela museologia, entende?” (Oliveira, 1988/2015, p. 76, grifo nosso).

tempo digna de uma cultura, a altura da cultura brasileira” (Oliveira, 1988/2015, p. 74). Nota-se que o regional, ainda que focado no Nordeste, estabelece relação direta com o nacional numa proposta de união de forças, ao menos entre eles, e não de desavenças.

Ciente da importância do Estado da Bahia com o Curso de Museologia da UFBA e de Pernambuco com a Fundação Joaquim Nabuco, Aécio Oliveira segue entrelaçando dados históricos de atuação e força política dos dois estados para posteriormente assegurar a atuação dele e dos professores Maria Célia Santos e Osvaldo Gouveia Ribeiro na capacitação técnica e política de novos agentes.

O que eu quero dizer é que sempre houve um entrelaçamento entre Pernambuco e Bahia. Quando a Bahia criou o curso de Museologia, desperta Pernambuco. Na área de museologia, no estado de Pernambuco, a Fundação Joaquim Nabuco foi a primeira instituição a acordar para a importância da museologia. Tanto que em 1971, ela cria, quando ainda era Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o primeiro Departamento de Museologia do Brasil. Criado dentro de uma instituição científica, a museologia foi equiparada a uma ciência aplicada, no mesmo nível das ciências biblioteconomia, arquivologia, economia, antropologia e história social. [...] Vejam vocês que agora foi criado o Sistema Nacional de Museus, idealizado dentro do Instituto Joaquim Nabuco, com a participação, principalmente do representante do Nordeste. ‘I Encontro Nacional de Diretrizes de Museus’, foi Pernambuco e Bahia que se lançaram. Também foram esses dois estados que criaram, em 1926, o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico dos Estados, e só depois de muitos anos, o Brasil cria o Nacional. **Mais uma vez, mostramos a força do Nordeste na área de Cultura.** No Rio de Janeiro existe museologia, mas graças a um nordestino, um cearense, Gustavo Barroso, que foi o idealizador do Museu Histórico Nacional, como também o idealizador do Curso de Museologia do Rio de Janeiro. **Então, é essa força e participação nordestina que comprova o nosso valor.** Não só no que diz respeito ao acervo, que é o acervo histórico do século, mas porque aqui existem quantidade e qualidade. É aqui que nasce o Brasil, e é aqui se fixa o europeu para deixar seu acervo e ideias (Oliveira, 1988/2015, p. 73, grifo nosso).

Seu relato exaltava tanto a importância histórica da região como também enaltecia o ânimo de todos os presentes para novas lutas. Não houve espaço, em toda a sua fala, para sentimentos de inferioridade porque ele conhecia profundamente a construção histórica tanto dos museus como da museologia existente no Nordeste brasileiro. Assim, o relator seguiu destacando a importância do uso da ética profissional e do respeito mútuo e chamou atenção para a proposta que estava nascendo de construção de um trabalho conjunto.

No que tange a profissão museólogo/museóloga, embora reconhecesse a existência da formação técnica da Bahia, Aécio de Oliveira pontuou que o quadro de museólogos no Nordeste, com exceção da Bahia, era escasso. Identificou que a capacitação técnica era a melhor saída porque o que eles possuíam nos museus eram “profissionais de outras áreas que [...] eram] levados para trabalharem nos museus porque de alguma forma tiveram problemas

em suas repartições de origem [e essas pessoas precisavam de] reciclagem, de conhecimentos básicos, de preparação” (Oliveira, 1988/2015, p. 72). Concluiu reconhecendo respeitosamente a importância dos diversos profissionais de museus que atuam e atuaram possibilitando a ação recente dos diplomados e apostando numa relação de harmonia, de respeito mútuo e que deveria visar a integração entre todos sem necessariamente olhar qual a formação (Oliveira, 1988/2015, p. 75).

A pobreza que Aécio de Oliveira destacou estava atrelada especificamente ao financeiro, porque eles sabiam que eram “muito ricos em cultura, mas pobres financeiramente” (Oliveira, 1988/2015, p. 74) e ele pretendia alterar o destino das verbas do país usando como possibilidade, via Governo Federal, o Sistema Nacional de Museus. Sua proposta era fazer do Fórum um marco na História da Museologia Brasileira para que dali saíssem comitês regionais da museologia, bem como o I Comitê Técnico de Museologia para o Nordeste. O relator frisou que tudo isso já tinha sido pedido em documento, mas que não tinha sido atendido.

Então, tomamos a iniciativa e estamos realizando e precisamos dizer isto a UNESCO ou ICOM. Aproveito para lembrar que todos devem se filiar a ABM e ao ICOM. E ainda, sugiro que criemos um boletim mensal, onde possa circular as informações referentes à Museologia Nordestina (Oliveira, 1988/2015, p. 76).

Ainda destacou que a proposta ocorrida em Ouro Preto durante o X Congresso Nacional de Museus era congrega os profissionais da museologia para que juntos eles pudessem estabelecer as bases para a “política verdadeira da Museologia Nordestina [para] ter também um Sistema que não seja mais preso [e que tenha] caráter nordestino, onde pensemos entre nordestinos, como profissionais sérios que somos, sem nenhum tipo de mesquinha” (Oliveira, 1988/2015, p. 75). Para o relator, a integração entre eles não deveria ser pautada pela origem da formação profissional porque todos são produtores de cultura e queriam somar esforços para que o trabalho acontecesse no Nordeste. Essa região, segundo Oliveira (1988/2015) tinha lugar para todos trabalharem e o que faltava era disponibilidade dos governantes para criarem cargos efetivos para todos.

Porém o compromisso que devemos firmar aqui, nesse encontro, deve ser com nós mesmos, de fazer crescer a museologia no Nordeste, através da troca de experiência e do intercâmbio cultural. Esperar por promessas políticas é que não dá mais (Oliveira, 1988/2015, p. 75).

Por fim, falou, especificamente, sobre os dados de Pernambuco, onde não há, segundo o relator, muita diferença entre o que se praticava naquele Estado e nos demais

estados do Nordeste “pois temos em comum toda uma linha, tanto de surgimento de museus, como de desenvolvimento da museologia daqui da região, que segue mais ou menos com a mesma base e a mesma característica” (Oliveira, 1988/2015, p. 71). Portanto, Pernambuco apresentava cerca de quarenta e cinco museus sendo que em Recife havia pelo menos dezenove e o “restante dos museus está espalhado pelas cidades do interior, do agreste ao sertão como Petrolina, que é a última cidade do estado de Pernambuco e possui o Museu do Sertão” (Oliveira, 1988/2015, p. 72). Acreditando nas semelhanças tanto de formação das coleções como de realidade regional local, Aécio conclui reforçando a proposta de união coletiva em benefício de todos os agentes.

2.1.3 Avaliações do Encontro Nordestino de Museologia

Quando os agentes se reuniram para o momento de avaliação coletiva o sentimento que ficou evidente entre a maior parte deles foi o receio de falar abertamente e de propor, ainda que com insegurança, maneiras de articulação para o coletivo. Dessa forma, os profissionais mais experientes do grupo precisaram se articular para convencer aos demais da necessidade e importância daquele momento para as ações futuras. Assim, Osvaldo Ribeiro, Gilka Sant’Anna, Cristina Negrão, Maria Célia Santos, Francisco Pereira e Francisco Sales Gaudêncio, presidente da Fundação Casa de José Américo, participaram mais ativamente do debate de avaliação do Encontro ocorrido no final do primeiro dia.

Osvaldo Ribeiro iniciou sua avaliação relatando seu desconforto com o silêncio que havia na plateia frente às questões que eles apresentaram. O silêncio do público fez como que ele questionasse a necessidade e o propósito daquele encontro. Com perguntas do tipo: “Será que Museu é uma instituição falida? Será que não tem sentido nós estarmos aqui sentados tentando discutir? Será que é utopia tentar se falar em criação de uma política museológica para o Nordeste?” (Ribeiro, 1988/2015, p. 29), Ribeiro provocou os presentes com o intuito de fazê-los se posicionarem para pensarem juntos em qual procedimento estratégico eles iriam adotar.

Francisco Pereira fortaleceu os questionamentos levantados por Osvaldo Ribeiro apontando a necessidade deles se organizarem politicamente e que, embora entendesse a inibição do grupo, aquele evento, diferente de outros encontros que “serviram para fazer nomes de alguns” (Pereira, 1988/2015, p. 31), era um espaço concedido à fala e aberto para “todos que se interessam por questões sociais brasileiras” (Pereira, 1988/2015, p. 31). O posicionamento direto, claro e objetivo de Francisco Pereira demonstrou que, caso a inibição

do grupo fosse motivada por posturas egoicas em outros eventos da área, aquele não era o objetivo do grupo ali presente.

Nesse sentido, a professora Maria Célia também acrescentou que aquele era um “momento de reflexão sobre a museologia nordestina” (Santos, 1988/2015, p. 32) e que eles precisavam refletir porque apesar das lamentações ouvidas ninguém ali havia deixado de trabalhar com o patrimônio **não importando se eram museólogos ou não**. Isso sugere que o entrave talvez estivesse presente naqueles que não eram museólogos de formação o que já indica segregação de classe profissional.

Ainda assim, aquele era o momento deles, enquanto grupo, fazerem a análise da metodologia empregada para que pudessem decidir “democraticamente como [deveria] ser a programação de amanhã” (Ribeiro, 1988/2015, p. 29), ou seja, do dia seguinte de evento e também ações futuras para os próximos encontros. Convictos da existência de uma realidade específica do Nordeste e cientes da discriminação sofrida ao longo dos anos, eles argumentavam que não adiantaria partirem para “o Rio, para São Paulo, Brasília ou para o Rio G. do Sul” (Ribeiro, 1988/2015, p. 29) a procura de respostas para os problemas, “já que temos um clima, **uma situação econômica e processos de inter-relação social específicos**, todos muito típicos desta região” (Ribeiro, 1988/2015, p. 29, grifo nosso).

Para Ribeiro o evento servia para tomada de consciência. Para que “esta coisa de Nordeste” (Ribeiro, 1988/2015, p. 29) fosse reconhecida e valorada, para que eles pudessem “dizer ao Sistema Nacional de Museus que a região Nordeste - **eu disse região** - tem propostas concretas” (Ribeiro, 1988/2015, p. 29, grifo do autor), e para mostrar ao Governo Federal que a região tinha recomendações específicas que se orientavam, primeiramente, pela integração do grupo e dos estados ali representados.

O professor Francisco Gaudêncio ponderou dizendo que não era necessário radicalizar, que eles não precisavam se fechar no Nordeste e que a interação poderia ser uma forma de crescer, de dinamizar os trabalhos e concluiu sugerindo a construção de um documento “para ser entregue as representações estaduais e federais reivindicando uma mudança de postura com relação à assistência aos museus do Nordeste para que caia a visão de museu estático, faraônico” (Gaudêncio, 1988/2015, p. 30).

Nos Anais do Encontro Nordestino de Museologia, há um registro de interrupção da fala pela plateia sem que haja a transcrição da pergunta feita e nem quem a fez, mas seu conteúdo é descrito e o tema é o **preconceito** que os nordestinos vivem. Gilka Sant’Anna responde concordando que eles vivem sim na região mais subdesenvolvida do país, mas isso

acontece porque no Sul/Sudeste estão as capitais que concentram a renda das indústrias do país. Reconhece que o Nordeste foi “desprezado e utilizado apenas como comprador dos bens de consumo do sul” (Sant’Anna, 1988/2016, p. 34) e que com os Museus a realidade tornava-se pior porque eles agiam como se as coleções da região não tivessem nenhum valor cultural. Defende que encontros como o que estava acontecendo tivessem continuidade para que o Sul e os governos tomassem “consciência do grande mal que fazem contra o nosso patrimônio” (Sant’Anna, 1988/2016, p. 34) e que era preciso resistir ao preconceito contra o nordestino.

O objetivo do evento, para Sant’Anna, era saber quantos e quais museus de história, de arte ou outros, pobres ou ricos e de esfera federal, estadual, municipal ou particular o Nordeste tinha para eles se organizarem mutuamente. Quanto à participação em evento, ela destacou que quase todos estão concentrados no Sul/Sudeste do país e que raras vezes participou de um encontro como aquele. As dificuldades de espaços de representação e ressonância das ações eram dificultadas porque o que se praticava na Bahia era, para alguns, uma **Museologia Alternativa**, visto que as exposições organizadas por eles chocavam muito porque fugiam da função tradicional do Museu.

Provavelmente porque tomou conhecimento das exposições do tipo AIDS, já comentada, ou da que fizemos na cidade de Cachoeira em 1986, expondo obras de arte sacra em estado precário de conservação, numa denúncia contra o abandono dos órgãos oficiais e que teve uma repercussão, a nível nacional, muito importante. O “adote, agora, um bem cultural porque amanhã será tarde demais”, já serviu de modelo para muitas outras situações no país. Fizemos uma denúncia e um apelo à comunidade que a partir daí vem colaborando muito com a restauração do rico acervo sacro da cidade de Cachoeira. Realmente, para quem considera que este tipo de ação, dentro da área da Museologia **foge à função tradicional dos Museus, imagina que a solução seria uma Museologia Alternativa**, isto se concordássemos de que no espaço do Museu só se deve expor o ouro e prata e o que encanta a visão, nunca uma situação real e atual que venha conscientizar o público” (Sant’Anna, 1988/2015, pp. 34 – 35, grifo nosso).

Posto o preconceito que esses agentes viviam em evidência, bem como exposto como esse preconceito racial atingia, inclusive, as formas de trabalho realizadas por agentes e definidas como **alternativa/museologia alternativa**, Gilka Sant’Anna avança no debate propondo que eles fizessem uma reflexão metodológica a ser adotada nos próximos eventos e isso será melhor exposto pelo diálogo entre o professor Osvaldo Ribeiro e o artista plástico Francisco Pereira.

Segundo Osvaldo G. Ribeiro, aquela era a primeira vez que realmente os nordestinos se reuniam para discutir questões da Museologia na região porque, ainda que ele tenha lembrado da existência de um encontro patrocinado pela Fundação Joaquim Nabuco no ano

de 1982 – o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste –, para ele, aquele evento tinha um sentido nacional. Na Paraíba, o sentido regional deveria ser pensado de maneira mais profunda e responsável. É com essa proposição de reflexão e na expectativa da plateia se manifestar abertamente, que o primeiro dia de avaliação do Encontro é concluído (Ribeiro, 1988/2015).

Esse debate é retomado na cerimônia de encerramento I Encontro Nordestino de Museologia e Francisco Pereira, o representante do estado da Paraíba, abriu a fala dizendo que a partir daquele momento eles deveriam expressar as propostas para os próximos eventos. Ressaltou que por conta do ocorrido em Ouro Preto, essa primeira edição do Encontro foi organizada por ele, Cristina e os profissionais da Bahia, mas que nos próximos a escolha da sede e o formato do evento serão decididos em plenária e democraticamente.

Embora o diálogo exposto a seguir entre Francisco Pereira e Osvaldo Ribeiro seja longo, é necessário mantê-lo na íntegra, visto que demonstra a maturidade dos agentes em compreender-se como lideranças momentâneas, mas especialmente como propulsores de um movimento de cunho aberto. Cientes da necessidade de haver uma coesão entre os presentes, mas preocupados com a implantação de um processo democrático, eles expuseram, abertamente, as questões atreladas à suposta hegemonia ou centralidade dos Estados da Bahia com a UFBA, e Pernambuco com a FUNDAJ. Por conhecerem os processos hegemônicos impostos pela Região Sudeste e para que eles não o reproduzissem, eles propuseram que esse método não seja o utilizado retirando, assim, a possibilidade da Bahia ou Pernambuco sediarem os próximos eventos. O objetivo era alcançar a maturidade no formato construído coletivamente para que esses centros apenas explorem, diante de suas potencialidades, a proposição coletiva. É dessa forma que Francisco Pereira, representante da Paraíba e anfitrião do evento, inicia sua fala:

Bom, em todo Encontro, naturalmente emerge um grupo que começa a liderar com uma ideia, e isso é muito comum. Vocês já sabem, nós já ultrapassamos, pelos menos os organizadores da Paraíba e Bahia, ultrapassaram esse espaço democrático, mas por necessidade técnica realmente, e é por isso que nós achamos que a partir de agora são vocês que tomar a frente desses trabalhos, apenas eu estou aqui com uma função técnica de conduzir este processo, e eu acredito que Osvaldo e Célia já explicaram muito bem a questão do Fórum (Pereira, 1988/2015, p. 80).

O professor Osvaldo G. Ribeiro solicitou que fosse decidido o lugar para o próximo encontro justificando que alguns não estariam presentes à tarde e que como eles objetivavam a realização de Fóruns, que a explicação do que é um evento dessa natureza também fosse

discutida e aceita no coletivo. A professora Maria Célia T. M. Santos sugeriu a escolha de um tema.

Pediram-me explicação sobre um Fórum, justamente porque nós estamos querendo que o próximo encontro seja diferente, seja mais pragmático, mais trabalhado, no sentido de estabelecermos realmente um Fórum, onde haja debates constantes sobre a área, e que todo material dos organismos que compõem a área cultural do estado seja levado para lá, a fim de que seja discutido. É lógico que não poderíamos estar lá a cada sessão, mas haveria o espaço para se trabalhar todo o material referente ao tema escolhido. O próprio estado escolheria esse tema. Então o estado que se prontificar a promover o próximo encontro, terá que assumir este compromisso conosco (Ribeiro, 1988/2015, p. 79).

Percebe-se, dessa forma, que a estrutura do evento e sua concepção intelectual passou pelas propostas dos Estados da Paraíba e Bahia, mas o que não foi identificado na discussão ocorrida foi a imposição ou a desconsideração da opinião de todos. Líderes houve, está demonstrado no relato de Francisco Pereira, mas o processo foi democrático e inclusivo e ocorreu em virtude dos impasses em Ouro Preto.

A ideia nossa, do grupo de museologia da Paraíba e Bahia, é que pensemos primeiramente no próximo encontro, pois este nós não sabemos se é o primeiro, já que não sabíamos se haveria o segundo, é tanto que não o chamamos de primeiro, mas apenas de encontro. A ideia do Fórum é porque ele pode caracterizar um permanente diálogo e a permanência de discussão para que esse encontro não morra aqui. A existência do Fórum por si só e etimologicamente já diz isso, existência de um permanente diálogo (Pereira, 1988/2015, p. 80).

Francisco Pereira ainda destacou a responsabilidade em sediar o próximo evento porque durante o ano seguinte e até que ocorra o Fórum o Estado responsável pelo evento servirá de catalisador entre os demais estados. “Portanto, as pessoas que representam o estado aqui, devem ter consciência da situação política do seu estado e conhecimento de sua capacidade humana, física e econômica para ver se o estado tem condição de promover o encontro” (Pereira, 1988/2015, p. 80).

Dando continuidade e fortalecendo essa proposta de democratização dos espaços para as discussões da área, Regina Batista e Silva, representante da Fundação Joaquim Nabuco do Estado de Pernambuco expôs que, por meio da Fundação e do Sistema Nacional de Museus, todos poderiam ter ajuda financeira para execução dos Fóruns, mas que “nós temos que parar um pouco com essa hegemonia de Bahia, Pernambuco nesse tipo de ação [...] estender a outros estados que estão mais distantes de nós, que têm mais dificuldades, muitas vezes de receber, de participar, essa coisa toda” (Silva, 1988/2015, p. 81). Concluiu votando favoravelmente à proposta de manter o encontro na estrutura de um Fórum e foi

complementada por Osvaldo Ribeiro negando uma ação de colonialismo entre eles próprios, o que engrandece a iniciativa plural e de respeito mútuo.

[...] em Ouro Preto quando da discussão, a sugestão dos representantes nordestinos foi que fosse na Bahia esse encontro, esse primeiro encontro que está sendo aqui e nós fomos frontalmente contrários porque temos o mesmo pensamento que Regina está tendo e achamos que não é oportuno que o próximo encontro ou os próximos sejam na Bahia ou Pernambuco. O encontro deve ser num outro estado, que inclusive, enfrente problemas. **A ênfase que é dada aqui à Bahia e Pernambuco não significa hegemonia**, pois sabemos muito bem o que essa postura representa, eu diria, inclusive, **colonialista, colonizadora do sul com relação a nós. Com isso, nós não estamos querendo negar a ação do sul**, nem tão pouco seu valor técnico, ou tecnológico. A Bahia não está querendo separar o Nordeste do Sul não, viu? Como, aliás, saíram algumas brincadeiras aqui. **A intenção nossa é tão somente, reunirmos por região e tentar valorizá-la**. E não pensamos em nós para promover este próximo encontro. Achamos que deve ser um outro estado para reforçar mais a nossa luta, como o que já está acontecendo aqui na Paraíba (Ribeiro, 1988/2015, pp. 81 – 82, grifo nosso).

Conscientes da prática colonizadora do Sul do país com o Nordeste e com o nordestino de modo geral, ainda que internamente nessa região do país tanto a UFBA como a FUNDAJ já fossem polos centrais de disseminação de ideias e propostas, os representantes dessas duas unidades recusam a execução da postura colonizadora por reconhecerem que esse comportamento não reuniria forças e nem valorizaria a região Nordeste como um todo. Reconheço que essa postura não colonizadora e conscientizadora assumida pelo grupo é a identificada nos estudos de Paulo Freire (2018) através do seu conceito de trabalhador social. Segundo Freire, “a conscientização dos indivíduos com quem se trabalha, enquanto com eles também se conscientiza[m], este e não outro nos parece ser o *papel* do trabalhador social que optou pela mudança” (Freire, 2018, p. 81, grifo do autor). Através da avaliação coletiva os agentes se colocaram, mas também se ouviram e no exercício de empatia e respeito, cresceram mutuamente e coletivamente.

Assim, após alguns debates, os participantes decidiram que: o Maranhão sediaria o próximo evento e que este seria intitulado Fórum de Museologia Nordestina; que o Estado eleito para receber seria considerado presidente do mesmo, mas que contaria com o auxílio do Conselho composto por cada representante dos Estados nordestinos. Também foi sugerida a eleição de um tema para cada encontro e a representante do Maranhão, a senhora Graça Sardinha, sugeriu que eles fizessem o levantamento dos dados de cada Estado para que assim pudessem julgar, com mais propriedade, onde a carência era maior e qual a maneira mais eficiente de intervir.

Os participantes concordaram com a sugestão deixando a cargo do Maranhão a sistematização dos dados feita a partir de um formulário¹⁸⁹ que seria enviado a cada representante do Estado e este, enfim, encaminharia para ser preenchido por alguém que julgasse isento na apresentação da realidade interna para que não houvesse manipulação das informações. O objetivo do formulário era apenas para ajudar a intervir no problema diagnosticado.

Dessa forma, eles firmaram um compromisso com eles mesmos e não com o governo estadual, municipal ou federal, menos ainda com instituições. Como sugestão de data, por considerar oportuno conhecer além dos museus locais a realidade cultural do Estado, Graça Sardinha sugeriu o mês de junho devido aos festejos do bumba-meu-boi na cidade de São Luiz, o que foi aceito pelo grupo.

Outro desconforto identificado a partir dos relatos é o conceito de museu. Acredito que as questões provocadas pela Nova Museologia, e sentidas no Brasil ao longo da década de 1980, estavam sendo, naquele ano de 1988, acolhidas vagarosamente pelo grupo. Eles se questionavam quanto ao formato que a instituição museu deveria ter, bem como qual melhor método de trabalho eles deveriam realizar. Para construir conceito e definir método a professora Maria Célia sugere que eles levantem informações, a partir dos órgãos/agentes definidores de conceitos e normas institucionalizados – como o ICOM, por exemplo –, mas que processem os dados e produzam sua própria definição de museu.

O método da pesquisa-ação – “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1986, p. 14) – é posto, dessa forma, em prática pelo grupo. Essa proposta metodológica de pesquisa social interage bem com a pedagogia do oprimido de Paulo Freire (2018), porque nelas o ser humano “deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (Freire, 2018, p. 34) e, assim, os agentes ganham instrumentos científicos para desenvolverem seus métodos e capacidades.

Ainda sobre a questão do conceito de museu, a professora Maria Célia Santos faz a sua ponderação afirmando que:

¹⁸⁹ Cristina Negrão apresenta um formulário a Graça Sardinha e ela aceita como sugestão explicando a todos que este pode ser acrescido de informações que eles julguem pertinentes conforme a realidade local de cada um.

Quanto a questão do museu, acredito no seguinte, existe o Conselho Federal de Museologia, os Conselhos Regionais, o ICOM, que é um órgão ligado a UNESCO, que inclusive tem definição do que seja museu. Se nós vamos questionar essa definição, ou não, é uma etapa posterior e o próprio Sistema Nacional de Museus. Então nós informaríamos a essas instituições que nesse encontro do NE, nós teríamos que ter uma definição clara do que é ser museu hoje e pediria ao Sistema que mandasse a orientação dele, como também o ICOM e os Conselhos, assim nós teríamos todo o material a mão para analisar (Santos, 1988/2015, p. 94).

A professora Maria Célia ainda destacou uma importante fala de Regina para o momento vivenciado pelo grupo: “E Regina está dizendo o seguinte: talvez então essa seja a grande questão do Fórum, definir o que é que é um museu hoje na realidade brasileira” (Santos, 1988/2015, p. 94). Como tornou-se necessário definir o que era museu para a compilação dos dados, Graça Sardinha, representante do Maranhão e próxima anfitriã do Fórum, sugeriu que através do formulário eles relacionassem “tudo, tudo que nós chamamos de museu, não importa que ele seja museu ou não, mas está aberta à visitação pública e tenha uma proposta cultural, ou uma intenção cultural” (Sardinha, 1988/2015, p. 86), considerando, dessa forma, a função e ação cultural como elemento identificador da instituição museu.

Passada essa questão, os representantes discutiram o formato do documento final do Encontro optando por redigirem um Manifesto. Isso porque, ao reconhecerem que o poder político não os beneficia, os mesmos buscaram assumir seus papéis de agentes civis, de cidadãos conscientes de suas responsabilidades profissionais e atuantes na realidade que partilham. Embora os relatos abaixo citados sejam demasiadamente extensos, é necessário destacar na íntegra as colocações dos agentes acerca do que os motivaram a construir esse formato de documento. Primeiramente Gilka Sant’Anna:

Em forma de compromisso assumido, eu redigi aqui ligeiramente, mais ou menos, a ideia em favor de um manifesto [...] O que eu quero dizer, resume-se no seguinte: que tenhamos o compromisso com o intercâmbio para podermos receber e trocarmos informações; não permitir que a escolha de profissionais seja alvo do governo e ainda lutar pela autonomia dos museus porque eu acho que museu deveria ser uma instituição desvinculada do governo (Sant’Anna, 1988/2015, p. 80).

Apoiando-a integralmente, Francisco Pereira reiterou:

Em todos os encontros nós temos assistido a quê? Reuniões que dizem as mesmas coisas e que encaminham documentos para autoridades que nunca vão ler, [...] me parece que **está nascendo aqui um fato histórico importante**, pela primeira vez, nós não estamos reunidos para produzir um documento que vai dizer “considerando que... tendo em vista que... recomendamos,” não! Desta vez é o contrário, **nós reunidos aqui no Fórum tal, tomamos a decisão de daqui por diante sermos senhores do nosso destino**, e em função disto, denunciar [...] (Pereira, 1988/2015, p. 91, grifo nosso).

Corroborando com o debate, Regina Silva¹⁹⁰ ainda destacou que o manifesto é uma maneira de romperem com a forma tradicional de trabalho que as menospreza por serem nordestinas e que as coloca novamente no lugar de pobreza, fome e miséria. Ela sugeriu que na vanguarda do que elas discutiam enquanto grupo, a museologia que elas acreditavam devia romper com essa forma única de fazer museu porque esse **museu único**, portanto **tradicional**, não é o museu presente na realidade Nordestina.

Enfim, é importante destacar que durante o debate de encerramento, o professor Iveraldo Lucena, Secretário da Cultura do Município de João Pessoa à época futuro Pró-Reitor de Assuntos Comunitários da UFPB, comprometeu-se em ser parceiro do Fórum, através da Universidade Federal da Paraíba, por entender que é importante uma ação de extensão da universidade para seus museus internos, mas também para os demais do Estado. Também reconheceu ser importante que “a formação acadêmica desses profissionais ou dos técnicos que não [são] necessariamente de nível superior, sejam necessários ao desenvolvimento do trabalho até a formação em processo e em nível de especialização” (Lucena, 1988/2015, p. 85) e que estava aberto às sugestões.

Com espírito de coleguismo e buscando ações em defesa do patrimônio histórico e cultural regional/nacional, o Encontro Nordestino de Museologia constituiu-se como local de debate, um local para falar e para ouvir sobre museologia. Uma Museologia que, segundo elas, sendo participativa, informal e não acadêmica¹⁹¹, permitiu que elas identificassem seus próprios problemas com mais facilidade ao aceitarem que os objetivos mais amplos da área deveriam ser tratados em eventos de maior proporção.

¹⁹⁰ Nas palavras de Regina: “Nós como nordestinos já somos vistos lá fora por uma forma tradicional de postura e nós não somos tradicionalistas a ponto de nos inferiorizarmos, entendeu? lamentavelmente nos olham como conservadores, mas não somos nada disso, o que falta para nós é coragem suficiente de chegarmos lá fora e dizer: olha, nós pensamos que o museu de fato no Nordeste deve repercutir, deve refletir uma realidade de pobreza, de carência, de necessidade e não de mostrar o objeto bonito lá na exposição que nada tem a ver com a realidade social do homem, que vive pedindo esmolas e que precisa trabalhar para poder ter o mínimo de condições de sobrevivência. Um homem que vende qualquer coisa que ele produza para poder comer, ele precisa comer. **Nós somos um povo sem perfil.** Nós somos um povo que tem apenas a boca para comer, para alimentar-se, mas o nosso alimento, nesse momento, como classe museológica é o quê? é **a museologia, é a ciência do museu, é o fazer do museu.** Então, esse manifesto tem que romper isso, essas coisas todas que vem sendo ditadas para nós desde o século passado. Eu acho que a vanguarda é exatamente essa questão” (Silva, 1988/2015, p. 92, grifo nosso).

¹⁹¹ “Que no encontro de São Luiz, não que nós queiramos isolar o Sul, mas vamos deixar o Sul para o Congresso da ABM, que é um congresso nacional. Esses são encontros preparatórios dos encontros nacionais, dos grandes congressos, que são realizados com esses objetivos mais amplos de trocar experiências. Não podemos isolar a museologia, a nível de ciência ela não pode ser considerada e nem pode crescer isoladamente. As experiências têm que ser trocadas mesmo, **de região para região, de país para país.** Isso é óbvio, mas que o objetivo desse encontro seja mantido e que nos próximos encontros de museologia do Nordeste seja, realmente, o pessoal do Nordeste que vai se reunir para discutir as questões gerais. As questões mais abrangentes deverão ser discutidas, a meu ver, nos congressos nacionais que terão objetivos mais amplos” (Santos, 1988/2015, p. 99, grifo nosso).

2.1.4 Manifesto de João Pessoa

Os participantes do Encontro registraram no documento que os problemas de infraestrutura inadequada ao funcionamento das instituições, a ausência de entrosamento entre museus e profissionais do setor [da cultura], a carência de mão-de-obra qualificada e de cursos de formação e a ausência de uma política definida para o desenvolvimento das instituições eram problemas históricos conhecidos que se agravavam visto que, as autoridades “salvo raras exceções, desconhecem, ou não se interessam pelo[s] problema[s], o que dificulta ainda mais a atuação correta dos museus e de seus profissionais” (Nunes, 2000, pp. 14 - 15).

Na proposta de articulação esboçada para o seguimento profissional houve a orientação para envolver os alunos do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA e encaminhar documentos solicitando apoio e envolvimento do poder público nos Estados do Nordeste. Como resultado, os participantes decidiram criar o Fórum Permanente de Museologia Nordestina que objetivava:

1. Promover, mesmo independentemente do apoio dos órgãos institucionais, o registro da situação museológica do Nordeste, através do levantamento de dados que possibilitem uma completa visão dos problemas e atividades desenvolvidas pelos museus e órgãos afins.
2. Realização de Encontros, anuais, alternadamente, em cada Estado para que seja implantada uma política correta de atividades no Museu no sentido de responsabilização desses profissionais na defesa do patrimônio museológico nordestino.
3. Que [a] partir desse instante, haverá permanentemente um posicionamento de divulgação desses princípios junto à sociedade para que ela possa conhecer a problemática que afeta a museologia nordestina e possa conjugar esforços nas soluções necessárias (Nunes, 2000, p. 15).

Faz-se necessário destacar que, como não foram ouvidos no X Congresso Nacional de Museologia, realizado na cidade de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, em 1987, os organizadores e participantes desse Fórum usaram a metade do tempo disponível no evento para os relatos enfatizando, dessa forma, a importância de ouvir e serem ouvidos. Além disso, apesar do regionalismo ser fortemente destacado no documento final por considerarem que a região nordeste tem características culturais, econômicas e sociais próprias e que por isso necessitava de uma política museológica para atender as necessidades locais e regionais, ao concluírem o Manifesto, eles ressaltaram que atender o regional promoveria o desenvolvimento nacional.

Quanto a participação das pessoas participantes do Encontro foi possível identificar os representantes dos Estados através de uma lista¹⁹², mas há também outra listagem

¹⁹² (Encontro Nordestino de Museologia, 1., 1988d). Lista de Representantes/PB – Anexo 14.

localizada no acervo pessoal da professora Maria Célia T. Moura Santos¹⁹³, composta por sessenta e um nomes, podendo ser a lista dos participantes presentes no evento. Dentre eles, registra-se dois representavam Alagoas, oito a Bahia, vinte e quatro a Paraíba, sete Pernambuco, quatro Sergipe, dois o Piauí, doze o Rio Grande do Norte, uma o Maranhão, além da representante da Coordenação do Sistema Nacional de Museus SPHAN/MinC de Brasília/DF¹⁹⁴, Priscila Freire. A presença dessa representação confere que, apesar de estarem reunidos regionalmente, havia uma preocupação em manter os vínculos com as representações federais da cultura no país.

2.2 II Encontro de Museus do Nordeste – 1989

Do II Encontro de Museus do Nordeste, diferente do primeiro evento que teve os anais preservados, não foi possível localizar muitos documentos produzidos. Ocorrido no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho em São Luís/MA, no ano de 1989, o evento tinha dentre os objetivos principais, traçar o perfil dos museus nordestinos por meio da aplicação de questionário¹⁹⁵ para assim estabelecer uma “política de caráter técnico, educativo e cultural, **adequada** para a região” (Nunes, 2000, p. 21, grifo nosso).

O questionário, composto de vinte e três itens para preenchimento, objetivava identificar mais especificamente as características dos museus da região. Além dos itens de identificação, histórico, e de dados administrativos do museu, havia outros destinados às atividades técnicas da museologia como, por exemplo, os de documentação, atividades culturais, conservação e restauro.

Semelhante a estrutura do I Encontro foram mantidos os relatos dos representantes dos Estados, mas o número de palestras foi ampliado e elas eram seguidas de um tempo para debate. Por esse motivo, optei em organizar esses dados gerais em quadros, conforme abaixo, que apresentassem rapidamente o conteúdo discutido pelo palestrante em cada Fórum. Não foi localizado o material escrito dessas palestras e por esse motivo não pode ser avaliado. Do material levantado identifiquei apenas o título da palestra e quem proferiu, conforme exposto.

¹⁹³ (Encontro Nordestino de Museologia, 1., 1988e) Segunda Lista de Representantes/PB – Anexo 15.

¹⁹⁴ Priscila Euler Freire compareceu ao evento representando Célia Corsino, a coordenadora geral do IPHAN. “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)” (<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Serviço%20do%20Patrimônio%20Histórico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf>>), em 27/06/2018.

¹⁹⁵ Fundação Joaquim Nabuco (1989). Questionário – Anexo 16.

QUADRO 3: PALESTRAS DO II ENCONTRO DE MUSEUS DO NORDESTE

PALESTRA	PALESTRANTE(S)	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Panorama crítico da situação museológica do Nordeste	Célia Maria Cursino	Coordenadora do Programa de Museus de Brasília/DF
Estrutura e Funcionamento dos Conselhos Federal e Regional de Museologia e a situação de registro de profissionais	Osvaldo Gouveia Ribeiro e Maria José Souza de Almeida	Vice-presidente do Conselho Federal de Museologia e Presidente do Conselho Regional do Nordeste/COREM-NE
Administração de Museus	Osvaldo Gouveia Ribeiro	Professor do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA
Segurança em Museus	Maria Cristina Mendes	Vice-presidente do Comitê Internacional de Segurança de Museus
Lei Sarney na prática	Maria Michol Carvalho	Assessora da SECMA
A Política Oficial e os Museus do Nordeste	Priscila Freire, Maria de Lourdes Parreira Horta Barreto e Laura Amélia Damous Duaiibe	Coordenadora do Sistema Nacional de Museus, Coordenadora Geral de Acervos Museológicos e Secretária de Cultura do Maranhão

Fonte: (Nunes, 2000, pp. 21 - 22).

Através da programação verificou-se que ocorreram reuniões de Grupos de Trabalho e avaliações das atividades do dia o que demonstra a manutenção da metodologia da pesquisa-ação. Entre os documentos encontrados, há uma Lista dos Representantes Estaduais¹⁹⁶ e um bilhete carinhosamente encaminhado para Maria Regina Batista e Silva - Fundação Joaquim Nabuco/PE¹⁹⁷. Analisando-os pode-se inferir que as determinações ocorridas nos encontros eram disseminadas para os Estados por meio das seus representantes e que as

¹⁹⁶ (Fórum de Museus do Nordeste, 1., 1990). Lista de Representantes/MA – Anexo 17.

¹⁹⁷ Transcrição do Bilhete: “Querida Regina, a ausência do Estado de Pernambuco ao “II Encontro Estadual de Museus do Nordeste” foi uma ausência sentida por todos os participantes. Apesar disso, a sua colaboração ficou registrada e seu esforço não foi em vão. Paulatinamente passarei todas as informações. Aguarde. Por enquanto divulgue nosso Manifesto e Moções, que tenho certeza que você concordará com ambos. Estou à disposição para qualquer esclarecimento. Vai, desde já, um apelo: NÃO FALTE ao III Encontro que será em Natal. Profissionais competentes como você não podem deixar de dar as suas contribuições. “É HORA DE DIVIDIR”. Um beijo. Graça Sardinha. 02/08/89” (grifo da autora).

responsabilidades dos envolvidos eram cumpridas. O engajamento, a solidariedade e carinho foram mantidos.

2.2.1 Manifesto de São Luís

No Manifesto de São Luís (1989) os profissionais, dirigentes e estudantes de Museologia reafirmaram os compromissos do manifesto anterior e ampliaram a lista de reivindicações. Entre elas destacam-se a criação de cursos de graduação em Museologia nos Estados do Nordeste que ainda não possuíam; o registro dos bens móveis e integrados no âmbito federal e estadual; a revisão da política salarial; a criação, institucionalização e implantação de um Sistema Estadual de Museus e a criação de uma representação da comunidade estudantil da área museológica a partir do III Encontro. Assim, a militância ganhava força e objetivava ampliar sua atuação.

Os participantes também produziram Moções de ajuda a Museus e coleções como o apoio ao Museu do Carmo no estado da Bahia que corria o risco de perder o seu acervo; a manutenção do Museu do Convento de Santo Antônio de João Pessoa/PB; atenção e apoio aos museus subordinados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, principalmente o Museu Câmara Cascudo; a cessão de um prédio para a instalação do Museu de História Social no Piauí com o acervo da família Carneiro da Silva, bem como o apoio ao Museu Histórico e Artístico do Maranhão na implantação do Sistema Estadual de Museus. Outras Moções dirigiam-se para a solicitação a órgãos públicos na esfera federal e estadual de criação de bolsas de estudo para a área cultural, e implantação do Sistema Nacional de Museus, nesses casos pelo Ministério da Cultura/MinC; abertura de concursos públicos para Museólogos nas instituições estaduais e contratação de estudantes de Museologia da UFBA como estagiários para outras instituições do Nordeste nos períodos de férias e recesso acadêmico.

Uma Moção de repúdio destinava-se à decisão da Secretaria da Cultura, Desportos e Turismo do Estado do Piauí que transferia, naquele momento, a Coordenação dos Acervos Museológicos para a Biblioteca Pública, o que ocasionou um retrocesso da área de museus, visto que a mesma já estava estruturada através do Sistema de Museus do Estado do Piauí. Por fim, duas Moções de votos de louvor as organizadoras do II Encontro de Museus do Nordeste e ao reitor da Universidade Federal da Paraíba/UFPB pela iniciativa de criação de um curso de Graduação em Museologia.

É importante destacar que, algumas iniciativas debatidas, trabalhadas e desenvolvidas nos Fóruns entre as décadas de 1980 e 1990 foram amplamente executadas a partir do ano 2000 pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil - Governo Lula - Partido do Trabalhadores/PT. Como exemplo cita-se a implementação do Eixo 3¹⁹⁸, da Política Nacional de Museus/PNM¹⁹⁹ que forneceu dados ao MinC, por meio da aplicação de questionários nos museus do Estado da Bahia, para o desenvolvimento do programa de Formação e Capacitação de profissionais de Museus. Neste programa, diversos profissionais do país ministraram oficinas temáticas solicitadas pelas instituições dos Estados brasileiros mediante necessidade local justificada. Outra iniciativa foi o Cadastro Nacional de Museus que é o levantamento em números das instituições museológicas e culturais do país e a implantação do Sistema Nacional de Museus e Sistema Estadual de Museus ainda em curso. Também destaco a criação de novos Cursos de Museologia, atualmente presentes em todas as regiões geográficas brasileira. O Eixo 3, coordenado pela professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, tem destaque nas ações futuras do MinC listadas anteriormente. A referida professora é, no Nordeste brasileiro, um importante agente profissional, intelectual e político que esteve e ainda está comprometida com os Museus e com a Museologia.

2.3 III Encontro de Museus do Nordeste – 1990

O III Encontro de Museus do Nordeste ocorrido no Centro de Convenções de Natal, cidade de Natal/RN (1990), teve a particularidade de ser marcado fortemente pela realização de seis oficinas de capacitação, como, por exemplo, conservação, montagem de exposição e ação educativa. Diferente das duas edições anteriores que focaram na realização de palestras que discutiam a gestão cultural e política dos bens patrimoniais do país, essa terceira edição foi marcada pela especialização. Através dos questionários aplicados nos estados, os agentes puderam mapear as carências técnicas regionais e, na resolução dos seus próprios problemas internos, realizaram oficinas. Dependaram, dessa forma, exclusivamente deles conforme podemos identificar na listagem dos professores e coordenadores do III Encontro segundo exposto no quadro abaixo.

¹⁹⁸ Política Nacional de Museus, Eixo 3: Programa de Formação e Capacitação em Museologia, Projeto-Bahia: relatório 2003-2005 Colaboradora: Maria Célia T. Moura Santos. Editora Ministério da Cultura, IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2005.

¹⁹⁹Ver: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>.

QUADRO 4: OFICINAS DO III ENCONTRO DE MUSEUS DO NORDESTE

OFICINA	PROFESSOR (A)	COORDENADOR(A)	OBJETIVO
Administração de Museus	Verônica Maria Meneses Nunes - aluna do curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais/UNI-RIO	Maria das Graças Carvalho Sardinha - Diretora do Museu Histórico e Artístico do Maranhão	“auxiliar aos participantes no desenvolvimento do processo metodológico dos Diretores e Administradores de Museus” (NUNES, 2000, p. 29)
Documento e Pesquisa Museológica	Osvaldo Gouveia Ribeiro - Professor de Documentação e Pesquisa Museológica da UFBA	Virgínia Barros e Silva Alves dos Santos - Museóloga da Fundação Joaquim Nabuco	“estabelecer a inter-relação entre documentação e a pesquisa; debater novas Metodologias de Documentação; conhecer os mecanismos de Documentação desenvolvidos no Brasil; incentivar o Estabelecimento de Padrões Documentais Unificados nos Museus do [Nordeste]/NE; [e] capacitar os participantes dentro de novas Metodologias de Documentação” (NUNES, 2000, p. 30)
Conservação e Acondicionamento de Acervo	Isabel Maria M. Bastos - Especialista em conservação e restauração de obra de arte no Museu do Estado de Pernambuco/PE	Maria Cristina Gomes Negrão - Museóloga da Fundação Casa de José Américo - João Pessoa/PB	“conscientizar os participantes no processo da conservação, acondicionamento e manuseio, possibilitando uma melhor adequação e segurança do acervo nas exposições e reserva técnica, a fim de assegurar a longa vida dos objetos” (NUNES, 2000, p. 31)
Programação Educativa	Maria Célia Teixeira Moura Santos Professora do Curso de Museologia da UFBA	Marilene Rubim G. Dias da Fundação Joaquim Nabuco - Recife/PE	“desenvolver o potencial pedagógico dos Técnicos nas atividades Educacionais possibilitando a comunidade uma melhor leitura do Acervo, através de trabalhos dirigidos alternativos de Educação, Cultura e Lazer” (NUNES, 2000, p. 32)
Conceituação de Exposição	Aécio de Oliveira - Museólogo do Museu do Homem do Nordeste - Fundação Joaquim Nabuco - Recife/PE	Wani Teixeira Fernandes - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e Diretora do Departamento de Museologia do Museu Câmara Cascudo	“traçar uma visão geral do assunto sobre uma ótica Museológica” (NUNES, 2000, p. 33)
Museografia	Guilherme Almeida F. Da Costa - Diretor do Museu Abelardo Rodrigues - Salvador/BA	Maria Regina Batista e Silva - Museóloga da Fundação Joaquim Nabuco - Recife/PE	“desenvolver o poder criativo dos participantes para o planejamento de exposição temporária e permanente, dando uma melhor Museografia do conjunto possibilitando uma boa leitura das peças individualmente; estimular os meios de construir um Programa Visual e Espacial complexo; estimular técnicas de estúdio inclusive confecção de maquete [e] orientar Métodos de confecção de imagens em equipe” (NUNES, 2000, p. 35).

Fonte: Nunes (2000, pp. 27 – 52)

A estrutura montada para as oficinas teve a particularidade de unir ministrante e coordenador de Estados diferentes o que possibilitou, do ponto de vista didático e coletivo, uma experiência positiva porque os recortes estabelecidos pelo profissional responsável pela oficina foram cruzados pelos conhecimentos de quem coordenava.

Por intermédio dos relatórios das oficinas sabe-se que a Coordenação do Encontro apresentou alguns textos sobre o “Projeto do Museu de Aviação e da II Guerra Mundial [...], um projeto do Estado do RN” (Nunes, 2000, p. 49) e solicitou aos ministrantes que utilizassem o material como base para o desenvolvimento das aulas das oficinas gerando descontentamentos porque eles compreenderam que o governo do Estado do Rio Grande do

Norte usou do evento para benefício próprio objetivando obter um projeto pronto e gratuito de implantação de museu²⁰⁰.

Da oficina de Programação Educativa, ministrada pela Professora Maria Célia Teixeira Moura Santos da UFBA, e Coordenada por Marilene Rubim G. Dias destacamos a ênfase no posicionamento regional e a crítica às práticas pedagógicas consideradas, por elas, inadequadas das escolas de educação formal.

Acreditamos que os museus nordestinos devem ser entendidos como representantes de realidades diversas e podem desempenhar ações educativas efetivas junto às comunidades onde estão inseridos, não reproduzindo as práticas pedagógicas inadequadas da escola, mas utilizando os bens culturais preservados como promoção do homem através do entendimento da sua realidade de forma crítica e reflexiva (Nunes, 2000, p. 48).

Embora o relatório não esclareça especificamente quais seriam essas práticas, sugere que, para a professora e coordenadora, a atividade educativa em museus deveria ultrapassar a contemplação pela contemplação do artefato pois, “o espaço próprio da educação é o espaço da apropriação, desapropriação e reapropriação do conhecimento e nessa dinâmica o museu deve assumir-se como instrumento de transformação” (Nunes, 2000, p. 48) o que está muito alinhando a pedagogia de Paulo Freire (2018).

Em 1987, ano do X Congresso de Museologia, a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos publicou o livro *Museu, Escola e Comunidade – uma integração necessária* em que apresenta seu relato frente às atividades de extensão do Curso de Museologia da UFBA, realizadas ao longo de 12 anos de ensino, através das disciplinas *Técnica de Museu III* e *Estágio de Museologia III*, posteriormente intitulada *Estágio Supervisionado*. No livro, a professora discorre acerca da relação entre o museu e a escola por meio de propostas educacionais que foram colocadas em prática.

Movida pelo desejo de tornar os museus úteis à sociedade, conforme seu relato na obra referenciada anteriormente, Santos (1987) apresenta observações acerca da participação dos museus no processo educacional; reflete o uso das metodologias participativas; problematiza a atuação do museólogo que, segundo a autora, deve ser direta, especializada e junto aos professores e alunos; e, por fim, avalia o desempenho didático no Curso de Museologia concluindo que alunos e professores estavam, por meio dos programas

²⁰⁰ Os detalhes dessa questão estão pormenorizados no Relatório da Oficina de Museografia e no Manifesto de Natal, disponíveis em Nunes, 2000.

educacionais, elaborando uma teoria baseada em dados coletados de forma participativa e direta em nossa própria realidade.

Percebe-se que o uso das metodologias participativas sugerido pelo livro está afinado com a prática proposta pela oficina de Programação Educativa do III Encontro de Museus do Nordeste. Além disso, a participação de todos na construção do processo é, até então, a principal característica dos Fóruns que, desde a sua primeira edição, buscou ouvir todos os participantes e distribuiu funções de lideranças para que o máximo de pessoas fossem envolvidas.

2.3.1 Manifesto de Natal

O Manifesto de Natal (Nunes, 2000, p. 23) reiterou os compromissos assumidos nos manifestos anteriores e acrescentou outros itens para serem efetivados nas próximas gestões. Destacaram, novamente, a necessidade da criação de novos cursos de Graduação em Museologia na **Região**, a maior integração entre Museu e Universidade e estabeleceram o tema ‘Documentação Museológica’ para discussão e apresentação de experiências no IV Fórum. Também recomendaram aos “dirigentes de órgãos oficiais de cultura de âmbito Federal, Estadual e Municipal, implementação de políticas sensíveis às relações entre Museu e Comunidade, respeitando-se as **peculiaridades da Região**” (Nunes, 2000, p. 24, grifo nosso).

O termo Região aparece no documento atrelado ao Nordeste, mas não como elemento problematizador e sim aglutinador, na medida em que destaca as supostas particularidades dessa região geográfica, o que sugere que Nordeste, para eles e naquele momento, tem conceito claro. Tal conceito não aparece reformulado mesmo após três encontros o que nos indica que permanece como o que foi apresentado no Manifesto de João Pessoa, ou seja, o Nordeste como Região que tem “características culturais, sociais e econômicas peculiares [e que por isso] necessita de uma política museológica definida de modo a atender suas reais necessidades” (Nunes, 2000, p. 15).

Na publicação de Verônica Nunes (2000) há um problema de edição nas páginas 25 e 26 o que sugere que o Manifesto de Natal esteja incompleto. No acervo da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, por outro lado, há outro documento referente ao III Encontro que, diferente do Manifesto apresentado por Nunes, apresenta sugestões aprovadas em

Assembleia Geral²⁰¹. Duas dessas sugestões estão diretamente ligadas ao tema do próximo IV Fórum: Documentação.

QUE se envie esforços para a constituição de um grupo de trabalho visando a iniciar os trabalhos de sistematização da documentação dos museus nordestinos; [...] QUE seja dado início de imediato ao inventário dos acervos dos bens móveis e integrados aos monumentos religiosos católicos do nordeste com o intuito de se conhecer a real dimensão deste traço tão importante do nosso patrimônio cultural; (Encontro de Museus do Nordeste, 3., 1990).

Assim, a sugestão de que o Fórum seja regulamentado para obter identidade jurídica combinado com a outra sugestão de que seja criado um fundo de investimento por meio da criação de um quadro de associados, sinaliza a necessidade de captação de recursos para manutenção dos eventos²⁰². Em seguida, como ficará claro com o decorrer dos anos, o financiamento se mostrará um entrave para execução dos Fóruns e assim, o Nordeste, qualquer que seja o conceito que a Região possa significar para os de dentro ou para os de fora dos espaços geográficos listados, será impactado.

2.4 IV Fórum de Museus do Nordeste – 1991

Em Recife, após a realização de três Fóruns que objetivaram levantar dados acerca da realidade dos Museus do Nordeste, o evento ganha alterações importantes pois registrou-se a presença de profissionais de outras regiões do país. Não foi possível identificar nos documentos o motivo do início dessa abertura regional, mas identifiquei que o Estado-sede que receberá o evento tem autonomia na condução da realização. Essa temática estará presente na assembleia final do evento, como destacarei posteriormente, o que sugere que pode ter ocasionado descontentamentos.

Além disso, nas próximas edições o evento será reconhecido como **Fórum Nordestino de Museologia** expressando maturidade dos envolvidos em não mais apenas discutir as dificuldades das práticas museológicas que eles tanto careciam, mas também de

²⁰¹ Fundação José Augusto, Coordenadoria de Atividades Museológicas, Fórum de Museus do Nordeste (1990). III Encontro de Museus do Nordeste – Anexo 18.

²⁰² No acervo da Asspam há uma “carta enviada pelos museólogos da Bahia e de São Paulo (representados pela Associação de Museólogos da Bahia, pela Associação Paulista de Museólogos e pelo Comitê Brasileiro do ICOM) ao presidente do CNPq, solicitando que a Museologia seja incluída entre as prioridades científicas e que o Programa de Museus do CNPq seja dinamizado e democratizado, com a cópia da carta entregue ao ministro da Cultura em 7 de maio de 1985” (Menezes, 2010, p. 58). Percebe-se que o empenho para conquistar o reconhecimento e investimento para a nova área já existia antes da realização do primeiro Fórum e unia a comunidade porque, para esse feito, o interesse era partilhado e quanto mais agentes envolvidos, seria mais fácil obter tanto o reconhecimento como os recursos.

problematizar, de forma mais ampla, a Museologia como área de conhecimento científico. Dessa forma, a discussão da instituição **Museu** será ampliada para contemplar a disciplina **Museologia**.

O IV Fórum recebeu o apoio do Ministério da Educação/MEC, instituição do governo Federal, através da Fundação Joaquim Nabuco, do Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura da Cidade do Recife e da Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/IBPC e a realização deu-se no Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ tendo três outras instituições como organizadoras: Museu da Abolição/IBPC; Museu do Estado - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Recife/Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco/FUNDARPE; e Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães – Fundação de Cultura Cidade do Recife/FCCR²⁰³ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991a).

Por fim, destaca-se a criação do regulamento e maior maturidade na organização da programação ressaltando os agentes nordestinos, representantes dos Estados do Nordeste, na coordenação das Mesas e dos Debates, conforme o Programa do evento²⁰⁴ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991k).

2.4.1 A Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ

A Fundação Joaquim Nabuco²⁰⁵, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura/MEC, foi instituída através do decreto 84.561 em 15 de março de 1980 e da transformação do antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Esse Instituto, idealizado por Gilberto Freyre²⁰⁶ e criado em 1949, na cidade de Recife, tinha como objetivo realizar o “estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região

²⁰³ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991a). Boletim Informativo e Patrocínios – Anexo 19.

²⁰⁴ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991k). Programa do IV Fórum Nordestino de Museologia – Anexo 20.

²⁰⁵ As informações estão disponíveis no site da instituição: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=788&Itemid=461>. Recuperado em 27/02/2018.

²⁰⁶ “Gilberto Freyre (1900 – 1987), o mais conhecido ensaísta brasileiro, após concluir os estudos secundários no colégio Americano de Recife, partiu em 1918 para os EUA, onde permaneceu cinco anos. Inicialmente foi aluno de Baylor – uma universidade metodista de pouca repercussão intelectual – tendo aí se bacharelado em artes liberais, com especialização em ciências políticas e sociais. Em seguida, graças a influência de Oliveira Lima, fez estudos de pós-graduação na renomada Universidade de Colúmbia, onde obteve o mestrado e doutorado em ciências políticas, jurídicas e liberais. Ali foi aluno de Boas, o principal responsável por seu futuro veio teórico, **pautado no relativismo cultural e na recusa dos determinismos raciais e geográficos**. Em 1923, após uma viagem prolongada pela Europa, Gilberto volta ao Brasil, instalando-se em Recife. Nesta cidade, exerce uma atividade constante na imprensa, inclusive como crítico de literatura, e atua junto ao grupo que integrará o movimento regionalista e tradicionalista, que abriu caminho para o advento do romance nordestino” (Pontes, 1989, p. 403, grifo nosso).

agrária do **norte** e do pequeno lavrador dessa região [visando o] melhoramento dessas condições”²⁰⁷.

O IJN [Instituto Joaquim Nabuco] é criado pela lei federal nº 770, de 21 de julho de 1949, destinando um milhão e quinhentos mil cruzeiros para a sua criação e início de funcionamento. Em 1953, devido a omissões e falhas na lei original, uma nova lei deixa claro que o IJN é subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde (posteriormente, de Educação e Cultura) e cria o cargo de diretor (posteriormente diretor executivo). Em 1960, uma outra lei concede personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Em 1963, o nome é oficialmente mudado para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Finalmente, em 1980, na ocasião do 80º aniversário de Gilberto Freyre, é decretada a transformação do IJNPS em Fundação (FUNDAJ) vinculada ao MEC, de utilidade pública, com personalidade jurídica de direito privado e gozando de autonomia científica e administrativa (Freston, 1989, p. 317).

Até adquirir sede própria, em 1952, por meio do Decreto nº 30838 e ocupar o prédio nº 2.187 da Av. 17 de Agosto, onde é sua sede atual, o Instituto funcionou em salas cedidas pelo Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano/IAHGP²⁰⁸ e posteriormente no chalé de 1870 na Avenida Rui Barbosa – bairro de Graças. Paul Freston (1989), traçando a trajetória ascendente da FUNDAJ e listando sua amplitude através da variedade de atividades que desenvolve, identificou que a Fundação possui dois centros principais em Recife, um no bairro Casa Forte e o outro em Apipucos, bem como outros imóveis menores. Além disso, possui livrarias em Recife/PE, Olinda/PE, São Luis/MA, Manaus/AM e Brasília/DF e também escritórios “nas capitais dos estados de Sergipe, Bahia e Maranhão, bem como na capital federal [Brasília/DF], e uma Coordenadoria da Amazônia em Manaus” (Freston, 1989, p. 318). Tudo isso permite ter a noção da grandeza da Fundação, bem como seu alcance nos estados do Norte e Nordeste brasileiro e atual capital federal do país. Por esse motivo, certamente, esse autor traz no título do seu artigo que esta Fundação é o império na província.

Atualmente seu organograma está dividido em três grandes diretorias – Diretoria de Pesquisas Sociais; Diretoria de Formação e Capacitação Profissional e Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte. Esta última é subdividida em três coordenações – Coordenação-

²⁰⁷ Recuperado em 27/02/2018, de http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=788&Itemid=461 (grifo nosso).

²⁰⁸ “O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) foi fundado em 1862. É o Instituto Histórico estadual mais antigo do Brasil. Ao longo dos seus 154 anos de existência ininterrupta, constituiu-se num referencial nacional e internacional. Seus acervos (biblioteca, arquivo e museu) e sua Revista representam uma fonte inesgotável para pesquisadores de várias áreas do saber. Autêntica casa de Pernambuco, o IAHGP é baluarte de defesa da história e da cultura do povo pernambucano” (<http://www.iahgp.com.br>). Recuperado em 21/06/2018.

Geral do Centro de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade; Coordenação-Geral do Museu e Restauo e a Coordenação-Geral do Espaço Cultural Mauro Mota – e desenvolve ações técnicas da Museologia no tratamento do patrimônio cultural brasileiro. Composto essas coordenações existem outras estruturas administrativas internas como o Cinema, a Editora Massangana, a Biblioteca Blanche Knopf, o Laboratório de Pesquisa, Conservação e Restauração de Documentos e Obras de Arte, e o Museu do Homem do Nordeste. O museu conta com o apoio do núcleo de Documentação e Pesquisa e das Coordenações de Museologia, de Ações Educativas e de Exposições e Difusão Cultural.

Com objetivo central de realizar estudos sociais no Brasil e tendo a frente desse projeto Gilberto Freyre, o “principal divulgador a nível mundial da harmonia racial” (Freston, 1989, p. 323), a Fundação publicou o Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, depois denominado *Ciência e Trópico*²⁰⁹ – a “revista de maior duração na história das Ciências Sociais” (Freston, 1989, p. 338). No boletim foram publicados os estudos de sociologia, economia, geografia, antropologia e estatística acerca do norte agrário. De autoria de Gilberto Freyre destaco o artigo O Manifesto Regionalista (1952), Homens, Terras e águas na formação agrária do Brasil (1954) e A importância para o Brasil dos institutos de pesquisa científica (1957).

Estes artigos levantam os temas do regionalismo; da preocupação social cautelosa e algo aristocrática, principalmente pelo trabalhador rural; [...] dos institutos regionais extra-universitários de pesquisa; e do luso-tropicalismo. [...] Tudo é voltado para o aspecto geográfico – a região; para o rural e o ‘tradicional’; e para uma abordagem aparentemente eclética (Freston, 1989, p. 339).

Esses temas também são tratados, com respectivo afastamento do tempo histórico, na pesquisa de Lilia Schwarcz (1993) discutida anteriormente. Destaco isso por ser significativo pensar que, após o recorte estabelecido por essa autora, o ano de 1870-1930, a década seguinte já marca o estabelecimento de mais uma instituição científica no Nordeste brasileiro. Tendo iniciado suas atividades dentro de salas cedidas pelo IAHGP, e pensada com o caráter regional, (ainda que façamos críticas acerca da definição dada a esse, como fenômeno ou dualidade disso), o regional (na figura do trabalhador brasileiro na região agrária do norte) e suas especificidades ocupa a centralidade nas pesquisas desenvolvidas pela Fundação e marca uma bem definida missão.

²⁰⁹ “Quando a revista muda de nome, o presidente da Fundação era Fernando Freyre, filho de Gilberto Freyre. Em seu discurso de apresentação presente na revista, o então diretor justifica que o nome “Ciência e Trópico lembra ainda que a nós, homens situados nos trópicos, não nos cabe ignorar que estamos destruindo o velho mito da impossibilidade de um processo civilizatório em áreas tropicais” (*Ciência e Trópico*, 1973, p. 4).

Nascida antes da existência da Graduação em Museologia na UFBA, a FUNDAJ é, para a Museologia brasileira, importante centro Federal de gestão e produção de conhecimento que serviu e serve como eixo produtor e disseminador no Nordeste brasileiro. Tendo uma estrutura consolidada, acredito que todas essas características foram primordiais para a realização do IV Fórum e para a memória do evento. Cabe destacar que parte significativa dos documentos que serviram como base informacional para este trabalho está disponível e organizado no arquivo institucional da Fundação.

2.4.2 Reuniões Preparatórias

Foram no total de sete as reuniões preparatórias para o IV Fórum em Recife, todas realizadas entre maio e agosto de 1991 para o evento que aconteceu entre os dias 13 a 17 de outubro do mesmo ano. A primeira reunião aconteceu em abril de 1991 e contou com a presença de seis representantes da Fundação Joaquim Nabuco/Museu do Homem do Nordeste, dois do Museu da Abolição, dois do Museu do Estado e um da Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães. Nessa reunião, a FUNDAJ se responsabilizou em receber o evento, bem como auxiliar com apoio técnico, pessoal e administrativo. As profissionais presentes se comprometeram em buscar novos agentes de museus para aderirem ao evento, bem como apresentarem, na reunião seguinte, a listagem de como e de que forma as instituições que elas representavam poderiam auxiliar na realização do evento²¹⁰.

A segunda reunião²¹¹ aconteceu dia 02 de maio e não foi possível identificar as participantes, entretanto há a descrição de cinco comissões organizadoras que foram compostas apenas na terceira reunião. São elas: Coordenação Geral²¹²; Comissão Administrativa²¹³; Comissão de Recepção²¹⁴; Comissão de Comunicação²¹⁵ e Comissão de Evento²¹⁶.

²¹⁰ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991b). Primeira Reunião Preparatória – Anexo 21.

²¹¹ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991c). Segunda Reunião Preparatória – Anexo 22.

²¹² Da Fundação Joaquim Nabuco: Maria Regina Batista e Silva; do Governo do Estado/Museu do Estado de Pernambuco: Teresinha C. Rego; da Prefeitura da Cidade do Recife/Fundação de Cultura da Cidade do Recife: Fernando Guerra de Souza; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/Museu da Abolição: Ângela Sumavielle. (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d). Terceira Reunião Preparatória – Anexo 23.

²¹³ Da Fundação Joaquim Nabuco/Museu do Homem do Nordeste: Silvia Brasileira e Vânia Dolores Estevam de Oliveira; Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/Museu da Abolição: Simone Rodrigues; da Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães: Joseisa Pazuello e da FUNDARPE/Museu do Estado: Aruzza Holanda. (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d). Terceira Reunião Preparatória – Anexo 23.

²¹⁴ Da Fundação de Cultura Cidade do Recife/Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães: Erlam Araújo, Cristina Mello e Ana Maria e da Fundação Joaquim Nabuco: Virgínia Alves dos Santos (Museu do Homem do Nordeste) e Francisca Toledo (Laboratório de Restauração). (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d). Terceira Reunião Preparatória – Anexo 23.

A terceira reunião ocorreu na Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães, uma semana após a anterior, registrando avanços nos apoios captados e na organização das ações das Comissões²¹⁷, mas notadamente prevendo, entre os trabalhos, ações para e no interior do Estado de Pernambuco, como a viagem para Caruaru.

O IV Fórum de Museus do Nordeste foi marcado para os dias 22, 23, 24, 25 e 26 de setembro, começando dia 22 à tarde **com viagem prevista para Caruaru** no dia 25/09, encerrando-se no dia 26/09 à tarde. Local: Fundação Joaquim Nabuco/Museu do Homem do Nordeste (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d, grifo nosso).

Isso demonstra diferenciação respeitosa aos museus do interior, bem como ao/aos patrimônio/patrimônios regional/regionais. Ao considerar que o tratamento orçamentário da Cultura no Brasil é marcado historicamente pelo uso de recursos mínimos, insuficientes e limitados, essa tentativa de realização do evento de Museus na capital e no interior do Estado de Pernambuco torna-se ação que necessita evidência. Em documento²¹⁸ despachado para o Presidente da FUNDARPE, o Sr. Rubens Valença, a Comissão de Coordenação Geral ao solicitar apoio para realização do IV Fórum argumenta que

no cenário congestionado da cultura nacional, os museus, no mínimo, têm demonstrado uma extraordinária resistência à adversidade que se manifesta através da escassez de recursos financeiros, técnicos, administrativos, etc... Mantê-los, aprimorá-los, é obrigação dos museólogos de ofício e, parece-nos de todos aqueles

²¹⁵ Do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/Museu da Abolição: Maria Helena Costa Pinto; da Fundação de Cultura Cidade do Recife: Alberto Lopes e da Fundação Joaquim Nabuco: Edson Araújo. (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d). Terceira Reunião Preparatória – Anexo 23.

²¹⁶ Da Fundação de Cultura Cidade do Recife/Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães: Alex Mont'Abert; da Fundação Joaquim Nabuco/Museu do Homem do Nordeste: Marilene Rubim e da Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/Museu da Abolição: Fernando A. S. Lima. Foi localizado outra cópia do documento referente a 3ª Reunião Preparatória com escritos a caneta que transferem alguns nomes dos participantes de uma comissão para outra, bem como acrescenta outros. Com o intuito de garantir o registro dos integrantes foi mantido esse documento, mas optei por preservar o que parece ser a primeira versão das comissões (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d). Terceira Reunião Preparatória – Anexo 23.

²¹⁷ “A Fundação de Cultura Cidade do Recife informou que fez contatos com a Petrobrás, e que esta empresa se compromete a financiar o projeto “Escultura na Praça”, da PCR, e apoiar o IV Fórum, no financiamento do material impresso (folder/programa, cartaz, pasta e crachá). O Diretor da Galeria Metropolitana juntamente com a equipe do Museu do Homem do Nordeste, discutirão a criação da logomarca para o evento. A Fundação de Cultura Cidade do Recife fornecerá, quatro hospedagens para os convidados de fora. A FUNDARPE fornecerá também passagens e hospedagens. A Comissão de Eventos ficará encarregada de conseguir junto a Antarctica, Brahma, e Bacardi, bebidas para os coquetéis. Caruaru através da Prefeitura local promoverá almoço para os participantes juntamente com apresentação de show folclórico. Será montada uma exposição pelo Museu do Homem do Nordeste na Galeria Massangana para inaugurar no dia da abertura do IV Fórum. A exposição “Escultura na Praça” será montada pela Fundação de Cultura Cidade do Recife, na Praça do Derby, e deverá ser inaugurada também no dia do Encontro. Estão sendo feitos contatos pela FCCR/PCR para apresentação da Orquestra Sinfônica e apresentações com grupos folclóricos de Pernambuco. Deverá ser feito documento para todos os Museus de Pernambuco, informando da realização do evento – Comissão Coordenadora” (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d).

²¹⁸ (Fórum de Museus do Nordeste, 1991e). Documento para a FUNDARPE – Anexo 24.

cuja função os torna responsável pela preservação da cultura e do patrimônio que constituem o substrato da nacionalidade brasileira (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991e).

Nessa reunião foi definindo que no IV Fórum as conferências seriam realizadas com um/uma conferencista e dois comentadores e seriam seguidas de debates com a plateia. Haveria também comunicações e mesas-redondas com comentadores e debates e, por fim, que os subtemas para as conferências seriam sugeridos a partir do grande tema **Documentação**. Nota-se que algumas comunicações, sugeridas no Programa final, tornaram-se tema como é o caso da que foi realizada pelo museólogo Raul Lody.

Na pauta para a quarta reunião preparatória foi estabelecido o que cada comissão ficaria encarregada objetivando agilidade e eficiência no processo.

A - Estabelecer entre si as atribuições de cada pessoa do grupo, considerando necessário se manter a objetividade das ações para resultados definidos; B - Levantamento das necessidades de cada Comissão; C - Eleger entre as Comissões o titular para os contatos necessários com a coordenação geral (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991d).

Acerca da quarta reunião nenhum documento foi localizado e é sabido que ela ocorreu porque no relatório referente a sexta reunião consta a data do dia 07 de julho de 1991, data na qual esta reunião teria ocorrido. Essa mesma carência de dados acontece na quinta reunião em que o único registro que há acerca dela está no documento²¹⁹ que faz referência à reunião que ocorreu no dia 11 de julho no Museu Murilo La Greca.

A sexta reunião preparatória aconteceu no Museu da Abolição no dia 25 de julho e sobre ela há apenas um pequeno relatório. Por meio dele, destacamos a elaboração e envio de cartas para os representantes dos Estados, conferencistas e debatedores informando a mudança da data de realização do IV Fórum, bem como a revisão do Regulamento do Fórum²²⁰.

A sétima reunião preparatória ocorreu no dia 01 de agosto na Fundação Joaquim Nabuco e dos itens listados destaca-se a organização do programa do evento (abertura; conferências/debates; eventos paralelos: coquetéis; mesa redonda; oficinas; visitas aos museus e galerias e encerramento); a formalização do compromisso escrito de cada instituição promotora para garantir o fomento; a elaboração da identidade visual e do projeto para captação de recursos para os Fóruns seguintes; a necessidade de buscar recursos nas empresas privadas e o levantamento dos custos das ações sobre responsabilidade de cada instituição

²¹⁹ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991e). Documento para a FUNDARPE – Anexo 24.

²²⁰ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991m). Sexta Reunião Preparatória – Anexo 25.

promotora para, entre outras coisas, saber o quanto cada um investiu e qual o montante disponível para ser usado²²¹ no evento.

2.4.3 Cerimônia de Abertura, Oficinas e Análise das Conferências

O IV Fórum contou com a realização de nove conferências ocorridas entre os dias 13 a 17 de outubro de 1991. A conferência de abertura, proferida pelo Professor Assistente e Coordenador do Colegiado do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA, Osvaldo Gouveia Ribeiro foi intitulada: **Visão da Documentação Museológica**. O tema escolhido como fio condutor para todas as atividades do evento foi documentação norteando, dessa forma, todas as demais conferências, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 5: PROGRAMA DO IV FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE

CONFERÊNCIA	CONFERENCISTA	DEBATEDOR(A)
Documentação Museológica como Produção de Conhecimento	Ângela Sumavielle, museóloga do Museu Histórico Nacional – RJ	Maria Regina Batista e Silva, museóloga do Museu do Homem do Nordeste
Documentação Museológica: Teoria e Prática	Helena Dodd Ferrez, arquivista e técnica da Divisão de Documentação e Pesquisa do Museu Nacional de Belas Artes – RJ	Osvaldo Gouveia Ribeiro, Professor da UFBA e Vânia Dolores Estevão, museóloga do Museu do Homem do Nordeste
Linguagem Museológica	Ciema Mueller, mestranda em Antropologia/Fundação Joaquim Nabuco	Carmem Lúcia Dantas, Professora do Departamento de Artes da Universidade Federal de Alagoas/UFAL
Documentação Museológica, Educação e Cidadania	Maria Célia Teixeira Moura Santos, Curso de Museologia/UFBA	Sem debatedor(a)
Preservar para não restaurar	Pérsida Omena, restauradora e diretora do LABORARTE da Fundação Joaquim Nabuco	Sem debatedor(a)

Fonte: Fórum de Museus do Nordeste (1991).

²²¹ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991n). Sétima Reunião Preparatória – Anexo 26.

Em algumas delas, como as proferidas por Ângela Sumavielle (RJ) e Helena Dodd Ferrez (RJ), o trabalho técnico de documentação em museu foi mais enfatizado, embora contasse com as contribuições da área de especialidades de ambas conferencistas, ou seja, a arquivologia. Em outras, como nas três posteriores de Ciema Mueller (PE), Plínio Victor (PE) e Tereza Rêgo (PE), o olhar do historiador estava, certamente, mais presente, entretanto, numa reflexão direta com a instituição museu. Por fim, a conferência de Raul Lody (RJ), objetivou levantar uma discussão antropológica acerca do objeto museológico e seu uso museal.

Os textos dessas conferências foram encontrados nos arquivos pesquisados e as análises desse material estão dispostas nos itens a seguir. Acerca das conferencistas, é preciso destacar que embora a discussão de ter trazido ou de incluir profissionais de outras regiões brasileiras (como Ângela Sumavielle, Helena Dodd Ferrez e Raul Lody, todos do Rio de Janeiro) apareça na plenária final e coloque em questionamento se o Fórum de Recife feriu ou não a opção de manter a proposta regional restrita ao Nordeste, destaco que tanto Ângela Sumavielle como Raul Lody tinham, nessa época, uma relação estreita de trabalho com a Fundação Joaquim Nabuco.

A ligação de Helena Ferrez não pode ser confirmada, mas é de conhecimento amplo da área da museologia que essa pesquisadora, juntamente com Maria Helena S. Bianchini publicaram, em 1987, o *Thesaurus para acervos museológicos*. Assim, o convite a ela pode estar relacionado a essa pesquisa importante para a documentação em museus enriquecendo, portanto, o debate temático do IV Fórum.

Nos dois últimos dias do Fórum, ou seja, 16 e 17 de outubro, ocorreram as duas últimas conferências. A primeira delas, **Documentação Museológica, Educação e Cidadania** foi proferida pela museóloga e Professora da UFBA, Maria Célia Teixeira Moura Santos²²² e a última conferência, **Preservar para não restaurar**, proferida por Pérside Omena, restauradora e diretora da Divisão de Pesquisa e Análise de Materiais e do

²²² A referida professora possui graduação em Museologia (1973), mestrado em Educação (1981) e doutorado em Educação (1995), todos pela Universidade Federal da Bahia. É consultora nas áreas da Museologia, da Educação e da Gestão e Organização de Museus e professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Integra o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura. É membro do ICOM e da Associação Brasileira de Museologia. Tem experiência nas áreas da Museologia e da Pedagogia, atuando nos seguintes temas: plano museológico, ação educativa dos museus, política nacional de museus, museus comunitários, formação e capacitação em Museologia. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780751J6>. Recuperado em 18/04/2019.

Laboratório de Pesquisa, Conservação e Restauração de Documentos e Obras de Arte/LABORARTE da Fundação Joaquim Nabuco.

Nas tardes desses dois últimos dias de IV Fórum, ocorreram as oficinas de Educação, de Museologia e de Museografia na Oficina da PREDUC, no Auditório Benício Dias e no Museu do Homem do Nordeste, respectivamente. Não foi localizado nenhum documento acerca das oficinas e as únicas informações levantadas são as que constam na programação do IV Fórum.

Assim, pude analisar os textos de algumas conferencistas, bem como algumas transcrições dos debates ocorridos. Para realização das análises do material bibliográfico e das transcrições, quando possível, inclui como anexo o debate ocorrido após a conferência apresentadas a partir de agora.

2.4.3.1 Visão da Documentação Museológica

O professor Osvaldo Gouveia Ribeiro²²³ lecionava no Curso de Museologia da UFBA a disciplina de Documentação e como esta prática museográfica foi o tema do IV Fórum, afere-se que esses foram os critérios que motivaram a escolha por sua fala. Além disso, o referido professor também ocupou o cargo de museólogo no Museu do Homem do Nordeste, instituição sede do evento.

A conferência²²⁴, motivada pela realidade dos museus brasileiros, trouxe a reflexão acerca da escassez dos recursos nas instituições culturais e da competência em exercer a profissão e a prática museológica em realidades adversas. Assim, para o referido professor,

a escassez da nossa prática museológica é o resultado inevitável da escassez de nossos recursos. E que, neste caso, ser escasso não equivale necessariamente a ser precário pois, se em virtude da penúria que, literalmente imobiliza os museus brasileiros, não praticamos assiduamente a museologia, quando o fazemos nós lhe acrescentamos uma nota de originalidade a qual, a meu ver, prova que somos tão competentes para exercê-la quanto para refleti-la como uma disciplina autônoma, a qual, nos dias correntes, só um leigo, ou um indiferente, reduziria a uma técnica erudita de classificação (Ribeiro, 1991a, pp. 1-2).

Segundo Ribeiro (1991), a documentação é uma disciplina autônoma que não deve ser reduzida a uma **técnica de classificação**. Em 1986 a museóloga Fernanda Camargo-

²²³ Osvaldo Gouveia Ribeiro é museólogo, lecionou no Curso de Museologia da UFBA até se aposentar e atualmente é assessor de Memória e Cultura das Obras Sociais Irmã Dulce em Salvador/BA.

²²⁴ Ribeiro (1991a). Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro – Anexo 27.

Moro²²⁵ lançava seu livro “Museus Aquisição/Documentação”, principal fonte brasileira de informação disponível aos profissionais que lidam com a documentação em museus. Dentre os procedimentos técnicos tratados na obra de Camargo-Moro (1986)²²⁶, está o de classificação e essa não foi a única crítica que Ribeiro fez em sua conferência. Para ele, naquele ano, o que havia de mais atual na reflexão museológica brasileira era a linguagem museológica, era perceber por meio da visão e da comunicação/exposição, a representação do objeto. E, ao comunicar, o objeto, segundo ele, não deveria estar subordinado e ou restrito ao seu aspecto original, visto que assume “significados muitos diversos daqueles naturalmente evocados por suas características físicas” (Ribeiro, 1991a, p. 2).

Citando Platão para explicar que a retórica é “método de se extrair de qualquer assunto o grau de persuasão que ele comporta”, (Ribeiro, 1991a, p. 3) o conferencista desenvolveu o que ele mesmo nomeou por Retórica dos Objetos onde a retórica, entendida como técnica de persuasão/convencimento, devia refletir o potencial argumentativo do objeto.

Ribeiro, considerando “que os objetos tenham um valor argumentativo idêntico ao das palavras” (Ribeiro, 1991a, p. 3), utilizou como exemplo a exposição temporária intitulada “Os objetos falam”, do Museu do Homem do Nordeste, para provocar com exemplos expográficos, o efeito dos objetos presentes e ausentes objetivando comprovar que a função crítica é a principal função do objeto museológico. Para o conferencista “o objeto assimila os

²²⁵ “possui graduação em Curso de Museus - Museu Histórico Nacional (1956) e doutorado em Arqueologia romana pela Universidade de Coimbra (1973) conveniada com UHJ. [...] (Texto informado pelo autor)”. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788571T9>. Recuperado em 06/03/2018.

²²⁶ “No Brasil, procedimentos técnicos foram sugeridos por Camargo-Moro em seu livro *Museus – Aquisição/Documentação*. Seguindo os princípios aí definidos, a documentação em museus é entendida como um conjunto de procedimentos técnicos que visa o controle do acervo, assegurando também os direitos de posse dos objetos para a instituição através da criação de instrumentos técnicos de valor legal. Datado de 1986, o livro ainda é uma referência para os trabalhos técnicos nas instituições que lidam com o patrimônio. A autora afirma que a documentação em museus é uma atividade relacionada às “ciências da preservação”, e assim procura firmar para a Museologia uma questão fundamental: a preservação dos bens culturais. Dessa forma, Camargo-Moro desenvolve no Brasil a primeira tentativa de compilação dos procedimentos técnicos da documentação museográfica. Tais procedimentos e instrumentos são concebidos e estabelecidos como normativos, determinando um conjunto de regras que orientam os trabalhos cotidianos dos profissionais da área. Seu livro, organizado em capítulos, pretende compreender o conjunto dos procedimentos de documentação relacionados à atividade museográfica de bens móveis” (Oliveira, 2009, pp. 37 – 38). “Dedicada à Museologia, Fernanda [Camargo-Moro], pós-doutorada em Arqueologia Ambiental, teve uma relevante produção bibliográfica, com destaque para a obra *Museu: Aquisição/Documentação* (1986), utilizada como referência histórica no meio acadêmico quanto aos estudos conceituais e práticas sobre documentação, em que Fernanda não se limitou apenas a exaltar a importância da gestão das coleções museológicas, mas esclarece a respeito das formas de registro, catalogação, pesquisa e preservação dos acervos em museus”. Recuperado de <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/em-foco/401-aos-83-anos-arqueologa-fernanda-camargo-moro-falece-no-rio-de-janeiro.html>>, em 18/04/2019.

diferentes sentidos que sucessivamente se lhes conferem seu artífice, seu usuário e seu expectador” (Ribeiro, 1991a, p. 5).

Por outro lado, quanto mais separados pelo tempo – a rigor, pela história – estiverem o artífice, o usuário e o expectador do objeto mais patente torna-se-á a triplicidade de sentido a que me refiro, no modo em que, hoje, pensamos diferente sobre as bilhas gregas e sobre os objetos de toucador da rainha Maria Antonieta do que pensavam os seus contemporâneos. A esta altura parece-me justo concluir que nos museus não há objetos naturais, pois, neles, até mesmo a amostra de um mineral bruto está conservada porque incorporou o valor a utilidade que, lhe conferiu o homem que a recolheu jazida. Do ponto de vista hermenêutico, o que será o documento museológico além de ser a expressão genérica de um suporte material ao qual uma subjetividade consignou valor? (Ribeiro, 1991a, p. 5).

Há, portanto, duas análises presentes. A primeira diz respeito à criticidade que deve haver no uso e na apreciação do objeto museológico, pois ao pensarmos criticamente sobre o toucador da rainha mencionado acima atribuiremos novas interpretações ou criaremos novos discursos para o mesmo objeto. Como corrente de pensamento, a Nova Museologia, realiza essa reflexão ao abordar o museu e seu acervo ligado à comunidade em que está inserido, por exemplo. O debate científico acerca das transformações dos museus ocorrido nessa época foi sintetizado por Mario Moutinho (1994) na problematização do objeto museológico.

Parece ser cada vez mais evidente que os museus têm vindo a sofrer modificações que se manifestam em vários níveis. Para lá das funções tradicionais da recolha, conservação e exibição de objectos, os museus têm vindo a pretender servir como meios de comunicação, abertos às preocupações do mundo contemporâneo (Moutinho, 1994, p. 07).

Esse autor, considerando as alterações das noções de patrimônio, de objeto museológico e de museu/museus, estabeleceu um contraponto crítico apoiado na arte para provocar uma reflexão acerca da forma de comunicar da instituição. Os participantes desses primeiros Encontros também se questionaram acerca da função e do objetivo do museu no qual eles atuavam, problematizando, inclusive, o que pode ser definido por museu.

Moutinho (1994), alimentado pelos ideais da Nova Museologia, discute o objeto museológico – como objeto de fetiche; como objeto metonímico; como objeto encenado; como objeto metafórico – criticando o MUSEU-TEMPLO: suporte do objeto. Sua formulação de pensamento propõe repensar a Museografia, que é a forma de comunicar do museu, para que esteja “melhor adaptada a uma **renovada** função social do Museu” (Moutinho, 1994, pp. 18 – 19, grifo nosso).

Assim, o destaque não é do objeto em si e sim da ideia que pode ser transmitida. O discurso torna-se mais importante, mais significativo e a exposição torna-se exposição de

ideias que apelam à emoção e aos sentidos. “É a inversão da tradicional relação entre o objeto artístico e o seu lugar de exibição. No fundo é o Museu que é exibido como objeto artístico” (Moutinho, 1994, p. 23, grifo nosso). Percebendo por outro ângulo, um ângulo alternativo, posso dizer, Moutinho (2014) admite que, assim, “o **museu ideal** seria aquele que fosse criado especificamente para cada exposição. Museus descartáveis onde a forma e a função servissem apenas a confrontação dramática que referimos (Moutinho, 1994, p. 23, grifo nosso).

Esse caminho da experimentação, da museografia das ideias está presente em diversos museus no mundo e esses sintomas estiveram presentes nas falas nos participantes dos Fóruns e são por eles debatidos demonstrando estarem atentos às reformulações científicas da área dos museus, conforme foi explicitado. Retornando à análise da conferência, a segunda diz respeito a interpretação clássica trazida por Camargo-Moro (1986) nos ‘Elementos de Decodificação de Profundidade’, comumente chamados de catalogação aprofundada ou classificação. Para Camargo-Moro,

Denomina-se classificar a segunda parte de análise, mais profunda, em sua decodificação da peça, tendo como ponto principal a ficha classificatória e as deduções consequentes que dela se extraírem. Esta ficha é também denominada ficha de inventário museológico, pois representa o enfoque museológico pleno, e uma prova disso é a demonstração da abrangência desta documentação, classificando a peça, além de identificá-la (Camargo-Moro, 1986, p. 79).

Ainda segundo Camargo-Moro (1986), o ordenamento prévio classificatório divide os bens culturais em duas grandes áreas: objetos feitos pelo homem e objetos não feitos pelo homem²²⁷. Dessa forma, é possível entender tanto a crítica que Ribeiro apresenta no início da sua fala, como a utilização proposital do objeto mineral como exemplo para o uso e entendimento do artefato em museu. Tais pesquisadores, um da Bahia e a outra do Rio de Janeiro, divergem quanto ao procedimento classificatório de documentação destinado ao objeto museológico.

Encerrando sua conferência, Ribeiro destaca que o objeto no Museu deve ser entendido como documento e propõe a utilização da retórica dos objetos como um recurso pedagógico do humanismo, visto que, “emancipar, definitivamente as ciências sociais do

²²⁷ “[...] objetos não feitos pelo homem – espécies da flora ou botânicos; espécies da fauna ou zoológicos; espécies geológicas; restos humanos e fósseis; objetos feitos pelo homem – objeto de uso pessoal; objetos de uso doméstico; objetos de uso profissional; objetos de arte; objetos rituais; objetos de proteção, defesa e combate; objetos industriais; objetos de transporte; objetos de lazer e diversão; objetos sociais de intercâmbio ou permuta; objetos de uso desconhecido; documentos e livros; estruturas arquitetônicas” (Camargo-Moro, 1986, pp. 81 – 82).

positivismo que ainda hoje as impede de assumir a provisoriedade de seus enunciados” deve ser, segundo ele, a medida a ser tomada. Enquanto método, a classificação foi a opção adotada pelo conferencista para discutir a prática museográfica nas instituições que lidam com o patrimônio cultural em suas diversas manifestações.

Após a apresentação do professor Osvaldo Gouveia Ribeiro houve questionamentos importantes acerca do tema Documentação. O debate²²⁸ com a plateia começa com o relato do conferencista acerca da realidade dos museus da Bahia. Mais uma vez o professor descreve que embora na Bahia exista um Curso de Museologia e, por esse motivo para ele “a produção, a qualidade, o resultado, têm que estar sempre no nível dos demais” e também conte com a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, “autora de uma série de livros com esse tema [Ciência Museológica], que tem sido ponto de referência pra todo o Brasil, inclusive, para fora do Brasil” (Ribeiro, 1991b, p. 1), a presença da escola não significa que eles possam adentrar os museus, inclusive os da UFBA.

Quando questionado acerca da existência ou não de troca de informações e assessoramento entre os museus da Universidade Osvaldo G. Ribeiro (1991b) volta a afirmar que não existe intercâmbio entre as instituições e que as pessoas que estão à frente deles se comportam como se fossem donos. Outro participante não identificado pontua que essa prática está fortemente arraigada no comportamento profissional citando, como exemplo, que dentro da Universidade é comum desenvolver projetos sem que os colegas saibam e ou participem.

Ao retornar para a temática da documentação, o professor faz duas ponderações: a inexistência de bibliografia específica de documentação e a necessidade de publicação técnica. Assim,

por ser a documentação, de todas as áreas da Museologia, a mais estrelada às conceituações gerais, os conceitos mais genéricos, é preciso que nós inventemos o processo; a partir da prática, nós começemos a elaborar, então, essa conceituação. Eu tenho a impressão... Se nós incentivássemos bastante isso – (...) você montou um museu, você trabalhou com documentação, você fez um trabalho de coleta, você implantou um novo sistema, que se procure incentivar isso. Eu tenho a impressão que, a partir daí, nós podemos reverter esse quadro (Ribeiro, 1991b, p. 04).

Destaca-se, atualmente, especialmente para o trabalho técnico de documentação, duas consequências diretas da sua análise: o estudo aprofundado na análise documentária com a crescente produção de trabalhos acadêmicos na Ciência da Informação em busca de

²²⁸ (Ribeiro, 1991b). Debate da Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro – Anexo 28.

métodos mais eficientes para o tratamento da informação em museus, e o trabalho com conceitos através de glossários, tesauros, dicionários especializados que conceitualmente identificam o objeto e permitem a construção da linguagem de especialidade.

2.4.3.2 Documentação Museológica como Produção de Conhecimento

O texto da conferência de Ângela Sumavielle não foi encontrado, mas foi localizada a transcrição da sua fala, seguida do debate ocorrido com a plateia sendo este o documento utilizado para análise que segue²²⁹. Nessa conferência, Cristina Negrão, representante da Paraíba, coordenadora da mesa de trabalho do dia, abre o evento com informes. A primeira notícia é que estava tramitando, na Secretaria de Educação e Cultura do Governo da Paraíba, a criação do cargo de museólogo e, além disso, a Universidade Estadual da Paraíba/UEPB e a Universidade Federal da Paraíba/UFPB têm a intenção de criar o Curso de Museologia, na modalidade de Graduação ou Especialização e seus representantes, presentes no evento, solicitam ajuda ao IV Fórum e ao Curso de Museologia da UFBA para concretizarem a iniciativa.

Outro informe foi referente a tarefa que recebeu sobre a criação jurídica do Fórum Nordestino de Museologia que não pode ser feita porque “segundo o procurador jurídico da Fundação [Casa de] José Américo [...] é necessária a elaboração de seu Estatuto, contendo as assinaturas dos membros componentes do Conselho” (Sumavielle, 1991, p. 06). Dessa forma, Cristina Negrão solicitou que a questão fosse debatida para que houvesse andamento. Informou que a publicação dos Anais do Encontro Nordestino de Museologia ocorrido na Paraíba não poderia ser feita devido a diferentes dificuldades internas na Fundação, mas deixou como sugestão que o Fórum assumisse essa tarefa “numa ação conjunta entre todos os Estados componentes, viabilizando, até, uma única publicação através da união da produção dos três primeiros Fóruns em um só compendio” (Sumavielle, 1991, p. 06).

Por fim, comunicou aos presentes que havia duas novas ações a serem realizadas na Paraíba em 1992: na cidade de Campina Grande a criação do Museu de Ciência e Tecnologia; e, em João Pessoa, a criação do Setor de Ação Educativa e Cultural da Fundação Casa de José Américo com a implantação do projeto O Museu vai à Escola.

Em seguida a palavra foi passada para Ângela Sumavielle, que se mostrou emocionada com o convite e por estar ali já que havia trabalhado por sete anos em Pernambuco. A conferencista iniciou sua fala discorrendo sobre seu encantamento pelas

²²⁹ Conferência de Ângela Sumavielle (Sumavielle, 1991) – Anexo 29.

questões técnicas que envolvem o trabalho de documentação, que ela recebeu o tema ‘Documentação Museológica como Produção de Conhecimento’ da organização do IV Fórum, e que optou em manter a palavra museológica entre aspas.

Relatou também que tem conhecimento que a realidade documental dos museus é de precariedade, mas que ainda assim sua fala estaria no campo do ideal e na ação de dois atores: o técnico que realiza o procedimento e o outro, que ela não especifica quem é, mas pode ser compreendido como o pesquisador/visitante, que consulta o trabalho do técnico. Para a conferencista (1991) documento é informação. Informação sobre as memórias que devem ser guardadas em instituições guardiãs (arquivo, museu e biblioteca). Assim, para que estas instituições cumpram sua função, a documentação se constitui na “organização das informações produzidas pelas pesquisas naquelas memórias, **sem restrição quanto ao acervo**” (Sumavielle, 1991, p. 8, grifo nosso).

Esse recorte de não se restringir às especificidades dos acervos da biblioteca, do museu e do arquivo será retomado posteriormente por Johanna Smit (2000) na problematização acerca do afastamento das três áreas de conhecimento – arquivologia, biblioteconomia e museologia –, que, para Smit, são áreas irmãs. Para a área da documentação em museus é importante desvelar que já havia, na década de 1990, uma museóloga atenta à interface entre essas áreas de conhecimento. Atualmente a Museologia e a Ciência da Informação têm desenvolvido com mais assiduidade importantes debates acerca dessa interface que favorece o trabalho técnico de disponibilização de informações de acervo documental.

A pesquisa, entendida pela conferencista como atividade que busca respostas, reuniria o conjunto de atividades desenvolvidas em fases: preliminar; organização dos documentos; e atualização (fase sem fim). Essas ações resultariam em qualidade e confiabilidade na informação disponibilizada.

Como não existe, no campo da pesquisa, o ponto final, também não existe a organização final dos documentos. A documentação traz, em seu [bojo], as contradições que irão exigir novos desdobramentos; antes se esgota o pesquisador do que o assunto pesquisado. Estamos, então, em uma encruzilhada: ao mesmo tempo que essa organização dá uma visão geral de todos os assuntos, é fundamental que atenda as necessidades específicas (Sumavielle, 1991, p. 09).

Das necessidades destacadas, a existência de um “profissional que, além do domínio da área, também, e necessariamente, pudesse praticar as técnicas da organização dos documentos sob uma visão aliada à tecnologia” (Sumavielle, 1991, p. 09) se sobressaia.

Parecia ser consenso que informatizar beneficiaria o museu, pois faria “o processamento ágil de todos esses documentos e de todos os seus possíveis inter-relacionamentos, para uma resposta rápida ao pesquisador, para uma produção de conhecimento compatível com os avanços do final do século” (Sumavielle, 1991, p. 09).

Em seguida, Sumavielle (1991) faz uma ponderação quanto a importância da linguagem no esquema classificatório do museu no que se refere ao uso do termo. Ela acreditava ser impossível utilizar o termo na classificação, pois esse mesmo termo não seria utilizado pelo pesquisador na hora da busca no sistema o que demonstra que o conhecimento da linguagem documentária e do uso da indexação era incerto²³⁰. Entretanto, concordava que seria bom para os museus que eles “tivessem uma linguagem única através da qual pudessem se comunicar” (Sumavielle, 1991, p. 10).

Voltemos a fragilidade da Museologia na área específica da documentação e vamos compará-la ao Arquivo e a Biblioteca: a linguagem da Biblioteca já está pronta, analisada e reanalisada; aqui, eles viajam mais tranquilos; a Arquivologia utilizou as técnicas da documentação da Biblioteconomia e adaptou-as; assim, a Museologia precisa criar a sua própria, a mais racional possível. Neste campo, a base para a montagem de um sistema de documentação que produza conhecimento de forma rápida, ordenada e entrelaçada nos museus brasileiros, ainda falta caminhar um pouco. Isso, se levarmos em conta que algumas tentativas de sistematização já estão em andamento, e uma já foi implantada: Museu Histórico Nacional (Ribeiro citado por Sumavielle, 1991, p. 10).

Embora deva-se relativizar que a Biblioteconomia e a Arquivologia estejam com a linguagem ‘analisada’, é preciso concordar que houve avanços nas duas outras áreas irmãs, como sugere Smit (2000), que ainda não foram alcançados pela museologia, especialmente no que diz respeito ao controle da linguagem documentária. Por fim, Sumavielle (1991) encerra sua conferência atribuindo importância ao tratamento da informação, produto do século XXI,

²³⁰ “A indexação é um processo intelectual que pressupõe que o acesso à informação documentária, por intermédio dos termos – ou dos códigos – de indexação, será o ponto de partida para selecionar os próprios documentos. O processo é equivalente à seleção de várias categorias a partir de um esquema de classificação, ou de vários descritores a partir de uma lista de cabeçalhos de assunto ou de um tesouro. [...] A indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca. A finalidade do processo de indexação é a recuperação da informação para satisfazer as necessidades dos usuários potenciais (Robredo, 2005, p. 165). “**indexação indexing** 1. BIB/CLAS BIB/INDEX 1.1 Representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária ou de termos extraídos do próprio documento (palavras-chave, frases-chave). ⇔ análise de conteúdo, resumo. 1.2 “Descrição do conteúdo de um documento por meio de uma linguagem documentária a fim de facilitar a memorização da informação em arquivos, fichários, bases e bancos de dados” (CHAL, p. 101). ⇔ análise de conteúdo, análise documentária, descritor, palavra-chave, termo de indexação. 2. INF. 2.1 Técnica de modificação de endereços frequentemente realizada por meio de registros de índices. 2.2 Método de organização dos dados de forma aleatória, que permite recuperar informações de um arquivo contido num dispositivo de armazenamento de acesso direto ou de uma tabela armazenada na memória” (Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 193 – 194, grifo dos autores).

advinda de instituições que organizaram e manipularam tecnologicamente a documentação. Em seguida, justificou que sua fala é produto de uma reflexão a partir da prática, da ação organizada e da observação direta.

Maria Regina Batista, uma das debatedoras, inicia seus comentários explicando a escolha do tema ‘Documentação Museológica como Produção de Conhecimento’ justificando-o pela necessidade de ser amplamente debatido para que os problemas técnicos fossem enfrentados e para que a informação guardada nos museus, e ainda não gerada, fosse processada. Maria Regina Batista destaca que o debate proposto por Sumavielle é para “o novo ‘pensar a museologia’” (Sumavielle, 1991, p. 13), o que aponta o reconhecimento de importantes transformações na área.

Situa o uso do computador como ferramenta já utilizada pelo arquivo e pela biblioteca para sinalizar que devemos enfrentá-lo e, demonstrando pouco conhecimento acerca do uso da linguagem documentária, pontua suas inseguranças no paradigma do acervo (no museu o objeto tridimensional, no arquivo o documento e na biblioteca o livro), mas promovendo uma importante reflexão. O Relato, embora longo, é importante para os debates atuais na área técnica de documentação e por esse motivo foi mantido integralmente.

Voltemos a Documentação Museológica que a questão é bastante séria: ‘a Museologia precisa criar sua própria linguagem’. Isso é verdade, isso é uma necessidade. É o que diz o texto. E, aqui, pergunto eu: como produzir ‘de forma rápida e ordenada, Ângela? Nos museus, se ainda estamos discutindo a linguagem museológica, a sua sistematização, se uma prescinde da outra ou a primeira se antecipa a segunda, acredito que noções de Biblioteconomia, que também é de arquivo e Arquivologia, sejam interessantes subsídios para os cursos de Museologia, entre aspas, sem que seja alterada a natureza específica de cada atividade. Bibliotecários, arquivistas e museólogos frequentam as mesmas Universidades, sentam-se nas mesmas salas de aula, estudam pelos mesmos livros didáticos, falam até a mesma linguagem, embora, em versões distintas, nas quais palavras diferentes são usadas para expressar as mesmas ideias. E parece – é uma coisa que ainda vou confirmar – que os interesses são, fundamentalmente, os mesmos: reter informações, gerar pesquisas, novos conhecimentos e novos avanços científicos. Mas a espécie de criatividade que se deve adotar e qual a natureza do risco que se deve tomar nos casos de buscar essa questão da linguagem? É uma pergunta que eu deixo em aberto (Sumavielle, 1991, p. 14).

Para refletir sobre a apresentação de Sumavielle, estabeleço o diálogo com Johanna Smit (2000) que discutindo acerca do paradigma do acervo estabelece que não é o suporte informacional, seja ele um livro, um documento histórico ou um objeto tridimensional, que interfere no processo informacional, e sim, as justificativas criadas para valorar ou elevar o

grau de importância entre os acervos. A linguagem documentária²³¹, assim como a terminologia, são instrumentos de apoio ao processo de gestão e disponibilização de informação realizada pelas instituições que são centros de documentação, sejam elas arquivos, bibliotecas ou museus.

A segunda debatedora, Célia Regina Ferreira Paiva, representante do Estado de Alagoas, inicia suas observações justificando a ausência dos três museólogos de Alagoas nos Fóruns pelo isolamento, mas registrando que há interesse em participarem mais ativamente, bem como estabelecerem relações de intercâmbio. Suas observações posteriores foram bastante claras no que tange a realidade da maior parte dos museus brasileiros, especialmente no Nordeste, o que deflagra competência crítica e significativo conhecimento técnico e prático.

Assim, Célia Regina F. Paiva questionou a necessidade da informatização em Museus que “não tem, sequer, um incipiente processo de arrolamento de peças” (Sumavielle, 1991, p. 16) ou, quando o tem, é na verdade um “pseudo-inventário [feito] por pessoas não técnicas” (Sumavielle, 1991, p. 16). Dessa forma, Paiva (1991) problematizou a utilidade do computador que, segundo ela, não terá nem quem o manuseie, embora reconheça que é o “sonho em termos de Museologia Nacional” (Sumavielle, 1991, p. 17).

A debatedora seguiu com novos argumentos dando continuidade ao enfrentamento da realidade agora questionando a responsabilidade do trabalho de documentação do museólogo que, para ela, prefere sempre atuar na construção de exposições porque isso garante visibilidade. Para a Célia Regina F. Paiva (1991), os investimentos precisavam ser direcionados para a documentação, pois esta é a atividade mais importante do fazer museológico ainda que ela não apresente, supostamente, a visibilidade desejada, como a exposição faz, por exemplo. A comentadora segue criticando a escolha de delegar aos estagiários a realização do trabalho de documentação, não porque ele não mereça, ou seja, menos digno do fazer, afinal, ele será o próximo museólogo, mas sem supervisão o trabalho técnico será prejudicado.

Finalizando, Paiva (1991) problematiza a construção da linguagem documentária com receio de que essa ação não contemple a diversidade e a riqueza linguística do Brasil. Citando a variedade do uso de palavras distintas para um mesmo inseto, o percevejo, ela nos

²³¹ “A denominação linguagem documentária, além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesouros), designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação” (Lara, 2004, p. 232).

esclarece qual seria, para ela, o problema do estabelecimento/imposição do que eles estão chamando de linguagem museológica, mas que na verdade é a linguagem documentária. O inseto percevejo, reconhecido dessa forma no estado do Rio de Janeiro, mas chamado de grampo em Alagoas e de outro nome no Rio Grande do Sul, se constitui, para a comentarista, nesse momento como um problema. A macaxeira, aipim e mandioca é outro bom exemplo de uso distinto de palavras que designam o mesmo produto e essa diversidade, assim, Célia Regina F. Paiva, questiona se será contemplada na construção do sistema de documentação para o Brasil.

“É preciso que se crie um sistema de documentação para o nosso país – mas que esse sistema de documentação atenda as múltiplas realidades que há no nosso país” (Sumavielle, 1991, p. 19). Esse enfrentamento, embora hoje saibamos que é resolvido pela indexação que contempla o uso das diferentes palavras na busca que o usuário realiza no banco de dados, anuncia os embates das distintas realidades museais do Brasil. A conferencista, vinda do Museu Histórico Nacional/Rio de Janeiro, foi confrontada por uma realidade muito distinta da que atua e que por isso não pode ser contemplada na sua fala.

Documentar significa ter uma consciência política de que é preciso reconstituir, reconstruir a memória histórico-cultural do nosso país, dando subsídios para pesquisa, ao tempo em que estaremos distribuindo um feixe de conhecimento sobre bens imóveis e móveis, agindo assim, na valorização do profissional de museus no panorama educativo cultural e na sociedade em geral (Sumavielle, 1991, p. 19).

O sistema de documentação proposto para o país contemplaria qual termo? É um dos questionamentos implícitos na discussão realizada por Célia Regina F. Paiva. Isso implicaria outro receio de novas ações de colonialismo interno? Assim, a comentarista encerra destacando novamente que documentar é um ato político porque salvaguarda a memória local, a memória do povo brasileiro.

2.4.3.3 Etnia e Estética: em torno do discurso do objeto

A conferência intitulada ETNIA E ESTÉTICA: em torno do discurso do objeto²³², proferida pelo antropólogo e museólogo Raul Lody (1991)²³³, associado ao tema

²³² Conferência de Raul Lody (1991) – Anexo 30.

²³³ “Raul Geovanni da Motta Lody (Rio de Janeiro, 1952), é um antropólogo, museólogo e professor brasileiro, responsável por vários estudos na área das religiões afro-brasileiras, sobretudo na Bahia. [...] Formou-se em Etnografia e Etnologia pelo Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, tendo posteriormente se especializado no Laboratório Etnográfico desta Universidade e ainda no Instituto Fundamental da África Negra, em Dakar. Doutorado em Etnologia pela Universidade de Paris, é membro da Academia Brasileira de História,

Documentação do IV Fórum, assinalou a busca pelo tratamento documental do acervo etnográfico. Esse tipo de acervo, oriundo da coleta em campo de grupos indígenas e afro-brasileiros, sejam urbanos ou aldeados, representava uma das características de destaque da região Nordeste.

Conforme documento²³⁴ encaminhado à Coordenação de Folclore e Cultura Popular solicitando a vinda do pesquisador Raul Lody, o IV Fórum de Museus do Nordeste objetivava “debater questões relativas a Museologia e a situação dos museus nordestinos, em busca de **metodologias adequadas** a realidade e o contexto cultural desta região” (Fórum de Museus do Nordeste, 1991g, grifo nosso).

A apresentação, que tinha como objetivo “tocar as questões metodológicas da cultura material em âmbito antropológico e museológico” (Lody, 1991, p. 1) foi orientada pela discussão do que Lody chamou de virtude do objeto. Essa qualidade do artefato, que para o autor transcende o uso ao adquirir valor eminentemente simbólico, merece tratamento especial museológico e museográfico, visto que o objeto é “um prolongamento materializado do complexo meio/homem/técnica e imprime sentido, finalidade e representação” (Lody, 1991, p. 2).

Para esse fim, o museólogo deverá fazer o mesmo caminho que o etnógrafo faz na compreensão do objeto, ou seja, análise do “tripé técnica, forma e símbolo” (Lody, 1991, p. 3) alcançando o entendimento de que o objeto é o resultado formal do homem. Em seguida, Lody critica a sacralização do objeto no Museu e pelo Museu, compreendendo sacralização como quase sinônimo de autenticidade. E conclui o texto/fala com mais uma crítica: o culto ao objeto antigo, o fetichismo. Segundo o conferencista, o “culto ao objeto antigo é um culto à origem, ao mito da origem do próprio homem. Além da origem, um sonho perseguido pela instituição Museu é o da autenticidade” (Lody, 1991, p. 6).

Assim, as críticas construídas por Raul Lody causaram desconforto às práticas museográficas – documentação e exposição – em museus. A abordagem mais tradicional da Museologia estava sendo, portanto, questionada, na busca por **Novas Museologias**. Essa argumentação colaborava com o questionamento que os agentes fizeram no primeiro Encontro em João Pessoa onde o conceito de museu, ou o conceito daquilo que eles compreendiam como museu, foi posto para reflexão. Que Museu é esse que eles querem

da Academia Brasileira de Belas Artes, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, dentre outras” (<http://www.pallaseditora.com.br/autor/Raul_Lody/45/>). Recuperado em 21/06/2018.

²³⁴ Documento para Coordenação de Folclore e Cultura Popular (Fórum de Museus do Nordeste, 1991g) – Anexo 31.

construir? Ou seria melhor dizer: que Nova Museologia é essa que satisfaz mais as necessidades daquilo que eles acreditavam que deveria ser o Museu? Esse debate será retomado adiante.

2.4.3.4 Documentação museológica, educação e cidadania

O texto apresentado no IV Fórum não foi localizado nos arquivos institucionais pesquisados, entretanto, como foi publicado pela autora, a professora Maria Célia T. M. Santos, no livro *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus* pude, por esse motivo, analisá-lo. Dividido em dois subitens centrais, o artigo traz uma reflexão acerca da integração entre os setores técnicos do museu e da relação entre documentação, educação e cidadania. Embora a autora desenvolva suas pesquisas sobre o trabalho educativo em museus, ela objetivou, nesse artigo, refletir como a documentação pode aperfeiçoar o trabalho do Museu.

Na abertura do texto, de forma surpresa²³⁵, a autora apresentou sua satisfação em discutir o tema documentação, considerado por alguns como distante da pesquisa que realiza através do trabalho educativo, rompendo, dessa forma, o “hábito que temos de atuar em compartimentos estanques, como mero tecnicistas. Mas, no nosso entender [acredito que essa seja a postura do Curso de Museologia da UFBA], é impossível abordá-los, sem uma **análise do que esperamos que sejam a museologia e a instituição museu**” (Santos, 1993, p. 94, grifo nosso).

Partindo da premissa que não se deve dissociar os meios dos fins, Santos (1993) refletiu acerca da relação entre a educação, a museologia e a cidadania, o trabalho de documentação em museu e, por fim, sobre o desempenho do técnico e o seu compromisso social. Dessa forma, o debate sobre o conceito de museu, que apareceu inúmeras vezes em diferentes momentos nas quatro edições dos Fóruns, é posto em análise no texto a partir do subitem *Da Museologia ao Museu, o que almejamos no momento?*.

Santos (1993) evidencia que os principais temas dos debates em congressos nacionais e internacionais é o “novo modelo de museu – necessário ou não? [e] Qual a relação entre a museologia e o museu?” (Santos 1993, p. 94) e que portanto, para ela,

²³⁵ “Para o profissional que vem se dedicando às ações educativas dos museus, como é o meu caso, é pouco comum ser chamado para discutir e analisar as correlações existentes entre as suas ações e as demais desenvolvidas nos diversos setores técnicos do museu. Esta é a primeira vez que recebo um convite desse teor e o considere um avanço, pois, a meu ver, as ações do museu devem ser desenvolvidas de forma integrada, visando atingir os objetivos mais amplos da instituição, de acordo com suas características e a realidade à qual está destinado” (Santos, 1993, p. 93).

estamos caminhando para não mais nos questionar se estamos documentando adequadamente, expondo com os métodos mais recomendáveis, conservando dentro das técnicas pedagógicas mais atualizadas; a questão básica, a ordem do dia, está se tornando: **que consequências históricas a teoria e o método estão produzindo?** O isolamento? O ganho social? A transformação? (Santos, 1993, pp. 93- 94, grifo nosso).

Para Santos (1993), a justificativa histórica para essa modificação de perspectiva foi a maior atenção à ação social ocorrida fortemente na década de 1970. Contudo, a autora também reconhece que esse período também foi marcado pela aplicação de “modelos tecnicistas e pragmáticos, herdado das ciências físicas e naturais e inadequados ao trabalho com as ciências sociais” (Santos, 1993, p. 95). Citando Luiz Felipe Serpa, pesquisador e professor da UFBA que será um dos palestrantes que discutirá a produção científica no V Fórum, em Salvador, Santos pontuou que as críticas ao positivismo e ao funcionalismo contribuíram “para a construção de uma **nova ciência**” (Santos, 1993, p. 95, grifo nosso).

Essa busca do fazer científico, comprometido com o desenvolvimento social, com a transformação, tem contribuído, de modo decisivo, no fazer museológico, na construção de pressupostos teóricos para a museologia e para **a redefinição de seu conceito**, bem como do conceito de patrimônio cultural (Santos, 1993, p. 96, grifo nosso).

Enfrentando essa compreensão de uma *nova ciência*, bem como a *redefinição da Museologia*, que implicará na *redefinição do conceito de museu*, Santos segue a formulação do seu pensamento trazendo autores importantes, teóricos da museologia como Tomislav Sola, Peter Van Mensch, Z. Z. Stránsky, Ana Gregorová e Waldisa Rússio para esclarecer ao grupo que aquele tempo era um momento importante de reformulação de pressupostos. Em seguida, Santos (1993) revela que através da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), cujo tema “deu ênfase ao papel dos museus na construção do processo histórico” a instituição tinha mudado de papel tornando-se uma instituição também capaz de promover transformação social.

Ao considerar o museu uma “instituição parte inalienável da sociedade e que contém, em sua essência, os elementos que lhe permitem contribuir para as reflexões da relação passado-presente, comprometendo-se com as transformações estruturais necessárias às realidades onde estão inseridas” (Santos, 1993, p. 97 – 98) a autora formula o conceito de museu que implicava num novo fazer museológico e este novo conceito, por sua vez, fazia muito mais sentido aos agentes dos Fóruns.

“Esse novo fazer museológico vem sendo apoiado na concepção antropológica do patrimônio, não mais admitindo os limites estéticos que antes lhe eram impostos [presentes

nos tradicionais museus de arte e história], procurando-se, também, entender a cultura em sua concepção ergótica e processual” (Santos, 1993, p. 98) mais de acordo com a realidade plural e diversificada do patrimônio cultural Nordestino e brasileiro.

Essas reflexões têm nos levado a acreditar que a museologia não está relacionada somente com as ações que estão sendo desenvolvidas nos espaços fechados dos museus tradicionais, mesmo porque, mais do que preservar de forma distante e saudosista, devemos é nos apropriar do nosso patrimônio, contribuir para que a identidade seja vivida, na pluralidade e na ruptura, encarar de frente o fato de que o coletar, o conservar, o restaurar, o documentar e o expor, na maioria das vezes, estão se tornando a nossa finalidade última (Santos, 1993, p. 98).

É dessa forma que, para Santos (1993), o trabalho de documentação deve ser desenvolvido a partir do questionamento: “Como a documentação museológica pode contribuir para a educação e para a cidadania?” (Santos, 1993, p. 100). A professora assegura que o processo documental de identificar, medir, registrar, etc., característico do trabalho técnico do museólogo documentalista, não deve estar isento da responsabilidade social com o acervo, visto que, para que a “ação documental não seja esgotada, em si mesma, é necessário que o técnico esteja comprometido com a cidadania e com a transformação da sociedade” (Santos, 1993, p. 101).

Com isso, a autora modifica também o conceito do profissional museólogo e assim, “da coleta à sistematização de todo o processo de documentação, à pesquisa, à busca da informação, cuja fonte principal é a cultura do povo, o fundamental será, [para a autora], o nosso prestar conta a esse homem e à sua época” (Santos, 1993, p. 101).

Portanto, é fundamental compreender que os signos denotativos, no nosso caso, a coleção existente no museu, devem permitir a construção do significado conotativo, para que, através da liberdade de ação, o homem possa criar e construir uma nova realidade. [...] Os atos de preservar e de documentar são instrumentos para o exercício da cidadania e, portanto, devem conduzir à apropriação do bem cultural pelo cidadão (Santos, 1993, pp. 102 – 103).

Essa apropriação, para Santos (1993), ocorrerá através da convivência com as comunidades, pois, dessa forma, será evitada a falsa interpretação dos significados dos objetos²³⁶. A autora ainda problematiza o registro da cultura imaterial apontando que no Brasil, naquela época, havia poucas experiências, e que ainda assim o museólogo deveria buscar um novo fazer museológico, democratizar as informações já que a bibliografia era

²³⁶ Nesse sentido, é importante considerar que, na busca de uma prática mais participativa, comprometida com o desenvolvimento social e com a transformação, é preciso evitar o perigo de usar a comunidade como cobaia, para simples coleta de informação e para a pesquisa que se esgota em si (Santos, 1993, p. 104).

escassa, bem como evitar ao máximo “a importação de métodos, sem a devida ‘redução sociológica’, pois não existem técnicas neutras que possam ser transplantadas de um contexto para outro” (Santos, 1993, p. 104).

Sem menosprezar a importância do trabalho técnico desenvolvido pelo profissional museólogo, Santos (1993) finaliza seu texto destacando em tópicos não conclusivos, as provocações por ela levantadas. Para esta tese, resalto a crítica ao conceito do museu tradicional que desenvolveu técnicas de registro, preservação e exposição, mas manteve os museus isolados pois priorizou o objeto e não o ser humano; a construção de uma prática museológica mais social e a necessidade do desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar e inclusivo que reflita para quem o trabalho do museu tem servido.

2.4.4 Regulamento

O Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste²³⁷ foi um documento criado para normatizar as ações a serem desenvolvidas nos Encontros objetivando estabelecer regras para manutenção de direitos e deveres.

Dele é preciso destacar que, entre os objetivos, há o de “analisar e discutir as políticas culturais dos governos para museus e espaços culturais” (Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste, 1991, p. 1); que o Artigo 6 destaca que “Todos os participantes terão direito à voz nas sessões plenárias e nas sessões de trabalho de grupo” (Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste, 1991, p. 2) mantendo a oportunidade de todos se manifestarem livremente; e, no Artigo 22, que “Todos os trabalhos serão bem-vindos, pois representarão o esforço, e interesse de cada um em melhorar as ações realizadas pelos museus do Nordeste, servindo ao mesmo tempo de subsídio para debates entre os grupos” (Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste, 1991, p. 5).

Por fim, apresenta de maneira definitiva os membros das Comissões que destaco a seguir por compreender o papel protagonista deles.

Coordenação Geral [:] Maria Regina M. Batista e Silva – Museu do Homem do Nordeste [:] Teresinha B. Costa Rego – Museu do Estado [e] Fernando Guerra – Coordenadoria de Museus da FCCR [:] Comissão Administrativa [:] Silvia Brasileiro – Museu do Homem do Nordeste [:] Vânia Dolores E. De Oliveira – Museu do Homem do Nordeste [:] Simone Rodrigues – Museu da Abolição [:] Joseisa Pazuello – Galeria Metropolitana de Arte [:] Aruzza de Holanda – Museu do Estado [e] Virgínia Barros e Silva – Museu do Homem do Nordeste [:] Comissão Recepção [:] Ana Maria Rodrigues de Lima - Galeria Metropolitana de

²³⁷ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991f). Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste – Anexo 32.

Arte [.] Cristina Mello - Galeria Metropolitana de Arte [e] Xerlane Araújo - Galeria Metropolitana de Arte [.] Comissão de Eventos [.] Alex Mont Elbert - Galeria Metropolitana de Arte [.] Marilene R. Gonçalves Dias – Museu do Homem do Nordeste [.] Fernando A. S. Lima - Galeria Metropolitana de Arte [e] Franciza Toledo – Fundação Joaquim Nabuco [.] Comissão de Comunicação [.] Alberto Lopes – Fundação de Cultura Cidade do Recife [.] (Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste, 1991, p. 3).

O regulamento desse fórum ficou restrito ao evento e não tomou corpo nas edições seguintes, advertindo que a busca pela identidade jurídica para os Fóruns não foi conquistada e que os organizadores/participantes seguiram contando com o apoio reduzido e sem possibilidade de patrocínio científico.

2.4.5 Amadurecimento da agenda política: financiamento

A preocupação com os museus e com os acervos do Nordeste é marcante nas quatro primeiras edições dos Fóruns. Entretanto, o amadurecimento no debate dos problemas enfrentados pela Região, conforme previsto nas conferências citadas anteriormente, bem como as medidas que eles esperavam que fossem tomadas pelos poderes públicos em benefício da instituição, do profissional e do acervo, são objetivos ainda a serem alcançados.

Três documentos confirmam a preocupação com o acervo da Região Nordeste, bem como chamam atenção para as obrigações políticas dos representantes institucionais da área da cultura. No primeiro deles²³⁸, divulgando o IV Fórum, registra-se “a falta de uma política ou conjunto de ações coerentes **com a natureza dos museus nordestinos**” e o compromisso dos participantes de “reunirem-se anualmente para debater, resolver e executar medidas **mais coerentes** para os museus do nordeste” (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991, p. 1, grifo nosso) o que corrobora com a preocupação regional. Todavia, ao apresentarem o propósito do evento, as organizadoras expandem a atenção com a preservação da memória cultural do regional para o nacional, bem como destacam o olhar para a sociedade/comunidade em que o museu está inserido.

Tem o propósito de debater, resolver e executar **medidas mais coerentes para os museus do Nordeste**, assegurando a cada museu, não somente a preservação da memória cultural **nordestina e brasileira**, mas também o fortalecimento do desempenho da grande responsabilidade da formação de uma consciência crítica na **sociedade em que o museu está inserido** (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991, p. 1, grifo nosso).

²³⁸ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991). Documento de divulgação do IV Fórum – Anexo 33.

Em outro documento²³⁹ que relata o histórico dos Fóruns, permanece a questão de “a falta de uma política ou conjunto de ações coerentes com a natureza dos museus nordestinos, considerando-se as peculiaridades culturais da região, o que a distingue de outras áreas do Brasil [...]” (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991h). E, no ofício encaminhado para o presidente da FUNDARPE²⁴⁰, o Senhor Rubens Valença, à comissão organizadora do evento destaca que o

Fórum tem importância indiscutível para o amadurecimento e a **reflexão da matéria museológica, tal qual, é exercida na região**. Com efeito, no cenário congestionado da cultura nacional, os museus, no mínimo, têm demonstrado uma extraordinária resistência à adversidade que se manifesta através da escassez de recursos financeiros, técnicos, administrativos, etc. Mantê-los e aprimorá-los é obrigação dos museólogos de ofício e, parece-nos de todos aqueles cuja função os torna responsável pela preservação da cultura e do patrimônio que constituem o substrato da nacionalidade brasileira (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991e, grifo nosso).

Mesmo em luta pela conquista de financiamento e reconhecimento das ações executadas e a serem realizadas, os gestos afetuosos²⁴¹ entre os participantes foram mantidos. Por fim, ainda sobre a temática do IV Fórum, a TECNICOMP²⁴², empresa de Olinda que desenvolvia um programa de gerenciamento de dados de museus, solicitou a inclusão da apresentação dela na pauta dos trabalhos a serem expostos no IV Fórum, bem como um espaço para demonstração do programa, expressando, assim, que a divulgação do evento trouxe engajamento com empresas que normalmente não estariam interessadas nas temáticas e demandas dos museus brasileiros.

Ainda que faltassem recursos financeiros, mão de obra capacitada e que os museus apresentassem um quadro técnico reduzido, não faltou disposição para continuarem com os Fóruns. Embora sofressem com a discriminação e o preconceito racial e regional, esses agentes objetivavam discutir conceitos como o de museu, função social da museologia, objeto

²³⁹ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991h). Histórico do IV Fórum – Anexo 34.

²⁴⁰ (Fórum de Museus do Nordeste, 4., 1991e). Documento à FUNDARPE – Anexo 24.

²⁴¹ Transcrição do bilhete de Luiz Alberto Ribeiro Freire, museólogo e atual professor doutor da Escola de Belas/UFBA: “Salvador, 29 de outubro de 1991. Regina. Conforme solicitações, envio-lhe o conteúdo das comunicações que fiz no IV Fórum de Museus do Nordeste: ‘Casa das 7 Mortes: O dossiê como instrumento de documentação aprofundada’ e ‘O Memorial Juvino e Laura Oliveira – a documentação como fundamento museográfico’. Felicito mais uma vez a equipe organizadora do IV Fórum pelo alto nível do evento. Despeço-me com saudades de vocês e ansioso por revê-los no V Fórum. Beijos e abraços em Marilene, Silvia, Ana e etc. Grato. Luiz Alberto R. Freire”.

²⁴² TECNICOMP (1991) – Documento da TECNICOMP – Anexo 35.

museológico e de que forma eles poderiam atuar diretamente com a comunidade em que a instituição museal estava inserida.

O que os encontros concluíram ou apresentaram? O debate entre o regional e o nacional, com todas as implicações de diferenças entre os lugares, foi o argumento presente e motivador que provocou a realização dos quatro primeiros Fóruns. Até aqui compreendemos que esse argumento, construído historicamente e pautado nas supostas diferenças naturais entre os lugares/regiões, foi o principal assunto utilizado neste momento histórico sendo, inclusive, mantido até hoje. “Esses lugares de densa concentração de propriedades positivas ou negativas (estigmas) constituem armadilhas para o analista que, aceitando-as como tais, condena-se” (Bourdieu, 2012, p. 161) e, nessa armadilha, grande parte dos autores utilizados caíram. É interessante perceber como os agentes dos Fóruns utilizaram-no na intenção de se valorizarem, especialmente nessa condição de diferença e ressaltando as especificidades de cada Estado. Mas foi também porque eles compreendiam que a única unidade no Nordeste era o lugar do estigmatizado. Por isso o preconceito é encontrado em muitos relatos, mas, para além desta exclusão, eles propuseram ressaltar nos Fóruns suas principais qualidades. Talvez elas, e não as mazelas, fossem argumento cultural suficiente para que o Estado-nação olhasse para eles.

Esses lugares abandonados, essas regiões abandonadas, marcadas pela ausência do Estado “e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações etc” (Bourdieu, 2012, p. 159) estão fadadas, não naturalmente, ao abandono porque

Não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico (Bourdieu, 2012, p. 159, grifo do autor).

Situados e sitiados no lugar Nordeste, os agentes olharam para esse espaço físico, refletiram acerca dessa localização e definiram a posição que ocupavam no espaço social Brasil. E, como não há “espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais” (Bourdieu, 2012, p. 159) eles optaram em lutar pelo que o autor nomeia por espaço social reificado. Os agentes compreenderam que é “na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (Bourdieu, 2012, p. 159) e ousaram promover, nas palavras de Bourdieu, um *trabalho de transplantação, um desenraizamento* supondo que assim realizariam algumas transformações sociais.

A região Nordeste, constituída assim com suas particularidades, e vista pelo nacional através de características ruins, só existe em função da ausência do Estado e os agentes dos Fóruns sabiam disso. Quando Maria Célia Santos, Osvaldo Ribeiro, Gilka Sant’Anna, Francisco Pereira e Maria Cristina Negrão usaram o argumento do pertencimento a um lugar para usá-lo como elemento aglutinador do grupo, não o fizeram ingenuamente. Situados no espaço social Nordeste estes agentes demarcaram seu lugar e, após isso, quais mudanças gostariam de realizar nesta localidade porque reconheceram que o grupo todo as experimentavam. A luta pelo espaço assume, com isso, uma forma coletiva.

Para Bourdieu, “o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais” (2012, p. 163). Das estruturas mentais mais hábeis, para o autor, a distinção é a mais eficiente porque regula, a partir da violência que imprime, o controle do campo. Na escrita histórica da museologia no Brasil é necessário restituir ao Nordeste a conquista da Regulamentação da Profissão de Museólogo/Museóloga, bem como a importância da Associação dos Museólogos da Bahia/AMB neste feito para que, assim, estes agentes obtenham o que Bourdieu nomeia por *ganhos de posição ou de classe*. O Nordeste ganha, com essa conquista para a área, e a partir da denúncia de Gilka Sant’Anna que me fez investigar os trâmites da Lei, a “capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros” (Bourdieu, 2012, p. 163), neste caso um bem simbólico.

Os ganhos alcançam também o patamar referente ao campo intelectual, ou seja, o campo científico. Questionando entre eles o que seria um museu para se auto-avaliarem neste prisma, os agentes nordestinos se reconheceram nos trabalhos de uma museologia que não era a tradicional. Desprovidos de todo tipo de investimentos, além das suas próprias capacidades humanas, estes agentes olharam sem vergonha e sem menosprezo para a museologia que era exercida por eles na região. Essa museologia preocupada com a construção de uma exposição sobre a AIDS, como foi apresentado anteriormente, estava desassossegada com o humano e tinha forte caráter social.

Classificada como alternativa pelos adeptos do tratamento tradicionalista do patrimônio de pedra e cal; do acervo do museu de quatro paredes; da coleção do colecionador etc. essa nova museologia e suas acepções regionais promoveu, no Nordeste, o espaço onde estes agentes alinharão o pensamento intelectual. A Nova Museologia, que posteriormente ganhará variações que serão reconhecidas – no Brasil como Museologia Social e em Portugal como Sociomuseologia – servirá de amparo intelectual para os agentes nordestinos. Com

muita criatividade e trabalho o conceito de museu integral consolidará, para eles, a quebra de paradigma que valorizará o ser humano e sua cultura e não mais essencialmente o objeto e o museu que o salvaguarda. Foi dessa forma que eles se organizaram para o V Fórum, em Salvador, e inseriram o evento regional numa escala internacional.

2.4.6 Manifesto de Recife

O Manifesto de Recife, como os demais, reafirmou os compromissos assumidos nos manifestos anteriores, bem como apresentou encaminhamentos e sugestões, para os anos seguintes, bastante significativas para a discussão acerca da Teoria Museológica. A primeira delas diz respeito a mudança do nome do evento para **Fórum Nordestino de Museologia**, a segunda é a escolha do Estado da Bahia para sediar o V Fórum e a terceira é o tema: **A Relação entre a Museologia e o Museu** e os subtemas: **Museologia e Pluralidade Cultural; A Relação entre a Mesa de Santiago do Chile e a Museologia Brasileira**.

Do ponto de vista da teoria Museológica a escolha do tema sugere uma reflexão aprofundada e arrojada acerca da função da museologia e sua aplicação nos museus, bem como o distanciamento e aproximação entre área científica – Museologia – e locais de aplicação – museus, entre outros. O subtema Museologia e Pluralidade Cultural sugere a aproximação às características culturais diversas e fortemente pulsantes no Nordeste brasileiro, o outro subtema, A Relação entre a Mesa de Santiago do Chile e a Museologia Brasileira, traz ainda mais essa perspectiva cultural latino-americana para a Museologia na qual eles acreditavam – a Nova Museologia²⁴³.

Pelo viés político e jurídico os itens seis e dez do documento se destacaram porque visavam ações concretas de possível caminho para solucionarem antigos problemas.

6) Será solicitado às Autoridades Federais, Estaduais e Municipais da área da cultura definição de políticas culturais, tratando de incentivos de apoio às atividades das instituições museológicas, através de um amplo debate democrático; [...] 10) Recomenda a celebração de convênios entre Museus, Universidades, Secretarias Estaduais e Municipais e Fundações, entre outros, objetivando integração, intercâmbio, aperfeiçoamento de profissionais e estudantes na área; (Nunes, 2000, p. 54).

²⁴³ Segundo Maria Célia Teixeira Moura Santos, “o Movimento da Nova Museologia [foi] um dos momentos mais significativos da Museologia Contemporânea, por seu caráter contestador, criativo, transformador, enfim, por ser um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social” (Santos, 2002, p. 94). Tendo como documento base a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), a Nova Museologia marca as décadas de 1970 e 1980 por meio de trabalhos museológicos inovadores.

Institucionalmente no item nove há a recomendação ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural que se adote meios para reabertura de três museus. O Museu da Abolição²⁴⁴ em Recife/PE, o Museu Regional da Cidade de Cachoeira²⁴⁵ e a Casa dos Sete Candeeiros²⁴⁶, ambos no Estado da Bahia. Sobre o tema do Fórum: Documentação Museológica, há apenas o item 12 que “recomenda a elaboração de Glossários Estaduais de terminologia Museológica, bem como a normalização e atualização da documentação museológica” (Nunes, 2000, p. 55).

A única moção do Manifesto foi objetivando implantar o Fórum Permanente de Museologia de Pernambuco, “com sede no Recife, visando um melhor desempenho dos museus estaduais e municipais nos campos da ação museológica, e uma maior integração entre estas instituições, visando a criação, institucionalização e implantação de um Sistema Estadual de Museus em Pernambuco” (Nunes, 2000, p. 55).

A criação de um Fórum permanente de Museologia de Pernambuco e não do Nordeste, considerando a iniciativa coletiva que contemplava todos os estados da região sugere, sutilmente, uma tentativa de protagonismo do Estado de Pernambuco e da FUNDAJ frente aos demais o que corrobora com a hipótese de que a busca pelo protagonismo é uma constante entre os agentes e suas instituições.

²⁴⁴ “O Museu da Abolição tem como missão institucional preservar, pesquisar, divulgar, valorizar e difundir a memória, os valores históricos, artísticos e culturais, o patrimônio material e imaterial dos afro-descendentes, por meio de estímulo à reflexão e ao pensamento crítico, sobretudo quanto ao tema abolição, contribuindo para o fortalecimento da identidade e cidadania do povo brasileiro” (<<http://museudaabolicao.museus.gov.br/museudaabolicao/>>). Recuperado em 12/05/2018.

²⁴⁵ “Situado na Praça da Aclamação, o Museu Regional da Cachoeira e Sede do IPHAN encontra-se alojado em uma mansão colonial do século XVIII [...]. O sobrado foi uma das mais ricas e importantes residências baianas e pertenceu a diversas famílias de Cachoeira até ser doado ao IPHAN, em 1953. Após sofrer reforma e restauração, em 1966 a casa foi aberta ao público como museu” (<<https://www.guiadasartes.com.br/bahia/cachoeira/museu-regional-de-cachoeira>>). Recuperado em 21/06/2018.

²⁴⁶ “A Casa dos Sete Candeeiros foi tombada pelo Iphan em 1938 e sua denominação deve-se aos sete lampiões de azeite que nela se penduravam por ocasião da estadia da corte de D. João VI, como forma de iluminar melhor o ambiente. A casa nobre tem forte caráter defensivo, com robustez nas paredes e raras aberturas no pavimento térreo. [...] O local foi a primeira sede do Iphan na Bahia” (<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/615/iph-an-ba-reabre-casa-dos-sete-candeeiros-onde-funcionara-acervo-do-patrimonio>>). Recuperado em 21/06/2018.

*Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará
preparado para entender o significado terrível
de uma sociedade opressora? Quem sentirá,
melhor que eles, os efeitos da opressão?
Quem, mais que eles, para ir compreendendo
a necessidade da libertação?*

Paulo Freire

3 Do Museu à Museologia: a concepção teórica da área no Nordeste

A década de 1980 marca duas importantes transformações no campo da Museologia internacional que repercutirão no Brasil e influenciarão intelectualmente as ações dos próximos quatro Fóruns: a Declaração de Quebec, que é o documento que retoma e elabora o conceito de Nova Museologia nascido em Santiago do Chile; e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia/MINOM, que é o fórum que assegura definitivamente um espaço dentro do ICOM para essa discussão. Essas conquistas, marcadas pelo enfrentamento às estruturas rígidas do ICOM, assemelha-se à situação dos Fóruns Nordestinos de Museologia na busca por um espaço de discussão que contemple as diferenças.

No Brasil, Pierre Mayrand discutindo o documento de Quebec, relata:

Em uma reunião do Icofom havia um grupo de pessoas descontentes e que se sentiam próximas dentro da organização do ICOM [...] essas pessoas perderam muito tempo discutindo, já que **as estruturas eram muito rígidas** e se tinha o desejo de alterar o panorama. Para dar espaço às novas ideias, esse grupo pediu ao Icofom, durante uma Assembleia Geral, que se criasse um comitê, um grupo de trabalho **informal** que pudesse tratar da **Museologia comunitária**. Nesse momento, em um gesto de protesto, metade dos participantes da assembleia se retirou. Mesmo assim o grupo se reuniu em um terraço, em Londres, perguntando-se: ‘o que vamos fazer agora?’. O grupo levou uma proposta para uma reunião realizada em Quebec, no ano seguinte. Uma proposta inicialmente desorganizada, sem estrutura, mas que depois de um ano resultou no encontro sobre o **tema de ecomuseus** (Bruno, 2010a, p. 109, grifo nosso).

A reunião do ICOFOM descrita por Pierre Mayrand foi a Reunião de Londres de 1983 e o encontro ocorrido em sequência, em 1984, é o Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia. O Ateliê, ocorrido na cidade de Quebec/Canadá, gerou a Declaração de Quebec que é, por sua vez, o documento fundador do MINOM. Na resumida proposta de trabalho apresentada para a realização do evento e, por este motivo, descrita como desorganizada por Mayrand, tinha apenas um programa reduzido e o tema *Museologia Popular: técnicas e práticas*. Ainda assim, o Ateliê conseguiu reunir “64 participantes que vieram espontaneamente, sem saber [ao certo] o que poderiam encontrar lá” (Bruno, 2010a, p. 109), mas obteve, como resultado, a revalidação dos ideais de Santiago e do Museu Integral, que possibilitou, com isso, a formulação do conceito de Nova Museologia.

Entre a Declaração de Santiago do Chile (1972) e a Declaração de Quebec (1984) há um intervalo de doze anos e, no Brasil, também houve um grande intervalo de tempo para que os agentes tivessem conhecimento e divulgassem estes documentos. Assim, apenas em 1995 e

no Estado de São Paulo, as Declarações foram discutidas num seminário – *A Museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?* –, organizado pelo Comitê Brasileiro do ICOM. Sobre a Declaração de Santiago do Chile, Hugues de Varine expôs que ela foi “utilizada a primeira vez, em uma discussão museológica internacional, na reunião de preparação do Convênio de Quebec, em 1984” (Bruno, 2010a, p. 98) o que atesta a pouca importância que o ICOM deu ao evento latino-americano. Hélio de Oliveira, representante do Estado do Rio Grande do Norte, relatou que, no Brasil, a “descoberta desse texto se deu no Fórum de Museologia do Nordeste, em 1988” (Bruno, 2010a, p. 101), ou seja, no primeiro Encontro Nordestino de Museologia, na Paraíba.

Considerando que nos comitês internos do ICOM a Declaração de Santiago só foi referenciada doze anos depois do evento, no Nordeste brasileiro o atraso foi de dezesseis anos, conforme o depoimento do agente representante estadual. No Seminário de São Paulo, a professora Maria Célia T. M. Santos foi uma das debatedoras da apresentação de Varine e foi ela quem narrou, corroborando com a declaração de Hélio de Oliveira, que o conhecimento da existência da Declaração de Santiago do Chile se deu, no Brasil e nos meios acadêmicos, na década de 1980.

Isto sugere fortemente que talvez tenha sido ela quem levou e distribuiu entre os agentes presentes no Encontro Nordestino de Museologia, os ideais de Santiago. Como professora universitária, Maria Célia Santos decerto já estava estudando as Declarações, refletindo sobre essa nova proposta para a área e avaliando como isso estava de acordo com seus estudos e sua perspectiva de atuação e educação na área da Museologia.

Acerca da Declaração de Quebec e o MINOM, o professor Mario Chagas relatou que, o que merece ser destacado, não é o texto em si porque o documento de Quebec revisa o debate ocorrido em Santiago, mas sim

[...] o fato de ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972 por práticas que revelaram uma Museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada de uma forte estrutura intencional e autônoma. **A questão que se colocou aí era a necessidade de se aceitar a diferença no seio da Museologia.** Foi fundamental falar em Nova Museologia. A gente acaba incorporando os discursos. **Se não se marcassem as diferenças, se não se estabelecesse a ruptura, não se abriria espaço para o diferente, para o novo.** Hoje nós falamos na possibilidade de uma Museologia porque estamos incorporando as diferenças, e é isso que me parece importante. O Minom foi sempre uma estratégia... não se objetivava a criação de uma federação efetiva, tanto que acabou em um movimento. Agora, independente de as pessoas estarem filiadas ou não ao Minom, há a possibilidade de um fazer museológico novo? (Bruno, 2010a, p. 115, grifo nosso).

O respeito à diferença e a ruptura causada a partir desse novo fazer museológico que, consequentemente, permitiu/introduziu a participação direta da comunidade no museu apareceu nas questões da plenária²⁴⁷ na assembleia geral do Seminário. Em sua resposta, Hugues de Varine demonstrou o quanto o ICOM manteve-se preso ao aperfeiçoamento constante das técnicas empregadas no acervo, mas teve/tem a dificuldade em incorporar as novas perspectivas de Santiago no tradicional museu.

[...] Não tenho resposta a essa questão... É uma questão que nunca vi discutida em encontros como este. Estamos constantemente discutindo sobre os problemas dos museus, problemas financeiros, técnicos, etc., e praticamente **nunca discutimos problemas ideológicos**, problemas de objetivos desses museus, nunca discutindo sobre a Nova Museologia... Penso que há espaço para a discussão de uma Nova Museologia para os grandes museus... que não podem mudar de um dia para o outro (Bruno, 2010a, pp. 104 – 105, grifo nosso).

A justificativa de nunca discutir problemas ideológicos é, na verdade, a aplicação da *doxa*, deflagrada especialmente no esvaziamento que Bourdieu (2011) defende que há na grande utilização do termo ideologia. Ao não discutir tais problemas, o ICOM reafirma que seu *habitus* não contempla o outro, ou nada que esteja fora da sua *doxa* específica, ou seja, fora do “conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja aceitação é inerente à própria pertinência” (Bourdieu, 1997, p. 121 citado por Catani, 2017, p. 158). A diferença parece não ser, assim, pertinente no discurso desta instituição.

Porém, a diferença foi importante para a professora Maria Célia Santos que, encerrando o debate, descreveu sua percepção acerca das consequências da Declaração de Santiago: a “Mesa-Redonda apontou os caminhos do respeito à diferença e à pluralidade. Incentivou a construção de uma Museologia aberta às múltiplas realidades e preconizou o crescimento do técnico que procura interagir com a comunidade, assumindo seu compromisso social” (Bruno, 2010a, p. 103). Segundo a professora, o verbo transitivo direto **preservar**, usado em todas as justificativas relacionadas ao acervo, foi substituído por outros verbos transitivos: o **apropriar** e o **reapropriar**.

No trabalho mais recente, em comemoração aos vinte anos de regulamentação da profissão de museólogo e objetivando “contribuir para o processo de construção da história da Museologia brasileira” (Santos, 2008, p. 177), a professora Maria Célia Santos reuniu dados

²⁴⁷ “Há espaço, no Museu oficial, para a participação, a transformação e o desenvolvimento social a partir do que nos foi apontado em Santiago? Ou cabe a esses museus somente o papel de reprodução das políticas oficiais de cultura?” (Bruno, 2010a, p. 104).

de diversos documentos e eventos da área²⁴⁸ no Brasil, para apresentar, a partir deles, entre outros aspectos, os “conceitos de Museu e de Museologia que embasaram a aplicação das ações museológicas e a formação do profissional” (Santos, 2008, pp. 178 - 179). Partindo do ano de 1969 com dois importantes pareceres do Ministério da Educação para a área, Santos (2008), alcançando a década de 1990, limite temporal histórico desta pesquisa, realizou uma análise dos discursos presentes nas ações políticas dos agentes brasileiros, como exposto a seguir.

Na Portaria Ministerial nº 653/69 que criou uma comissão mista para o levantamento da situação dos museus “não há referência à museologia” (Santos, 2008, p. 180) o que indica o desconhecimento/desuso do termo. E no Parecer nº 971/69 que normatizou a implantação das Graduações em Museologia, o conceito de museu, conforme exposto abaixo, é tradicional, ainda não contempla o patrimônio imaterial, dá ênfase às ações técnicas de salvaguarda do acervo e não problematiza a função social da instituição. Em parte demonstra compreender o importante trabalho de educação realizado na instituição, mas esse serviço está restrito ao âmbito contemplativo.

Local onde se reúnem, avaliam, classificam, restauram, conservam e apresentam de modo adequado os produtos mais significativos e duráveis do trabalho do homem na terra onde vivem e sofrem. [...] o museu é laboratório, teatro. Local onde apaixonados do conhecimento se absorvem na pesquisa e onde comparecem, também, espectadores. É uma escola, sua missão é primariamente inspiracional e formadora. O museu é um instrumento necessário, posto democraticamente à disposição do povo, da escola e dos interesses mediatos e futuros do país (Parecer nº 971, 1969 citado por Santos, 2008, p. 180).

Sobre a museologia há apenas uma referência – “a. Museologia teórica e prática, tipologia, organização administrativa e técnica relativa aos museus e ao patrimônio cultural, o museólogo” (Parecer nº 971, 1969 citado por Santos, 2008, p. 180) – que não esclarece seu conceito e reproduz uma confusão com o termo museografia, replicando uma tendência identificada em outros países, a exemplo da pesquisa de María Teresa Marín Torres (2002). Entretanto, no parecer de criação do Curso de Museologia da UFBA, a concepção de museu

²⁴⁸ “Seminário de Museologia em Salvador (1973); VIII Colóquio Nacional de Museus (1973); I Seminário Brasileiro sobre Iluminação e Controle Climático (1977); Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975); VI Congresso Nacional de Museus (1979); I Encontro Nacional de Museólogos (1981); I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste (1982); VIII Congresso Nacional de Museus (1983); X Congresso Nacional de Museus (1987); Seminário Museus nacionais: perfil e perspectivas (1988); II Fórum Nordestino de Museologia (1989); III Fórum de Museologia do Nordeste (1990); V Fórum de Museologia do Nordeste (1992); I Encontro Internacional de Ecomuseus (1992); I Encontro Nacional de Museus Universitários (1992); VI Fórum Nordestino de Museologia (1993); VII Fórum Nordestino de Museologia (1994); Seminário Memória do pensamento museológico contemporâneo (1995); VI Seminário de Integração do Curso de Museologia com Museus de Salvador (1996); VIII Fórum Nordestino de Museologia (1996)” (Santos, 2008).

tesouro deu lugar à construção de um museu inclusivo, um museu que tradicionalmente preocupa-se com o acervo, mas que também possui uma finalidade social que marcará a identidade deste curso. Este museu, conceptualmente exposto a seguir, para existir, necessitou se ancorar numa museologia que atendesse essas perspectivas.

O museu tem muitas finalidades, que podemos resumir em recolher, preservar, conservar, pesquisar, apresentar e divulgar o patrimônio cultural da humanidade, **deixando de ser privilégio de poucos para servir à educação de muitos** (Santos, 2008, p. 181, grifo nosso).

Assim, ao longo da década de 1970 o conceito de museu foi sendo cada vez mais questionado e modificado nos documentos/discursos citados por Santos (2008). Das transformações identificadas sobre o que é museu destaco a identificação da instituição como órgão de documentação e como estabelecimento basilar para a conservação da memória nacional. O debate sobre a quem serve o museu e qual seu papel no meio social ganha força, mas o conceito de museologia permanece fortemente restrito às atividades do museu, ou seja, à “utilização de processos e técnicas de caráter museológico e museográfico” (Santos, 2008, p. 189).

Na década de 1980 a área vive o intenso processo de regulamentação da profissão através do enfretamento dos diferentes agentes do campo conforme discutido no capítulo 2. Nesta década, em 1982, na FUNDAJ, cidade de Recife/PE, ocorreu o I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste do Brasil que contou com a presença de museólogos de todo o país, bem como da representante da Associação Brasileira de Museologia, Terezinha Sarmento. Como resultado do evento, foi encaminhado às Comissões Técnicas da Câmara e do Senado o texto substitutivo no inciso I do Artigo 2º do Projeto de Lei de Regulamentação da Profissão que permitia que os alunos de pós-graduação também tivessem o título de museólogo.

Avaliando a transcrição do áudio do evento²⁴⁹ são facilmente identificadas as disputas entre a Associação de Museólogos da Bahia/AMB e a Associação Brasileira de Museologia/ABM, bem como os embates entre os profissionais para garantir as conquistas do campo. Os professores da Bahia Osvaldo Ribeiro, Antônio Rios e Maria Célia Santos foram combativos na manutenção do respeito ao trabalho realizado pela Associação de Museólogos da Bahia no que refere tanto a construção do Código de Ética Profissional, como também ao trabalho feito por todos os profissionais presentes no I Encontro Nacional de Museólogos e

²⁴⁹ Os dados estão compilados na Caixa Arquivo nº 45 – Arquivo Institucional da FUNDAJ. (Fundação Joaquim Nabuco, s.d.).

que gerou, conseqüentemente, o Projeto de Regulamentação que estava tramitando na Câmara Federal.

Embora essa disputa já tenha sido trabalhada anteriormente, é importante registrar dois momentos de maior tensão: o primeiro foi quando o professor Antônio Rios²⁵⁰ consegue, não sem resistência, que o debate acerca do Código de Ética seja feito pela ABM, mas levando em consideração o trabalho realizado por outras instituições de representação de classe; e o outro, quando a delegação da Bahia, composta por 32 profissionais, se retira do plenário após a mesa negar o direito a fala mediante grave acusação de Terezinha Sarmento, presidente da ABM, dos agentes da Bahia terem apresentado o documento forjado da tramitação do Processo de Regulamentação na Câmara dos Deputados.

O documento era verídico, a acusação de ser falso causou um grande desconforto e na tensão da disputa pelo poder simbólico destaco a fala de Terezinha Sarmento em que ela reconhece o trabalho realizado pela Associação Baiana, bem como deixa escapar a suposta naturalização histórica das conquistas cariocas.

Eu quero deixar claro a vocês, a todos aqui em plenário, que nós [profissionais do Rio de Janeiro] não temos qualquer interesse em dizer que fomos nós que conseguimos a regulamentação [...] Então, não pensem vocês que nós estamos aqui querendo puxar a brasa para o Rio, absolutamente. Apenas por um processo de **evolução normal**, o curso de museologia **primeiro do Brasil, primeiro das Américas**, se criou no Rio de Janeiro (FUNDAJ, s.d).

Através do discurso, fica evidente como o controle da Associação Brasileira de Museologia frente ao trabalho realizado na Bahia primeiro se dá pelo interesse desinteressado no reconhecimento do feito, negando inclusive o interesse em ter alguma valorização no percurso do trabalho realizado para, em seguida, voltar à técnica de apagamento naturalizando a presunçosa evolução atribuída ao curso do Rio de Janeiro.

Essa forma de conduzir as ações na constante disputa pelos capitais simbólicos foi percebida e revelada por Waldisa Rússio nesse mesmo evento quando o ponto de discussão foi: é preciso ter, no calendário nacional brasileiro, o dia do museu ou já é suficiente a data internacional? Para Waldisa:

[...] isso possibilitaria que nós tivéssemos realmente reuniões, encontros, seminários, **a nível regional**, quando normalmente esse dia internacional tem sido utilizado até agora para **encontros centralizadores num determinado ponto do Brasil**, onde nem sempre é possível todos os museólogos comparecerem. Então, isso não elimina o fato de existir um Dia Internacional de Museus, um dia nacional,

²⁵⁰ Professor do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

que seria uma coisa diferente da profissão de museólogo (FUNDAJ, s.d, grifo nosso).

Waldisa Rússio, compreendendo o funcionamento do campo internacional e do campo brasileiro, fez sua escolha, frente àquilo que ela acreditava ser coerente à sua perspectiva da área e se posicionou aliada ao grupo da Bahia. Nesse encontro, em que ela não verificou dificuldades na plenária em redigir conjuntamente o substitutivo para a Lei de Regulamentação que contemplou a realidade de São Paulo, a agente demonstrou que sua concepção republicana para a museologia estava mais alinhada com a perspectiva do Curso da UFBA.

Como exemplo, registro o depoimento da professora Maria Célia Santos acerca da atuação da Associação de Museólogos da Bahia/BA, da Associação Brasileira de Museologia/RJ e da Associação Paulista de Museólogos/SP no embate pela regulamentação da profissão que demonstrará, sutilmente, tanto as divergências como as aproximações conceituais dos estados e das escolas envolvidas.

Percebe-se também que nesse período ocorre uma efetiva integração entre os museólogos das diversas regiões, e entre as várias associações, **e principalmente entre o curso de Museologia da UFBA e o curso de São Paulo** (Santos, 2008, p. 191, grifo nosso).

A perspectiva humanista do curso da UFBA, juntamente com a proposta interdisciplinar do Curso da FESP uniu os agentes dos Estados da Bahia e São Paulo e essa junção de ideais e opiniões esteve marcadamente presente na luta pela Lei de Regulamentação da Profissão. Da década de 1980, a título de exemplo, além do depoimento da professora Maria Célia Santos, cito a Proposta para uma Política Nacional de Museus, de 1985, enviada ao Ministro da Cultura com o intuito de discutir as bases de uma política cultural. As duas entidades de classe – a Associação de Museólogos da Bahia/AMB e a Associação Paulista de Museólogos/ASSPAM²⁵¹ contaram, neste momento, com o apoio do Comitê Brasileiro do ICOM e foi assinada, dessa forma, pelos seguintes agentes: Manoel Augusto Paes Nunes/Associação de Museólogos da Bahia; Waldisa Rússio Camargo Guarnieri/Associação Paulista de Museólogos; e Fernanda Camargo de Almeida Moro/Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM²⁵².

²⁵¹ A Associação Paulista de Museólogos/ASSPAM e a Associação dos Trabalhadores de Museu/ATM, ambas de 1983, foram presididas por Waldisa Rússio e marcam a história da Museologia no Estado de São Paulo/SP.

²⁵² Esta carta está disponível em Bruno (2010b, v. 1).

Em entrevista recente e rememorando esse momento político, a professora Maria Célia Santos destaca tanto os impasses entre as Associações, como a consonância dos seus ideais aos de Waldisa Rússio.

A ABM [Associação Brasileira de Museologia] ela se mantinha assim como algo já construído, de porte, mais assim, daqueles profissionais já graduados há mais tempo, nome de renome, como Mário Barata e outros, Neusa Fernandes e etc... E que não buscavam uma interlocução com este curso novo. Não havia esse diálogo e nem havia também um diálogo com o Curso do Rio. Isso foi uma coisa que a gente tentou quebrar isso durante muito tempo. **Era muito difícil manter esse diálogo com o curso do Rio** porque no Curso da UNIRIO **aqueles professores também olhavam de cima para baixo para a gente**: ‘Aquele cursinho lá do Nordeste que não ensina nada do que deveria ensinar, de mobiliário, disso, daquilo de bandeiras e condecorações etc.’ E **olhavam para a gente com muito preconceito também**. Então isso foi um entrave. Eu acho a gente perdeu muito tempo no sentido de buscar uma ação conjunta aí Waldisa entra também nesse momento. [...] **ela faz com que o Curso da Bahia tenha um interlocutor. Eu não me via mais sozinha**, sem alguém que pudesse me ouvir e discutir sobre os meus problemas (a não ser os colegas da Bahia, né?), alguém que tivesse de fora que fosse mais maduro e que pudesse me apoiar e aí já entra a identificação ideológica também... A formação dela na área da Sociologia... **Eu via em Waldisa alguém que pensava uma Museologia como a gente e não os professores do Rio, com aquela cabeça mais fechada e práticas de anos e anos e anos**, e diziam que mudava e não mudava e aquilo nos incomodava muito [...] Para buscar estratégias para melhorar essa interlocução entre os três cursos, finalmente, depois de tanto tempo a gente conseguiu esse avanço. Então eu estava no Rio participando de um evento e ela foi participar de uma banca de doutorado lá no Rio e aí aproveitamos para marcar essa reunião. Eu estaria lá e ela iria também para uma defesa lá no Rio, para ir lá no Curso de Museologia do Rio. Fomos, fizemos essa reunião, interessante até ver nas memórias do curso essa reunião, se fizeram ata... **Mas nós chegamos a fazer essa reunião** (Gouveia, 2018, pp. 337 – 338, grifo nosso).

Através do relato é possível perceber que a configuração do campo estava dividida em Museologias. De um lado, havia a UFBA e a FESP na defesa da perspectiva humanista e interdisciplinar²⁵³ e tendo como suas agentes as professoras Maria Célia Santos (AMB) e Waldisa Rússio (ASSPAM) e, por outro lado, outra perspectiva mais voltada para as coleções e o acervo por meio da representação educacional da UNIRIO e de uma representação de classe, a ABM. Entre essas duas dinâmicas, a partir do depoimento citado acima, destaco que a existência de tentativa/tentativas de aproximação entre as escolas – UFBA, FESP e UNIRIO – mas a negativa da UNIRIO somou-se à manutenção de um comportamento que não valorizava o trabalho feito pelas demais agentes do campo. Ainda que tenhamos esse registro

²⁵³ Revisando as pesquisas acadêmicas das duas agentes identifico a presença constante dos trabalhos de Paulo Freire e como esse estudo repercutiu nas práticas pedagógicas de ambas. É perceptível a leitura da Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia para a Autonomia na própria entrevista anteriormente citada. Sendo esse, um dos motivos pelos quais o autor é trabalhado nesta tese.

de conversa, o que resultou, referenciando Bourdieu (1998), é que uma conversa ocorreu, mas o direito de falar – no sentido performativo discursivo que instaura uma alteração no real, ou minimamente um diálogo – foi censurado porque o que as agentes da Bahia e de São Paulo pretendiam dizer divergia do discurso dominante.

Enquanto estratégia simbólica, a UNIRIO contava internacionalmente com a ressonância do discurso institucionalizado do ICOM, do ICOFOM e, entre seus pares brasileiros, com a ABM e todo corpo de profissionais defensores da museologia ortodoxa.

As estratégias simbólicas mais requintadas nunca podem produzir completamente as condições do seu próprio êxito e estariam votadas ao insucesso se não pudessem contar com a cumplicidade actuante de todo um corpo de defensores da ortodoxia que orquestra, amplificando-a, a condenação inicial das leituras redutoras (Bourdieu, 1998, p. 178).

Sobre as leituras redutoras, poderia problematizar um pouco mais sobre o consumo e produção dos trabalhos científicos do campo tendo como base os atuais programas de pós-graduação e a produção/manutenção de um único discurso, mas isso constituiria outra tese e fugiria do problema em marco temporal. Todo modo, convido o leitor/leitora a passear pela bibliografia das teses e dissertações que citei no primeiro capítulo, para falar da pretensão de primazia, com os olhos atentos para os lugares onde foram escritas/publicadas/defendidas e as referências ali contidas. Como valor mercadológico de bem simbólico, registro aqui essa crítica para construção de outras possibilidades de reflexão que comprovem ou refutem a hipótese desta pesquisa.

Retornando aos agentes nordestinos, depois de experimentarem nos anos de 1980 os distintos eventos apontados e seus embates, eles iniciaram a década de 1990 com a discussão da cientificidade da Museologia, tendo a Universidade Federal da Bahia/UFBA como sede do V Fórum e a professora Maria Célia Santos como sua anfitriã.

Como apresentado no capítulo anterior, os agentes estruturam os quatro primeiros Fóruns por meio de oficinas que, além de os auxiliarem a sanar problemas variados que se arrastaram em muitas décadas de negligência e ausência do Estado, também os ajudaram a refletir sobre as técnicas aplicadas no acervo, nas coleções. Essa complexa reflexão contribuiu para eles repensarem o patrimônio, ampliando o conceito atrelado ‘a pedra e cal’ (edificado), o que, desta forma, permitiu que nas edições seguintes as reflexões teóricas ganhassem maior destaque.

O conceito de museu como instituição central do patrimônio cede lugar para uma discussão aprofundada sobre a museologia *alternativa* que eles queriam praticar e o Nordeste,

negligenciado politicamente e ancorado pelos ideais da Nova Museologia, consegue, assim, colocar em prática a ação museológica que os agentes acreditavam. Dessa forma, os Estados Nordestinos abrem-se para marcar na história da museologia brasileira a ocorrência de um evento de porte internacional fora do eixo Rio – São Paulo: o V Fórum de Museologia do Nordeste na cidade de Salvador/BA.

3.1 V Fórum de Museologia do Nordeste – 1992

O V Fórum de Museologia do Nordeste, ocorrido na cidade de Salvador/BA entre os dias 02 e 07 de novembro de 1992, no Salão Atlântico do Hotel da Bahia, distinguiu-se dos demais por contar com uma ampla rede de patrocinadores e apoiadores do evento²⁵⁴ e por ser o primeiro Fórum aberto para a participação de profissionais de todos os Estados do País e do Exterior.

As organizadoras do evento angariaram concessão de descontos nos valores de diárias para hospedagem, bem como orçamento diferenciado no aluguel dos salões internos do Hotel da Bahia²⁵⁵, pagamento de pró-labore aos conferencistas e descontos na compra dos bilhetes de passagens nacional e internacional para conferencistas, participantes e representantes estaduais.

Além disso, houve outros tipos de apoio e financiamento. O Museu de Arte Moderna da Bahia/MAM contribuiu com publicações para serem sorteadas entre os participantes, o Museu Abelardo Rodrigues agendou sua reinauguração como ação de boas vindas aos participantes e o Museu Carlos Costa Pinto ofereceu visitas guiadas, coquetel de abertura e apresentação do Balé Rosana Abubakir²⁵⁶.

A repercussão do evento foi extensa e pode ser comprovada através dos diversos documentos oriundos de instituições de diferentes Estados do país dando apoio à realização do V Fórum e desejando sucesso nos trabalhos a serem realizados²⁵⁷. O V Fórum destacou-se

²⁵⁴ Governo do Estado, através do governador Antônio Carlos Magalhães e a BAHIATURSA – Órgão Oficial de Turismo por meio da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo (BAHIATURSA (1991) – Anexo 36; A Rede Tropical de Hotéis, o Museu de Arte Moderna da Bahia/MAM e a Companhia Aérea de Aviação Varig. Patrocinadores – Anexo 37.

²⁵⁵ O Hotel da Bahia foi o primeiro grande hotel do estado. Era, naquele momento, o melhor hotel da cidade e único que possuía um auditório com capacidade para um evento daquele porte.

²⁵⁶ Museu Carlos Costa Pinto. Apoio e financiamento – Anexo 38.

²⁵⁷ Para exemplificar citamos os documentos do Departamento de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Itabirito/Estado de Minas Gerais, do Museu Villa-Lobos/Estado do Rio de Janeiro, da Associação Riograndense de Museologia/Estado do Rio Grande do Sul e do Museu de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio

dos demais pela ampliação da zona de divulgação dos trabalhos, pelo envolvimento de importantes profissionais de outras regiões do país e especialmente por contar com a presença de dois profissionais estrangeiros: Vinos Sofka e Matilde Bellaigue.

Vinos Sofka é o agente internacional que vai centralizar, através do ICOFOM, o debate acerca do conceito Museologia imprimindo, nos textos publicados pelas revistas *Muwop/DoTraM e ISS*, um cunho científico para a área. Como editor das revistas, Sofka foi o responsável pela seleção de especialistas que atuavam em Museus e, por causa disso, escreveram os artigos publicados cujo conteúdo comporiam as bases científicas da área. Dessa forma, a Museologia foi tratada como área de pesquisa, posteriormente como ciência e se afirmou como disciplina acadêmica (Ceravolo, 2004b). Mathilde Bellaigue desenvolveu trabalhos no ICOM/ICOFOM juntamente com Georges Henri Rivière e Hugues de Varine. Amparada intelectualmente por eles e baseando-se nos ideais da Nova Museologia, Bellaigue desenvolveu pesquisas sobre ecomuseus enfatizando tanto o papel social da instituição como as novas formas de interação com a comunidade. Esses elementos estiveram presentes nas reflexões apresentadas por eles no Fórum em Salvador.

Assim, este Fórum, fortemente influenciado pelos embates da cientificidade da Museologia e pela corrente da Nova Museologia, avançou criticamente com o objetivo de auxiliar na promoção científica da área. Dessa forma, o Projeto do V Fórum de Museologia do Nordeste²⁵⁸ manteve, como aconteceu nas edições anteriores, a preocupação com o caráter regional ao reafirmar que os museólogos presentes no X Congresso de Museologia decidiram organizar os Fóruns porque “sentiram necessidade de debater e aprofundar temas referentes ao desenvolvimento da museologia e à atuação técnica dos museus na região” (Fórum de Museologia do Nordeste, 5., 1992a).

Entretanto, se por um lado o V Fórum realizado em Salvador/BA permitiu pela primeira vez a participação de profissionais de todos os Estados do Brasil, por outro destacou que a cidade de Salvador há mais de dez anos não sediava um evento na área da Museologia.

A Cidade do Salvador, há mais de dez anos, não sedia um simpósio na área da museologia, apesar de possuir um Curso de Museologia, único existente no Norte e Nordeste do País e dezessete Museus localizados nesta Capital, o que justifica que todos os órgãos vinculados às áreas da educação, cultura e do turismo envidem

Grande do Sul/Estado do Rio Grande do Sul. (Prefeitura Municipal de Itabirito, 1992). Documentos de incentivo – Anexo 39.

²⁵⁸ Os organizadores do V Fórum foram: Heitor Reis – diretor do Museu de Arte Moderna da Bahia e Presidente do V Fórum de Museologia do Nordeste; Maria Celia Teixeira Moura Santos – Chefe do Departamento de Museologia da UFBA; Ângela Loureiro Petitinga – representante do Estado da Bahia no Fórum de Museologia do Nordeste (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992a). Projeto do V Fórum – Anexo 40.

esforços no sentido de que o evento atenda às expectativas dos técnicos de todo o País, que, em vários momentos, já manifestaram grande interesse em se dirigir a esta capital, na certeza de que aqui encontrarão não só a tradicional acolhida baiana como o produto de um trabalho sério, desenvolvido com muita garra, ao longo dos anos (Fórum de Museus do Nordeste, 1992a, p. 1).

Denota-se assim que havia uma disparidade das ações da área museológica no País que beneficiava eventos fora do Nordeste e distantes, inclusive, do Estado que abriga o primeiro Curso de Museologia do país.

No projeto do V Fórum consta que nos quatro Fóruns anteriores – João Pessoa/PB 1988; São Luís/MA 1989; Natal/RN 1990 e Recife/PE 1991 – os profissionais intercambiaram informações e saberes. Obtiveram resultados tanto no aperfeiçoamento técnico para os museus da região como no aprofundamento das questões teóricas no desenvolvimento da Ciência Museológica, ocasionando maturidade profissional e segurança. Além disso, através dos questionários aplicados, realizaram o levantamento dos dados referentes aos museus da região. O que permitiu “traçar um perfil do desempenho dessas instituições, identificando-se também pontos de extrema relevância para o entendimento das relações estabelecidas entre essas instituições museológicas com as comunidades onde estão inseridas” (Fórum de Museus do Nordeste, 1992a).

Com o diagnóstico realizado, leitura e interpretação de dados regionais concluídos, e apoio do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia/UFBA, os profissionais do Nordeste sentiram-se seguros ao promoverem um evento aberto a profissionais de todo o Brasil e que contou também com a presença de conferencistas da Suécia e da França.

A partir do tema aprovado: A relação entre a Museologia e o Museu, o objetivo geral do projeto foi “debater questões relativas ao **desenvolvimento da Ciência Museológica, sua aplicação e contribuição para o desenvolvimento social**, dando ênfase ao contexto nordestino” (Fórum de Museus do Nordeste, 1992a, p. 2, grifo nosso). Entre os objetivos específicos destaca-se a análise das “relações existentes entre a formulação das políticas culturais no País, especialmente no NORDESTE, e o desenvolvimento da Ciência Museológica” (Fórum de Museus do Nordeste, 1992a, p. 2, grifo da autora).

Assim, o evento dividiu o tema geral em seis subtemas: “aspectos teórico-metodológico da Ciência Museológica; a produção científica: seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares; a política cultural, sua relação com a Museologia e com a atuação dos museus na Região Nordeste; Campo de atuação da Ciência Museológica; a atuação dos museus da Região Nordeste e sua relação com o desenvolvimento da Ciência Museológica; a produção científica dos cursos de Museologia do país e sua aplicação na realidade brasileira”

(Fórum de Museus do Nordeste, 1992a) e todos esses pontos foram direcionados para as conferências.

3.1.1 Cerimônia de Abertura e Análise das Conferências

Na programação do V Fórum de Salvador²⁵⁹ constou um total de sete conferências distribuídas entre o segundo, terceiro e quinto dia de evento, debates, comunicações, mesa redonda, painel apresentando o diagnóstico dos dados coletados nas edições anteriores acerca da realidade museológica do Nordeste brasileiro e, como aconteceu nas edições anteriores, ao final de todos os dias, avaliação dos trabalhos.

A primeira atividade foi a solenidade de abertura presidida pelo senhor José Augusto Burity – diretor geral da Fundação Cultural do Estado da Bahia e o coquetel de abertura contou com a apresentação do Grupo Garagem.

No segundo dia ocorreram os credenciamentos seguidos da abertura dos trabalhos com uma importante fala de boas-vindas proferida pela professora Maria Celia Teixeira Moura Santos. Pela manhã foi realizada a conferência do professor Luiz Felipe Serpa com uma reflexão da produção científica e seus aspectos inter/multidisciplinar, característico da Museologia, e a tarde a conferência do Dr. Vinos Sofka apresentando a compreensão do que era, naquela época, a Ciência Museológica.

QUADRO 6: PROGRAMA DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

CONFERENCISTA	CONFERÊNCIA	PRESIDÊNCIA DA MESA
Professor Felipe Serpa Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia/UFBA	A produção científica, seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares	Museóloga Ângela Petitinga - Representante do Estado da Bahia
Doutor Vinos Sofka - Doutor Honoris Causa em Museologia pela Universidade de Upsalla - Suécia e Membro do Conselho Executivo do ICOM	Aspectos Teóricos Metodológicos da Ciência Museológica	Museóloga Lourdes Maria do Rêgo Novaes - Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM

Fonte: Fórum de Museologia do Nordeste (1992b) – Anexo 41

É importante destacar que na programação constava, após às apresentações dos/das conferencistas, um tempo para debate, o que sugere ter sido um momento importante para reflexão coletiva. Durante todo esse dia ocorreram apresentações das comunicações,

²⁵⁹ (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992b). Programa do V Fórum – Anexo 41.

conforme quadro abaixo, sendo possível identificar a inserção de novos atores da área oriundos do Paraná e São Paulo, por exemplo.

QUADRO 7: COMUNICAÇÕES DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

COMUNICAÇÕES	AUTOR/AUTORA
1 - Planejamento Museográfico do Museu Câmara Cascudo	Rosemery Lins Barreto - RN
2 - Formação Profissional em Museologia: uma proposta do MAE - USP	Maria Cristina Bruno - SP
3 - Santuário de Bom Jesus da Lapa - Ex-votos, uma documentação para a História Social	José Cláudio Alves de Oliveira - BA
4 - Projeto Meninos do MAM Museu de Arte Moderna da Bahia	Pérlio Rebouças - BA
5 - Montagem da Exposição História do Dinheiro	Maria Emília Valente - BA
6 - Aplicação da Ciência Museológica no Contexto dos Museus	Mary do Rio - BA
7 - Revisão a Ampliação da Documentação do Museu de Arte da Bahia	Luis Alberto Ribeiro Freire - BA
8 - Museu do Marcos-Touros/RN: um resgate do "LEITMOTIV ANTROPOLÓGICO"	Wani Fernandes Pereira Teixeira - RN
9 - Projeto de Recatalogação do Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo - Centro de Conservação e Restauro	José Domingos Garglio - SP
10 - O Silêncio da Cidade do Salvador - Trabalhos de alunos do Curso Monográfico EBA/UFBA	Estácio Luiz Moreira P. Fernandes - BA
11 - Conselho Federal de Museologia	Clarete de Oliveira Maganhoto - PR
12 - Programa de Integração Museu/CEFAM - Subsídios para Utilização Pedagógica de Museus	Marília Xavier Cury - SP

Fonte: Nunes (2000, p. 86)

Organizadas no quadro abaixo, listo as três conferências ocorridas no dia seguinte, ou seja, 04/11/1992. A da Doutora Mathilde Bellaigue apresentava o título semelhante à proferida pelo professor Luiz Felipe Serpa discutindo os aspectos de interface da Museologia com as demais áreas do conhecimento, a do professor Ulpiano Bezerra de Meneses²⁶⁰ expandia o conceito de cultura para problematizar a pluralidade cultural e a do professor Mario Chagas discutia o campo de atuação da Ciência Museológica que se expandia para fora dos muros dos museus.

²⁶⁰ Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo/USP.

QUADRO 8: PROGRAMA DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

CONFERENCISTA	CONFERÊNCIA	PRESIDÊNCIA DA MESA
Doutora Mathilde Bellaigue - Laboratoire de Recherche des Musées de France	A museologia, seus aspectos Interdisciplinares e Multidisciplinares	Professora Tereza Cristina Scheiner - Chefe do Departamento do Curso de Museologia da UNIRIO
Professor Mario de Souza Chagas	Campo de atuação da Ciência Museológica	Museóloga Magaly Cabral - Presidente do Conselho Federal de Museologia
Professor Doutor Ulpiano Bezerra de Menezes - Diretor do Museu Paulista/USP	A museologia e a pluralidade cultural	Professora Heloisa Helena G. da Costa - Curso de Museologia/UFBA

Fonte: Fórum de Museologia do Nordeste (1992b)

O tempo de debate, seguindo a metodologia do dia anterior, foi mantido, mas a conferência do professor Mario Chagas distinguiu-se por contar com duas debatedoras: as professoras Maria Cristina Bruno, museóloga da Universidade de São Paulo e Rosana Nascimento, museóloga e vice-coordenadora do Curso de Museologia da UFBA. Essa conferência contou, dessa forma, com professores dos três cursos do Brasil.

O número de comunicações, exposto no quadro 9, foi reduzido se comparado ao anterior, mas a presença de profissionais inscritos de outras regiões manteve-se.

QUADRO 9: COMUNICAÇÕES DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

COMUNICAÇÕES	AUTOR/AUTORA
1 - A museologia e a pluralidade cultural - "A singularidade do Museu da Abolição"	Gilda Maria Whitaker Vervi - PE
2 - Ecomusealização do Parque São Bartolomeu	Bartolimara Souza Daltro - BA
3 - Serviço educativo do Museu de Arte Moderna da Bahia - Atuação	Neuza Maria de Almeida Reis - BA
4 - A indumentária na azulejaria portuguesa Século XVIII	Estácio Luiz M. Pinto Fernandes - BA
5 - Relatório das oficinas de expressão plástica do Museu de Arte Moderna da Bahia	Florival Oliveira Carvalho Filho - BA
6 - Identidade, cidadania e atuação museológica: uma experiência no Museu universitário PUCCAMP	Regina Márcia Moura Tavares - SP
7 - Digitalização do Museu de Paranaguá	Paulo Lopes Krelling - PR

Fonte: Nunes (2000, p. 87)

O dia 05 foi marcado pela Mesa Redonda: Política Cultural, sua relação com atuação dos museus da Região Nordeste” presidida pelo professor Osvaldo Gouveia Ribeiro e tendo como participantes os profissionais Aécio Oliveira (Fundação Joaquim Nabuco – PE), Graça Sardinha (Museu Histórico de São Luís – MA), Pasqualino Magnavita (Pró-Reitor de Extensão da UFBA – BA) e Cristina Negrão (Fundação Casa de José Américo – PB).

No turno vespertino ocorreu a discussão no Painel *A atuação dos museus da Região Nordeste e sua relação com o desenvolvimento da Ciência Museológica*. Esse painel teve como coordenadores os professores Antônio Oliveira Rios e Silvia Menezes de Athayde,

ambos professores do Curso de Museologia da Bahia, e contou com a presença de participantes representantes dos nove estados do Nordeste – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, indicando que a preocupação regional estava mantida, bem como o espaço social de representação deles.

Durante o dia ocorreram as comunicações listadas abaixo no quadro 10, distinguindo-se da sessão das comunicações anteriores por concentrar nesse dia o maior número de profissionais da Bahia e tendo apenas um representante da região sudeste do país: Marília Xavier Cury.

QUADRO 10: COMUNICAÇÕES DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

COMUNICAÇÕES	AUTOR/AUTORA
1 - Linha de pesquisa e museologia: MAE/USP	Marília Xavier Cury - SP
2 - A intireância da seca no Rio Grande do Norte: a trajetória fragmentada dos homens, objetos, saberes...	Wani Fernandes Pereira Teixeira - RN
3 - O Museu de Arte Moderna da Bahia e sua documentação	Luzia Ventura e Malba Vellame - BA
4 - Fundamentação pedagógica da formulação da ação museológica do Museu Câmara Cascudo	Claude Luiz de Aguiar Santos - RN
5 - Museu Regional de Feira de Santana: uma proposta de ação cultural e educativa	Selma Soares de Oliveira - BA
6 - A recuperação do conjunto arquitetônico Solar do Unhão - sede do MAM-BA	Luiz Antonio Cardoso - BA
7 - Museus, o que fazer para tê-los mais perto?	Maria das Graças Teixeira - BA
8 - O curso de Museologia da UFBA: uma abordagem histórica	Oswaldo Gouveia Ribeiro - BA
9 - A restauração do acervo do Museu de Arte Moderna da Bahia	Norma Cardins - BA
10 - Iconografia de Santa Tereza	Luiz Alberto Dantas - BA

Fonte: Nunes (2000, pp. 87 - 89)

No dia seis de novembro ocorreram duas conferências pela manhã (ver Quadro 11). A proferida pela professora Regina Márcia Moura Tavares/UNICAMP contou com a presença da museóloga Magali Cabral/Rio de Janeiro – RJ e da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos – UFBA como debatedoras e a posterior, ministrada pela Doutora Matilde Bellaigue/ICOM, não contou com debatedor.

QUADRO 11: PROGRAMA DO V FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

CONFERENCISTA	CONFERÊNCIA
Professora Regina Márcia Moura Tavares	Política cultural, sua relação com o desenvolvimento social e com as diversidades regionais do País
Doutora Mathilde Bellaigue	O Museu Integral - Ecomuseu

Fonte: (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992b) – Anexo 41

Neste dia, também foi feita a escolha da Comissão responsável pela redação do Documento Final do V Fórum, apresentação em plenária e aprovação deste documento, bem como a apresentação do vídeo dos projetos desenvolvidos em museus na Suécia de Vinos Sofka. As atividades do evento foram encerradas com um jantar de conagração, mas a programação ainda previa, para a manhã do dia seguinte, um passeio de escuna pela Baía de Todos os Santos.

Conforme ocorreu nas edições anteriores, o V Fórum foi caracterizado por trazer à tona os motivos que fizeram os profissionais do nordeste criarem um evento regional, ou seja, os impasses ocorridos no Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto – MG. Entretanto, no texto da solenidade de abertura²⁶¹ a professora Maria Célia T. M. Santos ressignifica o sentimento de desapontamento pela negativa ao direito de fala no referido congresso destacando que, dessa forma, eles foram incitados a conquistar “um **espaço** [social] onde pudessem identificar, discutir e buscar soluções para problemas comuns” (Nunes, 2000, p. 81), bem como ressaltou o lugar de pertencimento e representação deles ao sublinhar as “vontades e força de luta, tão próprias [dos] nordestinos” (Nunes, 2000, p. 81, grifo nosso).

Durante quatro anos nos conhecemos com mais profundidade, reconhecendo, entretanto, que a unidade geográfica não nos impede de identificar e respeitar a nossa pluralidade cultural. Em respeito a essa mesma pluralidade, e ao reconhecimento de que aqui cresceremos mutuamente, através, de uma ação dialógica, é que, com a alegria peculiar ao povo baiano, acolhemos hoje, os diversos estados aqui representados, bem como dois convidados estrangeiros [...] (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 3).

Destacando a dimensão do crescimento coletivo, Maria Célia Santos realizando uma retrospectiva valorizou a atuação dos agentes das edições anteriores, ressaltando cada um deles com os respectivos nomes e ação realizada. Na Paraíba os anfitriões foram a museóloga Cristina Negrão e o artista plástico Chico Pereira e o objetivo maior do grupo foi se conhecer para “traçar as linhas de ação” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 1). No Maranhão, liderados por Graça Sardinha, cada representante dos Estados apresentou “um diagnóstico sobre os museus situados em seus estados, destacando aspectos técnicos e administrativos [que forneceram] subsídios para estudos que venham a ser realizados sobre as condições dos museus na região” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, pp. 1 – 2). Também no Fórum do Maranhão ficou decidido que todos os eventos teriam um tema a ser discutido.

²⁶¹ (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c). Solenidade de abertura do V Fórum – Anexo 42.

Natal e Recife tiveram o mesmo tema: documentação museológica. Em Natal eles foram recebidos “com a garra, bravura e o entusiasmo de Hélio de Oliveira” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2) e o evento transcorreu com os profissionais compartilhando “conferências e mesas redondas, e participando de oficinas abordando temas variados do **campo museológico**” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2, grifo nosso).

Recife trouxe o diferencial de ter tido um grande número de pessoas responsáveis pelo evento porque, além das museólogas Maria Regina Furtado e Marilene Rubim, da FUNDAJ, haviam outros técnicos das demais instituições do Estado de Pernambuco. Aécio Oliveira, museólogo formado no Curso de Museus do MHN – RJ, é destacado carinhosamente no texto como o “desbravador do **campo da museologia**, nas regiões norte e nordeste do país” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2, grifo nosso).

Ao discorrer sobre o tema do V Fórum – A relação entre a Museologia e o Museu –, a professora Maria Célia T. Moura Santos assume que foi uma sugestão “nossa”²⁶², mas não foi possível estabelecer com clareza quem foram esses responsáveis pela eleição da temática. Entretanto, como o evento acontece em parceria direta com o Curso de Museologia da UFBA faz-se necessário creditar a referida professora e aos professores Antônio Rios e Osvaldo Ribeiro a sugestão do tema, bem como a aceitação do mesmo entre os pares.

Acredito que a atuação de Maria Célia T. M. Santos como professora do Curso de Museologia – UFBA e pesquisadora que desenvolveu/desenvolve e executou/executa amplos projetos dentro de museus e em comunidades, lhe concedeu o poder simbólico para, no Brasil e por meio do V Fórum em Salvador, coordenar uma importante reflexão: a possibilidade de constituição da ciência museológica. Esse debate que na arena internacional ocorre desde a criação do Comitê Internacional de Museologia - ICOFOM, em 1977, trouxe Vinos Sofka, conferencista estrangeiro presente neste Fórum, como representante e presidente deste comitê

²⁶² Em João Pessoa, na primeira listagem de representação dos Estados aparecem os nomes de Oswaldo Gouveia e a professora Maria Célia T. M. Santos – UFBA, Gilka Goulart Santana – Associação dos Museólogos da Bahia e Ângela Petitinga – Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico como representantes do Estado da Bahia (Ver Anexo 14 – Lista de Representantes/PB). No Fórum de São Luís apenas o nome de Ângela Petitinga é mantido (Ver Anexo 17 – Lista de Representantes/MA). Lamentavelmente não foi localizada a lista dos representantes dos Estados no Fórum de Natal, mas em Recife, o nome de Ângela Petitinga é substituído pelo do professor Luiz Alberto Ribeiro Freire (Fórum Nordestino de Museologia, [s.d]). Lista de representantes/PE – Anexo 43). Dessa forma, a sugestão ‘nossa’, apontada pela conferencista, a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, para o tema do V Fórum pode ter sido uma sugestão desse grupo de trabalho que esteve unido como representantes do Estado da Bahia desde o primeiro Encontro na Paraíba juntamente com os demais professores do Curso de Museologia da UFBA.

que reuniu diversos profissionais técnicos e acadêmicos na promoção do debate científico da área.

O uso do conceito *campo da museologia* e *campo museológico* aparece nos documentos do V Fórum de forma articulada com o pensamento museológico gestado no ICOFOM. É possível aferir que a escolha da palavra Museologia em substituição ao anterior vocábulo Museu, no tema do V Fórum, também é proposital. Se nas quatro edições anteriores dos Fóruns a técnica realizada dentro de um espaço institucional (MUSEU) foi discutida e pensada, e, se já foi realizado diagnóstico para identificar os problemas de cada Estado do Nordeste, agora faz-se o tempo de jogar luz no que a professora Maria Célia Santos denomina como campo museológico (MUSEOLOGIA) para discutir cientificamente a área. Também é consciente a importância do evento para a América Latina, por isso a escolha de Mathilde Bellaigue, agente do ICOFOM que atuou na constituição do Ecomuseu da Comunidade *de Le Creusot-Montceau les Mines/França*. Essa tipologia de museu ganhou repercussão após a Declaração de Santiago do Chile pelo trabalho desenvolvido com a comunidade.

Os aspectos teóricos-metodológicos da Museologia, bem como as novas tipologias de museu preocupadas com a comunidade – museu de território, ecomuseu, museu comunitário – são ressaltados no discurso da professora Maria Célia Santos para legitimar a prática realizada no Nordeste e presente em demais museus da América Latina.

É necessário ressaltar, neste momento, a importância do tema deste evento, pois são poucas as oportunidades que temos tido, **no Brasil, de discutir aspectos teórico-metodológicos da ciência museológica**. Nos diversos congressos e seminários realizados ao longo dos anos, o enfoque tem sido dado às ações técnicas, dissociadas de uma reflexão filosófica, tão necessária no sentido de desvelar os objetivos e os meios que estão embasando o fazer museal. Entendemos que a teoria e a prática são elementos que se integram mutuamente, e, ao refletirmos sobre a ação, estaremos enfatizando a teoria, e é esta que vai tornar a prática verdadeira, daí a relevância dos **cursos de museologia** na construção desse processo. Assim, com o objetivo de tornar **a nossa prática** mais verdadeira e condizente com as necessidades das nossas **populações**, estamos propondo, esta semana de trabalho conjunto considerando-a um marco para o desenvolvimento da ciência museológica, sobretudo para **a Museologia da América Latina**, que, ao longo da sua história, com criatividade e muita resistência, **tem enfrentado o massacre, a imposição de uma razão instrumental, que tem primado por destruir o seu mundo vivido** [...] (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 3, grifo nosso).

Essa realidade particular de fazer museu e de pensar museologia corrobora com a discussão sobre a existência de Museologias, no plural mesmo, visto que, a década de 1980 marcou o processo de teorização da área onde os colaboradores do ICOFOM buscavam saber qual conhecimento particular a museologia tinha, que tanto a diferenciava das demais áreas do

conhecimento, como a caracterizava de maneira particular. Segundo Suely Ceravolo (2004a), a definição de museologia como ciência dos museus não só se abriu como criou bifurcações:

O ângulo inicial da museologia como ciência dos museus foi se abrindo em leque. Surgiram bifurcações, cada uma delas agrupando traços comuns. Stransky preferiu delas dizer ‘tendências de conhecimento’ para a busca do objeto de conhecimento, e van Mensch de ‘escolas’ (aspas usadas pelo autor) para dizer da orientação cognitiva da museologia. O que van Mensch agrupa por objeto de conhecimento (as tendências de Stransky), são uma série de perspectivas, geradas a partir de três pontos: o objeto de museu, o museu e as funções de museu. Haveriam então ‘museologias’, já que as perspectivas se alternam e se interseccionam, fazendo brotar outras alternativas, mas que não se afastam muito desse tripé (Ceravolo, 2004a, pp. 85 – 86).

Dessa forma, as particularidades/tendências/bifurcações da América Latina e do Nordeste brasileiro, bem como os específicos elementos que as distinguem das demais ‘museologias’ – europeia e de parte do sudeste brasileiro – também foram apresentados por Maria Célia Santos quando ela destacou “os aspectos da cultura do Maranhão, nos diversos bumbas-meu-boi, de música e indumentária variadas, que **não são espetáculos para o turista ver**” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2, grifo nosso); o desfrute do fazer cultural local em Natal “da carne do sol, da tapioca, da alegria potiguar, [bem como] o impacto da beleza natural, onde praias maravilhosas são brindadas com a suntuosidade das dunas, em contraste com o céu azul” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2), e a cidade de Recife “da cultura de mesa, tão bem documentada por Gilberto Freire e [do] frevo” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2). Para Maria Célia T. Moura Santos, os Fóruns do Nordeste admitiam que a manifestação cultural, seja ela ligada ao objeto do museu ou aos elementos do cotidiano que nos torna singulares, “não pode ser enfocada, sem uma análise da atuação do sujeito” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 2).

Embora essa descrição corrobore com o argumento de Albuquerque Junior (2001) acerca da invenção do Nordeste e de como os nordestinos se nordestinizam, bem como não discuta a ausência do Estado na região a partir de Bourdieu (2011), é necessário enfatizar a percepção dessa agente regional acerca dos aspectos culturais imateriais. No Brasil o debate acerca do patrimônio imaterial seja datado, “com consistência teórica e espaço institucional” (IPHAN, 2006, p. 9) da década de 1970, apenas no ano 2000 é que a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro deu visibilidade “às referências culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade” (IPHAN, 2006, p. 9). Na pior concepção do conceito de folclore, esses saberes, formas de expressão, celebrações e lugares foram

mantidos como elementos culturais anacrônicos ou fadados a desaparecer e, portanto, desvalorizados.

A fala da professora é concluída com boas-vindas e destaque ao patrimônio imaterial afro-brasileiro. Assim, ela encerra convidando todos os presentes para construírem, na cidade do Salvador, com todo “axé da Bahia [...] um **caminho muito próprio** para o repensar da ciência museológica” (Fórum de Museus do Nordeste, 5., 1992c, p. 4, grifo nosso). O que só fortalece a compreensão da existência de Museologias que asseguram, na particularidade cultural local, sua característica mais contundente.

Assim, as conferências analisadas a seguir apontam diretamente para o caminho de abertura de um diálogo respeitoso e plural e marcam, através dos seus conferencistas, a opção de contemplar a diversidade das museologias existentes no Brasil e fora do país. Dessa forma, destaco que os representantes dos Estados que compunham e disputavam o campo tiveram um espaço de fala, um lugar de representação formal para que não se repetisse o erro da exclusão ocorrido no X Congresso Nacional de Museologia, em Ouro Preto/MG. Em Salvador, os agentes Nordestinos problematizaram a competência legítima tradicional da área objetivando obter um efeito que legitimasse a produção teórica e prática do Nordeste.

A competência legítima é a capacidade estatutariamente reconhecida a uma pessoa autorizada, a uma ‘autoridade’, para empregar, nas ocasiões oficiais (formais), a língua legítima, ou seja, oficial (formal), língua autorizada que passa a ser autoridade, fala acreditada e digna de crédito, ou, numa palavra, performativa, que pretende (com as maiores possibilidades de êxito) obter um efeito (Bourdieu, 1998, p. 58).

O efeito de êxito esperado era a legitimidade do discurso científico que contemplasse suas ações, seus trabalhos, suas iniciativas e, portanto, a produção técnica e científica existente no Nordeste. Assim, do Estado da Bahia, após a fala inicial da abertura do evento feita pela professora Maria Célia Santos e já discutida anteriormente, compondo a cerimônia de abertura, a conferência magna foi feita pelo Vice-Reitor da UFBA, o professor Luiz Felipe Serpa. Do Estado do Rio de Janeiro, o conferencista foi o professor Mario de Souza Chagas, diretor Escola de Museologia da UNIRIO. Com a morte de Waldisa Rússio, o Estado de São Paulo foi representado pelas presenças, não menos significativas, do professor Ulpiano Bezerra de Menezes, diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo/SP e da professora Regina Márcia Moura Tavares da Universidade de Campinas/UNICAMP. Os textos dos conferencistas do Estado de São Paulo não foram localizados, mas registro aqui, respectivamente, os títulos das conferências deles: A Museologia e a pluralidade cultural; e

Política cultural, sua relação com o desenvolvimento social e com as diversidades regionais do país.

Por fim, os conferencistas internacionais Vinos Sofka, agente internacional de grande repercussão devido ao trabalho pela consolidação da Museologia Teórica junto ao ICOFOM e ao ICOM e Mathilde Bellaigue que realizou uma discussão teórica sobre a ciência museológica em seu aspecto inter e multidisciplinar. Além dessa conferência, a programação previa outra fala para Bellaigue sobre sua experiência de trabalho no Ecomuseu de Creusot/França, mas o texto não foi localizado para que fosse analisado. Essas duas falas, impregnadas de distinção e de autoridade para falar, dirão muito do discurso culto que eles querem se valer para legitimá-los.

3.1.1.1 A produção científica, seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares

A conferência do professor Luiz Felipe Serpa²⁶³, na época Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia, teve como tema os modos de produção de conhecimento nos tempos históricos. Sua abordagem discutia o momento de ruptura da sociedade feudal para a sociedade contemporânea e como as relações entre o *logos* de Deus (teologia) foi se deteriorando diante do *logos* do fazer (tecnologia).

Destacando a ruptura, Serpa (1992) apresentou como a astronomia e o mercantilismo rescindiriam com as bases do modo de produção do conhecimento na sociedade feudal e possibilitaram a constituição de outros conhecimentos e outra produção científica. Demonstrou, com isso, como as teorias – Galileu e Copérnico – que não se ajustavam mais com a organização da sociedade feudal geraram novas bases no modo de produção do conhecimento.

Citando cientistas como Darwin, Newton, Marx e Freud, Serpa (1992) exemplificou como através da ciência a humanidade foi superando os fundamentos sociais estabelecidos e concluiu defendendo a ideia de que estamos, novamente, num momento de cisão. Dessa forma, a conferência de abertura irrompe ou, minimamente provoca a reflexão da ruptura com a museologia tradicional, justificando-a, inclusive, através da ruptura científica. Embora traga as palavras interdisciplinar e multidisciplinar no título, esse conteúdo não foi tratado.

²⁶³ Conferência de Luiz Felipe Serpa – Anexo 44.

3.1.1.2 Aspectos teóricos metodológicos da Ciência Museológica

A conferência de Vinos Sofka (1992)²⁶⁴ trouxe para o público brasileiro uma compilação do trabalho feito pelo ICOFOM na busca pelo conceito museologia²⁶⁵. Reuniu, dessa forma, a etimologia da palavra através de uma retrospectiva em publicações internacionais; os diferentes conceitos oriundos da década de 1970; a listagem dos principais textos produzidos nas décadas de 1980 e 1990 na busca pelo conceito; e os esforços do ICOFOM na compilação e divulgação dos dados nas publicações *Museological Working Papers/MuWop* e *ICOFOM Study Series (1983 – 1991)* e *ICOFOM Volumes (1978 – 1979)*, principalmente.

A análise dessas publicações, já foi por mim discutida anteriormente através da pesquisa de Suely Ceravolo (2004a) não sendo, portanto, necessária ser retomada. Contudo, alguns pontos da conferência carecem de ser destacados aqui sendo o primeiro deles a idade da museologia. O ICOFOM estabeleceu, em 1992, que a museologia teria cerca de 107 anos, visto que foi considerada a data quando a palavra foi, pela primeira vez, apresentada como uma ciência por J. G. Th. Graesse. “Se alguém falasse ou escrevesse sobre a museologia como uma ciência vinte ou trinta anos atrás, seria recebido com um piedoso e desdenhoso sorriso por muitos. Hoje, a situação é muito diferente” (Graesse, 1883 citado por Sofka, 1992, p. 3).

Essa datação diverge da anteriormente considerada nesta tese que contabilizou os anos a partir do controle do campo pelo ICOFOM, ou seja, após 1977, que é o ano de fundação do comitê. Por este motivo compreendo a museologia com uma jovem área com apenas 43 anos. Sofka (1992) usou, como critério de datação, as tentativas da área “de afirmar claramente qual o objeto de estudo; de formular uma base teórica comum, de estabelecer essa base como científica, e de promover sua divulgação, sua aplicação e desenvolvimento contínuo” (Sofka, 1992, p. 2), mas todos esses argumentos colaboram, ainda mais, com o controle do campo estabelecido como critério de julgamento.

Em seguida, a propósito dos esforços internacionais da década de 1980 para definir uma base teórica mutuamente aceita entre os agentes do ICOFOM/ICOM para a museologia, o conferencista descreveu que a situação inicial era de confusão e isto será exposto, com mais

²⁶⁴ Doutor Honoris Causa em Museologia pela Universidade de Upsalla/Suécia, Vinos Sofka presidiu o ICOFOM de 1982 a 1989 e foi membro do Conselho Executivo ICOM entre os anos de 1989 a 1992. Durante sua gestão no ICOFOM, Vinos Sofka promoveu e compilou estudos sobre a museologia.

²⁶⁵ Conferência de Vinos Sofka – Anexo 45.

detalhes, na conferência de Mathilde Bellaigue. O ICOFOM compreendia que a museologia necessitava, como questão fundamental, resolver sua relação entre a teoria e a prática para alcançar o *status* científico. Dessa forma, a museologia era:

O **estudo da relação específica** que o humano tem com a **realidade** expressada pela **preservação e documentação** de atividades relacionadas à sua realidade, e pela **comunicação** do conhecimento sobre a sua realidade a outros. (Segundo as conclusões do ICOFOM em 1986/87). **Ou. Uma ciência que estuda a relação específica do humano com a realidade**, consistindo em intencionalmente e sistematicamente coletar e conservar selecionados objetos inanimados, matérias, móveis e principalmente objetos tridimensionais, documentando o desenvolvimento da natureza e da sociedade, e fazendo uso científico e **educacional** minucioso deles. (Segundo A. Gregorová em contribuição não publicada n'O objeto da Museologia) (Sofka, 1992, p. 10, grifo nosso).

Percebe-se que a base de sustentação intelectual do ICOFOM foi a pesquisa de Anna Gregorová e que as áreas técnicas de conservação, educação e documentação, citadas no conceito acima, aparecem para especificar o trabalho museográfico realizado no museu atrelando-o, assim, à museologia.

A partir de Gregorová, Sofka (1992) insiste na pergunta: o que é museologia? Seria “Ciência ou apenas trabalho prático em museus – ou algo mais?” (Sofka, 1992, p. 11). Tais questionamentos atestam que tanto o conceito *museologia* quanto sua *cientificidade* permaneciam como questões não resolvidas. Sem solucionar o impasse entre teoria e prática, o conferencista atravessa esse debate, na busca de algum elemento que possivelmente resolva-o e destaca que, na contemporaneidade, a interdisciplinaridade é posta na discussão da área.

Em seguida, defende que não foi o ICOFOM ou o ICOM²⁶⁶ que inventaram a museologia, mas que ambos tentaram “clarificar a confusa situação que existe [?] no campo” (Sofka, 1992, p. 11) através de um esboço de estrutura formal para a área.

Assim, tentando direcionar o tema para uma possível solução, Sofka usa da condição do ensino da museologia em universidades para apontá-la como disciplina científica e apresenta três abordagens utilizadas – abordagem empírico-teórica²⁶⁷ ; abordagem

²⁶⁶ “Museologia não é invenção do ICOM, o termo tem sido usado por mais de cem anos, mesmo que em diferentes conceitos e condições. O assunto tem sido discutido em diferentes estudos científicos analíticos. **A questão tem sido ensinada em universidades e instituições especializadas**” (Sofka, 1992, p. 11, grifo nosso). Essa é uma resposta evasiva e evidentemente baseada em um anacronismo. É como se buscássemos, por exemplo, afirmar que a Sociologia não é uma invenção conjunta de autores no intervalo de meados do século XIX ao início do século XX, como Marx, Durkheim, Simmel, Weber, porque Comte inventou a palavra alguns decênios antes.

²⁶⁷ “[...] em que a museologia almeja ‘racionalidade substancial’ tentando compreender o fenômeno museológico em seu contexto histórico e sociocultural” (Sofka, 1992, p. 12).

filosófica²⁶⁸; e abordagem prática²⁶⁹ – para formulação do conhecimento museológico. Isso fez como que fosse possível, segundo Sofka, categorizar a museologia em cinco tópicos:

Museologia geral: que lida com princípios de conservação, pesquisa e comunicação da evidência material da humanidade e seu ambiente, e a sua rede institucional; também examina condições sociais anteriores; **Museologia teórica:** cria a fundamentação filosófica e conecta a museologia com visões epistemológicas; **Museologia especial** [que não foi explicada]; **Museologia histórica:** fornece uma perspectiva histórica geral; **Museologia aplicada:** com suas subdivisões baseadas em três funções primárias dos museus – conservação, comunicação, e gerenciamento e administração – preocupa-se com as implicações práticas dos princípios da museologia, assistida por um grande número de disciplinas relacionadas (Sofka, 1992, p. 12, grifo nosso).

Essa compreensão acerca do conceito de museologia que a identificava como uma disciplina acadêmica independente fez como que o museu deixasse de ser “o objeto principal do conhecimento” (Sofka, 1992, p. 11) e, a interdisciplinaridade sugerida, trouxesse para a área uma relação de dependência, especificamente quanto ao uso de métodos e conceitos, das demais áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade da museologia vem do mesmo objeto de seu estudo, diretamente saído de, ou diretamente dependente das disciplinas de humanidades e sócio-científicas, especialmente as filosóficas, como ontologia (ciência do ser) e a gnoseologia (ciência do conhecimento), mas também psicologia, pedagogia, sociologia, etc. (Sofka, 1992, p. 14, grifo do autor).

A percepção que tenho, diante desse dado de dependência que a museologia tem das outras áreas, é que isso foi particularmente negligenciado ou até mesmo ignorado por grande parte dos pesquisadores e que a consolidação da museologia como ciência, amplamente aceita no Brasil, deu-se a partir do ensino das técnicas museográficas nas universidades, neste caso, fortemente presente na UNIRIO através da transferência do Curso Técnico de Museus do MHN. A interdisciplinaridade, que trouxe métodos emprestados de outras áreas, constitui-se como último apoio do tripé de sustentação para essa nova ciência que já tinha como as outras duas bases de reforço, a teoria e a prática. Neste caso, essa perspectiva é mais fortemente localizada na UFBA e na FESP.

²⁶⁸ “[...] aponta para o desenvolvimento de uma orientação social crítica. Desenvolve pontos de vista e linhas gerais; exemplos: ‘nova museologia’ ou o conceito de ‘ecomuseus’ (Sofka, 1992, p. 12).

²⁶⁹ “[...] o intuito é uma realidade funcional; tenta desenvolver meios adequados (métodos, técnicas, procedimentos) de realizar objetivos definidos previamente. Também chamada de *museologia aplicada*, provendo soluções concretas para problemas concretos. Encontrada mais comumente *fora do ICOFOM*, especialmente entre quem pensa que museologia não tem uma identidade própria, mas é um tipo aplicado de arqueologia, etnografia, etc.” (Sofka, 1992, p. 12, grifo nosso).

Por fim, a conferência de Vinos Sofka foi uma tentativa, a partir das pesquisas do recorte de alguns membros do ICOM, de organizar a área, de apresentar um conceito de museologia e de apontar diretrizes de desenvolvimento do campo diante dos dados coletados pelo ICOFOM. Ressalto que, embora o evento tenha ocorrido no Brasil, os textos de Waldisa não foram utilizados nem como referência da produtividade e colaboração do Brasil para o desenvolvimento científico da Museologia.

3.1.1.3 A museologia, seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares

Mathilde Bellaigue²⁷⁰ dedicou sua conferência à memória de Waldisa Rússio, o que deve ter provocado uma comoção, considerando a morte prematura da pesquisadora e professora brasileira, mas exatamente como fez Vinos Sofka, não referenciou a pesquisadora brasileira na sua argumentação. Em seguida, provocou fortemente a plateia afirmando que **se** eles estavam ali reunidos para saber acerca da metodologia da Museologia **era porque** já a consideravam uma ciência, visto que, para fazer ciência é preciso ter método. Noto aqui o mesmo recurso do uso da metonímia como a figura de linguagem que solapa e esconde a distância que há entre um método e uma ciência.

Seguindo a mesma linha do professor Luiz Felipe Serpa, Bellaigue (1992) conceituou ciência estabelecendo que ela “implica, a partir da observação de fenômenos, a constituição de um sistema de conhecimentos, a reprodutividade da experiência e a elaboração de leis” (Bellaigue, 1992, p. 1). Nota-se, que sua apresentação foi um esforço intelectual com o objetivo de tornar o debate mais científico para que, dessa forma, fosse possível fazer a aproximação do conceito de ciência ao campo museológico. Isso vai apontando que o V Fórum foi marcado pela escolha de conferencistas aptos e empenhados na busca pela cientificidade da museologia.

Em seus quinze anos de trabalho no ICOFOM, Bellaigue elegeu, dois colóquios – Metodologia da museologia e formação profissional, Londres, 1983 e Museologia e museus, Helsinki-Stockholm, 1987 – para identificar o trabalho de mapeamento do conceito de museologia e, através deles, estabeleceu que, para ela, a pesquisa mais satisfatória era a de A. Gregorová com o estudo da relação específica do homem com a realidade. Através de Gregorová, Bellaigue apontou que foi possível colocar a museologia em um lugar específico das ciências do homem e da sociedade, ou seja, das humanidades, mas que, pretendeu desenvolver sua explanação substituindo a palavra realidade por real. O real, segundo

²⁷⁰ Conferência de Mathilde Bellaigue – Anexo 46.

Bellaigue (1992), é o objeto da maioria das ciências e abrange o conjunto da vida e do ambiente.

Disso resulta que a museologia só pode abordar o real em sua totalidade: material e imaterial, natural e cultural, passado e presente. Ela pode, portanto, alcançar muitos outros lugares ou instituições além do museu, tais como os arquivos, as bibliotecas, as salas de espetáculos, as igrejas e outros templos, a arte na rua, os jardins botânicos ou zoológicos, os parques naturais... (e pode-se imaginar que alcance dentro em pouco os parques de diversão) (Bellaigue, 1992, p. 2).

Abrindo o leque de possibilidades para a atuação da área, Bellaigue inverte os tempos e segue argumentando que a museologia precedeu o museu, que o museu é apenas um meio, seu laboratório, e que a teoria museológica “elabora-se, portanto, a partir da prática do museu” (Bellaigue, 1992, p. 3). O laboratório museu tem o *real/objeto*²⁷¹ como seu material de experimentação sendo que o *objeto/real* pode ser material ou imaterial, natural ou cultural. Assim percebo esforços, equívocos e dificuldades em constituir uma linha teórica possível para a museologia se afirmar cientificamente e como esse debate consumia os interesses dos agentes do campo.

Além de Gregorová, que foi a opção feita por Bellaigue, vimos que outros pesquisadores também estavam experimentando e discutindo possibilidades teóricas, negando-as também, o que me leva a crer que grande parte da confusão, ou não precisão acerca do conceito de ciência era justificável, inclusive, pelas mudanças de sentido que a palavra havia sofrido. Sobre isso, Raymond Williams (2007) fez importantes colocações esclarecendo que antes do século XIX o termo ciência possuía outros significados como, por exemplo, consciência e arte²⁷². De forma geral a palavra ciência era utilizada como conhecimento e aprendizado e, em usos mais específicos, como um campo de conhecimento. Quando associada à palavra arte, estava proximamente atrelada ao conhecimento prático. Saber fazer algum serviço de ordem prática, por exemplo, era uma arte e isso fez como que houvesse uma “distinção entre uma habilidade que requer conhecimento teórico e uma habilidade que exige somente prática” (Williams, 2007, p. 78).

Nessa perspectiva, o campo museológico, padece, até hoje, dessa diferenciação, visto que seu conhecimento está dividido em ordens práticas, logo museográficas – conservação, documentação, educação e exposição – e uma parte teórica, a museologia. Essas partes, embora imbricadas, possuem seus lugares hierarquicamente estabelecidos sendo mais

²⁷¹ O real, para Bellaigue (1992), contemplava a pluralidade de abordagens, a pluralidade dos museus possíveis e a pluralidade de públicos e de assuntos, ou seja, o real é muito abrangente.

²⁷² Essa aproximação pela história dos significados voltará a ser discutida adiante.

comumente declarado maior destaque àqueles que estudam a teoria e desapreciados aqueles que se debruçam sobre suas práticas.

Essas distinções e suas nuances são avaliadas por Bourdieu (2015) no estudo de excelência e valores do sistema de ensino francês. Embora realizado noutro país, que não o da autora da tese, mas sim do de Bellaigue, o modelo de avaliação proposto pelo autor é útil para exemplificar a forma como a distinção e a reprodução da distinção acontece no campo educacional e científico e não está desassociada do sistema social de classe.

[...] são também as diferenças sociais que recobrem as diferenças entre as disciplinas ordenadas segundo uma hierarquia comumente reconhecida: desde as disciplinas mais canônicas, como o francês, as letras clássicas, a matemática ou a física, socialmente designadas como as mais importantes e mais nobres [...] até as disciplinas mais secundárias como a história e a geografia, as línguas vivas (que constituem um caso à parte), as ciências naturais, e as disciplinas marginais, como o desenho, a música e a educação física (Bourdieu, 2015, p. 238).

Ascender é, segundo Bourdieu (2015), privilégio de quem já possui privilégios sociais e, é na naturalização dessa forma de ascensão que a hierarquia social e científica se sustenta, seja na forma de ingresso às escolas, seja na categorização da importância das disciplinas nesse regime, ou seja na hierarquização interna do campo do conhecimento museológico, que é o que está sendo avaliado por Bellaigue.

Ao naturalizarmos as hierarquias entre as competências de um campo científico afastando-as em teoria e prática, ou em conhecimento teórico e conhecimento prático, impossibilitamos, para Bourdieu (2015) a alquimia entre elas.

Em outras palavras, o conhecimento da relação entre o conhecimento teórico e a prática (definida fundamentalmente pela exclusão do conhecimento propriamente teórico da prática) exige que a ciência completa do objeto abranja, além da ciência das relações objetivas, a ciência da relação que os agentes mantêm com estas relações objetivas, ou seja, neste caso, a ciência do desconhecimento de tais relações e dos determinantes sociais de tal desconhecimento (Bourdieu, 2015, p. 239).

Na busca pela teoria museológica, hierarquizou-se competências e, na necessidade de conquistar o argumento científico distinguiu-se “as artes eruditas [teoria museológica] das artes MECÂNICAS [museografia]” (Williams, 2007, p. 79). Contudo, essa hierarquização agravou ainda mais os impasses, porque a ciência se especializou e no século XIX estava intimamente atrelada a outras palavras como científico, método científico e verdade científica. Assim, para que a museologia alcançasse o caráter da cientificidade, era preciso, necessariamente, que ela construísse seu argumento científico mediante a escolha de

elementos **metodológicos**. Segundo Williams (2007), até o final do século XVIII ciência implicava, especialmente, demonstração de teoria e de método, porém, na área museológica, a teoria foi sendo construída a partir da recente epistemologia e o método, bem, o método, para Bellaigue, era encontrado em outras áreas devido ao caráter interdisciplinar atribuído a museologia.

Tudo que precede almeja evidenciar as características do método museológico: 1. ele leva em consideração as dimensões temporal e espacial; 2. ele alcança o real em sua integralidade, portanto todo elemento qualquer do real pode pretender ao título de objeto de museu (o que não significa, é claro, que tudo tenha que ingressar no museu); 3. ele é globalizante; 4. ele instaura um questionamento permanente, tornando dessa forma evolutivo, como deveria ser todo museu (Bellaigue, 1992, p. 4).

Essas características do método museológico apresentadas por Bellaigue e que mistura método com metodologia gera uma confusão que é pouco produtiva para a área. Embora compreenda que a interdisciplinaridade possibilita a escolha de diferentes métodos (quantitativo, qualitativo, etnográfico, analítico, sintético, etc.), não é possível, cientificamente, confundi-la com método.

Porém, a partir da interdisciplinaridade/multidisciplinaridade, Bellaigue anunciou uma possibilidade de desenvolvimento dessa sua reflexão quando disse que a “missão da museologia é criar interfaces” (Bellaigue, 1992, p. 6). A interação é, seguramente, um percurso percorrido na Museologia no Brasil, estando, a partir do Governo Lula (2003 – 2009) especialmente presente na construção dos novos Cursos de Museologia inseridos em departamentos de áreas científicas diversas.

3.1.1.4 Campo de atuação da Ciência Museológica

O professor Mario de Souza Chagas (1992)²⁷³ alterou, por conta própria, o tema proposto pelas organizadoras para sua conferência intitulando-a *O campo de atuação da*

²⁷³ O professor Mario Chagas se define como poeta, mas também é graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-1979); mestre em Memória Social também pela UNIRIO (1997) e doutor em Ciências Sociais pela UERJ (2003). Como agente político e de importância nacional, ele foi um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus (2003) e também pela criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Programa Pontos de Memória, do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM). Atualmente dirige o Museu da República/RJ. Contudo, internacionalmente, é presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), gestão 2016 - 2020. Como professor, Mario Chagas circula no Brasil e, dessa forma, tornou-se professor colaborador do Programa em Pós-graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) o que o mantém ligado ao pensamento dessa Escola e, internacionalmente é professor visitante do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Sua mais

*Museologia*²⁷⁴, pois, para ele, atribuir a categoria ciência à museologia, embora diversos autores tenham versado sobre isso, era uma ação ainda passível de ideologização e, por isso mesmo, provocaria uma discussão pouco produtiva²⁷⁵. Assim, o conferencista defendeu que problematizar “os fundamentos epistemológicos da museologia, independentemente do fato dela ser considerada uma ciência, uma prática, uma arte ou uma disciplina – como particularmente prefiro considerá-la” (Chagas, 1992, p. 1) era mais eficiente para o momento.

Contudo, embora aparentemente tenha optado em não discutir a ciência museológica, conforme solicitado pelas organizadoras, ele o faz dividindo sua apresentação em duas partes: a primeira versaria sobre a construção de teorias científicas; e a segunda apresentaria o estado da Museologia.

Acerca da construção teórica, Chagas (1992) apresentou que ela é seletiva, limita-se no tempo e no espaço, depende da escolha que o pesquisador faz e, portanto, é parcial e mutável. Em seguida, diferenciou opinião de ciência e problematizou a necessidade do componente conceitual para a construção das teorias destacando, entretanto, que conceitos também sofrem modificações. Assim, para o conferencista a ciência é construída pela amarração de ‘opiniões’ legítimas e o argumento científico existe por meio do encadeamento racional de fatos.

Porém, fazendo o enfrentamento à museologia baseada em práticas tradicionais, o conferencista destaca que quando os conceitos mudam, essa alteração provoca o descrédito da teoria e, paralelamente, ocorre o abandono de um paradigma para a construção de outro. Provocando ainda mais os pesquisadores presos aos modelos antigos, ele metaforicamente utiliza a palavra morte:

[...] o abandono de um paradigma, de um determinado modelo teórico, tem por base não a refutação, mas a morte gradual daqueles pesquisadores que sustentavam ou partilhavam o paradigma [...] Não haveria razão para se buscar construir uma teoria nova, se a anterior não estivesse em colapso, se a anterior continuasse respondendo aos problemas criados pelos pesquisadores (Chagas, 1992, p. 8).

importante contribuição intelectual no campo da Museologia está, certamente, nos trabalhos e pesquisas acerca da museologia social.

²⁷⁴ Conferência de Mario de Souza Chagas (1992) – Anexo 47.

²⁷⁵ Esse comportamento ‘indisciplinado’ do professor Mario Chagas, que altera o tema e questiona o debate em torna da cientificidade da Museologia fará dele, posteriormente, o intelectual brasileiro responsável pela prática e teorização da Museologia Social. “De fato, a busca pela compreensão de alguns movimentos de radicalidade criativa no campo das Museologias Indisciplinadas no Brasil, nas interfaces entre a potência de criação e a potência de resistência, me fizeram reconhecer que meu próprio interesse em evidenciar essa poética dos museus e das Museologias estava contaminado, de algum modo, pela radicalidade criativa (ou pela imaginação museal/museológica) de Mario Chagas. **Na verdade, ousar afirmar que nas últimas décadas suas reflexões e experimentações consistem em uma das principais forças criativas em Museologia Social**” (Britto, 2019, p. 27, grifo nosso).

A nova teoria nascente citada por Chagas (1992) era a Nova Museologia. Ele referia-se implicitamente também às novas tipologias de museus que estavam surgindo – museu comunitário, museu de bairro, ecomuseu, etc. – e suas formas diversificadas de reconhecer e tratar o bem patrimonial, bem como estava advogando a favor delas. Assim, na segunda parte de sua apresentação, Chagas (1992) apresentou alguns conceitos de museologia – todos atrelados à ideia de museologia como a ciência dos museus –, mas deixou claro que a opção dele foi a de “aderir à linha teórica sustentada por Z. Z. Stránsky, A. Gregorová e, particularmente, por W. Rússio [... ou seja,] a museologia como uma disciplina que tem por objeto a relação profunda entre homem/sujeito e os objetos/bens culturais num espaço/cenário (institucionalizado ou não)” (Chagas, 1992, p. 15).

É preciso destacar que, para Mario Chagas, Waldisa Rússio permanece como fonte inspiradora de seus trabalhos e, a partir dessa reflexão, identifico o elo entre esse agente carioca com os ideais das Escolas de Museologia da Bahia e de São Paulo. Em um trabalho mais recente que discute processos insurgentes, como os Fóruns Nordestinos foram, o professor relata um momento da atuação dela da seguinte forma:

Waldisa Rússio, também em 1979, durante um memorável encontro denominado A Criança e o Museu, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no Museu do Primeiro Reinado (Casa da Marquesa de Santos), apresentou-se com um expressivo conjunto de estudantes e cuidou para que todos fossem protagonistas. O seu pensamento museológico libertário, o seu flerte anarquista com o anarquismo, as suas referências a Charles Chaplin e suas posições políticas decolonizadoras eram (e continuam sendo) inspiradoras. Além disso, num momento em que as posições políticas majoritárias no campo da museologia, dos museus e do ensino da museologia eram fortemente conservadoras e alinhadas com a ditadura militar, os posicionamentos teóricos, políticos e pedagógicos de Waldisa Rússio traziam uma lufada de inovação para o campo museal brasileiro (Chagas, 2017, pp. 133 – 134).

Identificando-a como uma mulher transgressora e revolucionária, Mario Chagas (2017) segue seu depoimento afetado e afetuoso listando cinco pontos do pensamento museológico de Waldisa Rússio que o tocaram:

1º) o combate sistemático à ditadura militar, o que me inspirou e alimentou minha resiliência; 2º) a ideia de sincronia no que se refere à noção de patrimônio, o que me conduziu ao conceito de fratrímônio; 3º) a argumentação de que não basta fazer ‘para’, é preciso fazer ‘com’, o que me conduziu às proposições de uma ‘museologia para’, de uma ‘museologia com’ e de uma ‘museologia in-mundo’; 4º) a compreensão de que a museologia estuda o processo museal, o que contribuiu para a libertação de toda uma geração no que se refere aos aprisionamentos institucionais; e 5º) as suas referências, aulas e cursos que colocavam em pauta a Museologia Popular, o que me incentivou a avançar na direção da Nova Museologia e da Museologia Social, sempre de um modo libertário (Chagas, 2017, p. 134).

Essa preocupação humanista, gestada no percurso museal e museológico de Mario Chagas, o diferenciou dos demais professores da UNIRIO. E, no final da sua conferência, ele traz uma preocupação que também é investigada nesta pesquisa: há diferenças no ensino oferecido nas Escolas de Formação profissional em Museologia? Como isso impacta os profissionais que atuaram no campo? Para Mario Chagas, era importante olhar para “as escolas de formação profissional [porque isso implicava no] **enfraquecimento ou fortalecimento de determinadas correntes**” (Chagas, 1992, p. 10, grifo nosso).

Seguindo nessa perspectiva, o referido professor, mais recentemente, fez outra crítica que também colabora com esta pesquisa porque assevera que de “um ponto de vista crítico, especialmente no que tange à ‘história da museologia’, [ela foi] construída em instância acadêmica que adota como referência perspectivas europeias saudadas como universais” (Chagas, 2017, p. 122) e, por outro lado, que “essa ‘história da museologia’ **carioca**²⁷⁶ não está autorizada a traduzir e falar em nome da **história da museologia brasileira**. Esse é um problema sério e que tem graves repercussões na atualidade” (Chagas, 2017, p. 123, grifo nosso).

Embora faça parte do quadro de professores da UNIRIO, Mario Chagas reconheceu as diferenças entre as museologias praticadas pelo Nordeste e por parte do Sudeste, bem como reprovou, enquanto diretor da Escola de Museologia da UNIRIO, o discurso de distinção praticado por esta unidade escolar que pretendia responder pela história da museologia brasileira a partir do Rio de Janeiro e, assim, invisibiliza as demais regiões geográficas, seus agentes e suas produções.

Para Bourdieu (2015), essa consagração de uma Escola em detrimento de outra, faz parte da luta pelo domínio do campo científico, mas também é, a partir da perspectiva de Stavenhagen (1965/2014), uma forma colonizadora de manutenção dos privilégios.

Destarte, a valorização da precocidade é tão-somente um dos mecanismos ideológicos pelos quais o sistema de ensino tende a transformar os privilégios sociais em privilégios naturais, e **não de nascimento**: a ‘inteligência’, o ‘talento’ ou o ‘dom’ são os títulos de nobreza da sociedade burguesa que a Escola consagra e legitima ao dissimular o fato de que as hierarquias escolares que ela produz por uma ação de inculcação e de seleção aparentemente neutra, reproduzem as hierarquias sociais no duplo sentido do termo. Por esta via, o sistema de ensino não cumpre apenas uma função ideológica, mas de fato concede a sanção de seus

²⁷⁶ A palavra carioca usada pelo professor Mario Chagas é a denominação de quem é natural, de quem nasceu no Estado do Rio de Janeiro. O termo ganhou repercussão internacional nas animações do estúdio Wall Disney através do personagem Zé Carioca, um papagaio típico malandro carioca, famoso por resolver ou escapar dos seus problemas com ‘jeitinhos’. “**Carioca** – adj. Diz-se atualmente, dos naturais do Rio de Janeiro. Primitivamente designava o mestiço de europeu, branco e índio” (Bueno, 1987, p. 91, grifo do autor).

veredictos a uma das formas mais encobertas e mais eficazes do privilégio de classe, aquilo que se poderia denominar o privilégio de uma forte aceleração (Bourdieu, 2015, p. 241, grifo nosso).

A precocidade é o conjunto de características compreendidas como naturalmente constituídas – o brio, a inteligência, a genialidade, etc. –, mas que na verdade não são naturais e só asseguram a manutenção de um privilégio anterior. Aquilo que é considerado ‘qualidade natural’ é, na verdade, uma das formas em que o capital social é convertido em capital escolar. E, embora Mario de Souza Chagas faça parte do núcleo que se declara detentor da precocidade no campo museológico brasileiro, esse agente percebe e reconhece a prática colonizadora no ensino e na pesquisa exercida pelo seu departamento e constituiu-se, declaradamente, dissidente dessa opção teórica-metodológica.

3.1.2 Manifesto de Salvador

O Manifesto de Salvador recebeu o título de Resoluções Finais do V Fórum de Museologia do Nordeste e, embora como nos manifestos anteriores registre o desejo, a compreensão e as diretrizes que os agentes tomaram a partir do evento, esse documento diferencia-se dos demais porque declara, conceitua e advoga a favor da museologia que eles conhecem, praticam e acreditam logo, constitui-se literalmente em Manifesto, ainda que não seja nomeado dessa forma.

Contudo, se nos Fóruns anteriores os registros no documento eram de outra ordem, e, assim, composto de muitas queixas – necessidade de capacitação dos técnicos; diversos problemas estruturais dos museus; ausência de investimento governamental; moções de apoio e repúdio, etc. – e tudo isso fosse importante, nessa edição, o empenho realizado foi direcionado para o reconhecimento e legitimação das ações que eles desenvolveram e que ainda desenvolveriam por meio do embasamento teórico possível, naquele momento, a partir da epistemologia da área apresentada pelos conferencistas.

Por exemplo, se na primeira edição do Fórum o conceito de museu foi uma questão posta porque entre eles havia certa insegurança em reconhecer que o museu que eles trabalharam era, de fato, museu, agora eles tinham a conceituação deste museu: Museu Integral. Se suas práticas museológicas, expostas nos relatos das exposições realizadas, por exemplo, e que foram alvo de críticas severas não eram ainda aceitas como Museologia, agora seria: Nova Museologia. Esse embasamento científico, vislumbrado para a V edição do Fórum Nordestino de Museologia, desde o tema geral até os subtemas, permitiu que, ao final,

eles reconhecessem que a Nova Museologia exigia novas práticas e essas práticas já estavam apoiadas em bases teóricas humanistas.

Apresentando aos demais agentes da área a consolidação de um evento na região Nordeste com alcance internacional, os agentes nordestinos esperavam o reconhecimento do trabalho do grupo. Essa foi uma das formas encontrada por eles, para atribuir uma autoridade simbólica que legitimasse a percepção museológica regional, na mesma medida que incorporaria ao Nordeste, além do reconhecimento pelo trabalho feito no processo de regulamentação da profissão na lei, o poder simbólico da conquista, na mesma medida que instituía neles a diferença. Não a diferença que marca o racismo e o preconceito ao nordestino, como feito anteriormente e comumente, mas a diferença que os consagrasse, que os legitimasse inclusive do ponto de vista da cientificamente.

Em resumo, a ciência social [ou a ciência museológica] deve englobar, na teoria do mundo social, uma teoria do efeito da teoria que, contribuindo para impor um modo mais ou menos autorizado de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo [...] **Na luta pela imposição da visão legítima, onde a própria ciência está inevitavelmente comprometida, os agentes detêm um poder proporcional ao seu capital simbólico, quer dizer, ao reconhecimento que recebem de um grupo** [...] (Bourdieu, 1998, pp. 90 – 91, grifo nosso).

Assim, na luta pela conquista da legitimidade da produção científica, o V Fórum foi um ritual social, ou seja, um rito de instituição porque falar de “rito de instituição é indicar que todo o rito tende a consagrar ou a legitimar, quer dizer, a fazer desconhecer enquanto arbitrário e a reconhecer enquanto legítimo, natural, *um limite arbitrário*” (Bourdieu, 1998, p. 110, grifo do autor). Desse modo, foi uma solenidade que atribuiu “propriedades de *natureza social* de maneira a aparecerem como propriedades de natureza natural” (Bourdieu, 1998, p. 110, grifo do autor) marcando a benéfica diferença existente na museologia praticada no Nordeste brasileiro.

Partindo do tema ‘A Relação entre Museologia e Museu’ e baseando-se nas conferências ocorridas, os agentes do Nordeste destacaram alguns pontos de reflexão e seus seguintes aspectos:

1) A ciência Museológica é um processo em constante construção; 2) A teoria e a prática na Museologia se integram mutuamente, pois a reflexão sobre a ação enfatiza a teoria e é esta que vai tornar a prática verdadeira; 3) No processo evolutivo da Ciência Museológica, a partir da práxis, talvez, os marcos mais significativos tenham sido a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade e a ampliação do conceito de Museu; (Nunes, 2000, pp. 69 -70).

Nas conferências de Vinos Sofka (1992) e Mathilde Bellaigue (1992), eles consideraram que a ciência museológica estava/está em processo de construção, mas foi especialmente na fala de Luiz Felipe Serpa que os agentes encontraram a justificativa disso, visto que o vice-reitor discutiu os momentos de ruptura da ciência. Na museologia a ruptura foi/é a Nova Museologia e esta era/é o contraponto da passividade e da contemplação, nitidamente presentes na prática da museologia tradicional, sedimentada nas práticas de tratamento formal do acervo. Os agentes nordestinos experimentavam, na teoria e na prática, a construção de um processo intelectual de ação e reflexão constantes então, valeram-se dos ‘discursos cultos’ dos seus conferencistas e impuseram, na relação de forças com o Sudeste, mais especificamente com o Curso de Museus/Escola de Museologia da UNIRIO, “os critérios de apreciação mais favoráveis aos seus produtos” (Bourdieu, 1998, p. 54).

Utilizaram do discurso do representante dissidente carioca, o professor Mario Chagas (1992) para compreenderem e registrarem que “na atualidade, com o desenvolvimento da Ciência Museológica, o Museu não deve ser considerado o único espaço da ação Museal” (Nunes, 2000, p. 70) e, mais do que isso, que uma Escola não está autorizada a responder por todos a partir de si mesma.

Portanto, V Fórum buscou e alcançou o que Bourdieu (1998) chama de efeito de oficialização pois consagrou a magia performativa da distinção através do ato de instituição da Nova Museologia que já estava estabelecida e institucionalizada e em prática naquela região do país. Com Vinos Sofka, essa nova forma de fazer museológico ganhou amparo científico e *status* de ciência possível ou, como os agentes definiram, de ciência em construção.

Gostaria, para terminar, de colocar uma última questão que pode parecer, segundo creio, um pouco metafísica: será que os ritos de instituição, quaisquer que eles sejam, poderiam exercer o poder que lhes compete [...] se não fossem capazes de dar, pelo menos, uma aparência de sentido, de uma razão de ser, a esses seres sem razão de ser que são os seres humanos, de lhes dar o sentimento de ter uma função ou, muito simplesmente, uma importância, a importância, e **de os arrancar, assim, à insignificância?** (Bourdieu, 1998, p. 121, grifo nosso).

O rito de alcance internacional e institucionalizado pelo Departamento de Museologia da UFBA e demais colaboradores – O V Fórum –, serviu para os tirar, definitivamente, segundo Bourdieu (1998) do lugar da insignificância. A partir do conhecimento da existência dos Fóruns (não apenas dessa edição), os significados desmistificadores alcançados por eles na luta pelo poder simbólico e controle do campo

científico não poderão ser mais ignorados porque tiveram êxitos e, é o êxito que consagra um novo limite, ou seja, o limite da eficácia política.

A acção propriamente política é possível porque os agentes, que fazem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo e porque se pode agir sobre o mundo social agindo sobre o conhecimento que eles têm desse mundo. Essa acção visa produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social, capazes de agir sobre esse mundo ao mesmo tempo que agem sobre a representação que dele fazem os seus agentes. Ou, mais precisamente, a fazer ou a desfazer os grupos – e, simultaneamente, as acções colectivas que estes podem empreender para transformar o mundo social em conformidade com os seus interesses – produzindo, reproduzindo ou destruindo **as representações que tornam esses grupos visíveis, para si próprios e para os outros** (Bourdieu, 1998, p. 135, grifo nosso).

Ser invisível não era mais uma possibilidade e ser invisibilizado nunca foi aceito. A proposta era quebrar o reconhecimento da ordem social estabelecida dentro do campo científico, por meio da luta. Uma luta presente no princípio da construção da classe museológica que, dessa forma, construiu também grupos dominados que, constituídos, são inseparáveis da desconstrução de novos grupos estabelecidos. “É nas lutas que fazem a História do mundo social que se constroem as categorias de percepção do mundo social e, simultaneamente, os grupos construídos segundo essas categorias” (Bourdieu, 1998, p. 144). Assim, “as categorias segundo as quais um grupo se pensa e segundo as quais ele representa para si a sua própria realidade contribuem para a realidade desse grupo” (Bourdieu, 1998, p. 143).

Era, portanto, real, para os agentes, a existência deles enquanto grupo que possuía *doxa* própria para lutar, *habitus* característico que os diferenciava dos demais e, acima de tudo, uma grande vontade de contribuir com o processo científico que a museologia vivenciava. Dessa forma, mediante o conceito de museu integral, eles ampliaram outros conceitos também necessários de revisão na área do patrimônio de pedra e cal no item seis dos aspectos revisitados:

6) É necessário reconhecer a ampliação do conceito de cultura e de patrimônio, considerando a pluralidade cultural e o meio ambiente, de modo que preservar [enquanto técnica] não signifique o isolamento do referido patrimônio, mas sim a garantia do seu uso pela sociedade (Nunes, 2000, p. 70).

Agora já não havia mais empecilhos teóricos para os trabalhos por eles desenvolvidos o que os levou a encerrar o Fórum, como nas edições anteriores, listando os compromissos assumidos para adiante. Dentre eles destaco o estabelecimento de um Banco de Dados do Fórum no Departamento de Museologia da UFBA; a manutenção do intercâmbio de

conhecimentos técnicos e científicos entre eles; a ampliação das representações estaduais com a introdução de novos agentes; e, por fim, a realização dos Fóruns independentemente de apoio. Posteriormente veremos que a ausência de apoio será um entrave para a manutenção dos eventos.

3.2 VI Fórum do Nordeste – 1993

O VI Fórum dos Museus do Nordeste, ocorrido na cidade de Maceió/AL, entre os dias 16 e 20 de agosto de 1993, foi coordenado pela Fundação Pierre Chalita e sediado no Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Esta universidade foi patrocinadora, juntamente com o Governo do Estado de Alagoas, mas o evento também contou com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado, da Pró-Reitoria de Extensão Cultural da UFAL, da Empresa Alagoana de Turismo e do Colégio Marista de Maceió.

Diferentemente das edições anteriores onde o tema do próximo Fórum era definido em assembleia geral, o único registro existente no Manifesto de Salvador é que a temática versaria sobre as “ações que [seriam] desenvolvidas nas instituições museológicas da região, no exercício de 1993” (Nunes, 2000, pp. 70 – 71) indicando a ausência de demarcação antecipada de um conteúdo específico.

A definição do tema também não aparece registrada na programação do VI Fórum, mas foi localizada, como ‘Comunicação em Museu’, no documento de divulgação despachado pelo Museu de Arte Assis Chateaubriand, da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB²⁷⁷. Ainda sobre isso, numa publicação mais recente, a professora Maria Célia Santos, recorrendo acerca do VI Fórum, apresentou o tema da seguinte forma:

No período de 16 a 20 de agosto de 1993, é realizado em Maceió, com o apoio do Governo do Estado e da Universidade Federal de Alagoas, sob a coordenação da Fundação Pierre Chalita, o VI Fórum Nordestino de Museologia, com o **tema ‘O processo de comunicação nos museus do Nordeste’** [...] (Santos, 2008, p. 205, grifo nosso).

Assim, assinalo que nesta edição dos Fóruns, os organizadores optaram por elaborar o Programa²⁷⁸ tendo como eixo a área de Comunicação e estabelecendo interface com a museologia em suas ações técnicas. Consta na programação a realização de seis conferências, bem como outras cinco apresentações de estudos de caso e uma mesa redonda ‘O Processo de

²⁷⁷ Tema do VI Fórum (Fórum de Museologia do Nordeste, 6., 1993a) – Anexo 48.

²⁷⁸ Programa do VI Fórum do Nordeste (Fórum de Museologia do Nordeste, 6., 1993b) – Anexo 49.

Comunicação nos Museus da Região Nordeste’ presidida pela representação da Bahia para discutir as necessidades regionais.

Sobre os estudos de caso, listados no quadro a seguir, foram localizados apenas os títulos das apresentações e por esse motivo não foi possível realizar uma análise mais profunda.

QUADRO 12: ESTUDO DE CASO DO VI FÓRUM DE MUSEOLOGIA DO NORDESTE

ESTUDOS DE CASO
Preservar para comunicar: um estudo de caso Hélio de Oliveira - Rio Grande do Norte
Documentação Museológica e Comunicações: um estudo de caso Célia Regina Ferreira Paiva - Museu de Arte Sacra/Alagoas
Documentação Museológica e Comunicações: um estudo de caso Tânia Zardo Tonet Museu e Arquivo Municipal de Caxias do Sul/Rio Grande do Sul
A Exposição e o Processo de Comunicação: um estudo de caso Regina Batista Silva - FUNDAJ/Pernambuco
Ação Educativa como Processo de Comunicação do Museu: um estudo de caso Equipe do Setor Educativo do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ/Pernambuco

Fonte: VI Fórum do Nordeste (1993b) - Anexo 49.

Entretanto, como os estudos de caso não ficaram restritos à realidade do Estado de Alagoas e alcançaram os Estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Pernambuco entendendo que houve intercâmbio de experiências interestaduais o que possibilitou, certamente, ações de ajuda mútua. Essa deve ter sido uma das formas encontradas, em Maceió, para combater o isolamento e o distanciamento que eles experimentavam nos eventos nacionais.

Ainda sobre o VI Fórum, há uma listagem de participantes²⁷⁹ perfazendo um número um pouco maior de cem pessoas, em sua maioria de todos os estados do Nordeste, mas com uma participação maior de profissionais do Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande do Sul. Não foi localizado nenhum agente de São Paulo nesta edição.

²⁷⁹ Lista de Participantes do VI Fórum do Nordeste (Fórum de Museologia do Nordeste, 6., 1993c) – Anexo 50.

Até 1993, os documentos analisados apontam que os profissionais que sediavam os eventos tinham autonomia na resolução das questões logísticas, mas também contavam com a ajuda dos demais representantes estaduais para o que fosse preciso. Nesse sentido, existe um documento que aponta sugestões²⁸⁰ para a configuração do Programa. Dele, é importante apontar que além de Pierre Chalita e Solange Chalita, anfitriões do Fórum, há a presença de Maria Regina Batista de Pernambuco e quatro outros profissionais, todos da Bahia: Ângela Petitinga, Maria Célia Santos, Heloisa Helena Costa e Rosana Nascimento. Mais uma vez líderes regionais importantes são localizados, embora o fórum democrático seja uma prática entre eles.

3.2.1 Análise da Conferência

Segundo o Programa do VI Fórum, o evento contou com a ocorrência de seis conferências expostas no quadro a seguir. A conferência de abertura, feita pelo professor Jomard Brito, do Departamento de Comunicação da UFAL, foi marcada pela presença do reitor da Universidade como debatedor. As demais conferências foram ministradas por museólogos da UFBA e da UNIRIO e todas tiveram como eixo norteador o processo de comunicação voltado para as atividades técnicas de museu, ou seja, documentação, preservação, exposição e ação educativa.

QUADRO 13: CONFERÊNCIAS DO VI FÓRUM DO NORDESTE

CONFERENCISTA	CONFERÊNCIA
Professor Jomard Muniz de Britto Departamento de Comunicações e Artes - UFAL	Tempos e Espaços dos Abismos Debatedor: Professor Fernando Gama Reitor da UFAL
Museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta Museu Imperial de Petrópolis	A Relação homem/objeto no Processo de Comunicação Museal
Professor Mario Chagas - UNIRIO	Preservar para Comunicar
Professora Rosana Nascimento - UFBA	Documentação Museológica e Comunicação
Museóloga Iara Valdetaro Madeira - MHN	A Exposição e o Processo de Comunicação
Professora Liana Tereza Ocampo - UNIRIO	Ação Educativa como Processo de Comunicação em Museus

Fonte: VI Fórum do Nordeste (1993d) – Anexo 51.

²⁸⁰ Sugestões para o Programa do VI Fórum do Nordeste (Fórum de Museologia do Nordeste, 6., 1993d) – Anexo 51.

Lamentavelmente apenas o texto da conferência da museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta foi localizado e por esse motivo será o único analisado. Por fim, destaco a manutenção da presença de conferencistas de outros Estados o que permitiu o diálogo entre as regiões.

3.2.1.1 A relação homem/objeto no processo de comunicação museal

Maria de Lourdes P. Horta, em sua conferência,²⁸¹ aceita o desafio da interface entre a área da Comunicação e a Museologia colocado pelo Fórum e construiu sua fala a partir do uso de metáforas, de fábulas e de analogias. Usando termos como terra arada para falar da Cultura do campo dos museus, elefantes brancos para se referir aos museus nacionais e a física subatômica para a incerteza, a conferencista analisa o campo dos museus, não o campo da museologia.

Seu recorte estabeleceu uma ligação entre a filosofia de Bourdieu (porque ela considera Pierre Bourdieu um filósofo e não sociólogo) à física de Fritjof Capra enquanto áreas de conhecimentos acadêmicos. O recorte em Bourdieu possibilitou a problematização do campo cultural, seus agentes e suas relações com os demais campos do espaço social a partir do conceito de *homo academicus*. Dessa forma Horta (1993), relacionou a teoria – através de hipóteses – com a prática – onde se encontra as soluções – como caminho para produção de um trabalho científico.

Seja como relação embrionária ou seja como relação dualista, a questão que se aplica no campo museológico relativo a teoria e a prática, também é enfrentada pela conferencista. No entanto, ela optou em não mais discutir teoria/prática nos dois polos mais latentes para o período, ou sejam, a Museologia Tradicional e a Nova Museologia. Embora Horta reconheça as especificidades da contemporaneidade, ela dividiu o problema dos museus em museologia tradicional que atua com o conceito clássico de memória, “mumificado e fadado a se perder” (Horta, 1993, p. 12) e museologia moderna “conceito antagônico, de uma memória atomizada, nuclear, memória da energia ou memória da ação humana” (Horta, 1993, p. 12), mas, de fato, isso também não é museologia, e sim museu.

Por fim, o texto mostra-se politicamente datado ao propor como solução à inevitável crise constituinte que implica a própria ideia de museus nacionais (ela usa o conceito de entropia metaforicamente para falar dos processos de tensão entre conservação, narrativa e

²⁸¹ Conferência de Maria de Lourdes Parreira Horta (1993) – Anexo 52.

orçamento, como processos irreversíveis de dissipação de energia e desorganização molecular) uma glasnost e uma perestroika, conceitos que foram importantes no contexto da queda do muro de Berlim e fim da Guerra Fria e que hoje são revistos nos resultados geopolíticos obtidos.

3.2.2 Manifesto de Maceió

O Manifesto de Maceió, exatamente como aconteceu na Bahia, é nomeado Resoluções do VI Fórum de Museologia do Nordeste e, buscando aplicar o que foi debatido no Fórum de Salvador, trouxe o aprendizado do conhecimento científico da área de Comunicação com as seguintes reflexões apresentadas:

1) A relação homem/objeto no processo de comunicação museal na medida em que se considera o processo de construção do conhecimento em uma análise de historicidade; 2) Que a ação museológica, tomada como referencial básico, pode utilizar a teatralização como recurso para o processo de comunicação; 3) A preservação deve ser entendida como um processo de comunicação embasada na investigação, fornecendo subsídios para a compreensão e transformação da realidade; 4) A função pedagógica do museu deve ser realizada, levando-se em consideração a relação do sujeito/objeto em uma análise de historicidade, fundamentando as ações de preservação, documentação e comunicação; 5) A ação educativa como processo de comunicação deve estar embasada em uma pesquisa que considere o contexto histórico, através da relação passado/presente, num processo reflexivo e afetivo que provocará no público (Nunes, 2000, pp. 90 – 91).

É interessante notar que a interface apontada por Mathilde Bellaigue no Fórum de Salvador os fez refletir, para buscar em outras áreas de conhecimento, o suporte científico necessário às ações desenvolvidas nos museus que trabalhavam. A existência de estudos de caso, no VI Fórum, é mais uma confirmação que era mesmo essa a perspectiva criada e que a museologia nordestina, especialmente depois de Salvador, seguia em busca da constituição do *status* de ciência mantendo-os no *processo de construção* pontuado no Manifesto de Salvador.

Por fim, reafirmam os compromissos assumidos nas edições anteriores e, de maneira prática, definiram que: realizarão uma reunião preparatória para o VII Fórum; que estarão estudando a possibilidade de constituir uma Associação dos Amigos do Fórum Nordeste de Museologia, certamente para buscar fundos monetários; que o processo de divulgação para os próximos eventos precisa ser ampliado; e, que irão “definir a metodologia e programa do VII Fórum indicando novos procedimentos para a sua realização” (Nunes, 2000, p. 91) o que sugere problemas na realização dos Fóruns.

Foi registrada uma moção de apoio, proposta pela equipe do Centro Cultural São Francisco, situado em João Pessoa/PB, que é um agradecimento ao poeta Ferreira Gullar,

presidente do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura/IBAC, pela manutenção da mostra ‘Brasil: Arte Popular Hoje’ no referido Centro. Os agentes atestam, por meio da moção, que a manutenção da mostra na cidade de João Pessoa é uma importante forma de descentralizar e democratizar “o acesso de bens culturais da União” (Nunes, 2000, p. 92). E é interessante notar que a arte popular ganhou visibilidade nessa edição e voltará a ser apresentada no Fórum de Aracaju.

3.2.3 A manutenção dos Fóruns nas dificuldades surgidas

Quando os Encontros tiveram início, ano de 1988 no Estado da Paraíba, foi notória a criação de uma metodologia de ação que incluía a escolha de tema e sede do evento que se manteve até a edição do Estado da Bahia. Consta no Manifesto de João Pessoa/PB a

2. Realização de Encontros, anuais, alternadamente, em cada Estado para que seja **implantada uma política correta de atividades no Museu** no sentido de responsabilização desses profissionais na defesa do espaço de atualização e na defesa do patrimônio museológico nordestino (Nunes, 2000, p. 15, grifo nosso).

Foi dessa forma que em João Pessoa/PB foi determinada a metodologia de ação, bem como a sede do próximo Fórum, São Luís/MA. Em São Luís os agentes reivindicam a criação de cursos de museologia, a institucionalização e implantação de um Sistema Estadual de Museus, “a criação de um Banco de Dados do Fórum Nordestino de Museologia” (Nunes, 2000, p. 18), bem como a “criação de uma representação da comunidade estudantil da área museológica a partir do III Fórum Nordestino de Museologia²⁸²” (Nunes, 2000, p. 18). Com esse comprometimento, eles seguiram para Natal/RN e no Manifesto de Natal consta que os agentes estabeleceram “[...] como **temática** de discussão e de apresentação de experiências no IV Fórum: **Documentação Museológica**” (Nunes, 2000, p. 24, grifo nosso). A partir do tema técnico de documentação, os agentes se empenharam no desenvolvimento de iniciativas que atendessem suas necessidades mais urgentes. A essa altura, eles já tinham aplicado os questionários e já tinham os dados do Nordeste mapeados, logo, sabiam onde precisavam agir.

Essas ações mostram a prática da pedagogia de Paulo Freire sendo aplicada em conjunto com a metodologia de pesquisa-ação, utilizadas por Maria Célia Santos em suas investigações científicas e também presente na organização dos Fóruns. É preciso rememorar que os encontros, sejam eles Fóruns de Museus ou Fóruns de Museologia, previam um

²⁸² Embora conste na publicação “III Fórum Nordestino de Museologia” (Nunes, 2000, p. 18), este evento foi intitulado, em Natal/RN, III Encontro de Museus do Nordeste.

momento de avaliação do grupo. Acredito que obra de Paulo Freire, composta pela relação dialética entre a teoria e práxis a partir do **compromisso de solidariedade**, era leitura recorrente, fonte de inspiração e servia de amparo intelectual ativo para os agentes. “Na medida em que o compromisso não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade –, inserção nela, ele implica indubitavelmente um conhecimento da realidade” (Freire, 2018, pp. 25 – 26). E, assim, essa auto-avaliação permeou a realização de todos os Fóruns.

Era outra prática pedagógica distante da tradicional. Uma pedagogia do oprimido sendo aplicada pelos oprimidos objetivando outras ações de capacitação, de educação e mudança, portanto, uma pedagogia da autonomia. Aqui observa-se o *compromisso social* que marca os trabalhos da agente-professora Maria Célia Santos que, conforme já explicitado ao longo da tese, baseia-se intelectualmente em educadores, sendo Paulo Freire sua referência nacional. Ainda que os trabalhos de Paulo Freire não sejam norteadores da hipótese principal desta tese, na museologia temos conhecimento de que ele foi convidado, por Hugues de Varine, para presidir a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, como também sabemos que ele foi impedido de participar do evento porque o Brasil vivia seu período de regime e repressão militar. A Declaração de Santiago é o documento central para compreendermos as ações, tanto técnicas como teóricas, aplicadas pelos agentes do Nordeste numa realidade opressiva que eles viviam/vivem. Sobre Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago, Maria Célia Santos destaca:

O convite ao prof. Paulo Freire, um dos maiores pedagogos do nosso tempo, expulso do nosso País naquela época, demonstra a coragem dos organizadores do evento, como também o foi propor um encontro daquele teor em um país da América Latina, quando os países imperialistas procuravam reagir à onda de contestação e lutas revolucionárias dos anos de 1960, investindo na implantação de ditaduras militares em nosso continente. Com a ausência do Prof. Paulo Freire, perderam os participantes, perdeu a Museologia, que com certeza seria enriquecida com as suas reflexões. Entretanto, ressalto que, apesar da sua ausência, os temas mais marcantes da sua obra – a *conscientização* e a *mudança*, que levam o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, comprometido com um projeto de sociedade diferente – estiveram e ainda estão presentes, ou melhor, são o cerne das proposições de Santiago (Santos, 2008, p. 83, grifo da autora).

Logo, se faltou Paulo Freire em Santiago do Chile, não faltaram seus ideais no compromisso social assumido pelos agentes à frente dos Fóruns no Nordeste brasileiro. Como também não faltou Nova Museologia nos currículos do Curso de Museologia da UFBA e,

tudo isso, marca a diferenciação da construção dessa escola de pensamento museal e museológico.

A palavra conscientização, destacada por Maria Célia Santos (2008) e usada em Paulo Freire como sinônimo de educação, é o elemento que promove/promoverá a mudança. Moacir Gadotti, no prefácio da obra *Educação e Mudança* de Paulo Freire descreve que

[...] ao lado da conscientização, a mudança é um ‘tema gerador’ da prática teórica de Paulo Freire. Como o tema da consciência, o tema da mudança acompanha todas as suas obras. A **mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais** e o papel da educação – da conscientização – nesse processo de mudança são as preocupações básicas da pedagogia de Paulo Freire (Gadotti, 2018 [1979], p. 9, grifo nosso).

Esse compromisso de solidariedade e de construção coletiva sempre esteve presente e, embora nas primeiras edições estivesse voltado para as ações técnicas do museu, era pensado para o social e não para o acervo. O Nordeste praticou a **museologia com** (as pessoas) e não a **museologia para** (o acervo) sem que isso implicasse que o objeto museal fosse negligenciado. O objeto real ou realidade, para citar Anna Gregorová em Mathilde Bellaigue no Fórum de Salvador, era, *apenas*, usado de outra forma que não a exclusivamente exposta numa vitrine.

Sobre o real/realidade de Gregorová (1980), referenciado por Bellaigue (1992), Maria Célia Santos (2008) também o/a debate, mas por meio da opção de trazer a teoria de Paulo Freire para o enfrentamento local, brasileiro, latino-americano de uma realidade específica (Nordeste) com as seguintes provocações:

Em Santiago, é dado o pontapé inicial para uma ação museológica que considera o sistema linguístico empregado pelas comunidades, reconhece que o ser humano se move em um mundo essencialmente simbólico e compreende que o cotidiano não é apenas um resíduo. A vida cotidiana passa a ser considerada entre as **múltiplas realidades**, como a ‘**realidade por excelência**’, que não se esgota na presença imediata, mas abarca fenômenos que não estão presentes ‘**aqui e agora**’, o que significa que a experimentamos em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporal (Santos, 2008, p. 83, grifo nosso).

É possível inferir que foi através do Círculo de Cultura de Paulo Freire que a professora Maria Célia Santos considerou o sistema linguístico, as comunidades e suas múltiplas realidades. Foi também na obra desse autor que essa agente encontrou o debate acerca de comunidades periféricas e pode trazê-lo para a Museologia nas suas pesquisas sobre museu, escola e comunidade e, posteriormente, pode, fazer a proposição/reflexão do museu

comunitário: o museu didático-comunitário de Itapuã, por exemplo²⁸³. A prática da educação como processo de mudança social de Paulo Freire a fez refletir acerca desse real ou dessa realidade museológica de Gregorová, agora experimentada no Brasil, visto que, a opção do Nordeste não foi copiar métodos europeus.

Quando o homem [e a mulher] compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (Freire, 2018, p. 38).

Por isso que quando se pensa em protagonismos de agentes na realização dos Fóruns, embora reconheça que eles existiram, faz-se necessário destacar que estes atuaram promovendo continuamente uma organização reflexiva da ação coletiva, onde puderam, pautados em Paulo Freire, usar um “método ativo, dialógico, crítico e criticista” (Freire, 2018, p. 93).

Na publicação do IPHAN, o Fórum de Natal/RN, entre os demais, é o que reúne a maior quantidade de dados informativos acerca das oficinas o que tornou possível identificar na Oficina de Programação Educativa, ministrada pela Professora Maria Célia Teixeira Moura Santos da UFBA e Coordenada por Marilene Rubim G. Dias, uma passagem que apresenta a apropriação do método pedagógico de Paulo Freire adaptado à realidade museológica pois versa acerca do museu e do uso do objeto museológico:

O objeto tem por função educar o indivíduo numa **atitude reflexiva, conscientizadora** do seu passado e **modificadora** do seu presente e não de forma nostálgica, ahistórica em exposições cronológicas lineares apresentando um discurso ideológico alienante e conformista. Pensar o museu hoje, significa ir mais além, para isso **a ciência museológica apresenta no seu corpo de conhecimento saídas na busca do desenvolvimento social**, como também na função e no papel dentro da **nossa realidade** (Nunes, 2000, p. 47, grifo nosso).

Os termos atitude reflexiva, conscientizadora, modificadora, ciência museológica, desenvolvimento social e realidade, grifados acima, bem como a temática da oficina ser de ‘programação educativa’ sugerem a influência dos estudos de Paulo Freire sobre Educação. Para ele, o desenvolvimento social passa pela construção coletiva de capacitação e formação mútua de educadores e educandos. E é na reflexão produzida nesse percurso que se cria possibilidades para a produção e/ou construção de conhecimento afinal, a “reflexão crítica

²⁸³ A tese da professora Maria Célia Santos – *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário, em Itapuã* –, descreve e analisa a pesquisa-ação através da integração do processo educativo e a pesquisa museológica (Santos, 1995).

sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (Freire, 2019, p. 24).

Acreditando nesse processo de aprendizado em que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa” (Freire, 2019, p. 25) é que registro o segundo destaque da oficina de programação educativa que guarda, logo no seu início, o uso do verbo na primeira pessoa do plural para ressoar a coletividade: “**Ao nosso ver**, o espaço próprio da educação é o espaço da apropriação, desapropriação e reapropriação do conhecimento e nessa dinâmica o **museu deve assumir-se como instrumento de transformação**” (Nunes, 2000, p. 48, grifo nosso).

Além da coletividade já demonstrada, concluo que a ciência museológica discutida, nas duas passagens, embora fortemente atrelada ao museu, reconfigura essa instituição para um fim social crítico. Portanto, baseados no método dialógico de Paulo Freire e com o tema estabelecido em Natal/RN, os agentes seguiram para a cidade de Recife/PE e, deste Estado, foram localizados documentos que registram a existência de reuniões preparatórias. Essas reuniões, presididas pela representação estadual, neste caso Maria Regina Batista e Silva, agregaram mais agentes de outras instituições museológicas e culturais de Recife, bem como possibilitou a construção coletiva do programa do Fórum daquela cidade. Isso quer dizer que em Pernambuco o programa do Fórum foi feito pelos agentes do próprio Estado. Também em Recife o Fórum muda de nome, passando a ser denominado Fórum Nordestino de Museologia e consta em seu Manifesto que:

2) Fica o Estado da Bahia escolhido para sediar o ‘V Fórum Nordestino de Museologia’; 3) Fica escolhido como tema para o próximo Fórum ‘A Relação entre a Museologia e o Museu’, sugerindo entre outros, os seguintes subtemas: ‘Museologia e Pluralidade Cultural’, ‘A Relação entre a Mesa de Santiago do Chile e a Museologia Brasileira’, ‘A Relação do Museu com o Público’, ‘Museu e Educação’, ‘Conservação e Restauração’; (Nunes, 2000, p. 53).

Compreende-se que até o Fórum de Recife, a metodologia de ação que estabelecia que o tema e a sede do próximo evento seriam escolhidos na assembleia da última edição realizada, manteve-se, mas isso não funcionará mais a partir do Fórum de Salvador. A mudança no nome do evento não é apenas uma mudança que não implique atenção, mesmo porque o nome ou o título é o que denomina e caracteriza o conjunto das atuações desenvolvidas.

Até Recife, a busca dos agentes para caracterização do campo científico e cultural foi de reconhecimento de suas realidades, a partir do MUSEU, ao mesmo tempo em que sanavam parcialmente as necessidades básicas e técnicas de funcionamento da instituição. Por isso o

nome MUSEU está fortemente presente denominando essas edições dos Encontros. Contudo, o conceito museu estava mudando, já não era fundamentalmente tradicional, tecnicista e majoritariamente voltado para o acervo.

As práticas realizadas até a quarta edição, em Recife/PE, precisavam ser mais debatidas, bem como a produção científica conhecida, com seus métodos, hipóteses e técnicas também precisavam ser enfrentadas. Esse momento reflexivo aconteceu aliado a construção de um novo conceito de museu (Museu Integral) que provocou, além da revisão dos métodos positivistas executados, a revisão epistemológica das relações entre museu/museologia. Com esse conjunto de inquietações os agentes chegaram em Salvador/BA, capital sede do primeiro Curso de Museologia do país, para discutir não mais **Museu** em sua centralidade, e sim **Museologia**. A palavra muda, outra denominação é estabelecida e outra proposta de reflexão também é feita.

Dessa forma, alcanço o segundo bloco dos Fóruns para constatar que o método de escolha de tema e local de sede que foi definido antecipadamente e funcionou até o Fórum de Recife/PE, a partir de Salvador, já não atende com a mesma eficácia o que sugere a existência de problemas. No Estado da Bahia, conforme já demonstrado anteriormente, o tema do VI Fórum não é exposto com clareza²⁸⁴ e a capital que receberá o evento também não é informada no Manifesto. Todavia, eles conseguem realizar o VI Fórum do Nordeste, em Maceió/AL porque a Fundação Pierre Chalita estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Alagoas/UFAL, mas problemas operacionais permanecem.

No Manifesto de Maceió consta, além da necessidade de reunião preparatória para realização do VII Fórum, algumas sugestões de definição do tema, bem como a reformulação da metodologia de trabalho.

1) Realizar uma reunião preparatória do VII Fórum de Museologia, com a participação dos representantes dos Estados e **cursos de museologia** corpo docente e discente; [...] 4) Definir a metodologia e programa do VII Fórum indicando novos procedimentos para a sua realização (Nunes, 2000, p. 91, grifo nosso).

Pelos motivos listados acima houve uma **sugestão** do Programa para o Fórum de Maceió²⁸⁵ com a participação majoritária de agentes externos a Maceió/AL. De Recife, Maria Regina Batista/FUNDAJ e, de Salvador, as professoras da UFBA Maria Célia Santos, Rosana Nascimento e Heloísa Helena Costa e, por fim, a museóloga Ângela Petitinga. Esses agentes

²⁸⁴ “5) Admitir o tema do próximo Fórum como norteador das ações que serão desenvolvidas nas instituições museológicas da região, no exercício de 1993” (Nunes, 2000, pp. 70 – 71).

²⁸⁵ Ver (Fórum de Museologia do Nordeste, 6., 1993d) – Anexo 51.

estavam envidando esforços para manutenção dos Fóruns e, assim, abriram o Programa do VI Fórum do Nordeste para construção coletiva, com a anuência do representante de Maceió, para que os demais representantes estaduais, participando mais ativamente, auxiliassem na manutenção dos eventos.

Pierre Chalita²⁸⁶, como anfitrião do VI Fórum, reforçou a solicitação de ajuda, ao encaminhar para os representantes dos demais Estados do Nordeste o anteprojeto do Programa do VI Fórum que ele havia construído em Maceió. Modestamente solicitou que a proposta fosse analisada para que, se fosse o caso, fossem consideradas alterações. O compromisso maior era a manutenção do evento e mais uma vez a teoria de Paulo Freire é observada pois o “verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aquele que, na situação concreta, se encontram convertidos em ‘coisas’” (Freire, 2018, p. 23).

Com esse cenário desfavorável e pensando na realização do VII Fórum, foi realizada uma reunião preparatória²⁸⁷ na cidade de Aracaju/SE, em junho de 1994. No Manifesto de Maceió já constava a existência dessa reunião, mas os agentes tiveram o cuidado de deixar registrado que gostariam de contar “[...] com a participação dos **representantes dos Estados e cursos de museologia**, corpo docente e discente” (Nunes, 2000, p. 91, grifo nosso).

Essa reunião preparatória contou com a ocorrência de um encontro oficial anterior, onde os agentes de Aracaju²⁸⁸, após a discussão interna, elaboraram “a pauta de Sergipe para a reunião que destacou os seguintes pontos: Associação dos Amigos do Museu; Profissionalização/Novos Cursos; Comunicação/Documentação; Museus Comunitários e Educação e Patrimônio” (Nunes, 2000, pp. 97 – 98).

Avaliando o documento da reunião preparatória compreendo que dificuldades para realização das próximas edições não eram metodológicas. Difícil não foi escolher sede e tema, visto que as dificuldades reais em dar continuidade aos eventos tinham, como origem, a crise política instalada no Brasil desde a eleição de Fernando Collor de Mello (1990) – com o processo de impeachment que ele sofreu no ano seguinte, até a sua renúncia da presidência do Brasil em 1992. A crise do Estado brasileiro impactou fortemente o campo cultural nacional,

²⁸⁶ Documento de Pierre Chalita (1993) – Anexo 53.

²⁸⁷ Reunião Preparatória para o VII Fórum Nordestino de Museologia (Universidade Federal de Sergipe, 1994) – Anexo 54.

²⁸⁸ “Profª Telma Rosita Andrade, diretora do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe e representante de Sergipe no Fórum de Museus do Nordeste; Maria Telma Santos, da equipe técnica do citado museu; Profª Maria Aparecida Trindade, diretora do Museu de Arte Sacra de Laranjeiras; Profª Hélia Maria de Paula Barreto, diretora do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe e a Profª Verônica Maria Menezes Nunes, Coordenadora Técnica do referido Museu (Nunes, 2000, p. 97).

especialmente o Nordeste, que foi instituído no pensamento social brasileiro como espaço da falta. Essa questão será retomada no Fórum de Fortaleza.

A essa altura, é preciso destacar que o financiamento e manutenção da rede de apoio foi fundamental para realização e permanência dos Fóruns. Ainda que problemas de captação de recursos e apoio já constassem nos documentos anteriormente trabalhados, como no Manifesto de Recife onde registra-se que fosse “solicitado às Autoridades Federais, Estaduais e Municipais da área da cultura **definição de políticas culturais, tratando de incentivos de apoio às atividades das instituições museológicas**, através de um amplo debate democrático;” (Nunes, 2000, p. 54, grifo nosso), bem como recomenda “a celebração de convênios entre Museus, Universidades, Secretarias Estaduais e Municipais e Fundações, entre outros, objetivando integração, intercâmbio, aperfeiçoamento de profissionais e estudantes da área” (Nunes, 2000, p. 54), os agentes seguiram, estrategicamente, nas demais edições realizando-as ainda que não contassem com o apoio financeiro suficiente. A inconstância e ausência de representações engajadas dos Estados do Ceará e Piauí²⁸⁹, já sinalizadas também no Manifesto de Recife, será outro elemento de impasse.

3.3 VII Fórum Nordeste de Museologia – 1994

Entre os dias 30 de agosto a 2 de setembro de 1994, no Salão Iracema do Hotel Beira-Mar, foi realizado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o VII Fórum Nordeste de Museologia. Para sua execução, o evento contou exclusivamente com o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará sendo o coordenador local, o arquiteto Frederico de Souza Barros.

Essa edição do Fórum, marcada por diversas dificuldades para manutenção e regularidade na execução dos eventos, teve, como núcleo organizador, uma reunião preparatória ocorrida em São Cristóvão, município do Estado de Sergipe, conforme descrito a seguir.

²⁸⁹ “8) Que sejam efetivadas gestões junto aos representantes dos Estados do Ceará e Piauí, visando suas participações nas próximas reuniões deste Fórum;” (Nunes, 2000, p. 54).

3.3.1 Reunião Preparatória

Para realização do VII Fórum, em Fortaleza/CE, os agentes organizaram uma reunião preparatória²⁹⁰ na cidade de Aracaju/SE em abril de 1994. A representante de Sergipe, professora Telma Rosita Andrade convocou, antecipadamente, as agentes locais – Maria Telma Santos/Museu Afro-Brasileiro de Sergipe; professora Ana Fonseca Medina/Museu Histórico de Sergipe; professora Maria Aparecida Trindade/Museu de Arte Sacra de Laranjeiras; e as professoras Hélia Maria de Paula Barreto e Verônica Maria Meneses Nunes, ambas representantes do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe/UFS – para informá-las que ocorreria, nos dias 19 e 20 de abril, a Reunião Preparatória do VII Fórum e, sendo assim, os agentes locais deveriam discutir anteriormente a realidade museal e museológica do Estado para apresentar aos demais representantes dos Fóruns a pauta de Sergipe com os seguintes pontos: “Associação dos Amigos do Museu; Profissionalização/Novos Cursos; Comunicação/Documentação; Museus Comunitários e Educação e Patrimônio” (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 3).

Com a pauta organizada, os agentes sergipanos reuniram-se na Biblioteca Pública Senador Lourival Baptista, município de São Cristóvão/SE, com os demais representantes estaduais. Conforme solicitado anteriormente, “todos professores do Curso de Museologia da UFBA” (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 4) estiveram presentes e contaram com o apoio de Luiz Alberto Freire, representante da Bahia que substituiu Ângela Petitinga. Além deles,

Hélio de Oliveira, da Fundação José Augusto e representante do Rio Grande do Norte; Cristina Negrão, representante de Pernambuco (sic)²⁹¹; Telma Rosita Andrade, representante de Sergipe e diretora do Museu Afro-Brasileiro; Maria Telma Santos, do MABS [Museu Afro-Brasileiro de Sergipe]; Ana Fonseca Medina, diretora do Museu Histórico de Sergipe; Isaura Júlia, representando a direção do Centro de Cultura João Ribeiro; Hélia Maria de Paula Barreto, diretora do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe e Verônica Nunes, também do Museu de Antropologia (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 4).

Esses agentes definiram que o próximo local de realização do Fórum seria a cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, entre os dias 30/08 a 02/09. Nota-se que não havia, entre eles, o representante do Ceará e que seria mais justificável, entre os presentes, que Sergipe

²⁹⁰ Reunião Preparatória para o VII Fórum Nordestino de Museologia (Universidade Federal de Sergipe, 1994) – Anexo 54.

²⁹¹ Cristina Negrão foi, durante muito tempo, representante do Estado da Paraíba. É provável que essa informação esteja equivocada, mas não foi possível afirmar isso com segurança porque talvez Cristina Negrão tenha sido enviada por Maria Regina Silva, representante de Pernambuco, dado a proximidade existente entre as agentes.

recebesse o evento. Apenas posteriormente compreendi que isso foi uma estratégia de manutenção dos Fóruns por mais alguns anos, visto que o Estado de Sergipe manteve sua representação e presença nas edições anteriores, ou seja, Sergipe tinha engajamento para sustentar uma edição posteriormente ainda que o cenário político cultural piorasse.

Do documento que registra a reunião preparatória, os agentes listaram, como pauta, “os seguintes pontos: 1) Histórico do Fórum; 2) Avaliação do fórum; 3) Temática; 4) Metodologia; 5) Atribuições e participação dos representantes estaduais; 6) Avaliação da Reunião” (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 4) que serão apresentados na sua integridade devido a importância para a discussão desta tese.

No tópico do Histórico do Fórum é revelado que o professor Osvaldo Gouveia Ribeiro foi o agente que insatisfeito com a atuação centralizadora da ABM no X Congresso Nacional de Museologia, em Ouro Preto/MG, reuniu outros profissionais que partilhavam a mesma insatisfação, para a construção de um evento regional. Retomo aqui que foi nesse evento que a crise na área se tornou mais latente a ponto de tornar visíveis as diferenças epistemológicas entre os Cursos de Museologia do Brasil.

A partir da informação oral, concedida pelos museólogos presentes no X Congresso Nacional de Museus, realizado em Ouro Preto-MG em 1987, Célia [Maria Célia Santos], Cristina [Negrão], Telma [Rosita Andrade] e Verônica [Nunes], foi escrito um memorial onde estão presentes os seguintes dados: **a proposta inicial feita por Osvaldo Gouveia Ribeiro/UFBA, de uma reunião dos museólogos nordestinos presentes no referido congresso.** Ficou também definido as linhas dos futuros encontros e decidiu-se que as reuniões fossem transformadas em **Fórum Permanente para discussão das questões museológicas nordestinas** (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 5, grifo nosso).

Dessa forma, o professor Osvaldo Gouveia, como trabalhador social²⁹², reuniu um grupo de mulheres composto pela sua colega de trabalho, a professora Maria Célia Santos, a museóloga Cristina Negrão – que assumiu a responsabilidade de realizar o primeiro Encontro – e duas agentes do Estado de Sergipe que, engajadas desde o primeiro momento, realizaram a última edição dos Fóruns. Isso revela, entre outras coisas, o porquê do VII Fórum ocorrer em Fortaleza e não em Aracaju. Telma Andrade e Verônica Nunes, engajadas desde o primeiro momento, envidariam os esforços necessários para a concretização do VII Fórum.

²⁹² “O trabalhador social que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula, não foge da comunicação, pelo contrário, a procura e vive. Todo ser esforço, de caráter humanista, centraliza-se no sentido da desmitificação do mundo, da realidade. Vê nos homens [e mulheres] *com* quem trabalha – jamais *sobre* quem ou *contra* quem – pessoas e não ‘coisas’, sujeitos e não objetos. E se na estrutura social concreta, objetiva, os homens[e as mulheres] são considerados simples objetos, sua opção inicial o impele para a tentativa de superação da estrutura, para que possa também operar-se a superação do estado de objeto em que estão, para se tornarem sujeitos (Freire, 2018, p. 67, grifo do autor).

Humano, “rebelde e indócil, tanto mais criador” (Freire, 2018, p. 40), o professor Osvaldo Gouveia, como o ser inadaptado em Freire (2018) opta pela humanização e não aceita ser ele “o ‘agente da mudança’, mas *um* de seus agentes (Freire, 2018, p. 68, grifo do autor). Como trabalhadores e trabalhadoras sociais, esses agentes atuaram coletivamente pela mudança da realidade no Nordeste.

Entre os documentos levantados na pesquisa de campo nenhum esclarece, com exatidão, o que ocorreu no X Congresso Nacional de Museologia, mas a insatisfação não ficou restrita ao Nordeste, pois a ASSPAM, representada institucionalmente pela professora Waldisa Rússio, expõe claramente rivalidades regionais, dentro da região Sudeste, no mesmo evento.

A cisão entre as associações, que exprimem perspectivas diferentes sobre o valor propriamente museológico, não foi apenas virtual. Marcou o desacordo expresso e público entre as entidades ao longo da década, em todas as ocasiões em que suas posições se tocaram, especialmente durante o processo da regulamentação. A ABM registrou seu descontentamento, por exemplo, em 1987 quando a ASSPAM realizou o Encontro Paulista de Museólogos e não informou a Associação. Por outro lado, a ASSPAM fez questão de deixar registrado que a Carta de Ouro Preto, fruto do Congresso Nacional de Museus, organizado pela ABM (também em 1987) não representava a instituição paulista (Gouveia, 2018, pp. 236 – 237).

Dessa forma, compreende-se que o cosmopolitismo da ABM é um regionalismo que se arvora de ser nacional porque “no processo de construção da nação brasileira algumas espacialidades se definiram como o lócus da nação, **como coincidentes com o nacional** [...] gerando diferentes visões da ideologia da nacionalidade e das identidades regionais” (Sena, 2013, p. 43, grifo nosso).

Retomando os pontos de pauta discutidos na reunião preparatória, o segundo (Avaliação do Fórum)²⁹³, o terceiro (Temática)²⁹⁴ e o quarto (Metodologia)²⁹⁵ ponto, juntos, reforçam o comprometimento com o social e com a construção coletiva porque os Fóruns eram/foram um espaço para apresentação das experiências técnicas e discussão teórica produzidas no Nordeste; que a necessidade da escolha do tema para cada evento foi justificável para que a discussão teoria e prática fosse construída e realizada na realidade

²⁹³ “Desde a realização do 1º Fórum, ficou evidenciada a importância do evento como espaço para apresentação das experiências técnicas realizadas nos diversos museus da região e discussão da teoria museológica, bastante necessária, devido ao fato de que em muitos museus não existe a presença de profissionais da museologia no exercício da atividade profissional. Além disso, verificou-se a necessidade de elaboração do estatuto e do regimento que dariam ao Fórum o reconhecimento legal (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 5).

²⁹⁴ “Verificou-se a necessidade de se definir uma temática que discutisse a relação teoria-prática e sua aplicação no cotidiano museológico” (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 5).

²⁹⁵ “Definição de uma metodologia que envolvesse de modo participativo todos os que comparecessem aos Fóruns” (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 5).

regional; e, por fim, que a escolha do método, seja ele qual fosse, tinha que provocar o envolvimento e a participação de todos os presentes nos Encontros.

Finalmente, no item 5 – Atribuições e Participação dos Representantes Estaduais –, que houvesse eleição interna, a cada dois anos, para que novos representantes fossem eleitos e, no item 6 – Avaliação da Reunião – eles concluíssem que foi “de grande importância a reunião preparatória, apesar da impossibilidade da participação de todos os representantes estaduais, **por se ter discutido e ordenado o próximo Fórum**” (Universidade Federal de Sergipe, 1994, p. 5, grifo nosso).

Uma pendência que vinha de Fóruns passados e que agora cobrava importância era o Estatuto. Resolver as questões do Estatuto jurídico dos Fóruns permitiria que os agentes captassem verbas o que, em parte, subsidiaria a realização dos Encontros. Foi discutido anteriormente que houve uma tentativa de elaboração do Estatuto no IV Fórum, em Recife, mas sem êxito e a ausência de um Estatuto Legal constituiu-se como um dos motivos principais do encerramento das edições do Fóruns Nordestinos de Museologia.

3.3.2 Programa do VII Fórum Nordestino de Museologia

Na proposta de Programa²⁹⁶ para o VII Fórum Nordestino de Museologia consta que devido à necessidade técnica de grande parte dos Museus do Ceará, o tema atrelado ao tratamento do acervo seria retomado. O texto de apresentação da proposta também aponta que a escolha da cidade de Fortaleza, bem como os subtemas a serem trabalhados, foram discutidos na plenária de Maceió, mas como dito anteriormente, esse dado não consta no Manifesto de Maceió, o que sugere que possa ter havido problemas de organização ou falta de consenso.

Funções museológicas de investigação, preservação e comunicação, conforme aprovado em plenária no VI Fórum de Maceió, quando as questões diretamente ligadas ao fazer museológico, isto é a prática museológica foram cobradas. Para atender as realidades dos museus que não possuem pessoal especializado, foi decidido que as questões diretamente vinculadas às técnicas museológicas e que constituem as rotinas e as estratégias dos museus, devem ser abordadas nesta reunião. Por outro lado, é estratégia dos organizadores tratar esses temas, em virtude da situação precária dos museus do Ceará. A atividade prática nesses três campos deverá ser enfatizada nos trabalhos apresentados. A abordagem deve responder às seguintes perguntas: O que é?, Como?, Para que?, Onde? (Fórum de Museologia do Nordeste, 7., 1994, p. 1).

²⁹⁶ Proposta de Programa do VII Fórum Nordestino de Museologia (Fórum de Museologia do Nordeste, 7., 1994). Anexo 55.

Embora o retorno aos problemas técnicos de Museu possa ser compreendido como um retrocesso, especialmente porque considere que os quatros Fóruns que compõem esse bloco da tese estariam voltados para a teoria museológica e sua discussão acerca da cientificidade, a cidade de Fortaleza, nesse movimento de refluxo, retoma necessidades e carências maiores que coletivamente serão contempladas, sem, com isso, excluir o debate teórico. A solicitação da cidade de Fortaleza foi motivada pela ausência e ou inconstância de agentes do Estado nas edições anteriores (especialmente nas quatro primeiras), visto que as oficinas de capacitação atendiam especificamente essa necessidade.

Contudo, se o objetivo de atender as necessidades do Estado marca o tema do VII Fórum (Funções museológicas **em debate**: preservação), os subtemas “as funções de pesquisa e documentação na Museologia; a comunicação museológica; a Museologia e a História da Arte: um problema de comunicação” (Santos, 2008, pp. 205 – 206), bem como o formato construído para esse Fórum, que incluía uma conferência temática seguida de apresentação de comunicações e análises dos trabalhos, garantiram a manutenção da discussão teórica.

QUADRO 14: PROGRAMA DO VII FÓRUM NORDESTINO DE MUSEOLOGIA

PRESERVAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO	COMUNICAÇÃO
Conferência: Funções Museológicas em debate: preservação	Conferência: Funções de Pesquisa e Documentação na Museologia	Conferência: Funções da Comunicação nos Museus
Conferencista: Maria Cristina Bruno MAE/USP Presidente da Mesa: Maria Regina Batista e Silva/PE	Conferencistas: Vânia Dolores Estevan (Museu Histórico Nacional/RJ); Rosana Andrade Nascimento (Curso de Museologia da UFBA); Verônica Nunes (Museu de Arqueologia da UFS); e Osvaldo Ribeiro Gouveia (Curso de Museologia da UFBA) Presidente da Mesa: Luis Freire/BA	Conferencista: Sônia Gomes Pereira (Curso de Museologia/RJ) Presidente da Mesa: Hélio de Oliveira/RN
Trabalho de Grupo sobre o tema da conferência seguido de Debate com o conferencista sobre as conclusões do GT	Não se aplica	Trabalho de Grupo sobre o tema apresentado seguido de Debate com o conferencista sobre as conclusões do GT
Comunicações e Análises de experiências na área da preservação Presidente da Mesa: Telma Rosita/SE	Análises de experiências no campo da investigação/documentação museológica Presidente da Mesa: Cristina Negrão/PB	Apresentação de comunicações sobre o tema Comunicação e Museu Presidente da Mesa: Solange Chalita

Fonte: Fórum de Museologia do Nordeste, 7. (1994). Anexo 55

Conforme os dados apresentados no quadro acima, o Fórum condensou os temas e subtemas – preservação, documentação e comunicação – e trabalhou **teoricamente** essas temáticas distribuídas em três conferências seguidas de debate e trabalho de grupo. A ajuda referente às **questões práticas** foi contemplada nas comunicações e nas análises das experiências.

É significativo destacar que essa edição do Fórum levou para Fortaleza uma agente da museologia de São Paulo, a professora Cristina Bruno, bem como outra agente da museologia do Rio de Janeiro, a professora Sônia Pereira. Isso marca, portanto, que os agentes do Nordeste tinham proposta de diálogo e de construção dialógica para a área.

3.3.3 Manifesto de Fortaleza

No manifesto de Fortaleza os agentes reafirmaram os compromissos assumidos no coletivo e destacaram, em tópicos cadenciados e estruturados, o amadurecimento que eles alcançaram sobre a ciência museológica; o processo museológico; o método na Museologia; as funções técnicas de museu e conceito de memória; acerca do que definem como manifestação cultural e como objeto de museu, pautados nos ideais da Nova Museologia.

1. A Ciência Museológica é um processo em constante construção e reconstrução;
2. O processo museológico, entendido como uma ação educativa, não deve conduzir somente a compreensão da realidade, mas, também da sua transformação;
3. As funções museológicas de preservação, documentação e comunicação, estão interligadas e a serviço do desenvolvimento social;
4. No campo da museologia, entende-se o conceito do objeto, como toda manifestação cultural;
5. A pesquisa é de fundamental importância para subsidiar a documentação museológica, devendo estar a serviço da comunicação;
6. O processo museológico é enriquecido, à medida em que se realiza uma interação com os diversos segmentos da sociedade;
7. As ações museológicas e os encontros na área da museologia, devem proporcionar a oportunidade de participação de profissionais de áreas diversas, acentuando-lhes o aspecto interdisciplinar;
8. A memória deve ser entendida como uma relação dialética entre presente, passado e futuro e também como um dos elementos constitutivos das ações museológicas. (Nunes, 200, pp. 101 – 102).

No documento final desta edição, os agentes Nordestinos não usaram o termo musealização como percurso metodológico da Museologia, mas sedimentaram que as práticas de DOCUMENTAÇÃO – PRESERVAÇÃO – COMUNICAÇÃO serão o tripé de apoio para que a área desenvolva, ainda que muito atrelada ao museu, a sua teoria. Toda teoria, segundo Bourdieu, como “a própria palavra diz, é um programa de percepção (Bourdieu, 1998, p. 136).

Percebendo a programação teórica da Museologia Nordestina por meio da musealização, os agentes problematizaram-na, em Fortaleza, como **processo científico**, através do conjunto de atividades do museu: “um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.)” (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 58). Ainda que atrelado ao museu, a Museologia Nordestina recusou a **aura** do museu templo e marcou, com isso, sua diferença e contribuição: pensar a Museologia por meio do Museu científico, ou seja, um museu ou espaço musealizado laboratório.

Essa **perspectiva científica** condiciona o estudo objetivo e recorrente da coisa conceitualizada como objeto, **para além da aura** que lhe permeia para lhe dar sentido. Não se trata de contemplar, mas de ver: o museu científico não apresenta somente objetos belos, mas convida à compreensão dos seus sentidos. **O ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para inscrevê-lo em um processo que o aproxima do laboratório** (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 58, grifo nosso).

Além do que fora discutido antes com Raymond Williams sobre seus significados e componentes no tempo, a ciência, para Bourdieu (2001 citado por Ragouet 2017), constitui um mundo à parte. Isto porque ciência, segundo o autor, é produzida no âmbito de um campo social específico; por meio da objetividade que, para ser científica, deverá ser coletiva; ou, como resume um dos contribuidores do Vocabulário Bourdieu (2017), “na constituição de um modo de conhecimento objetivo da realidade com estatuto epistemológico particular” (Ragouet, 2017, p. 118).

Dito de outra forma: a perspectiva científica para a Museologia produzida no Nordeste brasileiro por meio da coletividade e compromisso dos seus agentes, criou um campo social específico pautado na Nova Museologia e no conceito de Museu Integral para, assim, construir um estatuto epistemológico particular onde o museu e o objeto museal devem ser observados e utilizados visando o desenvolvimento social local. Como a teoria, em Bourdieu (2001), precisa ser aceita entre os pares e aparentemente o foi no Brasil quanto a Nova Museologia, essa história local e esse debate devem ser retomados. A perspectiva científica fez da Museologia uma disciplina social aplicada, mas não faz dela, uma ciência, embora aponte caminhos para alcançar esse *status*.

3.4 VIII Fórum Nordestino de Museologia – 1996

O relato da oitava edição dos Fóruns Nordestinos de Museologia se inicia com o pedido negado de financiamento para realização da primeira reunião preparatória. Através do Ofício nº 0046/95²⁹⁷ a Fundação Joaquim Nabuco solicita verba ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, reforçando, assim, o argumento da necessidade e dificuldade de patrocínios na realização dos eventos.

Criado em 1951, o CNPq é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/MCTIC do Governo Federal do Brasil²⁹⁸, que tem como principais atribuições a formulação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, bem como a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa em todas as áreas do conhecimento²⁹⁹.

No Ofício citado acima, a FUNDAJ primeiro historicizou que os Fóruns vêm acontecendo anualmente desde 1988 nas capitais dos Estados do Nordeste brasileiro “com o apoio das **Secretarias dos Governos estaduais e municipais**, empresas privadas e a Universidade Federal da Bahia” (CNPq, 1994, p. 1, grifo nosso) e que entre os resultados obtidos destacaram-se o “maior entendimento sobre o papel dos museus como instituições de democratização da cultura [... e a tomada de] consciência crítica da situação dos museus no Nordeste e no Brasil” (CNPq, 1994, p. 1).

Em seguida, justificou a importância da reunião preparatória na definição da metodologia que será usada e no estabelecimento das estratégias para capacitação dos agentes locais para captação de recursos Estaduais já que os museus do Nordeste, em sua grande parte, pertencem aos Governos Estaduais. E, por fim, o mais importante argumento: “**Em Museologia, o Fórum Nordestino é o único evento anual que congrega os vários**

²⁹⁷ Ofício ao CNPq (1994) – Anexo 56.

²⁹⁸ “Ao longo de sua trajetória, o Conselho, entre outras coisas, credencia e impulsiona programas de pós-graduação; reconhece formalmente novas áreas do conhecimento e fomenta a investigação de novos objetos de estudos; incentiva o intercâmbio de pesquisadores e instituições, ampara publicações especializadas, equipa laboratórios e universidades, financia expedições, fortalece as agências estaduais de fomento e amplia o acesso da sociedade brasileira à cultura científica. O CNPq detém hoje o maior banco de currículos da América Latina; nenhuma outra instituição mantém mais contato direto com pesquisadores em atividade. O sistema de avaliação por pares que adota lhe permite conferir o selo de qualidade mais disputado pela comunidade brasileira de pesquisadores. O CNPq integra um aparelho de Estado de complexidade crescente. Assim, para observar sua trajetória, é preciso considerar o processo sócio-político brasileiro, em particular as orientações dos segmentos sociais politicamente hegemônicos” (Domingos Neto, s.d.).

²⁹⁹ Informações recuperadas de: <http://www.cnpq.br>, em 16/05/2020.

segmentos da sociedade, pois aceita o diálogo aberto com a comunidade (CNPq, 1994, p. 1, grifo nosso).

Além da demonstração da necessidade de articulação com os Governos Estaduais, o documento registrou uma decisão do grupo objetivando articulação internacional faltando, contudo, articulação com o Governo Federal.

Numa decisão unânime no VII Fórum, trabalhou-se no sentido de estabelecer as bases dos Estatutos do Fórum Nordestino de Museologia para encaminhamento ao Conselho Internacional dos Museus – ICOM, com vistas à realização de convênios com instituições estrangeiras para financiamentos de projetos e de pesquisas no Nordeste na área de documentação museológica, educação, conservação e difusão cultural (CNPq, 1994, p. 2, grifo nosso).

Pelo exposto, o Ofício conseguiu condensar, com objetividade, a importância do apoio solicitado. Observando atentamente as trajetórias dos Fóruns, resalto que a realização deles, especialmente em Recife/PE e em Salvador/BA, foi marcada pela presença dos agentes das diversas regiões brasileiras e profissionais europeus do campo museológico. Dessa forma, o Nordeste converteu-se no centro de discussão não apenas nacional. Entretanto, a resposta negativa do CNPq, em dois sucintos itens, retratou a realidade das agências de fomento no Brasil naquele ano, bem como reproduziu tanto as ações de colonialismo interno como a ausência de conhecimento acerca da Museologia.

1. Diante das recentes restrições orçamentárias, o CNPq tem priorizado o apoio a **eventos nacionais e tradicionais de cada área**. Os encontros regionais são financiados quando há disponibilidade orçamentária. 2. Tais eventos devem destinar-se à reflexão e discussão de resultados de pesquisas na área (CNPq, 1994, p. 3, grifo nosso).

Sem o apoio esperado, a reunião preparatória que estava prevista para acontecer no Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ foi transferida para Aracaju, capital do Estado de Sergipe, onde será realizado o oitavo Fórum.

3.4.1 Organização da Ciência e da Cultura no Brasil

Entre o ano de criação do CNPq (1951), até o período de redemocratização no Brasil onde os Fóruns Nordestinos de Museologia estão situados, o investimento na ciência e na tecnologia, via Governo Federal, viveu distintas realidades. No período de Regime Militar no Brasil (1964 – 1985) registra-se que o desenvolvimento da ciência foi um projeto ditatorial, uma espécie de **fórmula** para o desenvolvimento do Brasil e o CNPq, assim, constituiu-se como instituição de apoio, “uma arma” para esse projeto (Domingos Neto, s/d, grifo nosso).

Dessa forma, contando com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento/BNDE,

“[...] o **CNPq volta-se para a pós-graduação**, pretendendo dirigir um sistema nacional de ciência e tecnologia em gestação. Os generais determinam a criação de secretarias de ciência e tecnologia em pastas ministeriais, **ampliam a rede de universidades federais** e levam os **governos estaduais a apoiar a pesquisa** (Domingos Neto, s.d., grifo nosso).

Muitos investimentos para o desenvolvimento da ciência e da inovação tecnológica são realizados³⁰⁰, mas cabe destacar aqui os atrelados à grande área da Educação Universitária, bem como os problemas vividos pelos profissionais cientistas com o acirramento da violência na vigência do Regime Militar. Assim, se por um lado a oferta de bolsas de estudo para iniciação científica subiu significativamente e a “formação de professores e pesquisadores de alto nível através de programas de pós-graduação é estabelecida como a grande prioridade do primeiro plano quinquenal (1968-1972), que pretendia triplicar, no mínimo, em cinco anos, o efetivo de cientistas no país” (Domingos Neto, s.d), por outro lado, o CNPq experimenta também a evasão de cientistas do Brasil, por medo da repressão policial, levando a instituição a organizar uma operação de retorno dos mesmos.

Na década de 1980, o CNPq tem dois presidentes nordestinos que, cada um a sua maneira, tentaram gerenciar o órgão atentos às necessidades dessa região pela falta do Estado. O primeiro, o engenheiro Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que também foi reitor da Universidade Federal da Paraíba, assumiu a presidência do CNPq logo no início da década. Embora o Brasil estivesse passando por uma séria crise econômica marcada pela alta constante da inflação, a experiência na administração pública de Lynaldo o auxiliou na implementação de “numerosos programas tendo em vista a absorção de tecnologia pelo setor produtivo (depois designada como inovação), [bem como a retomada da] **velha bandeira da redução das disparidades regionais** (Domingos Neto, s.d, grifo nosso). Lynaldo Albuquerque ficou pouco tempo na presidência do CNPq e seus objetivos regionais não foram alcançados.

³⁰⁰ Preocupados com a inovação tecnológica, ou seja, com a transformação de conhecimentos em produtos ou serviços comercializáveis, os governantes criam a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 1967. No ano seguinte, a [Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A] EMBRAER. Em 1969, instituem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, em 1972, estabelecem o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, que enseja o Primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT. Em 1975, surgem o II PND e o II PBDCT; o último da série, que, aliás, já não reproduz as mesmas concepções dos primeiros, aparece em 1980 (Domingos Neto, s/d).

Nesse período de transição do Regime Militar para o processo de redemocratização (1980 – 1984), o Brasil tinha um déficit público grande. As grandes capitais (destacadamente São Paulo), que experimentaram o crescimento acelerado com a prática colonial interna, reproduziam a desigualdade de renda e oportunidades gerando muitos problemas a serem investigados pela ciência. No que diz respeito às universidades, Domingos Neto (s/d) registra que: **“a concentração de investimentos em poucas universidades do Sudeste torna-se particularmente incômoda** (Domingos Neto, s.d, grifo nosso), mas não apresentou o que o órgão fez com o suposto incômodo, apenas destacou o incômodo. Vimos, na introdução deste trabalho que as universidades federais foram criadas, nas diferentes regiões do país, conforme o quadro econômico local viveu, por meio de algum ciclo econômico de desenvolvimento, uma melhora e, assim, o Governo Estadual conseguiu articular-se com o Governo Federal para criar a/as universidade(s).

Nesse cenário, em 1986 Roberto Santos, médico baiano filho do reitor idealizador da Universidade Federal da Bahia – Edgar Santos –, assume a presidência do CNPq e, mais uma vez, tenta implantar uma política pública inclusiva no órgão. Roberto Santos, assim como Lynaldo Albuquerque, também tinha sido reitor e, conhecendo a administração pública e sendo oriundo da região Nordeste, como seu colega antecessor, também se voltou para os problemas da região.

Roberto Santos firma como prioridades para o órgão a tecnologia de alimentos de consumo popular, a fabricação de imunobiológicos e de insumos para medicamentos que o país não produzia, o tratamento de água servida e a tecnologia para construção de casas populares. Além disso, pretende que o CNPq se envolva no apoio técnico-científico à expansão da agricultura irrigada no vale do São Francisco, opção de desenvolvimento regional assentada desde o Império, sempre com resultados inócuos para atenuar as agruras da população rural do Nordeste (Domingos Neto, s.d).

Infelizmente, para o caso do semi-árido nordestino, o plano de utilização das águas superficiais em aproveitamento de acumulação em barragens, associados à irrigação, mantém os mesmos vícios de origem que marcaram no ano de 1948 a criação da Comissão do Vale do São Francisco e antes, 1909, do Departamento de Obras Contra a Seca: a repulsa a uma reforma agrária, que faz com que a água mesmo não sendo um recurso tão escasso (o semiárido brasileiro é o que tem maior volume de chuvas do mundo), mas mal distribuído venha a ter uma cada vez maior concentração dela em poucas mãos, acompanhada por um desprezo aos sertanejos (Lima, 2002).

Apesar dessa ressalva, o CNPq ajudou de boa vontade e com viés crítico, junto com outros órgãos federais, na implantação de um enclave de agricultura tecnologicizada em Petrolina, Estado de Pernambuco, e cidades adjacentes. Entretanto, a água e a terra continuaram acumuladas entre os coronéis, governadores e legisladores que fizeram carreira política no Nordeste discursando sobre a equação Nordeste (ou sertão) = seca + fome (Lima, 2002). Essa percepção rende muitos dividendos políticos, visto que está profundamente entranhada no pensamento social brasileiro, como vimos nos debates de Selma Sena (2013) no primeiro capítulo, e permanece explorada na configuração cultural através da representação caricata do povo nordestino como apresentado por Albuquerque Junior (2001).

Esse era, resumidamente, o cenário da produção e utilização da ciência no Brasil quando os Fóruns Nordestinos de Museologia tiveram início. Entretanto, nesse mesmo período, o país viveu, do ponto de vista da cultura, uma fase interessante e animadora de criação, implantação e funcionamento do Ministério da Cultura/MinC. Criado em 1986 através de Decreto nº 92.489, esse ministério foi organizado e colocado em funcionamento pelo economista paraibano Celso Furtado que marcou a história cultural no Brasil com a implantação da primeira lei de incentivo fiscais para a cultura, a Lei Sarney.

A Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, cria incentivos fiscais à aplicação de recursos financeiros nas diversas áreas da atividade cultural e artística, possuindo um caráter eminentemente inovador. Assinada pelo presidente José Sarney em 3 de outubro de 1986, sua regulamentação estabelece os critérios que pautam a aplicação de seus dispositivos, explicitando os conceitos fundamentais relativos aos institutos da doação, do patrocínio e do investimento para a área cultural. Coerente com o regime democrático, a Lei Sarney instaura profundas mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado, possibilitando o avanço do esforço coletivo de tomar a iniciativa do projeto cultural, mobilizar recursos para a sua realização e fiscalizar a sua utilização (Furtado, 2012a, p. 87).

Embora Cultura e Estado sejam entidades que habitualmente têm relações conflituosas, a visão de Celso Furtado (pesquisador e intelectual) sobre cultura, o fez ser conduzido ao cargo de Ministro contando, inclusive, com o apoio de outros economistas, bem como uma parte expressiva de intelectuais e artistas brasileiros. Para Furtado (2012), a cultura, representada por tudo que o homem cria, era passível de ser explorada pelo viés econômico na implantação de políticas públicas que corrigisse não só as insuficiências do sistema econômico, mas também as necessidades fundamentais do indivíduo. Cultura foi, nessa gestão, uma necessidade.

Conhecedor da realidade econômica do país, Celso Furtado sabia que a miséria absoluta somente seria abolida quando uma vontade política se propusesse a esse fim. Sua

percepção acerca do povo brasileiro era ampla e, por este motivo, ele também esteve atento aos estudos e atendimento das necessidades culturais dos indígenas e da população afro-brasileira³⁰¹, entre outros. Lamentavelmente sua gestão durou apenas três anos (1986 – 1988), mas durante esse tempo seu ministério apoiou a criatividade cultural desenvolvendo políticas públicas descentralizadoras que se traduziram em ações nos diversos setores culturais (música; dança; cinema e vídeo; teatro; museu; livro e leitura, etc.), algumas de caráter inovador.

No tocante aos museus, criou-se o Sistema Nacional de Museus destinado a traçar as diretrizes de uma política global, em contato permanente com os responsáveis pelo setor em cada estado da federação. A preocupação em proteger nosso acervo museológico traduziu-se num programa, em parceria com o Ministério da Justiça, para reforçar os sistemas de segurança de museus e igrejas. Importantes obras de restauração foram aceleradas (Furtado, 2012a, pp. 81 – 82).

Acerca das universidades, registra-se que foram implantados “centros de estudo afro-brasileiros dedicados a preparar especialistas para ensinarem disciplinas relacionadas à História da África e da Cultura afro-brasileira” (Furtado, 2012a, p. 82) para que fosse reconhecido o quanto que os povos oprimidos participaram da formação social brasileira alterando, dessa forma, o papel subalterno que foi delegado a eles.

Esse período de efervescência na área cultural, tem seu fim com a implantação da política neoliberal do Governo de Fernando Collor de Mello, em 1990. Tínhamos, por um lado, movimentos de retração da capacidade de intervenção do Estado e, paralelamente, por outro, avanços da atuação e interesse do setor privado sobre o negócio público e, assim, as dificuldades financeiras e a imprecisão do papel do Ministério da Cultura como do CNPq agravam-se e permanecem até a direção de Galizia Tundisi (1995-1999), no Governo de Fernando Henrique Cardoso, período que os Fóruns são interrompidos.

Rosa Freire d’Aguiar Furtado (2012b), fazendo uma crítica a Lei Sarney e a mudança da gestão do Ministério da Cultura no Governo Collor, destaca que:

Obviamente, houve desvirtuamentos, assim como há quem sonegue o imposto de renda e quem burle a previdência social – e nem por isso se pensa em acabar com a Receita Federal ou com o INSS. Mas era outro entendimento do presidente Collor, que **ao chegar ao Planalto, em 1990, numa penada destruiu tudo que era sólido**

³⁰¹ “Em 1987, o Ministério promoveu um amplo debate em torno da problemática das populações indígenas, temática abrangente que inclui a preservação de seus sistemas de valores, as relações com as demais populações, a defesa de seu patrimônio e as opções de desenvolvimento. Atenção crescente também será prestada aos movimentos afro-brasileiros, bem como a todos os grupos da sociedade civil que se empenham em melhorar a qualidade de vida dos deficientes, dos idosos, sem esquecer o apoio aos movimentos feministas, cuja força renovadora já dispensa comprovação” (Furtado, 2012, pp. 82 – 83).

em matéria de instituições culturais do país. De roldão, demitiu centenas de quadros competentes que levaram anos para ser formados, jogou nas brumas da perplexidade instituições respeitáveis, e acabou varrido do poder por uma aliança entre um punhado de jovens e boa parte da direita que nele votara (Furtado, 2012b, p. 15, grifo nosso).

Assim, se nos quatro primeiros anos de realização dos Fóruns de Museus do Nordeste, os agentes viveram um cenário político menos problemático, nos quatro últimos anos a realidade caótica da política fragilizava ainda mais os museus e as ações atreladas ao patrimônio cultural nordestino. No mandato Presidencial de Fernando Collor de Melo, a estrutura federal foi completamente alterada³⁰². Em abril de 1990, o Presidente promulgou a Lei nº 8.029, que extinguiu, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura. Até o Ministério da Cultura foi extinto e só será recriado em 1992 na Presidência de Itamar Franco e somente em 1994 é que algumas instituições extintas serão recriadas.

A Lei Sarney, que havia sido alterada por Collor e se tornado Lei Rouanet “foi aperfeiçoada ao longo do [mandato seguinte, ou seja, o] governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo sido promulgadas algumas regulamentações que permitiram uma maior agilidade em sua aplicação” (Calabre, 2005, p. 8), mas, pelo apresentado, a instabilidade do campo da cultura foi muito grande. Como resultado disso apresento as dificuldades encontradas para a realização das duas últimas edições, bem como a interrupção dos eventos.

3.4.2 Propostas de Programa para o VIII Fórum de Museologia do Nordeste

Sem o apoio do CNPq, a primeira reunião preparatória que estava prevista para acontecer em Recife, não aconteceu. Ainda assim, a FUNDAJ³⁰³ e a UFBA³⁰⁴ reuniram-se internamente e redigiram, cada uma em seu Estado, duas propostas de Programa para o VIII Fórum Nordestino de Museologia e enviaram-nas para a representante de Sergipe. As

³⁰² “Em abril de 1990, o Presidente promulgou a Lei nº 8.029, que extinguiu, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura – FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME – e reformulava outros tantos como o SPHAN. Todo o processo foi feito de maneira abrupta, interrompendo vários projetos, desmontando trabalhos que vinham sendo realizados por mais de uma década” (Calabre, 2005, p. 7). Recuperado de <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>

³⁰³ Reunião Preparatória para o VIII Fórum Nordestino de Museologia/FUNDAJ – Anexo 57.

³⁰⁴ Reunião Preparatória para o VIII Fórum Nordestino de Museologia/UFBA (Fórum de Museologia do Nordeste, 8., 1995a) – Anexo 58.

propostas se complementam e, por isso, destacarei a seguir os trechos que mais evidenciam a maturidade que os agentes conquistaram nestes anos de prática e reflexão coletiva na área.

O primeiro é referente ao estabelecimento do público alvo, visto que ainda que o espaço do Fórum tivesse se mantido aberto e plural, estabelecer um público definiria metas. Dessa forma, consta no projeto da FUNDAJ que os públicos alvo seriam os “professores do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia; [os] Diretores de Museus da Região Nordeste; [os] Museólogos do Nordeste; [e os] Profissionais de Museus (Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 2).

Pelo apresentado, os agentes demonstraram interesse em atuarem junto a um público capacitado e que atuava em museus para que, somado a eles, tivessem garantias na continuidade das ações já deflagradas. Assim, os diretores dos museus, formados nas mais diferentes áreas de conhecimento, poderiam se somar a eles. Nos objetivos gerais³⁰⁵ há a manutenção da proposição inicial de trabalhos coletivos e ações dialógicas, realizadas desde 1988 na Paraíba, mas a aprovação do Estatuto era urgente e, por isso, estava sendo priorizado. A ‘novidade’, advinda da maturidade, contava nos objetivos específicos que, embora também foquem no Estatuto, estabeleciam que para que os objetivos gerais fossem alcançados seria necessário discutir o Museu, o museólogo e a Museologia.

Objetivos Específicos: 6. Discutir questões relativas à diversidade de ações nos **museus**; **7. Analisar o papel do museólogo**; **8. Analisar o papel da Museologia nos Museus**; 9. Debater a estrutura funcional do Fórum Nordestino de Museologia, com vistas a criar os Estatutos; 10. Levantar as diversidades do trabalho museológico existentes no país; 11. Demarcar o campo da museologia e de outras ciências no espaço do museu (Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 3, grifo nosso).

Dessa forma, os agentes, compreendendo o funcionamento do campo em sua complexidade, articularam-se. A proposta encaminhada pela UFBA, apresenta, mediante a escolha do tema do VIII Fórum – Formação Profissional do Museólogo no Nordeste: desafios e perspectivas – os demais subtemas (1. Política Cultural e Museus na realidade nordestina; 2. A formação do profissional museólogo na realidade nordestina; 3. A formação do profissional museólogo no Nordeste: perspectivas de ampliação dos Cursos e intercâmbios), bem como

³⁰⁵ “Objetivos Gerais: 1. Estabelecer metodologias de trabalho visando uma maior integração dos participantes; 2. Eleger temas e subtemas para as apresentações; 3. Indicar especialistas para analisar as diferentes abordagens; 4. Proceder o levantamento cadastral dos museus da região Nordeste, para delineamento dos participantes; 5. Definir as bases para aprovação do Estatuto do Fórum Nordestino de Museologia” (Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 3).

indica o título para a conferência de abertura: A Formação museológica: seu caráter e evolução no Brasil.

As duas propostas estavam especialmente atentas à formação profissional do Museólogo, mas como proposição, precisavam de aceitação pela representante de Sergipe. Além disso, assim como a FUNDAJ fez, a UFBA também reforçou a importância da apresentação e discussão do Estatuto para aprovação na plenária.

3.4.3 Segunda Reunião Preparatória

A Proposta de Programa para o VIII Fórum elaborada pela UFBA não tem datação, mas a elaborada pela Fundação Joaquim Nabuco é datada de setembro de 1994, isto porque, mantendo o calendário proposto inicialmente e que contemplou todas as edições anuais dos Fóruns, o VIII Fórum deveria acontecer no ano de 1995. O pedido da FUNDAJ ao CNPq para o financiamento da Reunião Preparatória é de fevereiro de 1995 e a negativa na resposta chegou em março do mesmo ano e, embora já estivessem cientes, no início do ano, da impossibilidade de receber o auxílio solicitado, a intenção de realizar o VIII Fórum em 1995 foi mantida até outubro desse ano, conforme consta no pedido de afastamento para comparecimento em evento feito por Maria Regina Silva³⁰⁶.

Entretanto, a crise política que atravessava o país e atingia abruptamente o campo cultural brasileiro impossibilitou a realização do VIII Fórum no ano de 1995 a ponto desse argumento ser destacado como motivo de adiamento da edição de Sergipe no comunicado feito pela representante estadual.

Vimos através do presente comunicar à Vossa Senhoria que em virtude da crise que vem atravessando o país, os profissionais de Museus de Sergipe, viram-se impossibilitados de realizar o VIII Fórum Nordeste de Museologia. É com muito pesar que chegamos a esta decisão transferindo o evento para o próximo semestre (Fórum de Museologia do Nordeste, 8., 1995b).

Assim, a equipe de Sergipe (Telma Rosita Andrade, Ana Maria Fonseca Medina, Maria Sônia Santos Carvalho, Maria Aparecida dos Santos Trindade, Hélia Maria de Paula Barreto, Verônica Maria Meneses Nunes, Ana Conceição Sobral de Carvalho e Izaura Júlia Ramos Oliveira) composta por agentes com cargos de direção em instituições culturais do Estado, não conseguiu viabilizar a realização do evento em 1995 retornando às reuniões para maio de 1996, ano de realização do evento (Nunes, 2000).

³⁰⁶ Pedido de Afastamento e Adiamento (Fórum de Museologia do Nordeste, 8., 1995b) – Anexo 59.

A partir de maio de 1996, durante a realização do Seminário “Os Museus em Sergipe”, promovido pelo Museu de Antropologia e pela Casa de Cultura João Ribeiro, o grupo voltou a se reunir para discutir e preparar o VIII Fórum, que será realizado na cidade de Aracaju, no Auditório da Biblioteca Pública Epifânio Dórea, no período compreendido entre 24 e 27 de setembro (Nunes, 2000, p. 107).

E o tema aprovado pela equipe de Sergipe foi: O Trabalho Museológico Interdisciplinar: pesquisa, educação e informatização.

3.4.4 Programa do VIII Fórum Nordestino de Museologia

As propostas apresentadas pela FUNDAJ e pela UFBA não foram totalmente consideradas no programa do VIII Fórum³⁰⁷ e o importante debate acerca da formação profissional foi substituído pela problematização acerca do trabalho museológico nos setores técnicos do museu – pesquisa, educação – e a comunicação foi contemplada nas ações de documentação de acervos por meio da informatização dos dados.

Assim, em “Aracaju (SE) foi realizado o último Fórum Nordestino de Museologia, no período de 25 a 27 de setembro de 1996, com o patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura e do IPHAN” (Santos, 2008, p. 206).

QUADRO 15: PROGRAMA DO VIII FÓRUM NORDESTINO DE MUSEOLOGIA

Conferência	Conferencistas	Debatedores
A Pesquisa e sua Importância na Museologia	Beatriz Goes Dantas	Marcelo Nascimento/UFBA Fernando Lins de Carvalho/UFS

Fonte: (Nunes, 2000, p. 111)

No primeiro dia de Fórum, a conferência de abertura – A Pesquisa e sua importância na Museologia – foi proferida pela professora e pesquisadora de cultura popular, Beatriz Goes Dantas, seguida de debate. Os debatedores foram os professores Fernando Lins de Carvalho/UFS e Marcelo Nascimento Bernardo Cunha/UFBA. Destaco que o professor Marcelo Cunha foi o representante estudantil da UFBA no primeiro Encontro Nordestino de Museologia (1988) que em 1994 passou a integrar o corpo docente do Departamento de Museologia (1994)³⁰⁸. É significativo que o Fórum que tenha recebido como propostas de

³⁰⁷ Programa do VIII Fórum Nordestino de Museologia – (Fórum de Museologia do Nordeste, 8., 1995c) – Anexo 60.

³⁰⁸ Informações recuperadas de <http://lattes.cnpq.br/8246819454433878>, em 12/05/2020.

tema a profissionalização e, na configuração atual discuta o trabalho, tenha entre os debatedores um profissional que cumpriu o ciclo de formação profissional inserido nas ações políticas dos Fóruns Nordeste.

O primeiro dia de evento, também foi marcado pelo momento de reunião interna para avaliação coletiva dos trabalhos realizados pelos representantes estaduais em seus respectivos locais de origem. Esse momento, intitulado de Ação Museológica (não mais museal ou apenas museal) nos Estados do Nordeste, contou com a presença dos representantes estaduais dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí, único estado que ainda não tinha recebido o Fórum.

No segundo dia do Fórum, constava no programa que as atividades seriam realizadas nos municípios de Laranjeiras e São Cristóvão, no interior de Sergipe. As duas cidades têm uma vinculação muito particular de apropriação da cultura popular e da cultura erudita. O município de Laranjeiras, com sua arquitetura colonial abriga o primeiro museu do país dedicado a cultura afro. Laranjeiras também realiza, através da parceria entre a Prefeitura do Município, a Secretaria de Estado da Cultura do Governo Estadual e a Universidade Federal de Sergipe, desde o ano de 1976, o Encontro Cultural de Laranjeiras (Vargas et al., 2018, p. 4). Este evento, além de promover debates acerca do patrimônio material e imaterial local, possibilita aos visitantes assistirem, ao vivo, as manifestações de grupos de cultura popular e folguedos.

São Cristóvão, primeira capital de Sergipe, também é uma cidade histórica que tem manifestações de cultura popular, mas o destaque patrimonial deste município é a Praça São Francisco. Reconhecida e inscrita como Patrimônio Mundial pela UNESCO, a Praça, circunscrita pela Igreja e Convento de São Francisco, bem como a Capela da Ordem Terceira que atualmente é sede do Museu de Arte Sacra, além da Santa Casa da Misericórdia e Palácio Provincial, é o único exemplar no Brasil cujo traçado urbanístico é de origem colonial espanhola. Essas duas pequenas e importantes cidades abrigaram as atividades ocorridas no segundo dia do VIII Fórum Nordestino de Museologia, conforme quadro abaixo.

QUADRO 16: MESAS-REDONDAS

Mesas-Redondas	Participantes
A Ação Educativa nos Museus do Nordeste: experiências e resultados	Maria Célia T. M. Santos/UFBA Hélia Maria de P. Barreto/UFS Silvia Celeste Lima/UFS Ana Maria Fonseca Medina - Diretora do Museu Histórico de Sergipe
O uso da Informática nos Museus Nordestinos	Maria Regina Batista/FUNDAJ Luiz Alberto Freire/ UFBA Verônica Maria Meneses Nunes/UFS

Fonte: (Nunes, 2000, p. 111)

Pela manhã, em Laranjeiras, os participantes participaram da Mesa-Redonda *A Ação Educativa nos Museus do Nordeste: experiências e resultados* que, presidida pelo Secretário de Cultura de Laranjeiras, o Senhor Eraldo Silva, foi composta pela professora Maria Célia Santos/UFBA; Silvia Celeste Lima/FUNDAJ, e duas diretoras de museus locais, a professora Hélia Barreto (Museu de Antropologia/UFS) e Ana Maria Medina (Museu Histórico de Sergipe).

À tarde, em São Cristóvão, houve outra Mesa-Redonda – O uso da informática nos museus –, presidida pela professora Aglaé de Alencar e composta pelos museólogos Maria Regina Silva/FUNDAJ, Luis Alberto Freire/UFBA e Verônica Nunes/UFS. Ainda em São Cristóvão, os participantes visitaram o Museu de Arte Sacra e o Museu Histórico.

O terceiro e último dia de Fórum foi destinado, pela manhã, às Comunicações onde foram “expostos projetos e experiências na área de pesquisa, na ação educativa e na implantação de sistemas de informatização das Instituições Culturais” (Nunes, 2000, p. 116). À tarde o programa previa uma mesa de avaliação que, presidida pela professora Maria Célia Santos e nomeada como *Reflexão e avaliação do Fórum Nordestino de Museologia*, contou com a participação de todos os presentes. Assim, eles puderam se manifestar acerca dos seguintes itens propostos: “Dificuldades; Elaboração do Regimento; Período de Realização; Sistematização e Publicação do Material Produzido; Discussões dos temas e necessidades regionais; e Política Museológica” (Nunes, 2000, p. 116). Em seguida, o VIII Fórum encerra o evento com a plenária final.

3.4.5 Manifesto de Aracaju

No Manifesto de Aracaju registrou-se a presença, além dos museólogos, estudantes e profissionais de museu comumente participantes dos Fóruns, a presença de alunos da Universidade Tiradentes/UNIT, instituição de ensino particular local. O documento aprovou como encaminhamentos futuros a constituição de uma comissão composta por Maria Regina Silva e Moisés Cruz, “ambos da FUNDAJ, para elaborar a proposta relativa **a criação de uma instituição de caráter jurídico que possa assumir a responsabilidade pela manutenção do Fórum Nordestino de Museologia**, a ser apresentada no IX Fórum” (Nunes, 2000, pp. 108 – 109, grifo nosso).

O caráter jurídico permitiria captar recursos necessários para novas edições dos Fóruns, mas não era a única preocupação dos agentes. Outro problema sinalizado, foi a manutenção deles na representação estadual para que eles/elas assumissem a função de articulador no Estado de origem e, como o Estado do Piauí não tinha recebido o Fórum no Estado e considerando que a proposta foi que o evento ocorresse em todos os Estados do Nordeste, a atenção voltou-se para ele.

Consta no Manifesto de Aracaju os seguintes encaminhamentos:

2) Envidar esforços junto ao representante do Estado que deverá sediar o IX fórum, no sentido de ampliar e melhorar a divulgação do evento; 3) Manter as representações do Fórum até a realização do IX Fórum; [...] 5) Consultar, através do representante do Estado do Piauí – Francisca Maria Soares Mendes –, a possibilidade do Estado sediar o IX Fórum Nordestino de Museologia, uma vez que esse Estado ainda não serviu de sede para o referido evento (Nunes, 2000, pp. 108 – 109).

Todos esses encaminhamentos objetivavam a manutenção dos Fóruns e, com o tema *Museus e Desenvolvimento Comunitário*, os agentes também acreditavam que conseguiriam manter as ações. Entretanto, do Manifesto de Aracaju a continuidade dos Fóruns permaneceu apenas no registro da memória, conforme o quarto item³⁰⁹ dos encaminhamentos, porque Verônica Maria Meneses Nunes publicou alguns documentos dos eventos. Essa publicação, em parceria com o IPHAN, possibilitou, além do registro historiográfico da produção técnica e científica do Nordeste, a construção desta tese.

³⁰⁹ “4) Que a professora e museóloga provisionada Verônica Maria Meneses Nunes deverá encaminhar aos representantes dos Estados, publicação relativa aos documentos dos oito (08) Fóruns realizados e organizada pela mesma; (Nunes, 2000, p. 109)

Dessa forma, a crise política que o Brasil vivia somado a uma trajetória de muita negligência na implantação de políticas públicas para a Cultura contribuiu efetivamente para a interrupção de novas edições.

O debate sobre a cientificidade da Museologia permanece nos estudos dos pesquisadores da área até hoje, sendo a professora Maria Célia Santos uma delas. Embora haja problematizações acerca da definição de que a Museologia ou as Museologias são ciências em processo de construção, Clóvis Britto (2019) acentua que, ainda que levemos em consideração o modelo científico dominante, as ciências, de modo geral, estão em permanente processo de construção.

É verdade que as Museologias não integram as ciências estabelecidas no campo científico, assim como também muitas das ciências enquadradas nas e entre as grandes áreas do conhecimento. Todavia, se é fundamental o debate epistemológico sobre os objetos, conceitos e finalidades do conhecimento – e é isso uma das facetas do que é hegemonicamente considerado como científico – visando problematizar e encontrar alternativas para a perspectiva eurocêntrica de conhecimento; me parece que no caso das Museologias as tentativas de deslegitimar sua cientificidade possuem uma intenção deliberada de colocá-las em suspeição, como ocorre com outras práticas científicas e cosmovisões (Britto, 2019, p. 71)

Percebê-la a Museologia ‘indisciplinada’ do Nordeste, em processo, nos condiciona a formulação constante de pensamentos críticos que permitem, por sua vez, avanços para a área. A recusa frente a novos formatos, como foi feito com os propostos pela Nova Museologia, ou pior, a negativa em reconhecer que desde 1972 se deflagrou um rompimento com os parâmetros ortodoxos não invalida a existência de outras Museologias e os Fóruns comprovam isso. Museologias heterodoxas, certamente, mas nem por isso, menos Museologia.

Esse desprendimento epistêmico, que provoca uma nova tentativa de sistematização para a Museologia ou, conforme exposto por Britto (2019), para as Museologias, traduz-se na fase de militância demarcada pelo autor, mas é preciso identificar que os Fóruns nascem, a partir da reflexão de Britto (2019), na fase de resistência.

Museologias de militância (1992 a 2003) – marcada por uma fase pós-paradigmática da Nova Museologia e pela implementação de novas inflexões conceituais e práticas no campo dos museus que subsidiaram a emergência da Museologia Social como um novo paradigma e da Sociomuseologia como uma Escola de Pensamento. O indisciplinamento se traduz na conscientização e no estabelecimento de redes com experiências teóricas e práticas internacionais (especialmente com o Movimento Internacional para uma Nova Museologia e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) e na reflexão sobre experiências museais marcadas não apenas pela valorização da ‘função social’, mas

pelo direito à diferença, o protagonismo das comunidades e dos movimentos sociais. Elegi como marcos as reverberações do I Encontro Internacional de Ecomuseus no Rio de Janeiro (1992) e as articulações para a criação da Política Nacional de Museus (2003) (Britto, 2019, p. 23).

O ano de 1992, que o autor elegeu devido ao I Encontro Internacional de Ecomuseus no Rio de Janeiro (1992), eu marco como o ano do V Fórum de Museologia no Nordeste para subscrever a região nos marcos temporais e significativos do campo no Brasil, desenvolvendo, inclusive, as “outras narrativas que precisam ser lembradas, as histórias que necessitam ser reescritas” (Britto, 2019, p. 63). O outro marco de temporalidade, o ano de 2003, embora distante do recorte temporal desta tese, acentua ainda mais a importância do Nordeste e da agente nordestina Maria Célia Santos, principal responsável pelo V Fórum de Museologia do Nordeste e profissional que coordenou do Eixo 3 da Política Nacional de Museus/PNM³¹⁰ em todo Estado da Bahia.

Indisciplinadamente, para referenciar Britto (2019), Maria Célia Santos deflagrou as ações do Projeto-Bahia, projeto piloto do Eixo 3 da PNM/MinC³¹¹, que serviu como base para as ações museais e museológicas desenvolvidas nesse Ministério. Dos sete eixos programáticos dispostos no lançamento das bases para essa política pública, apenas o da Bahia (Eixo 3 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos) iniciou e conclui a ação de levantamento da realidade museológica brasileira tendo como parâmetro o Nordeste, a Bahia. Com os dados compilados pelos agentes locais o MinC se nutriu de indicadores sociais e assim pode embasar as ações futuras.

Da execução desse projeto **coletivo** registro inúmeros impulsos para a área, mas como exemplo concreto posso pontuar as oficinas de capacitação ministradas em todo o Brasil, bem como a aplicação do questionário produzido pelo grupo baiano³¹², o qual fiz

³¹⁰ Ministério da Cultura [Brasil]. (2003). *Política Nacional de Museus – Memória e cidadania*. Brasília: DF. MinC, 2003.

³¹¹ Ministério da Cultura [Brasil], Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, & Departamento de Museus e Centro Culturais (2005). *Política Nacional de Museus: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo3* (relatório 2003 – 2005, M. C. T. M. Santos, org.). Brasília, DF: MINC/IPHAN/DEMU.

³¹² “Maria Célia Teixeira Moura Santos (Coordenadora Geral do Projeto Bahia); Alexandro Jesus Santos (Museólogo); Amélia Morelli (Pedagoga); Ana Karina Rocha de Oliveira (Estagiária); Ana Silvia Ribeiro Liberato de Mattos (Museóloga – Coordenadora do Projeto de Aplicação dos Processos Museológicos); Antônia Barros Pinheiro (Museóloga); Antônio Marcos de Oliveira Passos (Museólogo); Edjane Cristina Rodrigues da Silva (Estagiária); Eneida Santos Santana (Estagiária); Joana Angélica Flores Silva (Museóloga – Coordenadora do Projeto Perfil dos Museus do Estado da Bahia); Juliana Monteiro (Estagiária); Júlio César Chaves (Estagiário); Luciana Palmeira da Silva (Museóloga); Luzia Gomes Ferreira (Estagiária); Luzia Maria Matos Ventura (Museóloga); Mirna Conceição Brito Dantas (Museóloga); Paulo José Nascimento Lima (Estagiário); Rita de Cássia Oliveira Valle (Museóloga); Sandra Regina Ressurreição de Jesus (Estagiária); Sidélia Santos Teixeira (Professora do Curso de Museologia da UFBA); Suely Moraes Ceravolo (Professora do Curso de

parte, como modelo para o Cadastro Nacional de Museus. O Eixo 3 foi possível porque a professora Maria Célia Santos, tinha bagagem de planejamento e realização de política cultural com a equipe que realizou oito Fóruns Nordestinos de Museologia, em que se criaram critérios, conceitos e questionários; mapeou-se instituições e dificuldades; buscou-se soluções para os vários problemas encontrados, desde a falta de financiamento e regularização das instituições museais à formação e inserção na área de recursos humanos.

O Nordeste, portanto, tem um histórico de atuação prática, política e teórica que não pode mais ser menosprezado. Se a ‘ciência’ produzida na região, identificada por Britto (2019) como ciência do impreciso, provoca, exatamente pela imprecisão, debates caros à área, esses debates foram, como apresentados, possíveis de serem realizados porque se pautaram em propostas de vigilância epistemológica e cuidado metodológico. Esses elementos, juntos, são critérios de coerência e consistência para o trabalho científico.

*...por ser de lá,
na certa por isso mesmo...*

Domínguinhos e Gilberto Gil

Conclusões

Esse ciclo dos Fóruns Nordestinos de Museologia terminou. Foi levantado tudo o que havia em onze arquivos institucionais e dois arquivos particulares em cinco estados brasileiros. O volume de documentos reunidos chega a um total de aproximadamente quatro mil páginas e agora é hora de fazer um balanço do legado deixado, bem como refletir criticamente sobre suas consequências para o campo Museologia no Brasil.

A análise das oito edições dos Fóruns, feita por meio do pensamento relacional de Pierre Bourdieu – que vê o todo pelas partes, e não o inverso –, tornou possível compreender as forças que se impõem sobre os Cursos de Museologia no Brasil; qual discurso de autoridade aplicado; os jogos de poder nos pronunciamentos; as disputas acerca da autoridade no campo; e como tudo isso reverbera-se na área. Vendo o todo pelas partes, trago dois outros exemplos de situação que marcaram a posição de agentes no campo frente a persistência das tensões – o primeiro dezoito anos antes dos Fóruns e o outro oito anos depois –, como confirmação da estrutura estruturada que sustenta o campo.

Pesquisando a realização de um movimento de irrupção no campo museológico brasileiro compreendi que o que acontecia no Brasil era a reprodução da configuração internacional dos Museus e da Museologia e que olhar profundamente para os Fóruns me condicionava, a cada leitura de documento, a: voltar atrás no tempo e rever a institucionalização dos órgãos reguladores do campo; a formação da disciplina social aplicada que é a Museologia; os programas técnicos surgidos na área para dar conta do tratamento de uma variedade de acervos; as particularidades desses trabalhos feitos em outros países e como a distinção entre as nações indicava qual a negação da diferença que estava ali colocada.

Assim, quando o primeiro termo – campo – ganhou forma nos documentos levantados, pude fazer com certa segurança a escolha conceitual para esta pesquisa e imergir nos trabalhos de análise sociológica de Pierre Bourdieu. Com um olhar museológico cruzado com as problematizações sociológicas, pude estabelecer críticas mais densas que aquelas que eu encontrava em grande parte das referências bibliográficas da área para, assim, compreender a necessidade de questionar o discurso hegemônico.

Inserido na modernidade, o Museu, instituição mutante segundo Dominique Poulot (2013), constituiu-se como espaço social com finalidade educativa sendo o Louvre um importante marco simbólico internacional. Presentes senão em todas, em quase todas as nações modernas, os museus tiveram seus conhecimentos reunidos e coordenados pelo ICOM

e seus comitês, especialmente o ICTOP e o ICOFOM. Dessa forma, o ICOM reuniu dados informacionais da realidade europeia e promoveu debates intensos em torno da cientificidade no campo dos Museus que resultaram na institucionalização de programas de ensino das técnicas de tratamento do acervo e críticas acerca da suposta cientificidade da Museologia. O ICOM se tornou, dessa forma, o órgão regulador do campo museológico internacional influenciando diretamente as estratégias dos agentes das diversas nações pelo controle do campo.

A Museologia, formada por tentativas de teorização e reflexão através do ensino das práticas de museu em universidades (Desvallées & Mairesse, 2013) compreendia, assim, um vasto campo de possibilidades e por isso, foi conceituada por Poulot (2013) como gênero indefinido. Essa Museologia de práticas de museu tornou-se a Museologia instituída, mas será questionada a partir de 1972 com a Nova Museologia. A Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ao mesmo tempo que abriu uma fenda no domínio do campo eurocêntrico levou para a Europa a provocação latino-americana acerca da realidade museológica de outro continente.

Em território brasileiro, a constituição do campo museal também foi investigada em diversos estudos na área das ciências sociais e, através dos dados levantados e hoje conhecidos, posso aferir que ocorreu a partir da formação das primeiras coleções e instauração dos primeiros museus (Miceli, 1989). Esses museus, como laboratórios, desenvolviam parte das pesquisas científicas no Brasil e localizavam-se, dado a dimensão continental do território brasileiro, nas diversas regiões geográficas. A título de exemplo, destaco o Museu Goeldi no Estado do Pará, Norte do Brasil e o Museu Paranaense no Estado do Paraná, Sul do país. De Norte a Sul, pesquisas nas mais diversas áreas aconteceram e conjuntos de peças formaram-se. Entre os agrupamentos compostos, alguns foram mais explorados e outros ainda carecem de mais pesquisa, mas esse lugar da incerteza, da dúvida e ou da crítica não foi/é contemplado pelo discurso historiográfico oficial (Schwarcz, 1993) marcando diferenças de importância regional entre as instituições brasileiras.

Essa distinção, notada pela presença ou ausência de investimento do Estado, consolidou no Brasil a geografia do preconceito fazendo com que algumas regiões (Norte e Nordeste) adquirissem identidades estigmatizadas especialmente pela categoria política de raça. Sobre a crítica ao pensamento social brasileiro, autores como Milton Santos (1988) e Selma Sena (2013), entre outros, que através dos estudos em suas áreas de conhecimento, geografia e ciências sociais, respectivamente, desmistificaram a percepção dicotômica do

Brasil fortemente presente na imaginação social brasileira e que, dessa forma, forjava uma imagem equivocadamente dual do Estado-nação.

Colocadas lado a lado as relações sociais coloniais – latifúndio, escravidão e mandonismo – e as ideias liberais burguesas que as negam – leis, liberdades civis, separação entre o público e o privado etc. –, fica instituída a dualidade que nos caracteriza, não como idiossincrasia local, mas como uma exigência dos avanços do capital (Sena, 2013, p. 26).

Para Selma Sena (2013), ainda que tenhamos “exorcizado o dualismo pela explicação econômica, persistiam ainda, a ser explorados, os **conteúdos culturais** do Brasil tradicional” (Sena, 2013, p. 38, grifo nosso). E, por esse motivo, o uso constante de adjetivos pejorativos como *baiano* em São Paulo e *paraíba* no Rio de Janeiro, estão carregados de impressões da cultura regional nordestina imputando, dessa forma, os efeitos de determinismos geográficos na construção história argumentados por Bourdieu (2012).

Se o Nordeste é o lugar da província, o Sudeste é, em contraponto, o “espaço físico onde se encontram concentrados os polos positivos de todos os campos [campo político, campo cultural, campo científico] e a maior parte dos agentes que ocupam essas posições dominantes” (Bourdieu, 2012, p. 162). Embora o conceito de região esteja contemplado nos trabalhos de Pierre Bourdieu (1998) e o discurso regionalista seja necessário para esta pesquisa porque, conforme o autor, nada mais é do que um discurso performativo que objetiva impor, como legítima, uma nova definição das fronteiras territoriais, a realidade latina do continente apontava a importância de cruzar outros autores, ideias, pensamentos.

Dessa forma, o conceito de colonialismo interno debatido por Stavenhagen (1963/1965) e Casanova (1963/2007) concede à definição de região de Bourdieu a clareza da violência destinada aos povos menos favorecidos e expõe, de maneira inquestionável, a ausência do Estado na equidade das oportunidades no estabelecimento de um sistema que se organiza segundo a lógica da negação da diferença.

A capital, seja ela qual for, e em qualquer nação, é aquela que detêm o capital. As demais regiões, serão àquelas em que os critérios de negação, de abandono e de repulsa formularão os estereótipos perversos. No Brasil, essa região estudada é o Nordeste e, na historiografia da restrição concedida a esse espaço social, a negação do direito à fala é o mais recorrente no campo museológico. Foi assim que mapeei a construção de narrativas que, para se afirmarem/manterem como nacionais, usaram/usam da mesma lógica violenta do Estado-Nação que categoriza, hierarquiza e classifica fazendo uso constante da violência do apagamento e ou da invisibilização.

Esse domínio simbólico, que para Bourdieu (1998) inscreve-se no estado prático de pequenas ações, de pequenos gestos e nos discursos repetitivos insensivelmente inculcados são, desse jeito, validados até mesmo pelos agentes que os sofrem. Estes, formando ao mesmo tempo um tipo de cumplicidade que não chega a ser nem submissão e nem adesão livre, permanecem reconhecendo o outro como detentor do capital simbólico do grupo até que ocorra um momento de irrupção que possa ser investigado e reescreva, reestabeleça e reordene, quando possível, o campo.

Entre os discursos museais encontrados objetivando a manutenção do domínio da autoridade da fala, o mais enfaticamente reproduzido é o que estabelece ligação direta com o mito de origem do campo museológico brasileiro. Se por um lado os agentes nordestinos reconhecem a importância do Museu Histórico Nacional, entre outros, na formação técnica de conservador de museus através do Curso de Museus, por outro, problematizaram essa ênfase e, através dos Fóruns Nordestinos de Museologia, o controle do Estado do Rio de Janeiro acerca da produção do conhecimento museal e museológico da área, bem como as conquistas profissionais alcançadas.

Ao assumirem a perspectiva humanista da Nova Museologia, os agentes dos Fóruns confrontaram a lógica da reprodução do sistema imposto ao campo e foram, com isso, estereotipados, conforme apresentado, de ‘alternativos’. Na disputa pelo capital cultural e valendo-me dos discursos presentes nos documentos, demonstrei como o uso de figuras de linguagem e de anacronismos auxiliaram uma parte dos agentes brasileiros na construção de narrativas que mantivessem a hegemonia e a *illusio* do mito de origem na UNIRIO. Esclarecer a diferença entre Curso Técnico de Museu e Curso de Museologia foi imprescindível para desvelar o campo museal e museológico brasileiro.

Reproduzindo as instituições internacionais, especialmente o ICOM e o ICOM, em seus discursos ‘eleitos’ os agentes da UNIRIO arvoraram-se em práticas de colonialismo interno por meio da repetição da Museologia Tradicionalista do órgão internacional que, restrita ao zelo do acervo em seus agrupamentos de peças de cunho nacionalistas e patrióticos, pouco reconhecia e investigava a diversidade social e patrimonial brasileira.

Também por meio da revisão da literatura acerca da construção do campo Museologia no Brasil foi inevitável perceber que diferentes profissionais, cientistas pesquisadores incorrem no erro de igualar ‘naturalmente’ e com a precocidade de Pierre Bourdieu (2015) a competência técnica à habilitação universitária. Era a *doxa* da área sendo

nutrida pelo *habitus* de reprodução com pouca criticidade e sem a coragem de quem, por um ímpeto científico, ousa.

Ainda que alguns pesquisadores considerassem a existência de “uma nova fase no ensino da Museologia, que pode ser intitulada como fase acadêmico-institucional” (Tanus, 2013, p. 78), a tendência em igualar conhecimento técnico com conhecimento teórico e de estabelecer esse solapamento com pouca reflexão crítica acerca da prática no acervo (Curso de Museus) e as problematizações teóricas (Curso de Museologia), permaneceu. Gabriela Tanus (2013) até marca que o Curso da UFBA é o primeiro a ser criado no âmbito universitário, mas nem mesmo a existência dessa percepção de que algo se esconde sob a narrativa é, às vezes, suficiente para que uma autora seja capaz de desenvolver essa afirmação de forma a questionar o discurso hegemônico. Considerando apenas o termo Escola como elemento de distinção, Tanus (2013) reproduz o discurso do mito de origem:

Assim, após essa transferência, o Curso de Museus teve sua denominação modificada para curso de Museologia, o qual passa, em 1991, a vincular-se a **única** escola de Museologia do país, a Escola de Museologia da UNIRIO (Tanus, 2013, p. 79, grifo nosso).

Foram essas (re)produções escritas de *habitus* linguísticos orquestrados e expostos, conforme Bourdieu (1998), que identifiquei e problematizei. Essas sugestões inscritas, apresentadas com exemplos em toda a tese, em seus aspectos aparentemente mais insignificantes das coisas, perpetuam um modo de dominação simbólico não reflexivo. No que implica aos Fóruns, isso se manifestou através da violência do apagamento de ações e conquistas, da invisibilidade da atuação e importância de outros agentes que, de tão visível, tornou-se silenciada. Dessa forma, até a escrita deste estudo, essa realidade, que nada mais é do que “o lugar de uma luta permanente para *definir* a realidade” (Bourdieu, 1998, p. 130, grifo do autor) foi a história real contada através da reprodução. Reproduziu-se no campo, com pouca criticidade, até quando “o discurso foi retomado nas lutas de classificação que ele se esforça por objetivar” (Bourdieu, 1998, p. 130).

Institucionalizado através do ensino regular em Universidades, o campo Museologia brasileira marcou a negação à Universidade Federal da Bahia – por meio do efeito do colonialismo interno praticado pela UNIRIO e a ABM – tanto o saber produzido através da implantação da primeira graduação, até grandes conquistas como a regulamentação da profissão. Agiu dessa mesma forma sobre a FESP quando se valendo da *doxa*, que objetivou centralizar o conhecimento legítimo sobre o campo no Rio de Janeiro, também desconsiderou a produção de conhecimento científico de São Paulo.

Assim, pude documentar a violência presente em todo discurso ideológico para ter elementos que pudessem senão desacreditar, ao menos abreviar essa realidade objetiva. O projeto de implantação do Curso de Museologia da UFBA, inscrito a partir da concepção humanista e interdisciplinar, garantiu a esta unidade não apenas o tratamento do acervo museal tridimensional, mas também deu condição para que seus graduandos tivessem posicionamentos críticos e fossem capazes de promoverem, na coletividade, o enfrentamento aos padrões estabelecidos conforme a atuação da Associação de Museólogos da Bahia. Digase de passagem, a Universidade é o ambiente institucional de revisão de valores e não apenas de manutenção deles.

Além da UFBA, o Nordeste contou/conta com a FUNDAJ para fortalecimento do campo museal e museológico, mas não localizei, neste estudo, uma pesquisa profunda acerca do tratamento museal e ou do desenvolvimento da Museologia na instituição. Embora Gilberto Freyre, seu idealizador, tenha na historiografia sobre ele a controvérsia sobre a democracia racial, é preciso enfrentar esta problemática e creditar à FUNDAJ o seu *status* simbólico de importância para o campo brasileiro porque, como exposto ao longo deste trabalho, o comprometimento da Fundação não ficou restrito às múltiplas tarefas atreladas aos Fóruns, mas também na realização de eventos e pesquisas locais, regionais e nacionais, bem como patrocínio de encontros externos ao Estado de Pernambuco.

Em São Paulo, a ligação da ELSP com o Departamento de Cultura e o IDORT construiu o cenário positivo para a profissionalização/formação técnica com competência administrativa. O Curso de Museologia de São Paulo que, com seu formato pedagógico interdisciplinar assemelhava-se ao da UFBA, formou profissionais lamentavelmente marginalizados porque, no formato *lato sensu*, não tiveram o reconhecimento social entre seus pares cariocas (Gouveia, 2018).

Igualados pelo preconceito social de classe, os museólogos da UFBA e da FESP uniram-se no trabalho mútuo por meio da interlocução direta entre suas duas principais agentes à época: Maria Célia Santos e Waldisa Rússio.

Outro aspecto que Maria Célia retoma em sua narrativa é o distanciamento que havia entre os Cursos da UFBA e o Curso do MHN/UNIRIO. Segundo ela, na Bahia a mudança do currículo original foi um dos aspectos desse distanciamento, mas não o único. A museóloga comenta que, na sua visão, havia um **‘preconceito’** baseado justamente na ausência de algumas disciplinas técnicas na formação baiana. Ela afirma que com a criação do Curso de São Paulo esse aspecto melhorou, pois ambas as instituições passaram a estar em diálogo (Gouveia, 2018, p. 198, grifo nosso).

A interlocução entre essas agentes não estava restrita às ações de comprometimento com o campo museológico e com o reconhecimento profissional porque havia, entre elas, uma relação afetuosa e respeitosa de troca bibliográfica. Waldisa Rússio e Maria Célia Santos estiveram juntas no embate do reconhecimento da profissão e nos enfrentamentos da construção de uma política pública que democratizasse e não inviabilizasse a participação “em pé de igualdade dos demais agentes” (Gouveia, 2018, p. 212) nas agendas *nacionais* (ou seja, realizadas no Rio de Janeiro) da área.

Entender as relações de força do campo, bem como conhecer as suas regras foi fundamental para perceber como as relações aconteceram. Assim, na investigação do problema desta pesquisa – de que modo acontecem as relações de asserção e reconhecimento entre o Nordeste e o Sudeste na construção sociológica do campo Museologia no Brasil – enunciei, conforme a análise dos discursos do campo brasileiro, verdades escondidas. E, na perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu (1998), “a enunciação da verdade escondida do discurso **escandaliza** porque diz o que seria a última coisa a dizer” (Bourdieu, 1998, p. 178, grifo nosso).

Como senti a necessidade de discutir quais as instâncias legítimas de produção da crença hegemônica que garantiam restritamente ao Rio de Janeiro os trabalhos e as conquistas do campo, registrei que houve importantes eventos em outros Estados da Federação, especialmente na Bahia e em Pernambuco, devido, respectivamente a UFBA e a FUNDAJ. Entretanto, ressalto novamente que expandindo o leque de Estados investigados, de certo encontraremos outras significativas ações. Isso possibilitou perceber que embora o Estado do Rio de Janeiro concentrasse o maior número de eventos nacionais e internacionais da área – o que por si só já é ação colonizadora – conhecimentos técnicos e científicos sobre museu também eram produzidos em outras regiões brasileiras e, registrar a história dessa forma torna-a possível de ser reescrita.

Na primeira edição dos Fóruns, os relatos dos preconceitos vividos pelos agentes dos Estados do Nordeste comprovaram tanto as ações de colonialismo interno vividos por eles como escancaram o racismo estrutural do Brasil. Excluídos do direito à fala no X Congresso Nacional de Museologia promovido pela ABM numa cidade do Sudeste brasileiro, os agentes não só comprovaram a luta pelo controle do campo científico e cultural, como organizaram-se para esse enfrentamento. Os depoimentos historiados nos Anais do Encontro Nordestino de Museologia (Fundação Casa de José Américo, 1988) repletos de indignação e repulsa,

também denunciavam as múltiplas carências dos órgãos de cultura da região, bem como o reconhecimento do desprezo político do Estado Federal frente às necessidades deles.

Ainda que respeitando e reconhecendo as particularidades de cada Estado, os agentes regionais uniram-se em torno de algo abstrato – o Nordeste, com suas características sociais, culturais e econômicas – para que por meio da materialização dessa força de representação, sejam elas representações mentais ou representações objectuais (Bourdieu, 1998), eles pudessem somar esforços para deflagrarem uma luta representativa de classe. Ao oficializarem os Fóruns Nordestinos os agentes entenderam que não existe sujeito social que possa ignorar suas próprias representações e muito menos as propriedades simbólicas existentes nisso.

[...] a oficialização encontra a sua realização na *manifestação*, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e *para si mesmo*, e atesta a sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, pretendendo à institucionalização (Bourdieu, 1998, p. 129, grifo do autor).

Representados como colonizados, estes agentes objetivaram usar, estrategicamente, essa reprodução em função dos interesses simbólicos deles próprios e organizaram-se enquanto classe. Dessa forma, definiram a metodologia que seria usada nas edições e deflagraram um movimento coletivo de conquistas para o grupo que, entre outras coisas, o fortaleceu. Assim, fizeram o mapeamento e diagnóstico da realidade museal e museológica nordestina por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa; realizaram oficinas de capacitação técnica que serviram como instrumento auxiliar na redução dos problemas no tratamento do acervo e no aprimoramento profissional; promoveram um espaço democrático de discussão acerca dos museus e aberto à sociedade civil; e trouxeram o MUSEU e a área para o centro do debate nacional na região Nordeste.

Acerca do museu, eles debateram no coletivo e nas conferências, a sacralização tanto do objeto museológico como da própria instituição, visto que entendiam que o museu não deveria ser reduzido a um órgão de quatro muros e quatro paredes. Identificaram que havia interesses atuais na Museologia que passavam pela sua função social e que ainda que reconhecessem que a verba para a cultura ficava restrita ao Sul/Sudeste do país, eles deveriam assumir seus papéis de agentes civis e se apoiarem coletivamente sem, obrigatoriamente, contarem com o apoio político estadual ou federal.

Politicamente relataram que não compreendiam o sentido de manutenção de dois polos administrativos de poder – um na antiga sede (cidade do Rio de Janeiro) e outra na atual capital federal (Distrito Federal) – já que, desde a implantação do Sistema Nacional de Museus, a proposta era de democratização entre as regiões geográficas e, lamentavelmente, essa distribuição é mantida.

Neste sentido, invertendo a lógica da capacidade jurídica da capital e da representação do poder simbólico que apenas o Estado tem para impor leis, o Nordeste colonizado feriu seu colonizador quando organizou o debate acerca da Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo e fez da capital a zona incapaz desse grande feito. A ‘ineficiente’ (na lógica do colonialismo interno) área colonizada adquire o mais importante capital cultural do campo: o registro profissional, mas o discurso historiográfico persiste na manutenção e suavização dos feitos e dos comportamentos inadequados.

É assim que Priscilla Arigoni Coelho (2015), após pesquisa documental na FUNDAJ, opta por registrar o posicionamento da representante legal da ABM no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, ocorrido e promovido pela Fundação:

No pronunciamento da Profa. Terezinha Sarmiento durante votação das recomendações do Grupo 4, no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste, é possível identificar os **percalços** na comunicação e **desencontro** das informações com vários projetos correndo em paralelo (Coelho, 2015, p. 152, grifo nosso).

Não houveram percalços na comunicação porque a acusação que Terezinha Sarmiento fez, conforme exposto no capítulo dois, contra o grupo da Bahia não deve ser entendida como percalços e ou desencontro de informações. Coelho (2015), condicionada pelo discurso hegemônico, mascarou a realidade objetiva em disputa pelos agentes presentes no evento. O sucesso da Lei da Profissão de Museólogo incomoda tanto que a prescritiva ausência dessa conquista coletiva realizada por intermédio da Associação de Museólogos da Bahia/AMB, também foi identificada, por mim, na pesquisa de campo feita no acervo do institucional da UNIRIO. Nos inúmeros documentos pesquisados há apenas o registro dos antigos projetos da ABM que, sem êxito foram arquivados e destes, os documentos saltam direto para o Decreto que sanciona a Lei nº 7.287, elidindo toda a discussão entre distintos projetos, Associações, agentes e relatórios.

Destarte, é preciso problematizar essa realidade estagnada, que recusa reconhecer a exatidão de um fato alegado e reconhecido num processo jurídico visto que, “um discurso de denegação pede uma leitura formal (ou formalista) que reconhece e reproduz a denegação inicial, em vez de a negar para descobrir aquilo que nega” (Bourdieu, 1998, p. 178). Segundo

o autor, o poder simbólico dos agentes está diretamente relacionado à posição que estes ocupam no espaço social e, por isso, como provincianos, o crédito dessa conquista deveria ser dissimulado afinal, quanto maior o status, maior o poder simbólico (Bourdieu, 2011).

Reconhecer a enunciação do Nordeste em qualquer conquista concederia aos nordestinos a autoridade para autorizar e para falar, por isso mesmo, eles foram/são silenciados e suas representações não devem ser evocadas. Esta tese inscreve-se, considerando o exposto, como uma nova possibilidade de pesquisas futuras em que o discurso científico produzido pelos agentes seja cada vez mais crítico e menos cúmplice da suposta realidade descrita possibilitando, com isso, outras maneiras de fazer ver.

Quando o discurso científico é retomado nas lutas das classificações que se esforça por objectivar – e, salvo a interdição da sua divulgação, não se vê como impedir este uso –, passa a funcionar como na realidade das lutas de classificação, isto é, como um *discurso de consagração* que diz, por um dizer autorizado que autoriza, que o que é deve ser: ele está por isso, condenado a aparecer como *crítico* ou *cúmplice* conforme a relação cúmplice ou crítica que o próprio leitor mantém com a realidade descrita. É assim que o simples facto de *mostrar* pode funcionar como uma maneira de mostrar com o dedo, de pôr no index, de acusar (*kategorein*), ou, inversamente, como uma maneira de fazer ver e de fazer valer (Bourdieu, 2011, pp. 118 – 119, grifo do autor).

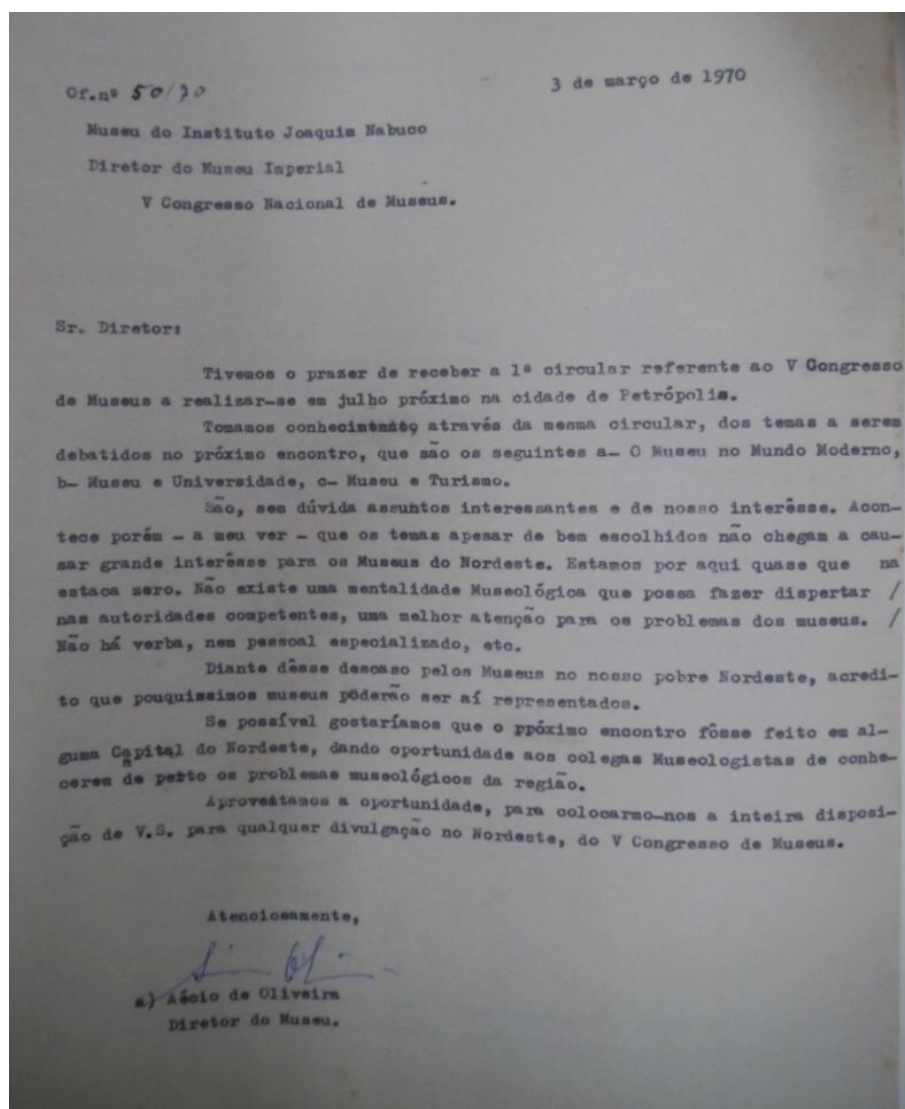
Os Fóruns Nordestinos de Museologia, com outros discursos, deflagraram uma disputa pelo controle do campo que permanecerá, mas que também pode ser construída no coletivo, como os Estados do Nordeste provaram ser possível de fazer porque a luta por classificação não precisa ser uma luta interna de uma mesma classe profissional. O sistema de região não precisa se associar ao sistema de classe para impedir, desmerecer ou apagar realizações no campo porque as estratégias de reprodução podem ser reestruturadas na reconversão do capital detido (Bourdieu, 2017). Portanto, mais que uma irrupção na área, os Fóruns deflagraram ações que suplementaram, que agregaram outros valores ao campo Museologia no Brasil empurrando, assim, a narrativa hegemônica para crise.

As quatro primeiras edições dos Fóruns de Museus do Nordeste, contando com a participação e atuação de agentes de múltiplas formações profissionais, encerraram-se marcando na escrita histórica do campo, por meio dos Manifestos produzidos (declarações públicas que justificam atos coletivos de uma categoria ou classe social) um olhar diferenciado sobre o museu e sobre o trabalho na área. Dessa forma, avançam no debate promovendo outras reflexões agora mais direcionadas à *ciência* Museológica. As ações que marcaram as quatro primeiras edições, além de subsidiarem a elaboração e avaliação de

políticas públicas porque produziram indicadores sociais de cultura para a região, ampliaram o âmbito do debate – Fórum aberto – sobre museu e cultura para toda a sociedade.

Quando os agentes iniciam a segunda fase dos Fóruns através da discussão acerca da *ciência museológica*, o Nordeste já experimentava, há muitas décadas, o desprezo sulista pelas suas necessidades. Aécio de Oliveira, representante de Pernambuco e apresentador do caleidoscópio nordestino a Mario Chagas no período em que este esteve na Fundação Joaquim Nabuco (o que o auxiliou no ‘desver’ e a ser dissidente na UNIRIO)³¹³, já pontuava como as deliberações ocorriam conforme imagem abaixo:

FIGURA 5: OFÍCIO Nº 50/70 FUNDAJ



³¹³ Na tese de Clovis Carvalho Britto há muitas passagens da troca profissional existente entre esses dois agentes do campo.

O ofício documenta, desde a década de 1970, tanto a dificuldade operacional local dos Museus nordestinos como o esforço empenhado em se fazer reconhecer importante no cenário tão adverso. Aécio de Oliveira também tenta sensibilizar os organizadores de um evento *nacional* para que, em edições futuras, o Congresso possa ocorrer numa capital nordestina porque, dessa forma, facilitaria o acesso deles, bem como permitira que os demais *Museologistas* conhecessem a realidade do país como um todo.

Isso atesta, entre outras coisas, a ausência de compromisso social dos agentes sulistas, bem como o descompromisso igualitário de classe profissional. O documento confirma, por si só e além do que já foi problematizado, duas das três hipóteses subsidiárias desta tese: a primeira que há uma tensão entre o Nordeste e o Sudeste (na representação do Estado do Rio de Janeiro) brasileiro, sendo, inclusive, anterior ao recorte temporal desta tese; e a outra, que essa tensão, constitutiva da categoria *Museologia no Brasil*, e que define a estrutura do campo, está diretamente comprometida na estrutura da distribuição do capital. Havendo poucos recursos disponíveis para a distribuição, ainda que a ABM fosse uma instituição nacional e tivesse, com isso, obrigações legais de atender seus membros em todo território nacional brasileiro, o capital concentrava-se na ‘capital’.

A terceira hipótese subsidiária – na disputa pelo capital cultural e poder simbólico houve importantes movimentos de resistência –, a essa altura, confirmou-se desde a primeira edição dos Fóruns, mas nesse segundo momento a militância no/do Nordeste encontrou embasamento em outro movimento de resistência internacional: o MINOM. A Declaração de Quebec, que assegurou ao campo museológico a manutenção do debate acerca da função **social** do museu, trouxe para área uma epistemologia moderna e diferente da Museologia Tradicional: a Nova Museologia. Entretanto, a dificuldade em reconhecer a existência e incorporação da diferença pela **ruptura** mantém-se presente no *habitus* de alguns profissionais conforme exposto no Seminário *A Museologia brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros?*, organizado pelo Comitê Brasileiro do ICOM e ocorrido em São Paulo em 1995.

Para Tereza Scheiner o termo Nova Museologia soa estranho, pois se os Documentos de Quebec propunham essa nova vertente em 1984, a museóloga afirma que já a praticava desde 1968! A debatedora afirma que a Nova Museologia pode ser nova para o país, para o mundo acadêmico, mas, segundo sua experiência pessoal, é essa a Museologia que ela conhece e sabe fazer (Bruno, 2010a, p. 112).

O alargamento do conceito do termo social – não como eufemismo para classe dominante, mas para o sistema de posições que é o conceito de social próprio da Sociologia –

no Estado do Rio de Janeiro, esteve e está presente nas iniciativas indisciplinadas do professor Mario Chagas no que ele desenvolveu posteriormente como Museologia Social (Britto, 2019). Manter o museu aberto para a comunidade institucionalizada é diferente de abrir um museu com a comunidade periférica.

Esses questionamentos, ancorados nos ideais da Pedagogia da Libertação de Paulo Freire, enriquecem o debate dos agentes nordestinos acerca da *ciência museológica* ocasionando a vinda de pesquisadores internacionais – Mathilde Bellaigue e Vinos Sofka – para o cenário brasileiro. Dessa forma, inseridos, atuantes e presentes no grande incômodo nacional e internacional pela cientificidade da Museologia, os nordestinos ousaram, nas edições seguintes, construir a **disciplina** museologia.

A disciplina, compreendida como “conjunto de conhecimentos que possui características próprias do ponto de vista do ensino, da formação, dos mecanismos, dos métodos e das matérias” (Cunha & Cavalcanti, 2008, p. 128) foi gestada no Nordeste a partir das novas acepções de museu, do respeito à diferença, no trabalho coletivo com a comunidade e com os pares e na interface com outras áreas. Foi por isso que em Maceió Pierre Chalita propôs a reflexão a partir da grande área da Comunicação, que em Fortaleza eles se estruturam para discutir teoria e prática no tripé (preservação, documentação, comunicação) e em Aracaju eles problematizaram o trabalho museal e museológico. O resultado disso foi uma nova epistemologia na área, mas a resistência ao movimento da Nova Museologia e o alargamento do conceito de museu, cultura e patrimônio, advindo dela, persiste na *doxa* da Museologia Tradicional sendo replicada na estrutura educacional brasileira como vivenciei, enquanto estudante de Museologia, em uma das ações da Política Nacional de Museus: o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Museologia/ENEMU.

Em 2004, no Centro de Convenções do Estado da Bahia, aconteceu o primeiro Fórum Nacional de Museus e primeiro ENEMU que reuniu os estudantes dos cursos da Bahia, do Rio de Janeiro e apenas duas alunas do curso de Santa Catarina. Esses alunos e alunas, alimentados pelas ações do Departamento de Museus/DEMU/Iphan/MinC³¹⁴, que tinha escritório na cidade do Rio de Janeiro/RJ, uniram-se para a concretização do I ENEMU. Este evento, conforme, respectivamente, os discursos dos representantes estudantis da

³¹⁴ Durante a gestão do Ministro da Cultura, o senhor Gilberto Gil, foi criado o DEMU/Departamento de Museus, um departamento dentro do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural/Iphan e responsável pela gestão cultural dos museus. Assim, entre os anos de 2003 a 2006 o Ministério da Cultura/MinC, elevou “para um patamar de R\$ 300 milhões o valor dos recursos diretamente pelo sistema MinC aos museus” o que promoveu a “revitalização dos museus brasileiros e do patrimônio histórico do país”, impactando beneficentemente também a gama de profissionais envolvidos diretamente com a cultura (MinC, IPHAN & DEMU, 2006, p. 5).

UNIRIO e da UFBA, Henrique de Vasconcelos Cruz³¹⁵ e Clarissa Rohenkohl E. Santos³¹⁶ nasceu “de um desafio lançado pelo professor Mário Chagas a partir do compromisso assumido pelos alunos de graduação em Museologia da UNIRIO e da UFBA” (Cruz, 2007, p. 5), sendo concretizado em Salvador por meio da

[...] participação ativa e solícita de algumas pessoas como o Prof. Manoel José Carvalho, Pró-Reitor de Extensão da UFBA, que a todo instante esteve acessível e empenhado, nos dando todo o suporte necessário, assim como os seus colaboradores, e [do] Departamento de Museologia representado pela Profa. Rosana Nascimento, em especial a Profa. Sidélia Teixeira que esteve conosco durante todo o processo e a Profa. Heloisa Helena Costa por ter aceitado tão gentilmente o convite para apresentar o nosso curso (Santos, 2007, p. 7).

Durante o evento, que acontecia concomitantemente ao Fórum, houveram momentos de confraternização, de afinidades e de criação de elos afetivos carregados para os anos seguintes. Os estudantes reunidos em Salvador/BA tinham como propósito promover “reflexão das questões presentes nas ânsias dos alunos de Museologia do Brasil, entre elas, perspectivas da profissão no país e **as grades curriculares dos cursos**” (Cruz, 2007, p. 5, grifo nosso), bem como entregar ao diretor do Departamento de Museus/DEMU/Iphan/MinC, Senhor José Nascimento Júnior, um documento final listando as reivindicações, descontentamentos e propostas de ação para os próximos anos.

Entretanto, na plenária agendada para construção coletiva do documento final os alunos da UNIRIO tentaram entregar aos estudantes da UFBA um documento previamente elaborado por eles e uma das justificativas apresentadas foi que, ao avaliarem a grade curricular do Curso da UFBA, os estudantes da UNIRIO concluíram que nós não teríamos condições de redigir o documento e, por este motivo, o fizeram para aprovação.

Difícil, quem sabe mesmo impossível, descrever as emoções sentidas por todos os envolvidos na celeuma criada e deixo esse outro momento de tensão no campo como sugestão de pesquisa futura. Se a proposta do I ENEMU era de unir os cursos para um bem coletivo, por que as ações foram deliberadas sem equidade nas funções e capacidades? Por que no registro publicado do evento o Comitê Científico foi composto apenas pelos docentes da UNIRIO?³¹⁷ Por que a coordenação geral³¹⁸ e as comissões de secretaria³¹⁹, de audiovisual³²⁰

³¹⁵ Henrique de Vasconcelos Cruz atualmente ocupa o cargo de museólogo na Fundação Joaquim Nabuco, Estado de Pernambuco.

³¹⁶ Clarissa Rohenkohl E. Santos após concluir o curso de museologia fez outra graduação, formou-se em direito e exerce a função de advogada civil e de direito de família.

³¹⁷ “Profa. Dra. Diana Farjalla Correia Lima, Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro, Prof. Dr. Mário de Souza Chagas e Profa. Dra. Tereza Cristina Scheiner” (Carvalho, 2007, p. 18). A revista é publicada pela própria UNIRIO.

e de Comunicação e Relações Públicas³²¹ foram compostas exclusivamente por alunos da UNIRIO? Por que coube aos alunos da UFBA, anfitriões do evento, apenas a função de apoio executivo?³²² Por que não houve nenhuma participação nas comissões dos alunos da FEBAVE? São algumas indagações que registro para serem investigas.

Segundo Bourdieu, a reprodução da distinção ocorre no universo escolar, como em qualquer sociedade, por meio de critérios aparentemente subjetivos, qualitativos e inefáveis formulando modelo de excelência, que ele nomeia por laureados – “produtos de seleção e de exposição onde todo um sistema de ensino se reconhece e se projeta” (Bourdieu, 2015, p. 231). É preciso investigar se esse sistema de relações de distinção, que segundo Bourdieu, “constitui um objeto estratégico para que se possa captar os valores que orientam as escolhas das bancas (muitas vezes sem que o saibam) e que, ademais, dominam todas as práticas escolares” (Bourdieu, 2015, p. 231) é alimentado pelo corpo docente para que novas práticas pedagógicas, inspiradas na libertação de Paulo Freire, possam ser assim reformuladas.

Considerando que a hipótese principal é que, na luta pelo capital científico houve ações que invisibilizaram a importância das realizações do Nordeste brasileiro que culminaram no apagamento dos trabalhos da UFBA e demais instituições do Nordeste, na consolidação do campo, o documento de Aécio de Oliveira e o impasse no primeiro Enemu sugerem que tradições foram/são produzidas marcando o Nordeste brasileiro. Na luta pela autoridade linguística da escrita historiográfica, que é também uma luta constante entre conhecimento e reconhecimento, há de se considerar, além da história oficial, tradicional e sempre incompleta, outras escritas e outros agentes.

Dessa forma, provoca-se a mudança de percepção e representação do passado do campo brasileiro que “não é outra coisa senão a substituição de uma percepção distorcida da realidade por uma percepção crítica da mesma” (Freire, 2018, p. 80). Espero, assim, através desta pesquisa, ter provocado a desmitificação da realidade mitificada do campo museológico brasileiro.

³¹⁸ “Henrique de Vasconcelos Cruz (UNIRIO) e Monique Batista Magaldi (UNIRIO)” (Carvalho, 2007, p. 18).

³¹⁹ “Camila Thais Bessa Lima (UNIRIO), Mariana Estellita Lins (UNIRIO) e Silvilene de Barros Ribeiro Moraes (UNIRIO)” (Carvalho, 2007, p. 18).

³²⁰ Aline Rocha de Souza (UNIRIO), Fernanda Nascimento Magalhães Pinto (UNIRIO) e Flávia de Sousa Gomes (UNIRIO) (Carvalho, 2007, p. 18).

³²¹ Bruno Cesar Brulon Soares (UNIRIO), Caliane Giselle Bessa Lima (UNIRIO), Luciana Menezes de Carvalho (UNIRIO) e Luciene Pereira da Veiga (UNIRIO)” (Carvalho, 2007, p. 18).

³²² André Nonato Pereira Esteves (UFBA), Clarissa Rohenkohl E. Santos (UFBA), Paulo José Nascimento Lima (UFBA), Ricardo da Rocha Vieira (UFBA), Sarah Maggitti Silva (UFBA) e Valéria Cruz de Jesus Trindade (UFBA)” (Carvalho, 2007, p. 18).

Por fim, para que novas histórias do campo possam ser escritas objetivei reescrever a história da Museologia no Brasil apontando “as diferenças de capital cultural [que] marcam as diferenças entre as classes” (Bourdieu, 2017, p. 67). Por meio deste registro de distinção, não um registro comum, mas o “registro que eterniza e universaliza o estado da relação de forças entre os grupos e as classes” (Bourdieu, 2018, p. 199), demarquei, como conquista legítima do campo Museologia no Brasil, a consagração simbólica ao Nordeste, especialmente à Associação de Museólogos da Bahia/AMB na conquista da Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo sendo este o seu poder simbólico. Ao Estado de São Paulo, representado pelo Curso de Especialização da FESP, apontei o capital cultural representativo da formulação científica, ainda que não completamente desenvolvida, do pensamento museológico brasileiro por meio do debate crítico de Waldisa Rússio presente nos trabalhos publicados internacionalmente e repercutidos na área até hoje.

Bibliografia

- Albuquerque Júnior, D. M. (2001). *A invenção do Nordeste e outras artes* (2a ed.). Recife, PE: FJN.
- Andrade, T. R. (1988/2015). Relato da apresentação estadual de Sergipe. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 67 - 70). Manuscrito não publicado.
- Aquino, D. T. L. S. (2010). Escola de Dança. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 227 – 239). Salvador, BA: EDUFBA.
- Arantes, A. A. (Org.). (1984). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Araújo, L. B. (2017). *A tecitura de uma Museologia paulista: tramas do ensino pós-graduado em São Paulo* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Araujo, M. M. (2010). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: agente da utopia. In M. C. O. Bruno, (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Volume 1.
- Arantes, A. A., & Torres, L. L. (2008). *Entrevista*. Recuperado de <https://journals.openedition.org/pontourbe/1804#ftn9>.
- BAHIATURSA Órgão Oficial de Turismo (1991). *Ofício nº 0361/91*. Salvador, BA: BAHATURSA. Documento arquivístico.
- Barbalho, A. (2005). Política cultural. In L. Rubim (Org.), *Organização e produção da cultura* (pp. 33 – 52). Salvador, BA: EDUFBA.
- Barbalho, A. (1998). *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ.
- Barbosa, M. L. A. (2011a). Felipe Serpa (1993-1994/ 1994-1998). In L. M. B. B. Toutain (Coord.), M. L. Abreu, & A. V. Varela (Orgs.), *Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho* (pp. 229 – 248). Salvador, BA: EDUFBA.
- Barbosa, M. L. A. (2011b). Edgard Santos (1946-1961). In L. M. B. B. Toutain (Coord.), M. L. Abreu, & A. V. Varela (Orgs.), *Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho* (pp. 17 – 47). Salvador, BA: EDUFBA.

- Barbosa, P. E. (1988/2015). Relato da apresentação estadual do Ceará. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 36 – 37). Manuscrito não publicado.
- Barroso, G. (1946). *Introdução à técnica de Museus* (vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Saúde, Museu Histórico Nacional.
- Barroso, G. (2015). *História Militar do Brasil* (vol. 192). Brasília, DF: Senado Federal.
- Bellaigue, M. (1992). *O desafio museológico*. Paris. Documento arquivístico.
- Bellaigue, M. (2000). 22 ans de réflexion muséologique à travers le monde (Cahiers d'études/Study Series). *Comité International de ICOM pour la museologie*, 8, 4-5.
- Boscariol, R. A. (2017). Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). In B. O. Marguti et al. (Orgs.), *Territórios em Números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira*. Brasília: IPEA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30506
- Bourdieu, P. (1983). *Pierre Bourdieu: sociologia* (P. Montero & A. Auzmendi, trads.). São Paulo, SP: Ática.
- Bourdieu, P. (1987). What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence of Groups. *Berkeley Journal of Sociology*, 32, 1-17.
- Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer*. Algés: Difel Difusão Editorial.
- Bourdieu, P. (2001). *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'agir.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (D. B. Catani, trad.). São Paulo, SP: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2011). *O poder simbólico* (15a ed., F. Tomaz, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2012). *A miséria do mundo* (9a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bourdieu, P. (2015). *A economia das trocas simbólicas* (8a ed., Coleção Estudos). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2017). *A Distinção: crítica social do julgamento* (2ª ed., 4 reimpr.). Porto Alegre, RS: Zouk.
- Bourdieu, P. (2018). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. (3ª ed., 4 reimpr.). Porto Alegre, RS: Zouk.

- Bourdieu, P., & Eagleton, T. (1996). A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In S. Zizek (Org.), *Um mapa da ideologia* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- Britto, C. C. (2019). “*Nossa maçã é que come Eva*”: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das museologias indisciplinadas no Brasil (Tese de doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.
- Bruno, M. C. O. (2010a). *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (vol. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Bruno, M. C. O. (2010b). Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri: reflexos de uma trajetória. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Bruno, M. C. O. (2019, julho-dezembro). Um ponto de vista e a identificação de perspectivas desafiadoras. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, 8(16). Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/27325/24159>
- Bueno, F. S. (1987). *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. São Paulo, SP: Brasilivros Editora e Distribuidora LTDA.
- Calabre, L. (2005). Política Cultural no Brasil: um histórico. *Anais do I ENECULT*. Salvador, BA: UFBA. Recuperado de <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>
- Calderon, V. (Comp.). (1973). *Certidão n° 326*. Salvador, BA: UFBA. Documento arquivístico.
- Canclini, N. G. (2006). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (4a ed.). São Paulo, SP: EdUSP.
- Carneiro, J. (1988/2015). Relato da apresentação estadual do Piauí. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 56 - 59). Manuscrito não publicado.
- Carvalho, L. M. (Coord.). (2007). *Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO. Recuperado de <http://www.unirio.br/jovemmuseologia>.
- Casanova, P. G. (1963). Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. Colóquio sobre relações entre África e América Latina. UNESCO.

- Casanova, P. G. (2007). Colonialismo interno (uma redefinição). In *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/masxispt/cap.19.doc>
- Castro, C. (2000). *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília, DF: Thesaurus.
- Catani, A. M. et al. (Orgs.). (2017). *Vocabulário Bourdieu* (1a ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Ceravolo, S. M. (2004a). *Da palavra ao termo: um caminho para compreender museologia* (Tese de doutorado). Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ceravolo, S. M. (2004b). “Em nome do céu, o que é Museologia?” Perspectivas de Museologia através de publicações. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 14, 309-341.
- Certidão nº 326* (1973). (Calderon, V., comp.). Salvador, BA: UFBA. Documento arquivístico.
- Chagas, M. (1992). *O campo de atuação da museologia*. 5º Fórum de Museus do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.
- Chalita, P. (1993). [Anti-projeto do Programa]. 6º Fórum de Museologia do Nordeste. Maceió, AL: UFAL. Documento arquivístico.
- Chalita, P. (2015). Relato da apresentação estadual de Alagoas. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 16 - 17). Manuscrito não publicado.
- Coelho, T. (1997). *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, SP: Fapesp, Iluminuras.
- Coelho, P. A. (2015). *Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Congresso Nacional de Museus, 10. (1987). *Regimento*. X Congresso Nacional de Museus. Ouro Preto, MG: [Associação Brasileira de Museologia]. Documento arquivístico.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq]. (1994). Reunião preparatória para o VII Fórum Nordestino de Museologia. 7º Fórum de Museologia do Nordeste. Fortaleza, CE. Documento arquivístico.
- Conselho Regional de Museologia 2ª Região (2019). *Linha do tempo*. Recuperado de <https://corem2r.org/linha-do-tempo/>.

- Contel, F. B. (2014). *As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)* (Terra Brasilis, Nova Série). Recuperado de <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990#text>
- Costa, L. F. (2017). *Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias* (Tese de doutorado). Universidade de Évora, Portugal.
- Costa, L. F. M. (1982). *Outras reflexões sobre Universidade*. Salvador, BA: UFBA.
- Coutinho, M. I. L. (2010b). Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. In: M. C. O. Bruno (Coord.) *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (vol. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Cruz, H. V. (2007). Discurso de Henrique de Vasconcelos Cruz, representando a comissão organizadora do I ENEMU. *Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio*, 1, p. 5 – 6. Recuperado de <http://www.unirio.br/jovemmuseologia>.
- Cunha, M. B., & Cavalcanti, C. R. O. (2008). *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Brinquet de Lemos.
- Cunha, M. N. B. (1988/2015). Representação dos Estudantes do Curso de Museologia da UFBA In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 26-28). Manuscrito não publicado.
- Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. (1920, 10 de setembro). Institui a Universidade do Rio de Janeiro. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 15115. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>.
- Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. (1931, 15 de abril). Estatuto das Universidades Brasileiras. Lei Francisco Campos. *Diário Oficial*, 5800. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-norma-pe.html>.
- Decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932 (1932, 11 de março). Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". *Diário Oficial da União*, Seção 1, 4414. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>.

- Decreto nº 92.489, de 24 de março de 1986 (1986, 25 de março). Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Cultura e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br>.
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo, SP: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Domingos Neto, M. (s/d). *A trajetória do CNPq*. Recuperado de <http://centrodememoria.cnpq.br/domingos1.html>.
- Dórse, A., & Rincón, O. (2017). *Néstor Garcia Canclini y Jesús Martín Barbero: Interculturalidad y mediaciones: la comunicación y las culturas de América Latina*. Recuperado de: https://www.academia.edu/36873067/Homenaje_a_Jesús_Mart%C3%ADn_Barbero_y_Néstor_Garc%C3%ADa_Canclini.
- Dubois, J. et al. (1973). *Dicionário de Linguística*. São Paulo, SP: Editora Cultrix LTDA.
- Dumans, A. (1997a). A ideia da criação do Museu Histórico Nacional. *Anais Museu Histórico Nacional*, (29, Edição comemorativa dos 75 anos de Fundação do Museu Histórico Nacional, pp. 13 – 23). Recuperado de <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=15787>.
- Dumans, A. (1997b). O Museu Histórico Nacional através de seus 25 anos de existência. *Anais Museu Histórico Nacional*, (29, Edição comemorativa dos 75 anos de Fundação do Museu Histórico Nacional, pp. 24 – 31). Recuperado de <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=15787>.
- Elias, M. J. (1997). Um museu para São Paulo. *Anais Museu Histórico Nacional*, (29, Edição comemorativa dos 75 anos de Fundação do Museu Histórico Nacional, pp. 109 – 120). Recuperado de <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=15787>.
- Encontro Nordestino de Museologia, 1. (1988a). João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo. Documento arquivístico.
- Encontro Nordestino de Museologia, 1. (1988b). *Anais, 1º Encontro Nordestino de Museologia*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo. Documento arquivístico.
- Encontro Nordestino de Museologia, 1. (1988c). Programação. In *1º Encontro Nordestino de Museologia*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo. Documento arquivístico.

- Encontro Nordestino de Museologia, 1. (1988d). [Representantes participantes]. In *1º Encontro Nordestino de Museologia*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo. Documento arquivístico.
- Encontro Nordestino de Museologia, 1. (1988e). [Representantes participantes]. In *1º Encontro Nordestino de Museologia*. João Pessoa, PB: Fundação Casa de José Américo. Documento arquivístico.
- Escola de Teatro (2010). Escola de Teatro. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 581 – 602). Salvador: EDUFBA.
- Espinoza, C. P. (2012). Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM). In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1, p. 140). Brasília, DF: Ibram, Programa Ibero-museos.
- Fávero, M. L. A. (2000). *Universidade & Poder: análise crítica, fundamentos históricos: 1930 – 45* (2a. ed.). Brasília, DF: Plano.
- Fávero, M. L. A. (2006). A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, 28, 17-36. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>.
- Feijó, M. C. (1983). *O que é Política Cultural* (4a ed., Coleção Primeiros Passos, n. 107) São Paulo: Brasiliense.
- Ferreira, L. G. (2015). Relato da apresentação estadual da Paraíba. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 43 - 54). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Ferreira, M. S (2019). Sobre a Tradução. In I. C. Sá (Org.), *Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso* (1a ed.). Rio de Janeiro: Escola de Museologia – UNIRIO.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 5. (1992a). [Projeto para Fórum de Museus do Nordeste]. 5º Fórum de Museus do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 5. (1992b). *Programa*. 5º Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 5. (1992c). [Solenidade de Abertura]. 5º Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 5. (1992d). *O campo de atuação da museologia*. 5º Fórum de Museus do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.

- Fórum de Museologia do Nordeste, 5. (1992e). [Documentos de incentivo: cartas de recebimento de convite]. 5º Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 6. (1993a). [Esclarecimentos: Temática - representação do Estado da Paraíba]. 6º Fórum de Museologia do Nordeste. Maceió, AL: UFAL. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 6. (1993b). *Programa*. 6º Fórum de Museologia do Nordeste. Maceió, AL: UFAL. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 6. (1993c). *Listagem de participantes*. 6º Fórum de Museologia do Nordeste. Maceió, AL: UFAL. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 6. (1993d). *Sugestões do Programa para o VI Fórum do Nordeste*. 6º Fórum de Museologia do Nordeste. Maceió, AL: UFAL. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 7. (1994). *Programa proposto para o VII Fórum Nordestino de Museologia*. 7º Fórum de Museologia do Nordeste. Fortaleza, CE. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 8. (1995a). *Programa da Reunião Preparatória do VIII Fórum de Museologia*. 8º Fórum de Museologia do Nordeste. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 8. (1995b). [Adiamento da Reunião]. 8º Fórum de Museologia do Nordeste. Recife, PE: Museu do Homem do Nordeste. Documento arquivístico.
- Fórum de Museologia do Nordeste, 8. (1995c). *Programa do VIII Fórum de Museologia*. 8º Fórum de Museologia do Nordeste. Aracaju, SE: UFS. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 1. (1990). *Relação dos Representantes Estaduais junto ao FORUM de Museus do Nordeste*. Fórum de Museus do Nordeste. São Luís, MA: [s.n.]. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991a). *Boletim informativo*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991b). *Primeira Reunião Preparatória*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991c). *IIª Reunião Preparatória*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.

- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991d). *Relatório da 3ª Reunião Preparatória para o IV Fórum de Museus do Nordeste*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991e). [Documento à FUNDARPE]. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991f). *Regulamento do IV Fórum de Museus do Nordeste*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991g). [Documento remetido à Coordenação de Folclore e Cultura Popular]. In *4º Fórum de Museus do Nordeste*. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991h). *Histórico do Fórum de Museus do Nordeste*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991i). *Reunião preparatória*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991j). [Documento de divulgação]. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991k). *Programa*. 4º Fórum de Museologia do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991l). [Histórico]. 4º Fórum de Museologia do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991m). *VI Reunião preparatória*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum de Museus do Nordeste, 4. (1991n). *VII Reunião preparatória*. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fórum Nordestino de Museologia [s.d]. *Relação dos Representantes dos Estados Nordestinos*. Documento arquivístico.
- Freire, P. E. (2015). O sistema nacional de museus: atuação e perspectivas. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 7-9). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Freire, P. (2018). *Educação e Mudança* (L. L. Martin, trad., 39a ed.) – Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

- Freston, P. (1989). Um império na província: a Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil I*. São Paulo, SP: Vértice.
- Frin, R. (2012) Discurso de Raymonde Frin. In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1). Brasília, DF: Ibram, Programa Ibero-museos.
- Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2019). Anos de Incerteza (1930 - 1937): Universidade do Distrito Federal. In *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Recuperado de <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>.
- Fundação Joaquim Nabuco (1989). *Ofício Circular* [questionário de levantamento de dados ao 2º Encontro de Museus do Nordeste]. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fundação Joaquim Nabuco (1994). *Projeto: Reunião preparatória para o VIII Fórum Nordestino de Museologia*. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Fundação José Augusto, Coordenadoria de Atividades Museológicas, Fórum de Museus do Nordeste (1990). [Assembleia Geral: sugestões aprovadas]. Natal, RN: FJA. Documento arquivístico.
- Fundação Museu Carlos Costa Pinto (1992). *Ofício nº 68/92*. Salvador, BA: FMCCP. Documento arquivístico.
- Furtado, C. (2012a). *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura* (Organização Rosa Freire d'Aguair Furtado, Arquivos Celso Furtado v. 5). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- Furtado, R. F. A. (2012b). Pensando a cultura. In R. F. A. Furtado (Org.), *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. (Arquivos Celso Furtado v. 5). Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- Gadotti, M. (2018). Prefácio Educação e Ordem Classista. In P. Freire, *Educação e Mudança* (L. L. Martin. Trad., 39a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (original em 1979).
- Gaudêncio, F. S. (1988/2015). Avaliação do primeiro dia de trabalho. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 29 - 35). Manuscrito não publicado.

- Glaser, G. M. (2012). Introdução. In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Revista Museum 1973* (vol. 2). Brasília, DF: Ibram, Programa Iberoamericanos.
- Gomes, M. C. F. (2015). O Fórum Nordestino de Museologia: Espaço de discussão, ação e intercâmbio. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 4-6). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Gomes, M. C. F. (Ed.). (2015). *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro*. Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Gomes, A. L. A., & Lopes, M. M. (2018). Agentes e agências na proteção do patrimônio antes do Patrimônio: Heloisa Alberto Torres e o Museu Nacional (vol. 50, p. 85-99). *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro.
- Gouveia, I. (2018). *Waldisa Rússio e a política no campo museológico* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO, Rio de Janeiro.
- Gregorová, A. (1980). La muséologie – Science ou seulement travail pratique du musée. *MuWop – DoTraM*, 1, p. 19 – 21.
- Guarnieri, W. R. C. (1986). Formação profissional. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Guarnieri, W. R. C. (1989a). Presença dos museus no panorama político-científico-cultural. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Guarnieri, W. R. C. (1989b). Museu, Museologia, museólogos e formação. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Guarnieri, W. R. C. (1990). Museologia: formação profissional no Brasil: a proposta do Instituto de Museologia de São Paulo/Fesp. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

- Guarnieri, W. R. C. (s.d.a). Formação do museólogo: por que em nível de pós-graduação? In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Guarnieri, W. R. C. (s.d.b). Quem são e o que são os museólogos? In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Guedes, H. J. (2015). Depoimento do representante da Paraíba no sistema brasileiro de museus – MinC. Relato da apresentação estadual da Paraíba. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 54 - 55). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Horta, M. L. P. (1993). [Conferência]. 6º Fórum de Museologia do Nordeste. Maceió, AL: UFAL. Documento arquivístico.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2013). *Atlas do censo demográfico 2010*. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_capa_sum.pdf.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019). *Divisões Regionais do Brasil*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019). O IBGE. In *Institucional*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. (2006). *O registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial* (4a ed.). Brasília, DF: IPHAN.
- Lara, M. L. G. (2002). *Elementos de terminologia* (Apostila para uso didático na Disciplina Linguística e Documentação). São Paulo, SP: CBDECA-USP.
- Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. (1961, 27 de dezembro). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Capítulo 3, do Ensino Técnico). *Diário Oficial da União*, Seção 1, 11429. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. (1968, 29 de novembro). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e

- dá outras providências (Capítulo 1, do Ensino Superior). *Diário Oficial da União*, Seção 1, 10369. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 (1984, 19 de dezembro). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo. Recuperado de http://cofem.org.br/legislacao_/legislacao/#lei-7287.
- Lélis, B. (1988/2015). Relato da apresentação estadual da Paraíba. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 43 - 55). Manuscrito não publicado.
- Lévi-Strauss, C. (1989). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Lima, R., & Cabral Junior, V. A. (2010). Antropologia, direitos humanos e povos indígenas. Entrevista com Rodolfo Stavenhagen. *Sociedade e Cultura*, 13(1). Recuperado de <http://www.redalyc.org/html/703/70315011014/>
- Lima, R. (2002). *Um rio são muitos* (Tese de doutorado). PPGAS, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Limongi, F. (1989). A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo, SP: Vértice.
- Lista de participantes. (2012). In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1). Brasília, DF: Ibram, Programa IberoMuseos.
- Lody, R. (1991). Etnia e estética: em torno do discurso do objeto. In *4º Fórum de Museus do Nordeste*. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Lucena, I. (1988/2015). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 101). Manuscrito não publicado.
- Magalhães, A. M. (2002). O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, 34, 107-130.
- Magalhães, A. M. (2003). Apresentação. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 35, 177-178.
- Manhart, C. (2012). Mesa-Redonda de Santiago do Chile. In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1, p. 140). Brasília, DF: Ibram, Programa IberoMuseos.

- Marques, M. I. C. (2010). *UFBA na memória: 1946-2006*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Maroevic, I. (1998). *Introduction to Museology – The European approach*. Munique: Verlag Dr. Christian Müller-Straten.
- Mayrand, P. (1985). La proclamación de la nueva museología. *Museum*, 148, 200 – 201. Recuperado de: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000068373_spa.
- Menezes, C. G. F (2010). Associação Paulista de Museólogos (Asspam): apontamentos para uma história de protagonismo na Museologia paulista. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (v. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Miceli, S. (1989). Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo, SP: Vértice.
- Ministério da Cultura [Brasil]. (2003). *Política Nacional de Museus – Memória e cidadania*. Brasília, DF: MinC.
- Ministério da Cultura [Brasil], Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, & Departamento de Museus e Centro Culturais (2005). *Política Nacional de Museus: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo3* (relatório 2003 – 2005, M. C. T. M. Santos, org.) Brasília, DF: MINC/IPHAN/DEMU.
- Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, & Departamento de Museus e Centros Culturais. (2006). *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006*. Brasília, DF: MinC. Recuperado de http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/relatorio_2003_2006_1.pdf.
- Ministério da Educação e Cultura, & Universidade Federal da Bahia, Escola de Belas Artes. (1970). *Ofício 126/70* [proposta de criação do Curso de Museologia]. Salvador, BA: UFBA.
- Ministério da Educação e Cultura, & Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia. (1969). *Processo nº R – 5144*. Salvador, BA: UFBA.
- Ministério da Educação, & Conselho Federal de Educação. (1985). *Parecer nº 604/85. Aprovação de modificações na estrutura curricular do curso de Museologia* (interessado/mantenedora: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá). Rio de Janeiro, RJ: CFE.
- Mota, A. (2004, março/maio). O caso da Faculdade de Medicina de 1911. *Revista USP*, 61, 210-221, Recuperado de

- <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:leHQVFPTRP8J:www.periodicos.usp.br/revusp/article/viewFile/13332/15150+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.
- Moutinho, M. C. (1994). A Construção do Objecto Museológico (Edições Universitárias Lusófonas). *Cadernos de Sociomuseologia*, 4.
- Moutinho, M. C. (2010a). Os museus portugueses perante a Sociomuseologia. In *100 anos de patrimônio: memória e identidade* (pp. 313 – 322). Lisboa: IGESPAR.
- Moutinho, M. C. (2010b). A Declaração de Quebec (1984). In M. C. O. Bruno (Coord.), *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (vol. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Moutinho, M. C. (2016). *From New museology to Sociomuseology*. 24th General Conference of the International Council of Museums, Milano. Joint meeting MINOM/ CAMOC/ ICOFOM.
- Museu Histórico Nacional. (2013). *Catálogo*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Olhares.
- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo, SP: EPU.
- Nascimento Junior, J., Trampe, A., & Santos, P. A. (Orgs.). (2012a). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1). Brasília, DF: Ibram, Programa Ibero-museos.
- Nascimento Junior, J., Trampe, A., & Santos, P. A. (Orgs.). (2012b). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Revista Museum 1973* (vol. 2). Brasília, DF: Ibram, Programa Ibero-museos.
- Negrão, M. C. G. (2015a). Apresentação: notas sobre o I Fórum Nordeste de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordeste de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 2-3). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Negrão, M. C. G. (2015b). Relato da apresentação estadual da Paraíba. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordeste de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 43 - 54). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Nunes, A. D. A. (2010). A Formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 19 – 57). Salvador, BA: EDUFBA.
- Nunes, V. M. M. (2000). *Memória do Fórum Nordeste de Museologia*. Aracaju, SE: IPHAN, 2000.

- Ofício nº 18, de 23 de maio de 1988 (1988, 23 de maio). *Criação do Departamento de Museologia* (Colegiado do Curso de Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia). Salvador, BA: UFBA.
- Oliveira, A. C. A. R. (2003). *O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, PUC-RJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Oliveira, A. K. R. (2009). *Museologia e Ciência da Informação: distinção e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'roupas brancas'* (Dissertação de Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. doi:10.11606/D.27.2009.tde-27102009-002603.
- Oliveira, A. (2015a). Relato da apresentação estadual de Pernambuco. In: Gomes, M. C. F. (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 71 - 78). Manuscrito não publicado. Arquivo digital em posse de Maria Cristina de Freitas Gomes (original em 1988).
- Oliveira, H. (2015b). Relato da apresentação estadual do Rio Grande do Norte. (1988/2015). In: Gomes, M. C. F. (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 60 - 66). Manuscrito não publicado. Arquivo digital em posse de Maria Cristina de Freitas Gomes (original em 1988).
- Oliveira, L. L. (2005). Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. *Dossiê Sociologia na (en) América Latina, ALAS*. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200006#nt06
- Orlandi, E. P. (2015). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (12a ed.). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Paraíso, J. (2010). Escola de Belas Artes. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 141 – 160). Salvador, BA: EDUFBA.
- Paraíso, M. H. B. (2016). FFCH - Notas Historiográficas. In C. L. Pereira et. al. (Orgs.), *Memórias em tons de sépia: a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia - as fotografias do espólio de Valentin Calderón* (pp. 13 – 16). Salvador, BA: UFBA.
- Pereira, C. L. (2016). FFCH - Notas Historiográficas. In C. L. P. et. al. (Orgs.), *Memórias em tons de sépia: a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal*

- da Bahia no acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia - as fotografias do espólio de Valentin Calderón* (pp. 21 – 26). Salvador, BA: UFBA.
- Pereira, F. (2015a). Avaliação do Primeiro Dia de Trabalho. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 29 - 35). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Pereira, F. (2015b). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 100). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Pessoa de Castro (2007). *Fazenda Maracujá: sua gente, sua língua, suas crenças* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Petitinga, A. C. L. (2015). Relato da apresentação estadual da Bahia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 23 - 26). Manuscrito não publicado. (original em 1988).
- Pinto, L. (2017). Doxa. In A. M. Catani et al. (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Pontes, H. (1989). Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil I*. São Paulo, SP: Vértice.
- Poulot, D. (2013). *Museu e museologia* (G. J. F. Teixeira, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (original em 2005).
- Prefeitura Municipal de Itabirito. (1992). [*Comunicação de comparecimento*]. Itabirito, MG: Departamento de Cultura e Turismo. Documento arquivístico.
- Projeto de Lei nº 4.858 de 24 de junho de 1981. (1981, 24 de junho). Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo (Do Deputado Octacílio Queiroz). Brasília, DF: Câmara dos Deputados.
- Rede Tropicais de Hotéis. (1992). [*Orçamento para Evento*]. Salvador, BA: Rede Tropical. Documento arquivístico.
- Regionalização do Brasil. (2014). In *Prof. Getúlio Nascimento: Dicas de Geografia*. Recuperado de <https://www.getulionascimento.com/news/regionalizacao-do-brasil/>.
- Relatório final (2012). In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo*

- contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1, p. 140). Brasília, DF: Ibram, Programa IberoMuseos.
- Revista Observatório. (2019). Recuperado de <https://www.itaucultural.org.br/secoes/observatorio-itaucultural/revista-observatorio>.
- Ribeiro, O. G. (1991a). [Transcrição da Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro]. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Ribeiro, O. G. (1991b). [Transcrição da Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro]. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Ribeiro, O. G. (1991c). [Transcrição da Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro]. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Ribeiro, O. G. (2015a). Avaliação do Primeiro Dia de Trabalho. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 29 - 35). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Ribeiro, O. G. (2015b). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 101). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Ribeiro, O. G. (2015c). Os Conselhos Federal e Regional de Museologia (1988/2015). In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (p. 11). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Ribeiro, O. G. (2015d). Relato da apresentação estadual da Bahia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 20 - 21). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Risério, A. (1995). *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.
- Rodrigues, R. C. (2018). *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. (Tese de Doutorado). Curso de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.
- Ragouet, P. (2017). Ciência. In A. M. Catani et al. (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Rubim, A. A. C. (2007). Políticas culturais entre o possível e o impossível. In G. M. Nussbaumer (Org.), *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares* (Coleção Cult). Salvador, BA: EDUFBA. Recuperado de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30920943/Teorias_e_politicas_da_

cultura.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DEconomia_criativa_uma_discussao_prelimin.p
df&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191006%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191006T191215Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=4aeefaa2f9d267b50dfdf1703ebd1532799e8d473c75e027dfe4279e159e9c5e9c5#page=139. Acessado em: 06/10/2019.

- Rússio, W. (1974). Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Rússio, W. (1979a). Museologia e museu. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Rússio, W. (1979b). Existe um passado museológico brasileiro? In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Rússio, W. (1982). O mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Sá, I. C. (2007). História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 39, 10 - 42.
- Sá, I. C., & Siqueira, G. K. (2007). *Curso de Museus – MHN, 1932 – 1978: alunos, graduandos e atuação profissional*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia.
- Sá, I. C. (2019). *Matrizes do Pensamento Museológico de Gustavo Barroso* (1a ed.). Rio de Janeiro: Escola de Museologia – UNIRIO.

- Salles, J. C. (2010). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: breve nota sobre o sentido da sua história. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Sant'Anna, G. G. (2015a). Comentário no Relato da apresentação estadual da Paraíba. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (p. 53). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Sant'Anna, G. G. (2015b). A Associação de Museólogos da Bahia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 12 - 15). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Sant'Anna, G. G. (2015c). Avaliação do Primeiro Dia de Trabalho. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 29 - 35). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Sant'Anna, G. G. (2015d). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 101). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Sant'Anna, G. G. (2015e) Relato da apresentação estadual da Bahia (1988/2015). In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 21 - 23). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Santos, C. R. E. (2007). Discurso de Clarissa Rohenkohl E. Santos, representando o Diretório Acadêmico de Museologia da UFBA. *Revista Eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio*, 7 – 8. Recuperado de <http://www.unirio.br/jovemmuseologia>.
- Santos, M. (1988). *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Santos, M. C. T. M. (1987). *Museu, Escola e Comunidade – uma integração necessária. SPHAN/Pró-memória*. Salvador, BA: Bureau.
- Santos, M. C. T. M. (1993). *Repensando a ação cultural e educativa dos museus* (2a ed.). Salvador, BA: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- Santos, M. C. T. M. (1995). *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário, em Itapuã* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

- Santos, M. C. T. M. (2008). *Encontros museológicos – reflexões sobre museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro, RJ: MinC/IPHAN/DEMU.
- Santos, M. C. T. M. (2009, jun.). Reflexões sobre a Nova Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18), Recuperado de <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>>
- Santos, M. C. T. M. (2014). Um Compromisso Social com a Museologia. *Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Museologia Social*, 27(41).
- Santos, M. C. T. M. (2015a). Avaliação do Primeiro Dia de Trabalho. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 29 - 35). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Santos, M. C. T. M. (2015b). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 101). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Santos, M. C. T. M. (2015c). O curso de Museologia da UFBA. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 10). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Santos, M. C. T. M. (2015d). Relato da apresentação estadual da Bahia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 18 - 19). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Santos, M. C. T. M. (2019). Formação em Museologia no Brasil e as conquistas da sociedade democrática: o Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, 8(16).
- Santos, P. A. (2012). A Mesa de Santiago para pensar o futuro. In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Revista Museum 1973* (vol. 2). Brasília, DF: Ibram, Programa IberoMuseos.
- Santos, S. C. (1997). Notas sobre a construção da antropologia no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, 3(7), 62 – 69. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831997000300005>.
- Santos, M. S. (2017). Antropologia cultural e museus em Gilberto Freyre. In G. K. Heitor, & M. Chagas (Orgs.), *O pensamento Museológico de Gilberto Freyre*. Recife, PE: Massananga.

- Sardinha, M. G. C. (2015a). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 101). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Sardinha, M. G. C. (2015b). Relato da apresentação estadual do Maranhão. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 38 - 42). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Scheiner, T. (2000). Muséologie et philosophie du changement. *Cahiers d'étude/Study*, 8, 22-24.
- Schwebel, H. K. (2010). Escola de Música. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 463 – 469). Salvador, BA: EDUFBA.
- Schwarcz, L. M. (1989). O nascimento dos museus brasileiros (1870 – 1910). In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil I*. São Paulo, SP: Vértice.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Sena, C. S. (2011). Uma narrativa mítica do sertão. In C. S. Sena, & M. Suárez (Orgs.), *Sentidos do Sertão* (pp. 101 – 121). Goiânia, GO: Cênone Editorial.
- Sena, C. S. (2013). *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia, GO: Editora UFG.
- Serpa, L. F. P. (1992). *A produção científica*. Salvador, BA: UFBA. Documento arquivístico.
- Serpa, L. F. P. (1998). *A utopia de Edgard Santos revista e atualizada*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Serpa, L. F. P. (1999). Sob inspiração de Edgard Santos. In E. M. Boaventura (Org.), *UFBA: trajetória de uma universidade: 1946-1996: o centenário de Edgard Santos e o cinquentenário da Universidade Federal da Bahia: (memórias, artigos, entrevistas, editoriais e notícias publicadas n'A Tarde e outros, de 1994/1996)*. Salvador, BA: EGBA.
- Significado de Google. In *Significados Br*. Recuperado de <https://www.significadosbr.com.br/google>.
- Silva, R. B. (2015). Encerramento do I Encontro Nordestino de Museologia – Fórum Nordestino de Museologia. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 79 - 101). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Silva Júnior, F. P. (2015). Relato da apresentação estadual da Paraíba. In M. C. F. Gomes

- (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 43 - 54). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Simões, J. A. (2001). Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In I. Kantor, D. A. Maciel, & J. A. Simões (Orgs.), *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933 – 1953*. São Paulo, SP: Escuta.
- Siqueira, G. K. (2009). *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico profissional* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas e Sociais, UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/graciele_karine_siqueira.pdf.
- Sobre os artigos reeditados (1997). *Anais do Museu Histórico Nacional*, 29.
- Sofka, V. (1992, november). *Lectures and seminars: outlines and synopses, definitions, summaries and other material*. 5º Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, BA: [UFBA]. Documento arquivístico.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro, RJ: *Estação Brasil*.
- Stavenhagen, R. (1968). *Clases, colonialismo y aculturacion: ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica*. Guatemala: Ministerio de Educación. (J. P. Ibarra, ed.). Guatemala: Ministerio de Educación.
- Stavenhagen, R. (2014). Sete teses equivocadas sobre América Latina (Roberto Lima, trad.). *Sociedade e Cultura*, 17(1). (original em 1965).
- Stone, L. (2011). Prosopografia. *Rev. Sociol. Polít.*, 19(39), 115-137. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>.
- Sumavielle, A. (1991). [Transcrição da Conferência de Ângela Sumavielle]. 4º Fórum de Museus do Nordeste. Recife, PE: FUNDAJ. Documento arquivístico.
- Stransky, Z. Z. (1987). La muséologie est-elle une conséquence de l'existence des musées ou les precede-t-elle et determine [-t-elle] leur avenir?. *ICOFOM Study Series*, 12, p. 295.
- Tamaso, I. (2002). *Patrimônio imaterial: velhos, objetos, novos desafios*. 54 Reunião da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC), Goiânia. Resumos [CD-ROM]. Goiânia, GO: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- Tanus, G. F. S. C. (2013). A trajetória do ensino da Museologia no país. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, 2(3), 76. Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/7300>
- TECNICOMP (1991). [Correspondência técnica]. Olinda, PE: TECNICOMP. Documento arquivístico.

- Teixeira, R. S. (2010). O Caminho. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 59 – 92). Salvador, BA: EDUFBA.
- Teixeira, W. F. P. (2015). Relato da apresentação estadual do Rio Grande do Norte. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 60 - 66). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Teruggi, M. E. (2012). A Mesa-Redonda de Santiago (Chile). In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Revista Museum 1973* (vol. 2). Brasília, DF: Ibram, Programa IberoMuseos.
- Thiollent, M. (1986). *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo, SP: Cortez.
- Trampe, A. (2012). Recuperando um tiempo perdido. In J. Nascimento Junior, A. Trampe, & P. A. Santos (Orgs.), *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporâneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile 1972* (vol. 1). Brasília, DF: Ibram, Programa IberoMuseos.
- Torres, M. T. M. (2002). *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Espanha: Ediciones Trea.
- Tostes, V. L. B. (2013). *Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Olhares.
- Universidade Federal da Bahia [UFBA]. (1969). *Quadro Curricular I*. (Parecer nº 971/69). Salvador, BA: UFBA.
- Universidade Federal da Bahia [UFBA]. (2018). *CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais: apresentação*. Recuperado de <http://www.ceao.ufba.br/apresentacao>.
- Universidade Federal da Bahia [UFBA], Colegiado do Curso de Museologia (1988). *Relatório de atividades: ano de 1987*. Salvador, BA: UFBA. Documento arquivístico.
- Universidade Federal da Bahia [UFBA], Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas [FFCH]. (2019). *Portal da FFCH*. Recuperado de <https://ffch.ufba.br/>.
- Universidade Federal da Bahia [UFBA], Superintendência Acadêmica, Curso de Museologia (1989). *Integralização curricular*. Salvador, BA: UFBA. Documento arquivístico.
- Universidade Federal de Sergipe (1994). *Relatório da 1ª Reunião preparatória para o VII Fórum Nordestino de Museologia*. Sergipe: UFS, 1994.
- Universidade Federal do Amazonas [UFAM]. (2019). In *Verbetes - Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Recuperado de <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DO%20AMAZONAS.pdf>.

- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro [UNIRIO]. (2017). *Escola de Museologia*. Recuperado de <http://www.unirio.br/cch/museologia>.
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro [UNIRIO]. (2018). *Museologia e Diversidade: 86 anos da Escola de Museologia* [convite da aula inaugural 2018]. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO.
- Universidade Federal do Paraná [UFPR] (2019). *Histórico*. Recuperado de <https://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/>.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]. *O museu*. In Museu Nacional. Recuperado de <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>.
- Vargas, M. A. M. et al. (2018). *Anais do Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras: 2017-2018*. Aracaju. Recuperado de: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8411/2/SimposioEncontroCulturalLaranjeiras.pdf>
- Varine, H. (2010). A Respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972). In M. C. O. Bruno, (Coord.), *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados* (vol. 2). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Verardi, C. A. (2018). *Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj): uma "Casa" de Pesquisa, Educação e Cultura*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. Recuperado de <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>.
- Viana, N. M. V., Barbosa, M. L. A., Almeida, A. H. H., Corral, F. S. D., & Freitas, W. M. (2011). Rogério Vargens (1988 – 1992). In L. M. B. Toutain, & M. A. A. Varela (Orgs.), *Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Vieira, L. M. S. (2015). Relato da apresentação estadual do Piauí. In M. C. F. Gomes (Ed.), *O Fórum Nordestino de Museologia: Anais do 1º Encontro* (pp. 56 - 59). Manuscrito não publicado (original em 1988).
- Williams, D. (1997). Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930 – 1960 In *Anais Museu Histórico Nacional*, (29, Edição comemorativa dos 75 anos de Fundação do Museu Histórico Nacional; pp. 141 – 186). Recuperado de <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=15787>.
- Williams, R. (2007). *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo, SP: Boitempo.

Anexos

Anexo 1 – Estácio de Sá.

Anexo 2 – Convite celebrativo UNIRIO.

Anexo 3 – Ofício 126/70. Arquivo Institucional da UFBA.

Anexo 4 – Processo R – 5144. Arquivo Institucional da UFBA.

Anexo 5 – Grade curricular do Curso de Museologia da UFBA. Arquivo Institucional da UFBA.

Anexo 6 – Ofício nº 18/88. Arquivo Institucional da UFBA.

Anexo 7 – Integralização Curricular. Arquivo Institucional da UFBA.

Anexo 8 – Relatório de Atividades 1987. Arquivo Institucional da UFBA.

Anexo 9 – Cartaz e Folheto do X Congresso Nacional de Museus. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 10 – Cartaz do I Encontro Nordestino de Museologia. Arquivo Institucional da Fundação Casa de José Américo.

Anexo 11 – Anais do I Encontro Nordestino de Museologia. Acervo pessoal da museóloga Cristina Negrão.

Anexo 12 – Programação do I Encontro Nordestino de Museologia. Arquivo Institucional da Fundação Casa de José Américo.

Anexo 13 – Ofício 117/1982 – Regulamentação da Profissão de Museólogo. Arquivo Institucional da Câmara dos Deputados/DF.

Anexo 14 – Lista de Representantes/PB (01). Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 15 – Lista de Representantes/PB (02). Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 16 – Questionário. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 17 – Lista de Representantes/MA. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 18 – III Encontro de Museus do Nordeste. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 19 – Patrocínios e Boletim Informativo. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 20 – Programa do IV Fórum Nordestino de Museologia. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 21 – Primeira Reunião Preparatória. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 22 – Segunda Reunião Preparatória. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 23 – Terceira Reunião Preparatória. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 24 – Documento FUNDARPE. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 25 – Sexta Reunião Preparatória. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 26 – Sétima Reunião Preparatória. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 27 – Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 28 – Debate da Conferência de Osvaldo Gouveia Ribeiro. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 29 – Conferência de Ângela Sumavielle. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 30 – Conferência de Raul Lody. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 31 – Documento para Coordenação de Folclore e Cultura Popular. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 32 – Regulamento do IV Fórum. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 33 – Documento de Divulgação do IV Fórum. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 34 – Histórico do IV Fórum. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 35 – Tecnicomp. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 36 – BAHIAATURSA. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 37 – Patrocinadores V Fórum. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 38 – Apoio e Financiamento do V Fórum. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 39 – Documentos de incentivo. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 40 – Projeto do V Fórum. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 41 – Programa do V Fórum. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 42 – Solenidade de abertura do V Fórum. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 43 – Lista de Representantes/PE. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 44 – Conferência de Luiz Felipe Serpa. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 45 – Conferência de Vinos Sofka. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 46 – Conferência de Mathilde Bellaigue. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 47 – Conferência de Mario Chagas. Acervo pessoal da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos.

Anexo 48 – Tema do VI Fórum do Nordeste. Acervo pessoal da museóloga Cristina Negrão.

Anexo 49 – Programa do VI Fórum do Nordeste. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 50 – Lista de Participantes do VI Fórum do Nordeste. Acervo pessoal da museóloga Cristina Negrão.

Anexo 51 – Sugestões do Programa para o VI Fórum do Nordeste. Acervo pessoal da museóloga Cristina Negrão.

Anexo 52 – Conferência de Maria de Lourdes Parreira Horta. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 53 – Documento de Pierre Chalita. Acervo pessoal da museóloga Cristina Negrão.

Anexo 54 – Reunião Preparatória para o VII Fórum Nordestino de Museologia. Acervo pessoal da museóloga Cristina Negrão.

Anexo 55 – Proposta do VII Fórum Nordestino de Museologia. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 56 – CNPq. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 57 – Reunião Preparatória VIII Fórum Nordestino de Museologia/FUNDAJ. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 58 – Reunião Preparatória VIII Fórum Nordestino de Museologia/UFBA. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 59 – Adiamento. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Anexo 60 – Programa do VIII Fórum Nordestino de Museologia. Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste/FUNDAJ.

Durito é um besouro e através das suas narrativas te faço o convite para refletir a América Latina. Nesse episódio Durito encontra José Saramago e eu, de certa forma, também encontrei o país que fiz o doutoramento.

Eu sou como Durito, sou Besouro da capoeira.

La rebeldía e las sillas

Cuando termina su danza, Durito ordena:

- ¡Escribe! Te voy a dictar mi ponencia.
- Pero Durito, no estás en el programa. Vamos, ni siquiera te han invitado.
- Claro, de por sí los rusos no me quieren. Pero no le aunque. Anda, escribe. El título es “La Rebeldía y Las Sillas”.
- ¿”Las Sillas”? Durito, no vayas a salir con otra de tus...
- ¡A callar! La idea viene de un escrito que Saramago y yo escribimos a finales del siglo pasado y se llama “Silla”.
- ¿Saramago? ¿Quieres decir José Saramago, el escritor? -pregunto perplejo.
- ¡Claro! O qué, ¿hay otro? Bueno, pues resulta que ese día tomamos hasta caernos de la reiterada silla, y ya en el suelo, con esa perspectiva y lucidez de los de abajo, le digo: Pepe, ese vinillo pega más que la mula de Aznar -y él no dijo nada porque estaba buscando sus lentes.

Y entonces yo le digo: -Se me está ocurriendo algo, rápido José, que las ideas son como las alubias con chorizo, si te descuidas, llega otro y se los almuerza.

El Saramago encontró por fin sus lentes y, juntos, le dimos forma a ese relato, si mal no recuerdo, a principios de los ochenta. Claro que en el crédito sólo aparece su nombre, porque los escarabajos batallamos mucho con los derechos de autor.

Yo quiero abreviar las anécdotas de Durito y lo apremio: -Ya está el título, que más.

- Bueno, se trata de que la actitud que un ser humano asuma ante las sillas es la que lo define políticamente. El Revolucionario (así, con mayúsculas) mira con desprecio las sillas comunes y dice y se dice: “no tengo tiempo para sentarme, la pesada misión que la Historia (así, con mayúsculas) me ha encomendado me impide distraerme en pavadas”. Así se pasa la vida hasta que llega frente a la silla del Poder, tumba de un tiro al que esté sentado en ella, se sienta con el ceño fruncido, como si estuviera estreñido, y dice y se dice: “la Historia (así, con mayúsculas), se ha cumplido. Todo, absolutamente todo, adquiere sentido. Yo estoy en La Silla (así, con mayúsculas) y soy la culminación de los tiempos”. Ahí sigue hasta que otro Revolucionario (así, con mayúsculas) llega, lo tumba y la historia (así, con minúsculas) se repite.

- El rebelde (así, con minúsculas), en cambio, cuando mira una silla común y corriente, la analiza detenidamente, después va y acerca otra silla, y otra y otra, y, en poco tiempo, eso ya parece una tertulia porque han llegado más rebeldes (así, con minúsculas) y empiezan a pulular el café, el tabaco y la palabra, y entonces, precisamente cuando todos empiezan a sentirse cómodos, se ponen inquietos, como si tuvieran gusanos en la coliflor, y no se sabe si fue por el efecto del café o del tabaco o de la palabra, pero se levantan todos y siguen su camino. Así hasta que encuentran otra silla común y corriente y la historia se repite.

- Sólo hay una variación, cuando el rebelde topa con la Silla del Poder (así, con mayúsculas), la mira detenidamente, la analiza, pero en lugar de sentarse va por una lima de esas para las uñas y, con heroica paciencia, le va limando las patas hasta que, a su entender, quedan tan frágiles que se rompan cuando alguien se siente, cosa que ocurre casi inmediatamente. Tan, tan.

- ¿Tan, tan? Pero Durito...
 - Nada, nada. Ya sé que es demasiado árido y que la teoría debe ser aterciopelada, pero lo mío es la metateoría. Puede ser que me acusen de anarquista, pero valga mi ponencia como humilde homenaje a los viejos anarquistas españoles, que hay quienes callan su heroísmo y no por eso brillan menos.
- Se va Durito, aunque estoy seguro que él preferiría venirse.

El texto completo en <https://javiersoriaj.wordpress.com/2012/02/05/del-sup-marcos-a-garzon-carta-del-subcomandante-marcos-al-congreso-un-aguascalientes-en-el-corazon-de-europa-de-madrid/> Recuperado em 27/05/2020.